

Universidade Federal do Paraná

Álvaro Kasuaki Fujihara

Pragmática e Não Cooperação

Curitiba

2016

Álvaro Kasuaki Fujihara

Pragmática e Não Cooperação

Tese apresentada ao Programa de pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Letras.

Orientador: José Borges Neto

Co-Orientador: Marcelo Dascal

Curitiba

2016

Catálogo na Publicação
Cristiane Rodrigues da Silva – CRB 9/1746
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação – UFPR

Fujihara, Álvaro Kasuaki
Pragmática e Não Cooperação. / Álvaro Kasuaki Fujihara –
Curitiba, 2016.
173 f.

Orientador: Profº Drº José Borges Neto.
Coorientador: Profº Drº Marcelo Dascal.
Tese (Doutorado em Letras) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

1. Linguística – Pragmática. 2. Teoria dos Jogos – Teses.
3. Grice, Paul, 1913-1988. I.Título.

CDD 401



Setor de Ciências Humanas
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Letras
Tel./Fax: +55 41 3380-5102

PARECER

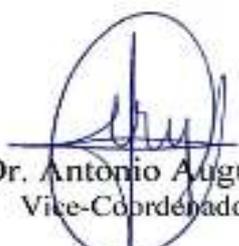
Defesa de tese de doutorado de **ÁLVARO KASUAKI FUJIHARA** para obtenção do título de **Doutor em Letras**.

Os abaixo-assinados José Borges Neto, Renato Miguel Basso, Ligia Negri, Marina Legroski e Luiz Arthur Pagani arguíram, nesta data, o candidato, o qual apresentou a tese: "**PRAGMÁTICA E NÃO COOPERAÇÃO**".

Procedida a arguição segundo o protocolo que foi aprovado pelo Colegiado do Curso, a Banca é de parecer que o candidato está apto ao título de **Doutor em Letras**, conforme especificações abaixo:

Banca	Assinatura	APROVADO Não APROVADO
Dr. José Borges Neto (Presidente)		Aprov.
Dr. Renato Miguel Basso		Aprovado
Dr. ^a Ligia Negri		Aprov.
Dr. ^a Marina Legroski		Aprovada
Dr. Luiz Arthur Pagani		Aprovado

Curitiba, 31 de março de 2016.


Prof. Dr. Antonio Augusto Nery
Vice-Coordenador



Setor de Ciências Humanas
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Letras
Tel./Fax: +55 41 3360-5102

Ata setingentésima trigésima nona, referente à sessão pública de defesa de tese para a obtenção do título de doutor a que se submeteu o doutorando **ÁLVARO KASUAKI FUJIHARA**. No dia trinta e um de março de dois mil e dezesseis, às treze horas e trinta minutos, na sala 1013, 10.º andar, no Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos da Banca Examinadora, constituída pelos seguintes Professores Doutores: José Borges Neto, Presidente, Renato Miguel Basso, Ligia Negri, Marina Legroski e Luiz Arthur Pagani, designados pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Letras, para a sessão pública de defesa de tese intitulada: "**PRAGMÁTICA E NÃO COOPERAÇÃO**", apresentada por **ÁLVARO KASUAKI FUJIHARA**. A sessão teve início com a apresentação oral do doutorando sobre o estudo desenvolvido. Logo após, o senhor presidente dos trabalhos concedeu a palavra a cada um dos examinadores para as suas arguições. Em seguida, o candidato apresentou sua defesa. Na sequência, o Professor José Borges Neto retomou a palavra para as considerações finais. Na continuação, a Banca Examinadora, reunida sigilosamente, decidiu pela aprovação do candidato. Em seguida, o senhor Presidente declarou **APROVADO** o candidato, que recebeu o título de **Doutor em Letras**, área de concentração **Estudos Linguísticos**. A versão final da tese deverá ser encaminhada à Coordenação em até 60 dias. Encerrada a sessão, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pela Banca Examinadora e pelo candidato. Feita em Curitiba, no dia trinta e um de março de dois mil e dezesseis.

Dr. José Borges Neto

Dr. Renato Miguel Basso

Dr.ª Ligia Negri

Dr.ª Marina Legroski

Dr. Luiz Arthur Pagani

Álvaro Kasuaki Fujihara

AGRADECIMENTOS

Aos orientadores José Borges Neto e Marcelo Dascal, por terem aceitado percorrer comigo o longo e tortuoso caminho do desenvolvimento desta tese.

Aos colegas Fábio Mesquita e Marina Legroski, por suas contribuições nas primeiras discussões a respeito do tema deste trabalho, que ajudaram a dar um pouco mais de rumo às suas primeiras ideias (discordando delas, na maior parte das vezes).

Aos professores e colegas da UFPR, que deixaram sua marca indelével na minha formação pessoal e acadêmica.

Aos professores Fred Landman e Susan Rothstein, por sua acolhida durante o período de estágio sanduíche.

À minha família, pelo apoio constante e infalível.

Ao zamigo, pelos muitos momentos divertidos, discussões diversas, cervejas, pizzas e noites de jogatina e RPG, sem os quais as dificuldades da vida acadêmica teriam sido muito mais duras.

E à minha esposa Bruna, pelo intenso carinho, cuidado e dedicação.

RESUMO

As situações comunicativas cooperativas têm sido consideradas como o caso “normal” por boa parte das teorias pragmáticas contemporâneas – herdeiras, em maior ou menor grau, da aposta, feita por Grice em seu modelo fundador, de que há uma profunda relação entre a lógica da conversação e a cooperatividade. Contudo, muito embora seja difícil imaginar a existência da comunicação na ausência de ao menos um mínimo de cooperação, há uma gama considerável de situações que podem tender mais à competição que propriamente à cooperação. Interrogatórios, discussões, controvérsias científicas e mesmo situações lúdicas como a resolução de charadas constituem alguns exemplos de tais situações – e é sobre esses casos que esta tese se debruça.

Poucos e recentes são os trabalhos que tratam dessa questão. Os que o fazem, contudo, tomam sistematicamente como ponto de partida a suposta falha do modelo griceano em lidar com tais situações. Conforme argumentam alguns (*e.g.* Asher & Lascarides, 2013; Franke, Jäger & van Rooij, 2009; Oswald, 2010), na ausência de adesão ao Princípio da Cooperação, o sistema griceano deveria entrar numa espécie de colapso, em que não seria possível derivar quaisquer implicaturas. Este trabalho se propõe a demonstrar que não só a lógica conversacional como entendida por Grice é capaz de lidar com tais casos, como também o faz sem necessitar de grandes alterações em seu arcabouço teórico. Conforme argumentado ao longo do trabalho, através de um refinamento de noções como a de *o que é requerido, propósito mutuamente aceito ou direção da conversa* e da assunção de diferentes tipos de cooperação (básica, locucionária e perlocucionária), mais a hipótese de que, na ausência de adesão ao PC, os falantes produzem e interpretam suas contribuições por meio de um mecanismo *contrafactual*, é perfeitamente possível lidar com essas situações – de um modo inclusive bastante parcimonioso.

Finalmente, com todos os riscos que tal movimento implica, este trabalho procura estender a discussão sobre a não cooperação para diversos problemas, variando desde discursos humorísticos até controvérsias científicas, passando por questões da teoria da indiretividade e da fronteira entre semântica e pragmática, tendo-se em vista uma análise da recente controvérsia acerca das implicaturas escalares.

Palavras-chave: pragmática; não cooperação; Grice; máximas conversacionais; controvérsias científicas; implicaturas escalares; fronteira entre semântica e pragmática; Teoria dos Jogos;

ABSTRACT

The cooperative communicative situations have been considered the “normal” case by a great part of the contemporary pragmatic theories – heirs, to a greater or lesser extent, of the gamble, made by Grice in his founding model, that there is a deep relation between the logic of conversation and cooperation. Nevertheless, although it may be difficult to imagine the existence of communication in the absence of at least a bare minimum of cooperation, there is a wide range of situations that are closer to competition than to cooperation. Interrogatories, discussions, scientific controversies and even ludic situations as puzzle solving constitute examples of such situations – and it is those cases this work addresses.

There are only a few recent works that address this topic. Those who do however, systematically take as a starting point the supposed failure of the Gricean model in dealing with such situations. As argued by some authors (e.g. Asher & Lascarides, 2013; Franke, Jäger & van Rooij, 2009; Oswald, 2010), in the absence of adherence to the Cooperative Principle, the Gricean system should collapse, making impossible to derive implicatures. This work intends to demonstrate that not only can the logic of conversation as understood by Grice deal with such cases, but also can do so with very little modifications in its theoretical framework. As argued throughout this work, through the refinement of notions such as what is required, the mutual accepted purpose or direction of the talk and the assumption of different kinds of cooperation (basic, locutionary and perlocutionary), plus the hypothesis that, in the absence of adherence to the Cooperative Principle, speakers produce and interpret their contributions counterfactually, it is perfectly possible to deal with these situations – even in a very parsimonious way.

Lastly, with all the risks implied by such a movement, this work tries to extend the discussion about non cooperation to a wide range of problems, varying from humoristic discourses to scientific controversies and questions about the theory of indirectness and the border between semantics and pragmatics, considering an analysis of the recent controversy concerning scalar implicatures.

Key-words: *pragmatics; non cooperation; Grice; conversational maxims; scientific controversies; scalar implicatures; border between semantics and pragmatics; Game Theory;*

SUMÁRIO

Introdução.....	1
1. Revisão bibliográfica.....	7
1.1. Oswald: Pragmatics of Uncooperative and Manipulative Communication.....	8
1.2. Teoria dos Jogos, Cooperação e Conflito.....	10
1.2.1. Relevance in cooperation and conflict.....	10
1.2.1.1. Signalling Games.....	13
1.2.1.2. Inferências indesejadas.....	18
1.2.1.3. Unwilling to tell.....	21
1.2.1.4. Enganando com a verdade.....	23
1.2.1.5. Teoria dos Jogos, Relevância e o Best Rationalization Principle.....	24
1.2.1.6. Além da verdade.....	27
1.2.1.7. Conclusões do artigo.....	31
1.2.1.8. Comentários.....	32
1.2.2. Strategic conversation.....	34
1.2.2.1. Comentários.....	39
1.2.2.1.1. Semântica e Pragmática.....	39
1.2.2.1.2. Por que implicaturas?.....	42
1.2.3. Comentários sobre a Teoria dos Jogos.....	43
2. Um modelo Griceano para a não-cooperação.....	46
2.1. Pragmática e Intenções comunicativas.....	46
2.2. Níveis de cooperação e o propósito comunicativo geral da conversa.....	51
2.2.1. Cooperação locucionária e perlocucionária.....	52
2.2.2. Cooperação comunicativa.....	57
2.2.3. Alguns comentários sobre os níveis de cooperação.....	59
2.3. Sobre a natureza da não cooperação.....	60
2.3.1. Não adesão à cooperação básica.....	64
2.3.2. Não adesão à cooperação locucionária.....	68
2.3.2.1. Violando relevância.....	69
2.3.2.2. Violando quantidade.....	71
2.3.2.3. Violando Modo.....	73
2.3.2.4. Violando Qualidade.....	74
2.3.3. Não adesão à cooperação perlocucionária.....	74
2.3.4. Reunificando PC e PCP.....	76
2.3.5. Uma definição eclética.....	80
2.4. Uma proposta de sistematização.....	81
2.4.1. Não cooperação parcial velada (manipulação).....	83
2.4.2. Não cooperação parcial aberta: jogando com a linguagem.....	87
2.4.2.1. Discursos Lúdicos: Piadas e Charadas.....	88
2.4.3. Não cooperação total aberta.....	93
2.4.4. Não cooperação total velada.....	95
2.4.5. Detectando a não cooperação.....	95
2.4.6. Sumarizando.....	98
3. Aplicações: possíveis lugares em que a discussão sobre não cooperação pode ser útil.....	102
3.1. Indiretividade, negabilidade e o “falante estratégico”.....	103
3.2. Da fronteira entre a semântica e a pragmática: o caso da controvérsia acerca da proposta de tratamento gramatical das implicaturas escalares.....	108

3.2.1. Chierchia (2001): Scalar Implicatures, Polarity Phenomena, and the Syntax/Pragmatics Interface.....	109
3.2.2. Refinamentos da proposta: Spector (2007), Fox (2006) e Chierchia, Fox & Spector (2012).....	117
3.2.2.1. Scalar Implicatures as a Grammatical Phenomenon.....	121
3.2.2.1.1 Hurford's constraint.....	123
3.2.2.1.2. Implicaturas obrigatórias.....	125
3.2.2.1.3. Encapsulamento.....	126
3.2.3. Avaliação crítica da proposta gramatical.....	128
3.2.4. (Não)Cooperação e implicaturas escalares.....	134
3.3. Controvérsias Científicas: não cooperação, o uso estratégico da linguagem e racionalidade.	145
3.3.1. Controvérsias como fenômenos não cooperativos: não-caridade e racionalidade.....	149
3.3.1.1. Não cooperação como não caridade.....	149
3.3.1.2. Não cooperação, procedimento científico e racionalidade.....	155
3.3.2. Perspectivas futuras.....	158
4. Conclusão.....	160
Referências Bibliográficas.....	163

Introdução

São inegáveis o alcance e a relevância das contribuições griceanas aos campos da filosofia da linguagem e da linguística. O trabalho pioneiro de Grice (1989[1975]) é responsável por estabelecer boa parte dos conceitos que fundamentam a pragmática moderna, sendo possível traçar sua influência nas principais vertentes teóricas contemporâneas. Neale (1992) sumariza da seguinte maneira as contribuições do filósofo:

The work of the late Paul Grice (1913–1988) exerts a powerful influence on the way philosophers, linguists, and cognitive scientists think about meaning and communication. With respect to a particular sentence ϕ and an “utterer” U, Grice stressed the philosophical importance of separating (i) what ϕ means, (ii) what U said on a given occasion by uttering ϕ , and (iii) what U meant by uttering ϕ on that occasion. Second, he provided systematic attempts to say precisely what meaning is by providing a series of more refined analyses of utterer’s meaning, sentence meaning, and what is said. Third, Grice produced an account of how it is possible for what U says and what U means to diverge. Fourth, by characterizing a philosophically important distinction between the “genuinely semantic” and “merely pragmatic” implications of a statement, Grice clarified the relationship between classical logic and the semantics of natural language. Fifth, he provided some much needed philosophical ventilation by deploying his notion of “implicature” to devastating effect against certain overzealous strains of “Ordinary Language Philosophy,” without himself abandoning the view that philosophy must pay attention to the nuances of ordinary talk. Sixth, Grice undercut some of the most influential arguments for a philosophically significant notion of “presupposition.” Today, Grice’s work lies at the center of research on the semantics-pragmatics distinction and shapes much discussion of the relationship between language and mind. In a nutshell, Grice has forced philosophers and linguists to think very carefully about the sorts of facts a semantic theory is supposed to account for and to reflect upon the most central theoretical notions, notions that otherwise might be taken for granted or employed without due care and attention. To be sure, Grice’s own positive proposals have their weaknesses; but in the light of his work any theory of meaning that is to be taken at all seriously must now draw a sharp line between genuinely semantic facts and facts pertaining to the nature of human interaction. (p. 509)

Em particular no que diz respeito à sua teoria da lógica da conversação, Grice ajudou de forma decisiva a estabelecer a forma como se compreende a tarefa da pragmática, bem como o modo como os fenômenos conversacionais são abordados. Como aponta Neale, a noção de implicatura produz um impacto profundo nos estudos da linguagem, ecoando amplamente na forma como se entende a divisão de trabalho entre semântica e pragmática.

Um dos maiores atrativos do modelo griceano é sua elegância: partindo de uma única premissa – a de que os falantes cooperam – Grice deriva um conjunto bastante conciso de máximas conversacionais, que serão responsáveis por operacionalizar seu modelo. A compreensão do processo comunicativo como um esforço conjunto de falantes e ouvintes a fim de otimizar seus resultados fundamenta também uma parte considerável das teorias pragmáticas contemporâneas. Como aponta Jaszczolt (2010), ao tratar da pragmática Neo-Griceana e da Teoria da Relevância,

in spite of the differences in the number of principles, these post-Gricean endeavours are surprisingly similar in adhering to the overarching idea of the trade-off between informativeness and economy (expending the least effort). The principle of relevance is also spelled out in terms of a balance between two such driving forces: the processing effort and the cognitive effect in conversation, understood as minimizing the cost and at the same time maximizing the information content. (p.2)

No entanto, o que acontece com o processo comunicativo se suspendermos a premissa da cooperação entre os falantes? Essa é, em essência, a questão que move este trabalho. Embora seja difícil imaginar a ausência completa de cooperação em intercâmbios comunicativos, parece-me que há um amplo espectro de situações em que não é do interesse dos falantes ser maximamente cooperativo, em que eles optam por ocultar, dizer meias verdades ou confundir o interlocutor, e essas situações tendem mais à competição do que à cooperação. O alto grau em que esse tipo agonístico de troca comunicativa permeia a comunicação humana coloca uma demanda significativa às teorias pragmáticas em sua capacidade de lidar com tais fenômenos.

Este trabalho pretende verificar em que medida modelos de inspiração griceana e, mais especificamente, o próprio modelo griceano, são capazes de tratar desses casos, bem como apresentar um tratamento para o eventual excedente de que não se possa dar conta em tais modelos. O foco central do trabalho será o modelo griceano, procurando averiguar em que medida demais teorias herdaram suas características e eventuais deficiências, uma vez que a questão da cooperação se

coloca de maneira mais clara e aberta no trabalho de Grice. Minha proposta procurará se basear numa pragmática fundamentalmente griceana, calcada em intenções comunicativas, seguindo em boa parte Dascal (1977, 2006), por compartilhar o entendimento do autor acerca da relevância das intenções comunicativas nesse paradigma. A aposta em um modelo pragmático griceano parte do entendimento de que, a despeito de possuírem suas especificidades, os fenômenos não cooperativos não fogem de todo à lógica da conversação como proposta por Grice – pelo contrário, jogam com ela e com as expectativas de cooperação por parte dos interlocutores.

A despeito da potencial relevância da questão da não cooperação para a pragmática, pouca atenção parece ter sido dedicada a situações comunicativas não-cooperativas. Se por um lado Grice demonstra em diversos momentos de sua obra estar ciente da possibilidade da cooperação ser solapada das trocas comunicativas¹, por outro em nenhum momento ele explora em qualquer nível de profundidade os possíveis impactos que essa mudança de postura pode trazer ao modo como nos comunicamos. Como argumentarei no decorrer do trabalho, essa lacuna parece ter sido herdada (ao menos em alguma medida) por boa parte das teorias pós-griceanas.² A questão da não-cooperação em pragmática (se admitirmos que essa é, de fato, uma questão) notavelmente parece ter recebido muito pouca atenção por parte dessas teorias. Como veremos, boa parte da bibliografia produzida a respeito do tema é bastante recente, e uma parte bastante pequena dela (*e.g.* Maillat & Oswald, 2009; 2011; de Saussure, 2005 sobre discursos manipulativos em um quadro teórico da Teoria da Relevância; Plüss, 2013) se fundamenta em modelos de inspiração griceana. Certa atenção tem sido devotada ao tema partindo de uma perspectiva da Teoria dos Jogos (Franke, Jager & van Rooij,

1 Eis algumas passagens em que Grice demonstra considerar a possibilidade de não adesão ao Princípio da Cooperação:

Mas, embora uma parte desta base quase-contratual possa se aplicar a alguns casos, há muitos tipos de intercâmbios linguísticos, como discussões ou correspondência, que ela não permite explicar com facilidade. De qualquer modo, percebe-se que o falante irrelevante ou obscuro desaponta não só a sua audiência mas a si próprio (GRICE, 1989, p. 90-91).

Já que, para supor a presença de uma implicatura conversacional, temos que supor que ao menos o Princípio de Cooperação está sendo observado, e já que é possível observar ou não este princípio, segue-se que uma implicatura conversacional generalizada pode ser cancelada num caso particular. Pode ser explicitamente cancelada por uma frase adicional que afirma ou implica que o falante decidiu não observar o CP, ou pode ser contextualmente cancelada, se a forma da enunciação que usualmente veicula a implicatura é usada num contexto que torna claro que o falante está optando por não observar o Princípio de Cooperação (1989, p. 102).

[o falante] pode colocar-se fora da esfera de atuação tanto das máximas quanto do Princípio de Cooperação; ele pode dizer, indicar ou permitir que se compreenda que ele não quer cooperar na forma exigida pelas máximas. (1989, p. 91)

2 Nos referimos aqui especificamente à pragmática Neo-Griceana e à Teoria da Relevância. Vale ressaltar que, ao estabelecer os pólos antagônicos da face positiva e da face negativa, a Teoria da Polidez parece escapar a essa crítica em certa medida – o que não significa afirmar que a teoria é capaz de lidar com a não cooperação. Embora alguns conceitos desse quadro possam ser interessantes para clarificar determinados aspectos da comunicação não-cooperativa, pouca atenção foi dada à questão por parte de teóricos da polidez, ao menos que seja de meu conhecimento.

2009; Asher & Lascarides, 2013) e, embora essa não seja a abordagem adotada nesta tese, dedicarei algum espaço para discuti-las e, quando possível, este trabalho procurará se beneficiar dessas reflexões.

A despeito da existência desses e alguns outros trabalhos acerca do tema (*e.g.* Sarangi & Slembrouck, 1992; Goodwin, 2000; Oswald, 2010), a questão da não cooperação na pragmática permanece ainda, ao menos até onde seja de meu conhecimento, bastante incipiente. Os modelos pragmáticos desenvolvidos fundamentam-se majoritariamente no pressuposto da cooperação entre os falantes, relegando a um segundo plano situações que fiquem de fora do alcance dessa assunção inicial.³ Desse modo, faz-se necessário um maior esforço teórico no sentido de compreender e sistematizar os fenômenos comunicativos não cooperativos. Mais do que isso, quer me parecer que procurar entender a não cooperação é fundamental para que possamos obter uma melhor compreensão da pragmática cooperativa, podendo assim ajudar a esclarecer os mecanismos que ela mobiliza. Se de fato a comunicação é um esforço conjunto para maximizar a compreensão mútua e, portanto, um esforço cooperativo, analisar o que acontece quando é justamente essa premissa que está em jogo pode fornecer uma perspectiva bastante esclarecedora a respeito da própria cooperação e da natureza dos fenômenos pragmáticos em geral.

Para além da tentativa de dar conta do conjunto de fenômenos não cooperativos, procurarei ilustrar o potencial explicativo da questão com três exemplos específicos, a que devotaremos uma atenção particular no último capítulo: o primeiro diz respeito à questão da indiretividade – por que os falantes optam por usar formas indiretas de veicular informação, quando poderiam simplesmente dizer tudo o que pretendem literalmente (*i.e.* a questão da emergência das implicaturas e sua razão de ser)? A segunda tratará da divisão de trabalho entre semântica e pragmática – mais especificamente, da recente controvérsia acerca das implicaturas escalares iniciada por Chierchia (2004)⁴, em que deverei arguir em favor de uma abordagem pragmática (em contraposição à abordagem gramatical proposta) para a questão; finalmente, o terceiro ponto é o caso das controvérsias científicas como apresentadas por Dascal (1994; 1998), no âmbito da filosofia da ciência. O primeiro ponto, além do interesse que apresenta por si só, também é motivado pelo papel que a questão ocupa nos modelos calcados na Teoria dos Jogos, como deverá ficar claro da análise apresentada no capítulo 1. O segundo decorre mais ou menos naturalmente da forma como Grice elaborou seu programa de investigação e de como ele procurou separar fenômenos semânticos e pragmáticos por meio da sua lógica da conversação. Se essa lógica é

3 Uma exceção notável é a Teoria dos Jogos, como veremos.

4 Embora a questão tenha sido primeiro colocada por Landman (2000). No entanto, o debate parece ter ganhado *momentum* a partir do trabalho de Chierchia, publicado “oficialmente” em 2004, mas que já circulava em 2001, tendo sido publicado em sua página pessoal (Landman, contudo, não defende que as implicaturas escalares devam ser consideradas como gramaticais, ao contrário de Chierchia, como veremos).

calcada na cooperação, nada mais justo do que indagar o que acontece com a fronteira entre as duas áreas se adicionamos a variável extra da possibilidade de não cooperação. Contudo, como veremos, ao contrário do que se poderia esperar, a discussão acerca do tema parece antes corroborar (ao menos em parte) as reflexões griceanas do que miná-las. No terceiro caso, este trabalho procurará aceitar a provocação de Dascal de que, para entender as controvérsias científicas, é necessário não um modelo de racionalidade “duro”, como a lógica formal, mas sim um modelo de racionalidade “soft”, como é a pragmática. Também procurarei responder à convocação feita pelo autor quando ele afirma que

Para que possa cumprir sua função instrumental na análise das controvérsias, a pragmática tem que refinar seu aparato teórico. Em primeiro lugar, tem que dar conta do caráter às vezes cooperativo, às vezes competitivo do discurso polêmico, que pode dar lugar a formas especiais de respeitar e violar as normas da cooperatividade e inteligibilidade da comunicação. (1994, p.93)

Entendo que as controvérsias científicas são, com muita frequência, um caso de discurso não cooperativo e, dessa forma, se este trabalho for bem sucedido (ainda que parcialmente) em seu objetivo de fornecer um tratamento aos fenômenos desse tipo, então essa discussão poderá também beneficiar nosso entendimento acerca do comportamento das controvérsias científicas.

Tenho me referido sistematicamente ao termo *não cooperação* e, em certa medida, me apoiado no uso comum que damos à expressão para fazer esta apresentação. O que, no entanto, pode ser considerado como *não cooperativo* no domínio da pragmática? Para começar a esboçar qualquer tentativa de tratamento da questão, é necessário em primeiro lugar tornar claro o que se entende aqui por essa expressão e que tipo de fenômenos pertence a esse conjunto. O capítulo 1 apresentará uma revisão de alguns trabalhos acerca do tema, procurando fornecer um panorama do estado da questão – ainda que de modo bastante resumido. Uma atenção maior será dedicada aos trabalhos de Franke, Jäger & van Rooij (2009) e Asher & Lascarides (2013), ambos vinculados ao paradigma da Teoria dos Jogos, uma vez que suas propostas apresentam um maior grau de maturidade, além de estabelecer um conjunto de dados interessante, que poderá servir de ponto de partida para este trabalho. Esse conjunto incluirá situações de engano (em que o falante procura induzir o ouvinte ao erro) e mentiras diretas, bem como casos em que é possível inferir informações que o falante preferiria que não o fossem. Essa lista será ligeiramente expandida no capítulo seguinte para incluir casos de piadas, charadas e também situações em que o falante procura abortar a comunicação de modo completo. Procurarei também, é claro, justificar em que medida se pode entender cada um

desses casos como não cooperativo.

No capítulo 2, por sua vez, procurarei definir não cooperação em termos do Princípio da Cooperação [PC], conforme enunciado por Grice (1989, p. 26), propondo também uma tipologia dos diferentes modos possíveis de violar a cooperação. Consideraremos a análise de Attardo (1997), que encontra uma vagueza intrínseca nas formulações de Grice acerca do PC. Como veremos, segundo Attardo, é possível destringir a cooperação griceana em diferentes tipos/níveis. Discutiremos as implicações desses diferentes tipos de cooperação para o caso das situações não cooperativas, para então, finalmente, apresentar uma proposta de tratamento calcada no modelo griceano.

Por último, o capítulo 3 apresentará algumas discussões de temas diversos em que a análise aqui desenvolvida parece ser potencialmente produtiva. Será esse o momento em que deveremos tratar da questão da indiretividade, da fronteira entre a semântica e pragmática (considerando-se especificamente a questão das implicaturas escalares para ilustrar a problemática), e das controvérsias científicas. Esses não são casos que envolvam necessariamente fenômenos não cooperativos e, portanto, podem muito naturalmente prescindir da discussão apresentada neste trabalho. Contudo, apesar de esses temas não estarem especificamente relacionados ao tema desta tese, acredito que uma abordagem que considera e procura explicar casos de não cooperação pode fornecer uma perspectiva bastante interessante sobre eles, contribuindo de modo significativo para a forma como são entendidos. Embora, por exemplo, as razões para um dado falante preferir veicular sua intenção comunicativa via implicatura e não através de uma formulação estritamente literal possam ser as mais variadas, há uma vantagem evidente em se usar formas indiretas em situações de disputa, principalmente pela possibilidade de negar as inferências feitas pelo ouvinte. Já no caso das implicaturas escalares, como veremos, sua própria derivação implicaria que estamos frente a casos cooperativos, de acordo com a perspectiva aqui advogada. Contudo, a hipotética relação entre cooperação e geração de implicaturas (defendida neste trabalho) aponta para uma forma interessante de abordar a questão da divisão de trabalho entre semântica e pragmática, já que essa relação seria essencial e exclusivamente pragmática. Por último, o caso das controvérsias científicas parece um terreno em que é possível falar de não cooperação com mais propriedade e de modo mais direto, uma vez que ela parece ser a regra, e não a exceção. Embora a discussão apresentada sobre esse tema seja ainda bastante incipiente, acredito que seja possível ao menos apontar direções em que as questões podem se relacionar.

1. Revisão bibliográfica

Parece haver certo consenso de que a comunicação é uma atividade que se apoia fortemente na cooperação dos envolvidos. Conforme apontado anteriormente, diversas teorias contemporâneas parecem assumir, ao menos em algum nível, que a cooperação entre os falantes é uma peça chave para que as trocas comunicativas possam ocorrer.⁵ Em que sentido, então, é possível falar em *não cooperação*?

Se por um lado é claro que sem cooperação não pode haver as bases mínimas para que a comunicação ocorra de maneira satisfatória (se um indivíduo não pretende cooperar, por que, então, tomar parte no processo?), por outro parece também claro que há uma diferença significativa na extensão em que os falantes estão dispostos a colaborar uns com os outros, a depender da situação em que se encontram. Como aponta Levinson:

uma coisa que nós podemos observar é que nem todos os tipos de atividade são profundamente cooperativos. Considere-se um interrogatório: é improvável que qualquer uma das partes assuma que a outra está preenchendo as máximas de qualidade, maneira e especialmente quantidade (que requer que se diga tanto quanto é requerido pelo outro). Inferências que em circunstâncias plenamente cooperativas seriam levadas a cabo (a saber, as implicaturas conversacionais) podem não mais o ser.⁶ (1979, p. 374)

Intuitivamente, se um réu dá apenas respostas vagas e evasivas durante um julgamento, não teríamos problemas em acusá-lo de não cooperar, ainda que ele não se recuse a responder ou diga “eu não posso falar mais; meus lábios estão selados”, como no exemplo clássico de *opting out* apresentado por Grice (1989). Desse modo, embora use aqui o termo *não cooperação*, trata-se mais especificamente de lidar com uma cooperação *parcial*, que fica aquém da cooperação prototípica sobre a qual Grice (e boa parte das teorias pós-griceanas, talvez seja apropriado dizer) se debruça. Como veremos no desenrolar desta tese, entre a cooperação plena que dois indivíduos podem estar dispostos a exercer (extrapolando, inclusive, os limites comunicativos) e a completa recusa em tomar parte em um diálogo, há diversos graus possíveis que sua disposição em cooperar pode assumir.

A questão da não cooperação é, contudo, bastante recente, e figura apenas em uns poucos

5 A Teoria da Relevância talvez seja uma exceção, na medida em que Sperber & Wilson (1995) procuram descentralizar o papel da cooperação, tratando-a como mais um dos muitos componentes do contexto.

6 “one thing we can observe is that not all activity types are deeply co-operative. Consider an interrogation: it is unlikely that that either party assumes the other is fulfilling the maxims of quality, manner especially quantity (requiring that one say as much as is required by the other). Inferences that in fully co-operative circumstances would go through (namely conversational implicature) may no longer do so”.

trabalhos elaborados ao longo das últimas duas décadas, talvez. Não há uma bibliografia bem estabelecida sobre o tema (e, portanto, posso estar deixando de levar em consideração algum trabalho relevante), mas alguns autores se debruçaram sobre ele com maior ou menor grau de sucesso. Os artigos de Sarangi & Slembrouck (1992), Goodwin (2000), Galasinski (1996) e Louis de Saussure (2005) são alguns exemplos. Há também duas teses de doutorado, uma do vizinho argentino Brian Plüss (2013) e outra de Oswald (2010)⁷. O trabalho de Plüss se afasta um pouco dos nossos interesses, na medida em que se debruça sobre a tarefa de propor um modelo computacional para a não cooperação, e não deveremos tratar dele. Tampouco deverei fazer uma longa exposição do trabalho de Oswald (o que justificarei na sequência), mas deverei me apoiar em algumas de suas observações, quando conveniente.

Finalmente, analisaremos mais de perto os trabalhos de Franke, Jäger & van Rooij (2009) e de Asher & Lascarides (2013), que apresentam modelos bastantes sólidos de tratamento da questão no âmbito da Teoria dos Jogos.

1.1. Oswald: *Pragmatics of Uncooperative and Manipulative Communication*

Oswald, em sua tese de doutorado (2010), apresenta uma longa e detalhada discussão sobre manipulação, partindo do viés da Teoria da Relevância. O autor analisa o modo como a discussão sobre o tema tem sido conduzida em diversas áreas, incluindo a Análise Crítica do Discurso, a Teoria da Argumentação e a Psicologia Social. Oswald trata a manipulação como um tipo de não cooperação (o que aproxima seu trabalho de nosso tema de interesse), entendendo-a como

a mismatch between the intentions the speaker manifests and the intentions she really has in making her utterance, typically intentions whose fulfillment require that the addressee knows nothing about them.(...) the manipulated addressee considers that communication was successful and unproblematic, whereas the manipulative speaker knows that the communicative exchange would be regarded as problematic by the addressee were the latter to become aware of the speaker's manipulative intention. (p. 1)

A fim de demonstrar a inadequação do modelo griceano no que diz respeito ao tratamento da não cooperação, o autor procura emular uma tentativa de definir esse conceito em termos de

⁷ Gostaria de deixar registrado meu agradecimento a ambos os autores por disponibilizarem cópias de suas teses de modo muito solícito.

violações de máximas e do Princípio da Cooperação, para concluir que elas não são condições nem necessárias, nem suficientes, para a caracterização da não cooperação (p. 85). Uma conclusão interessante a que o autor chega é a de que o *opting out* é uma ação *cooperativa* (p. 82), uma conclusão que deveremos retomar adiante (no capítulo 2, item 2.4.3).

Um dos empecilhos na utilização do trabalho de Oswald em nossa discussão é uma certa dificuldade em afirmar até que ponto suas observações se estendem a fenômenos não cooperativos de modo geral ou se elas se restringem à manipulação. O autor apresenta, contudo, uma discussão sobre diferentes tipos de cooperação, discussão essa que deverá fazer sua aparição quando tratarmos desse tema específico (presente em virtualmente todas as discussões sobre não cooperação). Há também uma distinção entre não cooperação *aberta* e *velada*, calcada na discussão feita em Galasinski (1996 – mencionado acima), que também deverá ser retomada adiante.

Um problema mais grave, no entanto, é a forma como Oswald trata a questão da manipulação e as conclusões a que ele chega. O trabalho foca a perspectiva do processamento cognitivo das informações, para chegar à conclusão de que a manipulação consiste numa estratégia de processamento que procura fazer com que determinadas contribuições conversacionais pareçam relevantes, enquanto oculta as informações que realmente o seriam. Em suas próprias palavras,

manipulative communication could be described as a set of strategies the twofold goal of which is to prompt for the interpretation of the message within a limited context and to drive the addressee's attention away from the manipulative intention or from any set of information the awareness of which would jeopardize the latter. I argued that this could be both described and explained in terms of constraints on information-processing variables such as cognitive effort and effect (...). Coupled with this operational take on manipulative communication is the idea that manipulators need to make some information look relevant while managing at the same time to keep critical information irrelevant. (p. 395-396)

Assim, as estratégias manipulativas consistiriam basicamente de movimentos que procuram desviar a atenção de determinadas alternativas interpretativas relevantes e direcionar o ouvinte a uma interpretação “dentro de um contexto limitado”. O problema é que, salvo engano, essa é uma descrição de toda e qualquer contribuição conversacional. Essa é uma formulação muito próxima da descrição de Stalnaker (2002) da forma como as asserções alteram o contexto, por exemplo.⁸ Boa

⁸ “To make an assertion is to reduce the context set in a particular way, provided that there are no objections from the other participants in the conversation. The particular way in which the context set is reduced is that all of the possible situations incompatible with what is said are eliminated. To put it a slightly different way, the essential effect of an assertion is to change the presuppositions of the participants in the conversation by adding the content of what is

parte do trabalho é dedicada a demonstrar como os falantes procuram conduzir a atenção dos ouvintes para evitar certas informações e possibilidades interpretativas, conduzindo-os a outras do interesse do falante, sem considerar que é exatamente isso que toda e qualquer contribuição comunicativa faz. A única diferença entre uma contribuição plenamente cooperativa e uma tentativa de manipular o ouvinte seria a intenção do falante, uma variável que Oswald procura pôr em xeque ao longo de seu trabalho.

Portanto, parece-me que, a despeito de poder fornecer eventuais contribuições significativas à discussão, o trabalho de Oswald possui um problema central que o mina de saída. Assim, utilizaremos alguns comentários pontuais do autor em questões específicas, mas o poder explicativo do conjunto da obra fica bastante reduzido.

1.2. Teoria dos Jogos, Cooperação e Conflito

1.2.1. *Relevance in cooperation and conflict*

Franke, Jäger & van Rooij apresentam, em um artigo intitulado *Relevance in cooperation and conflict* (2009), uma análise da não cooperação dentro de um quadro da Teoria dos Jogos, um modelo matemático que procura explicar as inferências envolvidas na interação de agentes racionais (Jäger, 2012, p. 2).⁹ De acordo com os autores, modelos (neo-)griceanos seriam incapazes de lidar com situações de conflito (parcial), uma deficiência que seria partilhada também, ainda que em menor grau, pela Teoria da Relevância. A falha maior da última seria negligenciar a distinção entre relevância do falante e relevância do ouvinte, desconsiderado sobretudo a primeira, como os autores argumentam ao longo do artigo e como sinaliza seu próprio título.

A Teoria dos Jogos, de acordo com o texto, seria ideal para tratar de situações

“of interlocked multiagent belief and action (where “action” here represents both

asserted to what is presupposed.” (2002, p. 153). A descrição é bastante semelhante à de Oswald do discurso manipulativo, com a exceção de que Stalnaker fala em adicionar o conteúdo asserido ao fundo conversacional compartilhado, ao passo que Oswald fala em relevância das afirmações. Contudo, o ponto central aqui é o de que a descrição de Oswald poderia ser empregada de forma igualmente adequada tanto a situações cooperativas quanto não cooperativas: ao fazer uma afirmação plenamente relevante, verdadeira, clara e informativa, o que um falante faz é indicar que determinada informação é relevante, enquanto outras alternativas salientes não o são.

⁹ A primeira versão da teoria foi apresentada por van Neumann & Morgenstern (1944), tendo recebido diversos refinamentos nas últimas décadas. Suas aplicações abrangem um grande número de áreas, como a economia, biologia, ciência política, psicologia e, a partir do trabalho de Lewis (1969), a linguística (Ross, 2014). Evitaremos, tanto quanto possível, entrar nos detalhes técnicos da proposta, por entender que, uma vez que a Teoria dos Jogos não é o paradigma a que este trabalho se filia, essa é uma complicação em grande parte desnecessária. Esses detalhes estão, é claro, presentes no artigo original, que pode ser consultado caso o leitor julgue necessário, bem como em Jäger (2012), que apresenta um modelo particular de aplicação à pragmática.

the utterance itself and the interpretation that a hearer eventually must form), that is, when several agents must independently choose how to behave in a situation whose outcome depends on their collective behaviour, the tools of game theory are *prima facie* appropriate.” (p.2)

A Teoria dos Jogos, por outro lado, foi originalmente desenvolvida tendo-se em vista situações de conflitos de interesse no âmbito econômico, em um cenário de disputa pelo livre mercado. Nesse tipo de situação, as preferências dos agentes envolvidos não coincidem, e cada jogador deve levar em consideração as possíveis ações do oponente para decidir qual o melhor curso de ação (chamado *estratégia*).¹⁰ Desse modo, contrário ao do que ocorreria com a maioria das teorias pragmáticas, fortemente construídas em torno de situação cooperativas, a Teoria dos Jogos seria naturalmente mais adequada a situações de conflito ou conflito parcial (a despeito de as primeiras propostas de aplicação da teoria à pragmática terem surgido no âmbito da pragmática cooperativa). O foco na noção de relevância se explica porque

If speaker and hearer preferences do not coincide, then they may not agree on which contributions to the conversation are relevant; we can distinguish speaker relevance from hearer relevance, meaning relevance to the individual goals of the conversational participants. The general idea of this paper is that speaker relevance plays a significant, and so far largely overlooked, role in pragmatic reasoning. (p. 2)

Os autores defendem o alargamento da noção de pragmática para incluir situações de não-cooperação, apontando para a proficuidade desse tipo de caso na conversação ordinária, e argumentando que esses fenômenos podem ser estudados tão sistematicamente quanto suas contrapartes cooperativas (p. 3).

Os exemplos concretos abordados pelo artigo serão basicamente de quatro tipos: 1) situações em que o ouvinte deriva implicaturas que o falante não pretende comunicar; 2) implicaturas de “relutância em dizer” (*unwilling to tell implicatures*); 3) situações de tentativas de enganar o interlocutor dizendo a verdade e, finalmente; 4) mentiras. O exemplo utilizado para o primeiro caso é o dado por Ariel (2004), em que um israelense discute com um palestino a respeito da responsabilidade pelo conflito e o israelense, afirmando que a culpa recai sobre os palestinos, afirma:

10 A Teoria dos Jogos pode ser interpretada tanto de uma perspectiva *normativa*, *i.e.*, como uma análise daquilo que um agente *deve* fazer a fim de maximizar seus ganhos (chamados *utilidades*), quanto de uma perspectiva *descritiva*, *i.e.* como uma descrição dos processos racionais envolvidos na tomada de decisões estratégica (Ross, 2014). Ao longo do artigo, fica claro que os autores adotam uma perspectiva descritiva.

1) *Most Israelis voted for peace.*¹¹

Como aponta Ariel, a frase acima gera uma implicatura escalar tradicional (“a maioria, mas não todos”), mas essa implicatura não é pretendida pelo falante que, de fato, preferiria que o ouvinte não a derivasse, já que ela enfraquece seu argumento. Para a autora, isso significa que a interpretação “a maioria, mas não todos” não é transmitida via implicatura, mas é parte do significado semântico da expressão *a maioria (most)*.¹²

O segundo tipo de caso incluiria situações como o diálogo abaixo:

- 2) A: *Where are you going?*
B: *Out.*

Nesse exemplo, ao contrário do exemplo anterior, a inferência de que o falante não deseja ser mais específico é claramente comunicada, mas a maior parte das teorias pragmáticas contemporâneas que se apoia em uma noção de cooperação plena teria problemas em explicar como ela surge – ou ao menos assim afirmam os autores. Essa crítica também é encontrada em Sperber & Wilson (1995), bem como em Carston (1998), citados no artigo.¹³

Exemplos de tentativas de enganar o interlocutor seriam como o célebre caso do

11 Salvo engano, a sentença *Most Israelis voted for peace* não consta no artigo de Ariel, citado pelos autores. Há, contudo, sentenças semelhantes: *Most Israelis support the Geneva accord* e *The majority decided for peace*, esta última seguida de uma explicação contendo a sentença *most Israelis decided for peace*.

12 Para Ariel, *most* difere semanticamente de *more than a half*: ao passo que o último possuiria apenas um limite inferior (metade +1), o primeiro incluiria também um limite superior lexicalmente codificado (50%+1 até 99%). Para a autora, a evidência empírica por ela analisada indica que *most* não é compatível com 100% e, portanto, a interpretação *não todos* não seria derivada via implicatura.

13 Não parece ser o caso de que essas implicaturas não poderiam ser derivadas através do mecanismo de violação de máximas. A resposta em 2) B, tomada literalmente, claramente violaria quantidade e relevância (afirmando uma obviedade), que poderiam disparar o processo inferencial para procurar encontrar uma interpretação em que fizesse o que foi dito fizesse sentido, gerando, assim, a implicatura correspondente. A crítica, contudo, encontra fundamento (em especial as de Sperber & Wilson, 1995, e Carston, 1998) na medida em que, da forma como o mecanismo griceano é descrito, essas implicaturas *não deveriam* ser geradas, já que o falante claramente viola o PC em pelo menos dois níveis: primeiro, ao se recusar em fornecer a contribuição requerida (*i.e.* a informação requisitada); segundo, ao recusar aberta e unilateralmente a adesão a um propósito ou direção *mutuamente aceito* da conversação. De acordo com Grice, na impossibilidade de se sustentar que o interlocutor adere ao PC, não deveria ser possível haver a presença de uma implicatura. (Cf. “*Since, to assume the presence of a conversational implicature, we have to assume that at least the Cooperative Principle is being observed, and since it is possible to opt out the observation of this principle, it follows that a generalized conversational implicature can be cancelled in a particular case. It may be explicitly cancelled, by the addition of a clause that states or implies that the speaker has opted out, or it may be contextually cancelled, if the form of utterance that usually carries it is used in a context that makes it clear that the speaker is opting out*” p. 39. Cf. também p. 30, 31, 33). A questão, me parece, também não é apenas hermênutica (não se trata apenas de discutir a interpretação do texto de Grice), mas sim uma questão da relação entre o PC e as máximas e o entedimento de que as segundas servem como forma de operacionalizar o primeiro, ou ao menos que decorrem dele em alguma medida. Esses casos também serão problemáticos para a abordagem advogada neste trabalho, como veremos no capítulo 2.

interrogatório do ex-presidente norte-americano Bill Clinton, no julgamento de *impeachment* pelo escândalo com a secretária Monica Lewinsky:

- 3) A: *At any time were you and Monica Lewinsky together alone in the Oval Office?*
Clinton: *It seems to me she brought things to me once or twice on the weekends.*

Franke, Jäger & van Rooij procurarão tratar desses casos modelando a linguagem como um *jogo de sinalização* (*signalling game*), além de também procurar antecipar possíveis objeções à ideia de que os falantes são agentes egoístas (*self-interested*). Para isso, eles procurarão explicar a emergência da cooperação em um ambiente de competição por recursos limitados.

1.2.1.1. Signalling Games

O tratamento da linguagem como um *jogo de sinalização* (*signalling game*) foi proposto originalmente por Lewis (1969). Na Teoria dos Jogos clássica, dois agentes (jogadores) precisam tomar decisões sobre o melhor curso de ação a ser seguido, e suas escolhas dependem das escolhas feitas pelo outro jogador. Um exemplo tradicional é o chamado *dilema do prisioneiro*:

Dilema do prisioneiro:¹⁴ suponha-se uma situação em que dois suspeitos de um crime grave são mantidos em celas separadas. Há evidências o suficiente para condenar a ambos por um crime leve, mas não evidência suficiente para condená-los pelo crime mais grave. A única forma de conseguir condená-los seria convencer um deles a depor contra o outro. O policial encarregado então faz a seguinte oferta para ambos (separadamente): se ele confessar o crime e o outro não o fizer, o primeiro fica livre de qualquer acusação e o segundo seria condenado a quatro anos de prisão. Se ambos confessarem, ambos serão condenados a três anos de prisão. Se nenhum deles confessar, os dois terão de cumprir um ano de pena. (adaptado de Osborne, 2000, p. 12)

Nessa situação, cada um dos agentes deve levar em conta a provável decisão do outro. Se o

14 O Dilema do Prisioneiro (*Prisoner's dilemma*) foi proposto inicialmente por Merrill Flood e Melvin Dresher in 1950. Esse dilema é tipicamente usado para ilustrar as noções de *utilidade* e *equilíbrio* na teoria dos jogos. O nome "*prisoner's dilemma*" e a estrutura com anos de prisão como *payoffs* se devem a adaptações feitas por Albert Tucker (Kuhn, 2014)

agente souber que seu cúmplice vai confessar, sua ação mais vantajosa seria confessar também (pegando três, ao invés de quatro anos de prisão). Por outro lado, se o cúmplice permanecer em silêncio, ele poderia permanecer também calado (resultando em um ano de prisão para cada), ou então entregá-lo (e ir embora livre). A decisão em questão vai depender crucialmente de duas variáveis: o quão vantajoso cada resultado é e o curso de ação escolhido pelo outro jogador (ou sua probabilidade). Assim, os agentes são dotados de determinadas *preferências* (no caso em questão, os acusados prefeririam penas menores a maiores), que são representadas por um valor estipulado numa escala ou *ranking*, chamado de *utilidade* ou *payoff* (Ross, 2014, *online*). No exemplo do dilema do prisioneiro, poderíamos relacionar a duração das penas a um valor numa escala para retratar as utilidades de cada curso de ação, da seguinte maneira:

pena	utilidade
livre	3
1 ano	2
3 anos	1
4 anos	0

tabela 1 – utilidades do dilema do prisioneiro

Caso ambos confessem, a utilidade de cada um será 1 (1,1); caso o primeiro deles confesse e o segundo não, as utilidades serão respectivamente 3 e 0 (3,0), e (0,3) na situação oposta; se nenhum deles confessar, 2 para cada (2,2). Seguindo a notação tradicional da Teoria dos Jogos, poderíamos representar esse jogo da seguinte forma:

	silêncio	confessar
silêncio	2,2	0,3
confessar	3,0	1,1

diagrama 1 – o dilema do prisioneiro

Em que as ações possíveis para o jogador 1 estão descritas na coluna à direita, e as do jogador 2 na linha acima da tabela. Caso ambos escolham permanecer em silêncio (linha 1, coluna 1), as utilidades serão (2,2); caso o primeiro decida ficar em silêncio e o segundo confessar (linha 1, coluna 2), (0,3); se o primeiro decide confessar e o segundo ficar em silêncio (linha 2, coluna 1), as utilidades são (3,0); caso ambos decidam confessar, (1,1) – (linha 2, coluna 2) – (Osborne, 2010, p. 13).

O conjunto de ações tomadas por cada um dos participantes ao longo do jogo constituiria sua *estratégia* ou *perfil*. A cada ação, cada jogador procura tomar as melhores decisões possíveis (*i.e.* procura *maximizar sua utilidade*). Se, levando-se em conta as ações de cada participante,

nenhum jogador teria uma razão para mudar sua estratégia (ou seja, se cada jogador conseguiu tirar máximo proveito de suas ações, dadas as ações dos demais jogadores), então o jogo está num estado de *equilíbrio* (também chamado de *equilíbrio Nash*, por conta do criador da noção, o matemático John F. Nash Jr.).¹⁵

Assim, a Teoria dos Jogos assume que os agentes são *maximizadores de utilidade*, e que sua escolhas devem ser orientadas por um compromisso entre as utilidades esperadas e suas crenças a respeito das escolhas dos demais participantes do jogo. Como apontam Asher & Lascarides,

Game theory assumes that all rational agents act so as to maximise their expected preferences or utilities. We speak of expected preferences so as to handle the agent's uncertainty about the environment he's in; the agent may be uncertain about the outcome of an action, about other agents' mental states or what they might do, or any combination of these. Action choice in game theory is an optimal tradeoff between the likely outcome of an action you might choose to perform and the extent to which you want that outcome. With regard to dialogue, this view makes one's action choice (what to say for the speaker, how to interpret what's said for the interlocutor) dependent on one's expectations about the other agent's motives. (Asher & Lascarides, 2013, p. 18)

Num modelo de Jogo de Sinalização, como proposto por Lewis, o falante e o ouvinte são ambos jogadores em uma situação em que o falante tem alguma informação que o ouvinte não possui, mas gostaria de ter para tomar determinada decisão. As utilidades ou *payoffs* de cada jogador dependem da informação (normalmente entendida como um estado de coisas), da mensagem e da ação do outro jogador (que pode incluir produzir um enunciado ou interpretá-lo). A cada estado de coisas corresponde uma ação ótima a ser realizada, e vice e versa (Franke, Jäger & van Rooij, 2009, p. 5). Assim, um falante possuiria uma determinada quantidade de informação privada (seu *tipo* – correspondente ao estado de coisas conhecido por ele). Ele então emite um *signal* (*signal*) e o ouvinte deve desempenhar uma dada ação (*e.g.* interpretar o sinal de uma dada forma). Se o falante deseja ser maximamente informativo, por exemplo, então sinais que acarretem mais informatividade possuirão uma utilidade maior. Se o ouvinte, por sua vez, deseja saber o real estado de coisas, então descobrir o real estado de coisas possuiria a maior utilidade.

Tomemos como exemplo 4), abaixo:

¹⁵ Trata-se do matemático laureado com o prêmio Nobel de economia de 1994, em conjunto com John C. Harsanyi e Reinhard Selten, que se tornou particularmente conhecido após ter sua história retratada no filme *Uma mente brilhante*, bem como no livro de mesmo nome, em que o primeiro se baseia.

- 4) a. Alguns meninos vieram.
 b. Todos os meninos vieram

Tipicamente, numa implicatura escalar normal, afirmar 4.a, acima, teria como efeito gerar a negação de b. Se o falante deseja ser maximamente informativo, então claramente a mensagem 4.b acarretaria uma utilidade baixa (estipulemos 0 – já que essa opção seria falsa), ao passo que afirmar 4.a teria uma utilidade mais elevada (1). O ouvinte, por sua vez, tendo interesse em descobrir o real estado de coisas, estaria interessado em derivar a interpretação *todos*, se o tipo do falante (*t*) for esse, e *alguns*, se assim for. Esse jogo teria a seguinte forma:

	alguns	todos
alguns	1,1	0,0
todos	0,0	0,0

diagrama 2 – interpretação de *alguns meninos vieram*

Nessa situação, não é difícil ver como a assunção da racionalidade dos agentes e de sua natureza como maximizadores de utilidade é capaz de derivar a implicatura escalar *alguns, mas não todos*. Caso o estado de coisas fosse todos, o falante, desejando ser maximamente informativo, teria dito *todos*, ao invés de *alguns*, já que *todos* teria estritamente uma utilidade maior. Dessa forma, o ouvinte é capaz de inferir, sem maiores dificuldades, que a interpretação *todos* não deve ser verdadeira, do contrário, o falante o teria dito. Assim, o único equilíbrio possível nesse jogo é a interpretação *alguns*, para ambos (adaptado de Jäger, 2010).¹⁶

O exemplo acima é um exemplo tipicamente cooperativo. A cooperação griceana é modelada nesse quadro como situações em que as preferências do falante e do ouvinte estão alinhadas. Assim, dentro dessa perspectiva, a não cooperação seria entendida como a divergência nas utilidades ótimas dos interlocutores:

Gricean cooperation is typically modelled in this setting by giving speakers and hearers the same payoff function. This ensures that whatever is in the one's interests is in the interests of the other, and thus that both prefer cooperation. Once the payoffs diverge, however, we can have situations of (partial) conflict: the speaker, knowing the state, may prefer the hearer to take an action that differs from his best

¹⁶ O exemplo apresenta uma forma extremamente simplificada e, tecnicamente, incorreta. Para derivar a implicatura, seria necessário incluir essa interpretação na estrutura de utilidades (contrastando, portanto, a interpretação de *alguns* pura e simplesmente e a interpretação *alguns, mas não todos*). Contudo, o exemplo deve ser suficiente para demonstrar que tipo de raciocínio estaria envolvido na geração da implicatura. Veremos um exemplo mais detalhado abaixo, ao tratar das *inferências indesejadas*.

choice according to his own preferences. (Franke, Jäger & van Rooij, 2009, p. 5)

Uma objeção antecipada pelos próprios autores é a de que, para que seja possível que a comunicação ocorra de modo eficaz, é necessário que as preferências estejam alinhadas o suficiente por uma parte do tempo suficiente, o que parece contrastar com a ideia de interlocutores egoístas, interessados apenas em maximizar suas próprias utilidades. Contudo, o retrato dos agentes racionais como sendo estritamente interessados apenas em si próprios certamente é um ponto controverso. Além disso, essa imagem contrastaria significativamente com o panorama das interações sociais, em que a cooperação é extramamente pervasiva, sobretudo na comunicação. Tendo isso em vista, os autores dedicarão um espaço razoável para tentar conciliar a concepção de agentes mesquinhos e o alto grau de colaboração encontrado em diversas esferas da atividade humana. Para tentar esclarecer essa aparente contradição, os autores analisam o panorama da evolução da linguagem a fim de procurar compreender como é possível sua emergência, uma vez que em um cenário em que os agentes disputam recursos escassos não seria de seu interesse (ao menos imediato) compartilhar informações. Evitaremos abordar essa discussão, uma vez que, por um lado, ela me parece problemática em diversos aspectos e, por outro, por não ser essencial ao nosso ponto. Notarei apenas que esse entendimento específico do caráter e das disposições dos agentes não é essencial à Teoria do Jogos, já que as utilidades não precisam necessariamente se resumir em ganhos materiais ou qualquer outra coisa do tipo. Como aponta Ross (2014 – *online*), as funções de utilidade de um jogador devem representar “qualquer coisa com que aquele jogador se preocupa, o que pode ser qualquer coisa de fato”. O que importa para a teoria é a estrutura particular que os jogos assumem e a distribuição dos *pay-offs* de cada jogador, pouco importando a que seus valores correspondem no mundo real. O interesse dos envolvidos pode ser egoísta, como no caso do tradicional dilema do prisioneiro, em que cada uma das partes está essencialmente preocupada em minimizar sua punição, ou pode ser absolutamente altruísta. Como exemplifica Ross,

we could have two Mother Theresa types here, both of whom care little for themselves and wish only to feed starving children. But suppose the original Mother Theresa wishes to feed the children of Calcutta while Mother Juanita wishes to feed the children of Bogota. And suppose that the international aid agency will maximize its donation if the two saints nominate the same city, will give the second-highest amount if they nominate each others' cities, and the lowest amount if they each nominate their own city. Our saints are in a PD [prisoner's dilemma] here, though hardly selfish or unconcerned with the social good. (2014 –

online)

No caso do dilema do prisioneiro, Ross nota também que, caso ambos se preocupassem com o bem-estar um do outro, isso deveria ser incluído na estrutura do jogo, refletindo nas suas respectivas utilidades. Portanto, não é essencial à Teoria dos Jogos a assunção de que os agentes são egoístas – independentemente de seus interesses, as utilidades do jogo devem refletir as preferências de cada participante, sejam elas o máximo ganho pessoal ou a preservação do bem estar geral. O que deve ficar claro é que ambos os jogadores procuram maximizar a eficiência e a racionalidade de suas decisões, como uma função dos resultados por eles esperados. Essa será a base de qualquer explicação calcada na Teoria dos Jogos e, portanto, também a base da análise dos exemplos de não cooperação analisados.

1.2.1.2. Inferências indesejadas

No que diz respeito ao tratamento proposto aos dados apresentados, Franke, Jäger e van Rooij (2009) abordam inicialmente os casos do tipo 1), em que o ouvinte deriva determinadas inferências (“*implicature-like inferences*”), mesmo quando o falante preferiria que ele não o fizesse (e, portanto, não pretende comunicá-las). Os autores se abstêm de discutir se esse tipo de inferência deve ou não ser chamado de implicatura, já que elas normalmente são caracterizadas como algo que faz parte da intenção comunicativa do falante. Para eles, a despeito da nomenclatura, esse tipo de inferência pertence à alçada da pragmática.¹⁷

Esse tipo de caso é modelado como um *jogo de persuasão*, uma interação entre um vendedor e um comprador (*buyer/seller*), em que o vendedor precisa dizer a verdade (caso ele não diga a verdade, o caso seria tratado como o tipo 4), mentiras).¹⁸ Nesse tipo de jogo, basicamente, o vendedor enuncia uma mensagem a respeito da qualidade do produto, o que afeta diretamente a quantidade de produtos adquirida pelo comprador.¹⁹ Nesse cenário, é do melhor interesse do

17 “Whether this inference should be called an “implicature” depends on the definitional stance one takes; if implicatures are part of what the speaker intends or wants to convey, then this isn’t an implicature. We are not concerned with the definitional question: these are inferences, beyond the semantic meaning of a message, that a hearer may draw based on considerations of strategic language use, which places them squarely in the pragmatic camp” (p.20). Cf. capítulo 2 [2.4.1].

18 Do ponto de vista técnico (que, novamente, não é essencial à nossa discussão), esse requerimento pode ser modelado considerando-se apenas as estratégias em que, se o falante enuncia uma mensagem m em um estado t , então t é parte do sentido semântico de m (as estratégias σ tal que para todos os estados, $t \in T$, $t \in [[\sigma(t)]]$, onde T é um conjunto de estados de coisas, *i.e.*, um *tipo* do falante – *speaker type*). Essa restrição geralmente é interpretada como a contraparte na Teoria dos Jogos da máxima griceana da qualidade (p. 13).

19 Para fins de simplicidade, o exemplo considera apenas as variáveis da qualidade e quantidade de produtos comprada

vendedor que o comprador acredite que seus produtos são de alta qualidade (quanto maior a suposta qualidade, melhor). Por outro lado, o comprador desejaria saber a qualidade exata do produto. Milgrom & Roberts (*apud* Franke, Jäger & van Rooij, 2009) demonstram que todos os equilíbrios nos jogos de persuasão são completamente reveladores (*i.e.* o ouvinte sempre descobre a qualidade do produto, a despeito do interesse do falante em ocultá-lo). A prova toma a forma de *unravelling argument*, uma indução descendente na escala, bastante semelhante à forma como algumas implicaturas escalares são derivadas via máxima da quantidade: se a qualidade do produto for alta (estado de coisas $\{t_n\}$), o vendedor desejará que o comprador o saiba. No entanto, caso o estado seja $\{t_{n-1}\}$, o vendedor desejará que o comprador acredite que ele na verdade é $\{t_n\}$, mas, já que ele não pode mentir, o melhor que ele pode enunciar é $\{t_{n-1}\}$. Contudo, o comprador é capaz de prever que, fosse o estado $\{t_n\}$, o vendedor o teria enunciado e não $\{t_{n-1}\}$ e conclui, dessa forma, o estado correto (Franke, Jäger & van Rooij, 2009, p. 14).

Esse é o mesmo raciocínio levado a cabo em casos do exemplo em 1), *most Israelis voted for peace*. O interesse do falante é apresentar o argumento mais forte possível e o ouvinte o sabe, assumindo corretamente, portanto, que ele teria enunciado “todos”, se fosse possível, derivando assim a implicatura escalar (*a maioria, mas não todos*), a despeito da ausência de “cooperação estrita”, nos termos dos autores (p. 14).

Embora a argumentação pareça bastante simples e direta, a explicação esbarra em alguns problemas formais, apontados pelos próprios autores e de que eles tentam dar conta. O problema consiste no fato de que o modelo do jogo de persuasão é construído tendo-se em vista valores numa escala contínua (de qualidade e quantidade de produtos), enquanto que as interpretações seriam discretas. Para ilustrar a problemática, os autores apresentam o caso de um *jogo de sedução* (cujo nome marca sua origem na biologia evolutiva): de modo semelhante ao jogo de persuasão, o falante deseja que o ouvinte acredite que sua qualidade (enquanto parceiro de cópula) é alta, e o ouvinte deseja descobrir a verdadeira qualidade do candidato (para fins de simplicidade, considera-se apenas as possibilidades “alta” e “baixa”). Assim, novamente, será do melhor interesse do falante enunciar que é de alta qualidade, se puder fazê-lo, e um falante de baixa qualidade poderia enunciar “sou pelo menos de baixa qualidade” (o que no caso específico não traz nenhuma informatividade e pode ser interpretado também como “qualquer coisa”, já que as únicas opções são baixa e alta qualidade e, portanto, afirmar ser pelo menos de baixa qualidade significaria o mesmo que “ou alta ou baixa”, *i.e.* qualquer uma das duas).

A princípio, o raciocínio apresentado no parágrafo anterior poderia ser aplicado sem problemas a esse caso. Contudo, considere-se que o tipo *alta qualidade* é muito mais frequente que

(e não, por exemplo, o preço).

o tipo baixo. Dada uma porcentagem alta o suficiente, do ponto de vista técnico, enunciar “sou pelo menos de baixa qualidade”, quando na verdade se é de alta qualidade, seria também um equilíbrio (um caso de *pooling equilibrium*²⁰), o que, é óbvio, contraria nossas intuições (p.15).²¹ Basicamente, o problema é que o intérprete pode simplesmente ignorar a mensagem enviada, já que a teoria não apresenta nenhum vínculo mais forte entre o conteúdo semântico da mensagem e as inferências que dele derivam. Essencialmente, se as chances de um emissor ser de baixa qualidade foram virtualmente nulas, pouco importaria a mensagem emitida, a interpretação mais adequada (com maior utilidade) seria assumir que seu nível é alto, independentemente do que ele diz.

Para tentar solucionar o problema, os autores introduzem três restrições: primeiro, estabelecem um ordenamento escalar dos acarretamentos das mensagens, correlacionado às preferências do falante; segundo, assumem que as interpretações do ouvinte respeitam o sentido semântico da mensagem; e, terceiro, que exista uma probabilidade ϵ de *interpretação semântica ingênua*. A primeira restrição apenas relaciona as mensagens de acordo com as preferências de ações do ouvinte numa escala, de modo semelhante às tradicionais escalas de Horn (1989). A segunda procura evitar problemas como a interpretação sistemática “sou de alta qualidade”, a despeito da mensagem, no exemplo citado acima. A terceira introduz a possibilidade de que o ouvinte interprete a mensagem no seu valor aparente, sem realizar nenhum raciocínio pragmático (intuitivamente, ele poderia estar cansado, distraído, etc.). Com isso, os autores eliminam a possibilidade de equilíbrio quando o falante enuncia “alta ou baixa” quando ele na verdade é de alta qualidade, já que sempre existe a possibilidade de que o ouvinte interprete ingenuamente a mensagem emitida, e considere o falante de baixa qualidade. Desse modo, mesmo com uma alta probabilidade de que a sentença *sou pelo menos de baixa qualidade* seja interpretada como, na verdade, indicando alta qualidade (dada as chances quase nulas de existência de casos de baixa qualidade), ainda assim haveria o risco de que o intérprete deixa de levar a cabo os raciocínios necessários para chegar a conclusão de que, nesse estado de coisas específico, *sou pelo menos de baixa qualidade* e *sou de alta qualidade* são virtualmente a mesma coisa.

O problema, parece-me, é essencialmente técnico e, uma vez que não estaremos interessados em discutir as minúcias da teoria, menos interessante para a nossa discussão (note-se, contudo, que a questão aqui não é trivial – ela diz respeito à relação – pouco sólida, talvez seja apropriado dizer – entre o conteúdo semântico da sentença e a interpretação derivada, o que pode

20 *pooling equilibria* são casos em que, como no jogo mencionado, a ação de o falante emitir o mesmo sinal, não importando qual seja seu tipo, é um *equilíbrio Nash*.

21 Se as chances de que o falante seja de baixa qualidade são desprezíveis, enunciar *pelo menos de baixa qualidade* poderia, formalmente, implicar na interpretação de que ele é, na verdade, de alta, já que seria altamente improvável que sua qualidade fosse baixa. Outro equilíbrio problemático é a estratégia do ouvinte de sempre interpretar que o falante é de alta qualidade a despeito de qual seja a mensagem emitida.

ser um problema mais substancial da teoria, como veremos adiante). Isso tendo sido dito, a solução apresentada possui alguns problemas: em primeiro lugar, ela é bastante contra-intuitiva – não me parece que a razão por que um falante opta por utilizar uma formulação mais forte no lugar de uma mais fraca seja uma preocupação com a possibilidade de uma interpretação puramente literal do enunciado. No caso do jogo de sedução citado como exemplo, não parece plausível assumir que um agente preferiria usar *sou de alta qualidade* no lugar de *sou pelo menos de baixa qualidade* meramente porque há uma chance de que o intérprete não derive as inferências necessárias (que, segundo as previsões da teoria, deveriam resultar basicamente na mesma interpretação, caso a chance de haver candidatos de baixa qualidade fossem baixas o suficiente); além disso, se o falante opta por usar uma formulação e não outra unicamente para evitar uma interpretação ingênua (portanto, para tornar a interpretação mais inequívoca), esperaríamos que ele o fizesse de forma sistemática, procurando encolher o papel da interpretação pragmática ao máximo, o que certamente não parece ser o caso. Para dar um exemplo concreto, em implicaturas escalares comuns, como na sentença “Algumas pessoas [impl. mas não todas] vieram à festa”, o falante teria um incentivo para evitar confiar na implicatura, efetivamente preferindo a formulação “Algumas pessoas, mas não todas, vieram à festa”, o que parece claramente equivocado. Seria possível emendar a análise, é certo, talvez incluindo uma diferença de custo de processamento (e um mecanismo para ponderar esse custo em comparação à utilidade de cada ação, é claro), mas não há nada semelhante na abordagem proposta.

1.2.1.3. *Unwilling to tell*

Os casos de implicatura de *relutância em dizer* (*unwilling to tell*) são costumeiramente apontados como bastante problemáticos para os modelos (neo-)griceanos. Carston (1998) cita vários exemplos do fenômeno, dentre os quais o exemplo 2), citado acima:

- 5) A: *Where are you going?*
B: *Out.*
- 6) A: *When will you be back?*
B: *When I'm ready.*
- 7) A: *Which of you colleagues support the strike?*
B: *Some of them do.*
- 8) A: *How many clients do you have?*

B: *A number.*

9) A: *Where does C live?*

B: *Somewhere in the South of France.* (exemplo de Grice, 1989, p. 32)²²

Claramente esses casos comunicam (intencionalmente, vale frisar) uma implicatura de que o falante não deseja ser plenamente informativo. De acordo com Carston (1998), e também Sperber & Wilson (1995), essas implicaturas seriam problemáticas para modelos griceanos, uma vez que envolveriam a compreensão por parte do ouvinte de que o falante não é cooperativo e, nesse modelo, as implicaturas são geradas sempre sob a presunção de cooperação. Discutiremos esses casos mais detalhadamente adiante (item 2.4.3), incluindo a análise da possibilidade de conciliar tais casos com o funcionamento das máximas, limitando-nos, no presente momento, a continuar a apresentar a abordagem defendida por Franke, Jäger & van Rooij (2009).

Os autores não apresentam um detalhamento formal muito grande, mas apresentam um modelo bastante intuitivo de como o processo inferencial decorreria: no caso do exemplo em 9), suponha-se, para fins de simplicidade, que há apenas duas opções onde C poderia viver, Cannes ou Nice, e o falante sabe qual das duas opções é a verdadeira. O falante deseja saber qual a localização correta, *i.e.* tomar a ação apropriada (formar a crença de que C vive em Cannes, se for o caso, ou em Nice, se assim for), então há duas ações ótimas para ele, $Cannes_a$ e $Nice_a$,²³ correspondendo aos respectivos estados de coisas ($Cannes_t$ e $Nice_t$). No entanto, como o falante pode não desejar informar a localização de C, é necessário distinguir entre outros dois estados, $Cannes_t^*$ e $Nice_t^*$, idênticos às versões sem asterisco, exceto pelo fato de que nesses estados o falante não deseja dizer onde C vive. Bastaria, assim, apenas tornar disponível ao ouvinte uma outra ação, $?_a$, correspondente a interpretação de que B não deseja informar a localização de C. Os equilíbrios possíveis nesse jogo seriam, então, as interpretações correspondentes ($Cannes_a$ para a mensagem $Cannes_m$ no estado $Cannes_t$, e assim igualmente para $Nice_a$), quando o falante deseja ser informativo, ou $?_a$, nos estados $Cannes_t^*$ e $Nice_t^*$, com a mensagem $somewhere_m$, quando o falante deseja manter a informação em segredo (p. 23-24).

O tratamento é bastante simples, sendo basicamente uma aplicação direta da Teoria dos Jogos, embora ele ainda esbarre em alguns problemas técnicos, basicamente idênticos aos do jogo de sedução, mencionado acima (*i.e.*, tecnicamente as interpretações $Cannes_a$ e $Nice_a$ para a mensagem $somewhere_m$ também seriam equilíbrios, já que o falante formaria a crença correta sobre o local onde C vive). O problema é que “*standard equilibrium notions are too weak to respect (our*

22 Grice reconhece apenas a implicatura de ignorância (A não sabe precisar onde no sul da France C vive).

23 Em que o subscrito a indica ações, t estados de coisas (ou *tipos* do falante) e m mensagens.

intuitions) about semantic meaning” (p. 24, nota 14), um entrave já mencionado anteriormente e que os autores procurarão resolver (embora, em minha opinião, de modo pouco satisfatório), como veremos adiante.

1.2.1.4. Enganando com a verdade

O artigo passa então a tratar dos casos do tipo 3), em que o falante, ainda atendo-se à restrição de não mentir, procura, a despeito disso, enganar o interlocutor. Considere-se o seguinte exemplo:²⁴ Roberto chega de manhã no trabalho e descobre que Michel e Tiquinho comeram todos os pães de queijo que ele havia feito e levado para o trabalho no dia anterior. Apesar de chateado, Roberto fica também curioso para saber quanto pães de queijo Michel comeu, já que ele diz estar de dieta. Como as migalhas em sua barba o denunciam, Michel admite ter comido alguns dos pães de queijo. Mas será que Roberto pode concluir que ele comeu alguns, mas não todos eles – ou seja, que Tiquinho também comeu alguns? Não necessariamente, já que dificilmente Michel admitiria ter comido todos os pães de queijo, mesmo que esse fosse o caso.

Nesse exemplo, novamente, a abordagem é bastante direta: Michel tem a escolha entre usar *alguns* ou *todos*, mas prefere que Roberto acredite que ele comeu apenas alguns dos biscoitos, enquanto Roberto deseja saber o verdadeiro estado de coisas. Nessa situação, Michel enuncia *alguns*, esperando que seu interlocutor derive a implicatura, mas, se as utilidades forem de conhecimento comum, Roberto saberá que não há incentivo para que o falante use outra forma mais forte, já que isso iria estritamente contra suas preferências. Sendo assim, a implicatura não seria derivada (p. 25).

O raciocínio é bastante semelhante ao caso das implicaturas de relutância em dizer e, de fato, é também possível que essa interpretação seja derivada. No entanto, é mais provável que o falante de fato tivesse a intenção de que a implicatura escalar fosse derivada, no intuito de levar o interlocutor a concluir algo falso através de uma inferência pragmática, mesmo que a sentença utilizada fosse semanticamente verdadeira. Além disso, parece também provável que o falante pretenda, no caso em questão, que sua intenção em transmitir a implicatura seja reconhecida, embora prefira manter oculta sua intenção de enganá-lo. Contudo, se o ouvinte levar em consideração de maneira correta as preferências do falante, ele seria capaz de perceber o engodo e, assim, não derivar a implicatura, numa espécie de raciocínio de ordem superior – para perceber o engano, é necessário primeiro computar a implicatura (p. 25-26).²⁵

24 Adaptado de Franke, Michael; Jäger, Tikitú & van Rooij, Robert, 2009, p. 24-25.

25 Os autores defendem brevemente que o tipo de inferência envolvido na percepção do engano também seja analisado

1.2.1.5. Teoria dos Jogos, Relevância e o *Best Rationalization Principle*

De acordo com os autores,

The Gricean maxims of conversation give, on the face of it, no direction how the hearer is to arrive at the fine-grained interpretation that he is being deceived by an uncooperative speaker. This holds true not only for most, if not all neo-Gricean elaborations on the Gricean maxims, but also for post-Gricean Relevance Theory. (Franke, Jäger & van Rooij, 2009, p. 27)

A despeito de a Teoria da Relevância incorporar as preferências do falante, segundo argumenta o artigo, ela não incorporaria o bastante. Além disso, haveria um claro foco na relevância do *ouvinte* e, uma vez que o que é otimamente relevante para o falante pode divergir do que otimamente é relevante para o ouvinte, a teoria seria também incapaz de lidar com fenômenos não-cooperativos (p. 28). O problema seria o de que, da forma como a teoria incorpora essas preferências, elas funcionam apenas como um mecanismo de bloqueio, exigindo que uma potencial interpretação orientada para relevância do ouvinte também se conforme às preferências do falante. De acordo com os autores “*it is unclear what interpreters may infer based on optimal relevance when speakers clearly have an incentive to mislead and cheat*” (p. 29). Dessa forma, eles propõem, em substituição ao Princípio Comunicativo da Relevância (Sperber & Wilson, 1995, p. 256) um princípio chamado Princípio da Melhor Racionalização (*Best Rationalization Principle*), somado à noção de indução para frente (*forward induction*), uma noção “*closely related to the notion of relevance in natural language interpretation*” (p. 29). Para ilustrar esse último conceito, os autores utilizam o exemplo do jogo *Falcão-Pombo* (*Hawk-Dove*). Nesse jogo, em uma situação de disputa por recursos escassos, ambos os jogadores podem escolher se comportar como falcão (*h, hawk*) e lutar pelos recursos, mesmo às custas de danos físicos, ou como pombo (*d, dove*) e apenas receber o que o outro jogador está disposto a lhe dar. A estrutura das utilidades do jogo teria a seguinte forma:

	<i>h</i>	<i>d</i>
<i>h</i>	-2, -2	2, 0
<i>d</i>	0, 2	1, 1

como implicatura (num sentido lato) sendo, portanto, também do interesse da pragmática.

Já que o interesse dos jogadores é obter o máximo possível de recursos e evitar danos físicos, o melhor resultado para um jogador é jogar como falcão e tomar todos os recursos, enquanto o outro jogador joga como pombo (utilidades 0 e 2, e 2 e 0, na figura). No entanto, se ambos os jogadores jogarem como falcões, eles vão lutar e ambos sairão feridos, que é o pior resultado possível (utilidades -2, -2). Caso ambos joguem como pombos, cada um recebe metade dos recursos, o que é pior do que receber tudo, mas melhor do que ferir-se na disputa (utilidades 1, 1). Esse jogo possui dois equilíbrios-Nash em estratégias puras²⁶, (h,d) e (d,h) , com utilidades $(2,0)$ e $(0,2)$, respectivamente, mas também possui um equilíbrio em uma estratégia mista, em que ambos os jogadores optam por se portar como falcões, com probabilidade de $1/3$ e utilidade esperada de $2/3$. Nessa situação, cada jogador preferiria jogar como falcão e que o outro jogador jogasse como pombo, mas jogar como falcão é arriscado, uma vez que o encontro de dois jogadores com essa estratégia gera o pior resultado possível. Como apontam os autores, “*in rough words, there is little grip for pure analytic reasoning to break the symmetry in this game, although both players would like to tilt the scale towards their side*” (p. 30).

Considere-se, contudo, uma versão modificada do jogo, em que os participantes têm a possibilidade de ferir *a si mesmos* antes de jogar o jogo estático descrito acima. Assumindo que o dano autoinfligido teria um custo de utilidade de 1, o novo cenário do jogo (agora um jogo dinâmico), seria o seguinte:

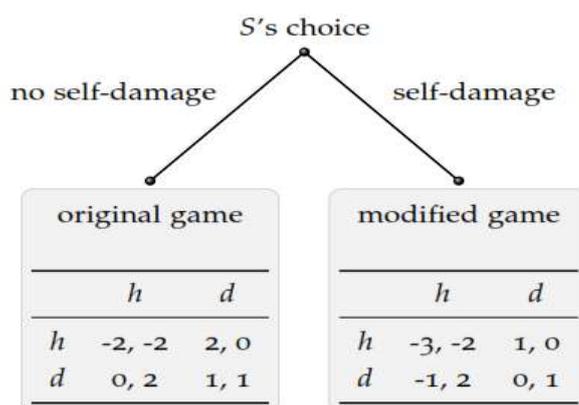


diagrama 4 - O jogo Falcão-Pombo modificado

²⁶ As estratégias puras designam uma escolha para cada nodo de decisão na árvore, procurando uma única resposta ótima para cada ação dos outros jogadores. As estratégias mistas, por sua vez, designam uma probabilidade para cada estratégia pura, considerando sua chance de ocorrer para estabelecer as utilidades ótimas.

Essa estratégia é conhecida na literatura como *money burning* (Ben-Porath & Dekel, 1992; Shimoji, 2002, ambos *apud* Franke, Jäger & van Rooij, 2009), refletindo a aparente irracionalidade do movimento. De fato, da forma como os exemplos vinham sido analisados pelos autores, através de indução reversa (*backward induction*), não há razão para tal ação (o que esse movimento faria é basicamente reduzir em um todas as utilidades do jogador que o jogou). Contudo, haveria razões para se autoinflingir um ferimento, caso o jogador acredite que, ao observá-lo ferindo a si mesmo, o outro jogador jogaria como pombo²⁷, tornando esse movimento uma ação plenamente racional. A indução reversa é incapaz, no entanto, de capturar esse fato, uma vez que ela não permite olhar para trás na história do jogo e analisar as ações que levaram a um determinado subjogo.²⁸ A indução para frente (*forward induction*), por outro lado, procura racionalizar, tanto quanto possível, o comportamento prévio dos jogadores. De acordo com o artigo, há várias formas de capturar esse princípio na literatura econômica, mas a abordagem escolhida será o *Princípio da Melhor Racionalização* (*Best Rationalization Principle*):

Best Rationalization Principle *A player should always believe that her opponents are implementing one of the “most rational” (or “least irrational”) strategy profiles which are consistent with her information.* (Battigalli, 1996, p.180 , *apud* Franke, Jäger & van Rooij, 2009 p. 32)

De acordo com esse princípio, o comportamento passado dos jogadores deve ser racionalizado ao máximo, mesmo quando aparentar ser irracional. Assim, é possível interpretar a ação do emissor que se autoinflinge um ferimento como a crença de que, ao vê-lo proceder dessa maneira, o receptor escolherá jogar como pombo, já que essa seria a única explicação racional para o caso em questão, *i.e.* sabendo que o receptor irá racionalizar seu comportamento, o emissor pode com muita segurança transmitir seu intento de jogar como falcão. É esse princípio que os autores apresentam como potencial substituto para o Princípio da Relevância:

We would like to suggest that this idea of rationalization *ex post* in dynamic games can be seen as a game-theoretic explication of relevance-based natural language interpretation. To establish the meaning of an apparent *non-sequitur*, for instance as in the classical example (9) of Grice (Grice, 1989, p. 32), the hearer needs to rationalize the speaker’s linguistic behavior, especially where it deviates from

27 Em termos de utilidade, esse movimento teria uma utilidade esperada de 1, enquanto que jogar outra jogada qualquer teria uma utilidade menor do que 1.

28 Como os autores apontam, a nomenclatura é algo confusa, já que a indução reversa olha apenas para as ações futuras do jogo, enquanto a indução para frente permite olhar para o passado.

expectation; the question to be asked and answered is: “which beliefs of the speaker justify best that she said that?”

(9) A: I am out of petrol.

B: There is a garage round the corner.

Despite the (perhaps crude and superficial) parallels, there are crucial differences between the presumption of optimal relevance entertained in relevance theory and the Best Rationalization Principle, which favor the latter (at least) as an explanation of linguistic behavior in cases of conflicting interests. (p. 33)

Como forma de demonstrar as supostas vantagens do Princípio da Melhor Racionalização, mencionadas acima, os autores citam novamente o caso da implicatura escalar na história dos biscoitos (“alguns dos biscoitos” *versus* “todos os biscoitos”, cf. p. 23 acima): de acordo com eles, o princípio fornece um modo para que o ouvinte infira precisamente as motivações que levam o falante a usar *alguns*, quanto na verdade o estado pode muito bem ser *todos*. Ao procurar racionalizar qual estratégia melhor racionaliza o uso da mensagem com *alguns*, o ouvinte encontraria *uma* melhor estratégia de racionalização na possibilidade de que o falante espera que ele gere a implicatura escalar e seja, assim, induzido ao erro (p. 33). Assim, “*the Best Rationalization Principle handles this sort of pragmatic inference beyond cooperative ostensive communication with ease. Optimal relevance does not, by design and intended scope, deal with this case*” (p. 33).

1.2.1.6. Além da verdade

Por fim, o artigo passa a analisar os casos em que o falante abre mão de ater-se a um discurso verdadeiro, “*the limit case of entirely unverifiable speech, devoid of all psychological or social incentives for cooperation and truthfulness*” (p. 34). Esse tipo de fenômeno é conhecido sob o rótulo de *conversa barata* (*cheap talk*), na literatura econômica. Em um jogo de sinalização, *conversa barata* é um cenário em que, se todas as mensagens possíveis podem ser utilizadas em qualquer estado, todas incorrendo no mesmo custo, então, as utilidades do emissor dependem apenas do estado *t* e da resposta do receptor *a*. (p. 34) Esse tipo de cenário será utilizado pelos autores para abordar o conceito de *credibilidade* de uma mensagem.

Para tanto, o artigo apresenta o seguinte exemplo: imagine-se um jogo em que dois jogadores, A e B, participam. Um juiz joga uma moeda e apenas A observa o resultado, e B deve

tentar acertar que lado caiu. No entanto, antes de B dar seu palpite, A pode dizer “deu cara/coroa”, não importando se a mensagem é verdadeira ou falsa. Nesse caso, o que A diz não deveria influenciar de modo algum o palpite de B, já que não há modo de saber se a informação é verdadeira ou falsa. Contudo, considere-se que, enquanto B está fora da sala, o juiz pode ou jogar a moeda ou dizer “é hora de dividir”. Se for hora de dividir e B der o palpite correto, ambos os jogadores ganham e, se ele errar, ambos perdem. Novamente, A pode anunciar que é hora de dividir antes de B dar o seu palpite. Nesse cenário, as mensagens “cara” ou “coroa” não possuem credibilidade, enquanto a mensagem “dividir” sim, uma vez que é do melhor interesse de ambos cooperar nessa situação (*i.e.* as utilidades ótimas de ambos coincidem). Obviamente a credibilidade da mensagem depende do significado semântico do enunciado veiculado, que indica que as utilidades estão alinhadas o suficiente para que a interpretação seja segura. Contudo, em jogos de sinalização de conversa barata, o sentido semântico não é restritivo – no jogo em questão, se tudo que importa é que os jogadores coordenem seus esforços, A poderia muito bem usar a mensagem “cara” para comunicar que é hora de dividir.

Os autores consideram brevemente a possibilidade de implementar o papel do sentido semântico através de diferenças de custo das mensagens, conferindo o mesmo custo para todas as mensagens falsas, mas concluem que isso não é suficiente para resolver a questão.²⁹ Eles então propõe um modelo de *melhor resposta iterativa* (*iterated best response*) com *pontos focais*, como forma de implementar a “*tendency to stick to semantic meaning*” apresentada pela comunicação (p. 38). Os autores fazem a ressalva de que eles vão “*only sketch the common core of a class of models that, with differing details and ambitions, have been suggested for pragmatic interpretation and whose main idea is that of (iterating) best responses with semantic meaning as a focal starting point*”, que incluiria Benz, 2006; Stalnaker, 2006; Jäger, 2007; Benz & van Rooij, 2007; Franke, 2008; Jäger, 2008 (todos *apud* Franke, Jäger & van Rooij, 2009).

Como forma de ilustrar o modelo, os autores apresentam um jogo de caça ao tesouro, onde há quatro portas marcadas da seguinte forma:

A B A A

Nesse jogo, um jogador esconde um prêmio atrás de uma das portas e outro deve encontrá-lo. Se o jogador que procura o encontrar, ele ganha, do contrário o oponente é quem vence. A estrutura das utilidades teria a seguinte forma:

²⁹ Além disso, essa noção de custo seria intuitivamente estranha: em princípio, a veracidade ou falsidade de um determinado enunciado não altera o seu custo para ser produzido ou interpretado.

	Door 1	Door 2	Door 3	Door 4
Door 1	0, 1	1, 0	1, 0	1, 0
Door 2	1, 0	0, 1	1, 0	1, 0
Door 3	1, 0	1, 0	0, 1	1, 0
Door 4	1, 0	1, 0	1, 0	0, 1

diagrama 5 – jogo de caça ao tesouro (p. 38)

Não há nada nas utilidades que deveria enviesar a escolha dos jogadores. No entanto, a disposição linear e a forma como as portas estão identificadas influencia claramente o raciocínio dos agentes humanos. Rubinstein et alii (1996, *apud* Franke, Jäger & van Rooij, 2009) realizaram um experimento para testar essa situação, chegando à seguinte distribuição de escolhas:

	A	B	A	A
<i>Hider</i>	9%	36%	40%	15%
<i>Seeker</i>	3%	31%	45%	11%

Esses resultados contrastam bastante com os 25% esperados para cada porta, caso apenas as utilidades estivessem em jogo. Exemplos desse tipo poderiam ser explicados assumindo-se que alguns pontos (o ponto identificado como B, bem como os pontos de cada extremidade, no caso em questão) são pontos focais, que possuem uma espécie de saliência psicológica. Levando-se isso em consideração, seria possível raciocinar que esses seriam os primeiros pontos que os jogadores escolheriam para esconder e procurar o prêmio. Contudo, os jogadores poderiam antecipar esse fato, procurando evitar esses mesmos pontos, o que poderia também ser antecipado pelos jogadores, e assim por diante. Os autores sugerem que o significado semântico funciona basicamente como um ponto focal: embora não seja completamente restritivo,

it is fairly intuitive to start pondering what might have been meant by assessing the semantic meaning. So, as a starting point of his deliberation the hearer asks himself, what he would do if the message was indeed true. But then he might realize that the sender could anticipate this response. In that case, the hearer is best advised to take the strategic incentives of the sender into consideration. The resulting hypothetical reasoning on both the sender and the hearer side can be

modelled as a sequence of iterated best responses. (p. 40)

Esses modelos de melhor resposta iterativa procurariam capturar o comportamento racional humano – com suas limitações e contingências próprias – através da noção de *tipos estratégicos* (*strategic types*) de jogadores. Assim, estabelece-se para cada jogador um *nível estratégico*, variando desde um jogador de nível 0 completamente sem estratégia (talvez até mesmo irracional) e uma série de outros níveis, em que cada nível superior é capaz de antever as reações dos níveis prévios (*i.e.* um jogador de nível $k+1$ anteciparia as jogadas de um jogador de nível k , e assim sucessivamente). Em um jogo de sinalização, um jogador de nível zero representaria um ouvinte ingênuo, que sempre assume que as mensagens são literalmente verdadeiras, ou um falante ingênuo, que escolhe uma mensagem verdadeira aleatoriamente (p. 40).

Desse modo, seria possível pensar na hierarquia de melhor respostas iteradas (*iterated best responses*) como uma aproximação sucessiva de um comportamento idealizado, em que as estratégias que são consistentes com toda a hierarquia (infinita) são soluções-conceito para agentes idealizados, enquanto que os níveis (finitos) intermediários representariam agentes mais realistas e limitados. Assim, seria possível definir credibilidade de modo mais abstrato olhando-se para toda a hierarquia. No caso do jogo de cara e coroa acima, nenhum jogador teria um incentivo para usar a mensagem “hora de dividir” de modo falso, enquanto que as mensagens “cara” e “coroa” poderiam ser utilizadas para enganar um jogador ingênuo no primeiro nível (p. 41).

Nesse modelo, os jogadores sempre acreditam que são de um nível estratégico mais elevado que o de seus oponentes (p. 41). Embora essa assunção possa parecer pouco razoável, os autores afirmam que ela encontra confirmação em experimentos realizados (Ho et alii, 1998; Camerer et alii, 2004 *apud* Franke, Jäger & van Rooij, 2009), além de ser “necessária em qualquer explicação de tentativa de engano” (p. 41). De acordo com eles, para tentar enganar o oponente, é necessário assumir que há alguma falha em sua estratégia – seja conhecimento parcial ou algum tipo de limitação cognitiva –, do contrário, não haveria possibilidade de engano: se ambos os jogadores estão perfeitamente informados sobre os possíveis movimentos e utilidades em jogo e se são perfeitamente racionais, qualquer tentativa de induzir o oponente ao erro vai ser antecipada, assim como a antecipação da tentativa, e assim por diante, *ad infinitum* (p. 41).

No exemplo dos biscoitos, novamente, um ouvinte de nível 0 simplesmente acreditaria na mensagem como sendo verdadeira de acordo com o sentido semântico, e acreditaria que o verdadeiro estado de coisas é ou *alguns* ou *todos*. Um ouvinte de nível 1, por outro lado, derivaria a implicatura, acreditando que o estados de coisas é *alguns, mas não todos*. Mas um falante de nível 2 enviaria a mensagem *alguns* no estado *todos*, acreditando que seu ouvinte é de nível 1 e, portanto,

computaria (equivocadamente) a implicatura, tentando, assim, melhorar sua utilidade. Contudo, um ouvinte de nível 3 imagina que um falante de nível 2 estaria tentando fazer exatamente isso e, dessa forma, não computaria a implicatura, reconhecendo a intenção de induzi-lo ao erro, etc. (p. 42).

1.2.1.7. Conclusões do artigo

Nos comentários finais, para além do tratamento dos dados, o artigo chama atenção para as questões que a mudança de perspectiva por eles advogada produz. Nas palavras dos autores:

the main suggestion that we wish to make with this paper is that this kind of reasoning deserves to be called pragmatics, and to be studied using the same tools that we use to investigate scalar implicature, the garage around the corner, and all the familiar examples. These are all inferences about how utterances can be interpreted beyond their semantic meaning, and they are all based on strategic reasoning about speaker motivations and choices. In particular, we have suggested that more attention needs to be paid to ‘speaker relevance’, to the preferences of the speaker as distinct from (and possibly in conflict with) those of the hearer. (p. 43)

A centralidade da noção de relevância do falante também é reforçada, e os autores levantam algumas questões que decorreriam da distinção entre ela e a noção de relevância do ouvinte:

The focus on speaker relevance raises a number of interesting questions. What incentives induce speakers to align their preferences with those of their interlocutors? Under what circumstances are messages credible, and when are we justified in going beyond their semantic meaning? The main shift in perspective it produces, though, is an expansion in what is properly considered pragmatic inference. Through considering the speaker as an independent agent pursuing her own particular goals, we bring a wider range of interesting linguistic behaviours into the same general framework that we are accustomed to using for cooperative pragmatic reasoning. (p. 43-44)

Após essa breve apresentação do modelo proposto pelos autores, passo a tecer alguns comentários sobre seus pontos fortes e fracos.

1.2.1.8 Comentários

A Teoria dos Jogos parece comportar de maneira bastante elegante e natural os casos em que a cooperação não é do melhor interesse dos interlocutores. O *insight* fundamental do modelo parece ser o de que os interesses comunicativos estão subordinados a outros interesses mais gerais, que nem sempre estão alinhados e, portanto, nem sempre o curso de ação mais racional é ser plenamente cooperativo. Essa parece ser a questão central para a caracterização da não-cooperação, e esse ponto encontra uma tradução bastante direta no instrumental da Teoria dos Jogos. Como consequência, a teoria é capaz de oferecer uma cobertura empírica bastante ampla, dando conta de exemplos que não são tão facilmente explicáveis em termos griceanos, neo-griceanos ou mesmo da Teoria da Relevância.

Contudo, acredito haver algumas desvantagens na proposta de Franke, Jäger & van Rooij – algumas das quais dizem respeito a escolhas particulares do modelo por eles elaborado, mas também algumas que podem ser problemas mais gerais em relação ao quadro teórico geral da teoria. Analisaremos em seguida a proposta de Asher & Lascarides (2013), também vinculada ao paradigma da Teoria dos Jogos, que propõe igualmente um tratamento para fenômenos não cooperativos, mas que não apresenta algumas das fraquezas da proposta de Franke, Jäger & van Rooij. Através da comparação das duas propostas, deverá ser possível ter uma ideia mais clara daquilo que é um problema pontual do modelo até aqui apresentado e daquilo que é um problema mais geral da teoria e, ao final da apresentação, voltaremos a considerar em que medida essa proposta sana esses problemas, que agora passo a levantar.

O primeiro deles é uma questão técnica apontada por Asher & Lascarides (2013): de acordo com os autores, há um problema em se utilizar a versão clássica da Teoria dos Jogos, já que ela necessita de informações completas acerca das preferências dos envolvidos, e isso nem sempre seria plausível (Asher & Lascarides, 2013, p. 50). Há uma certa confusão na breve passagem do texto que comenta o modelo Franke, Jäger & van Rooij: os autores se referem ao artigo aqui resenhado, mas apontam somente a crítica de que ele se apoiaria numa Teoria dos Jogos clássica, o que, no entanto, não é verdadeiro, já que os autores sugerem o uso de um modelo de *iterated best response*. O uso desse tipo de modelo, por sua vez, também é criticado, mas referindo-se a um artigo de Franke (2010), que usa basicamente a mesma noção de jogos iterativos com pontos focais. Segundo os autores, o problema dessa segunda abordagem, também já referido aqui, é o de que parece não haver diferenciação entre o sentido semântico e o sentido pragmático no modelo apresentado. Como afirmam Asher & Lascarides,

[Franke] does not consider aspects of linguistic meaning that have to do with coherence as we do, and so he does not distinguish between the meaning of the signal based only on lexical and compositional semantics and what we have called the message m whose content incorporates elements derived from inferences about coherence. For Franke, $[[s]]_L = [[m]]_M$ and both are fixed and monotonic. (p. 51)³⁰

Como resultado, a fronteira entre semântica e pragmática fica borrada, e não é possível diferenciar o que é semanticamente expresso do que é pragmaticamente implicado, uma das distinções mais interessantes do modelo griceano.³¹

Finalmente, dada a noção de ingenuidade do falante (*i.e.* a possibilidade de que o ouvinte possa falhar em derivar as implicaturas), parece-me que o modelo prevê que os falantes prefiram sempre dizer explicitamente (*i.e.* semanticamente) o que querem comunicar, já que, do contrário, há sempre uma chance de ser mal compreendido. Uma vez que essa última opção penalizaria as utilidades de mensagens que contém implicaturas, esperaríamos que o falante apenas as usasse caso tivesse intenção de manipular o ouvinte – o que também não faria sentido, já que, dessa forma, qualquer tentativa de engodo seria imediatamente detectável para qualquer falante com um mínimo de experiência. Assim, dada a forma como o modelo usa a noção de ingenuidade do falante para tentar restringir as interpretações possíveis às possibilidades fornecidas pela semântica da sentença, o uso de implicaturas para veicular uma dada interpretação acaba por se tornar uma anomalia, já que tudo o que isso faria é abrir margem para interpretações equivocadas. Além disso, o vínculo entre semântica e pragmática estabelecido por esse recurso acaba sendo tênue demais, já que a única motivação para se ater ao conteúdo semântico seria a suposição de possivelmente se estar diante de um falante ingênuo. Para todos os outros casos, os agentes poderiam simplesmente ignorar o sentido literal da mensagem, desde que estivessem cientes da estrutura de utilidades de cada um.

A seguir, passaremos a considerar a proposta de Asher & Lascarides (2013), que também apresentam um modelo de não cooperação calcado no paradigma da Teoria dos Jogos. O trabalho dos autores procura solucionar alguns dos problemas citados, possuindo também uma caracterização mais completa do que seria a cooperação griceana no quadro teórico assumido.

30 $[[s]]$ refere-se à interpretação do *signal*, o conteúdo semântico, ao passo que $[[m]]$ refere-se à interpretação da mensagem como um todo, o que incluiria inferências pragmáticas. Note-se que as suposições feitas por Franke (2010), criticadas no trecho citado, também são assumidas pelo modelo Franke, Jäger & van Rooij (2009).

31 Embora, é claro, essa distinção esteja longe de ser perfeitamente clara, sendo objeto de extensos debates, como veremos no capítulo 3, adiante. Contudo, a ausência de distinção entre o conteúdo semanticamente veiculado e a interpretação pragmaticamente derivada acaba por inviabilizar qualquer tentativa de delimitar o campo de atuação de cada área.

1.2.2. *Strategic conversation*

Uma primeira divergência do modelo apresentado por Asher & Lascarides (2013) é que ele prescinde da noção de relevância em favor da noção de *relações de coerência*. Essa é uma das três características que “deveriam fazer parte de qualquer modelo geral de conversação” (p. 11), que são assim apresentadas:

Public vs. Private: Speaking makes an agent publicly commit to some content (Hamblin 1987 [*apud* Asher & Lascarides]). A dialogue model must distinguish private attitudes from public commitments.

Coherence: Messages must be interpreted with respect to an underlying model of discourse coherence; likewise, decisions about what to say are influenced by coherence.

Levels of cooperativity: The model of dialogue must distinguish several levels of cooperativity, distinguishing at least rhetorical cooperativity from full Gricean cooperativity. (p. 11)

A primeira distinção tem como propósito justamente dar conta de situações em que o falante não é sincero. Tipicamente, interpretar uma dada asserção *P* também implica atualizar o modelo do estado mental do falante para refletir a crença de que *P*, o que não é necessariamente verdadeiro em casos não cooperativos. Em situações como a do caso Bronston, o falante pode utilizar essa distinção estrategicamente para implicar um dado conteúdo, sem, no entanto, se comprometer com ele (p. 11-12).

O modelo também compreende uma distinção entre cooperação retórica e cooperação griceana completa, implementada pelos autores da seguinte forma: um falante que apresenta cooperação retórica é um falante que finge ser plenamente cooperativo, mas cujas preferências não estariam alinhadas com as do interlocutor; já interlocutores griceanamente cooperativos (ou que apresentam *cooperação forte*) teriam preferências alinhadas, adotando as intenções comunicativas uns dos outros tão logo essas intenções se tornam manifestas (p. 17). Além disso, haveria ainda um terceiro nível, mais básico, de cooperação (chamado de *cooperação básica* – no nível do significado composicional – p. 17). O artigo assume, portanto, que há três tipos diferentes de cooperação passíveis de serem assumidos pelos agentes, sendo que o mais básico deles seria condição necessária à comunicação. Assim, o que se entende por não cooperação ou conflito é, na verdade, mais propriamente (não)cooperação parcial – um entedimento que me parece mais produtivo da

questão, ainda que as implicações dessa divisão sejam pouco exploradas pelos autores.³²

As relações de coerência, por sua vez, diriam respeito às possíveis relações entre duas sentenças pertencentes a um mesmo discurso, fundamentalmente em termos de sequência discursiva. Tais relações incluiriam pares pergunta-resposta, pergunta-resposta indireta, comentário, etc. Diferentes teorias de coerência discursiva assumiriam diferentes relações, mas haveria um consenso de que seu número seria finito (p. 13).³³ A diferença aqui, parece-me, é mais técnica do que conceitual: todos os exemplos dados de relações de coerência são basicamente exemplos de contribuições conversacionais relevantes e, além disso, uma contribuição coerente parece acarretar relevância, e vice-versa (embora a assunção da finitude do número de relações não seja trivial).

Ao invés de um modelo de *Iterated Best Response*, Asher & Lascarides propõem um tratamento baseado numa estrutura teórica capaz de lidar com informações parciais e reavaliar os movimentos ótimos à medida em que os interlocutores descobrem novas preferências do outro jogador (p. 34-49). Para tanto, os autores utilizam uma linguagem lógica e um conjunto de axiomatizações chamados por eles de *Cognitive Logic* (CL), uma linguagem que procura expressar noções de acarretamento não monotônico, contendo operadores como $Ba\phi$ (*a* acredita que ϕ) e $Ia\phi$ (*a* pretende que haja um estado que acarrete ϕ). Dentro desse quadro, o modelo se baseia em um conjunto de três princípios gerais de ação e decisão (mais ou menos equivalentes ao *Princípio de Melhor Racionalização*, de Franke, Jäger & van Rooij):

Maximização da utilidade: Os agentes são maximizadores de utilidade. “*Pay-off maximisers intend actions that are an optimal trade-off between their preferences and their beliefs about what’s possible; and an agent intending means that in the context of his current beliefs he prefers to all alternative actions*” (p. 39).

Intenção de compartilhar comprometimento (intent to share commitment): “*If a commits to b (among others) to content ϕ , then normally a is also committed to intending that b so commit*” (p.40).

Coerência: “*agents normally commit to a rhetorical connection to some*

32 Essa noção de diferentes tipos ou graus de cooperação também ocupará um papel central em nossa discussão, como veremos adiante, no capítulo 2.

33 Asher & Lascarides (2003) apresentam uma axiomatização do que eles chamam de *Glue Logic*, que possibilitaria inferir relações de coerência. Não fica claro, contudo, qual das duas opções (um mecanismo para sua construção ou assumir um conjunto finito de relações pré-estabelecidas) seria teoricamente mais econômico ou interessante. Desnecessário dizer, evitaremos abordar essa questão de modo mais detalhado, uma vez que ela não é relevante para nossa discussão da proposta.

prior contribution: in the axiom Coherence, $?_R(?φ)$ means that the discourse segment to which a commits is connected to some available prior segment in the discourse context with some coherence relation” (p. 40).

Maximização da utilidade capturaria a noção de racionalidade como assumida pela Teoria dos Jogos, ao passo que *coerência* seria necessária para ligar uma contribuição às contribuições anteriores. O exemplo central analisado pelo artigo é o caso de um processo em que um acusado é interrogado por um promotor (exemplo de Solan & Tiersma, 2005, *apud* Asher & Lascarides, 2013):

- 10) a) **P(romotor)**: *Do you have any bank accounts in Swiss banks, Mr. Bronston?*
b) **B(ronston)**: *No, sir.*
c) **P**: *Have you ever?*
d) **B**: *The company had an account there for about six months, in Zurich.*

A noção de coerência seria necessária no modelo para que seja possível interpretar a contribuição em d) como uma resposta à pergunta em c) (e não como uma afirmação aleatória – *e.g.* “meu cachorro está dormindo sobre a almofada do sofá”, ou “me recuso a responder”, ou mesmo como um comentário trivial sobre o assunto em questão – *e.g.* “por falar em contas na Suíça, minha companhia teve uma lá por um tempo”).

Intenção de compartilhar comprometimento, por sua vez, procura capturar a ideia de que, ao fazermos uma contribuição, pretendemos que nossa contribuição seja *aceita* por nosso interlocutor – o que, segundo os autores, é algo mais forte do que apenas a cooperatividade básica (*i.e.*, mais do que apenas o desejo de que nosso interlocutor nos entenda – o que seria inclusive acarretado pela intenção de aceitação da contribuição), e estaria presente inclusive em situações não cooperativas (p. 40)

Esse seria o modelo geral apresentado pelos autores, e ele seria capaz de dar conta tanto de situações cooperativas quanto não cooperativas. Asher & Lascarides não abrem mão completamente das máximas griceanas, contudo, embora as reduzam a apenas um conjunto de preferências, presente em jogos que exibem o que eles chamam de cooperação griceana. Primeiramente os autores apresentam uma reformulação das máximas de Grice – adaptadas e tornadas mais precisas, segundo eles próprios. Isso seria atingido transformando as máximas em generalizações falíveis (*defeasible generalizations*):

Rationality: normally, people act so as to realise their intentions.

Sincerity: Normally agents who say φ should believe φ .

Quantity: Normally, agents say as much as they need to, given their conversational goals.

Competence: Normally, if B believes that A believes φ , then B should believe φ .

Sincerity about Intentions: Normally if A M-intends φ (that is, A 's utterance implies that A intends φ and intends that this intention be recognised), then A intends that φ .

Strong Cooperativity : Normally, if A M-intends that φ , then B should intend that φ . (p. 4)

Algumas das reformulações são bastante diretas, como *quantidade*, que basicamente repete a máxima griceana com os adendos da expressão *normalmente* e da inclusão dos objetivos conversacionais. Qualidade é destrinchada nos princípios da *sinceridade* e *competência*, novamente com a adição da expressão *normalmente*, mas também deixando mais claro a participação das crenças do falante no processo – ao invés de “faça sua contribuição verdadeira” a estipulação de que os falantes acreditam naquilo que afirmam e, ao invés de “não diga aquilo de que você não tem evidência suficiente” a estipulação da competência do falante.³⁴ *Sinceridade* e *cooperatividade forte* procuram captar o princípio mais geral da cooperação, tornando-o uma ferramenta da mesma ordem que as demais máximas ao invés de um princípio superior, e basicamente afirmam que, na ausência de razões contrárias, os interlocutores normalmente devem adotar as mesmas intenções do falante (p. 4).³⁵ Não há nenhum paralelo, até onde entendo, entre o princípio da *racionalidade* e qualquer das máximas griceanas, o que me parece uma diferença significativa. Novamente, os autores prescindem da noção de relevância em favor das relações de coerência, conforme apontado acima.³⁶

Sinceridade e *cooperatividade* seriam deriváveis dos princípios mais gerais da Lógica Cognitiva assumida pelos autores. No modelo proposto, esses não seriam princípios gerais através dos quais a lógica da conversação opera, mas sim um conjunto de características particulares (preferências) que um tipo específico de jogo apresenta (os jogos griceaneamente cooperativos). Sem

34 Intuitivamente parece haver uma diferença significativa entre acreditar que o falante é competente (*i.e.* que ele não diria nada sem evidências suficientes) e assumir que devo partilhar das suas crenças, mesmo em situações “normais” (cooperativas?). Contudo, o objetivo deste trabalho não é discutir uma ou várias das muitas tentativas de reformulação das máximas griceanas, o que certamente nos levaria para muito longe do tema desta tese e demandaria um trabalho específico para esse fim. Apresento as reformulações propostas pelos autores apenas para fins de clareza, mas assumirei que elas basicamente cumprem a mesma função das máximas griceanas (embora, é claro, ciente de que há diferenças não triviais entre elas).

35 Embora não fique claro se isso significa adotar as mesmas intenções comunicativas ou as intenções gerais do falante.

36 O artigo refere o leitor às propostas de Asher (2013) e Schulz (2007) para propostas de formalização desses princípios em lógicas não monotônicas.

grandes surpresas, dadas suas origens históricas, para a perspectiva da Teoria dos Jogos, o caso geral é o antagonismo, ao passo que a cooperação é o caso específico.

Assim, em situações em que as utilidades dos agentes estivessem alinhadas, seria de seu melhor interesse seguir esse conjunto de preferências responsável por implementar a cooperação griceana no modelo proposto. Se ambos os jogadores partilham dos mesmos objetivos, então a forma mais racional de otimizar a comunicação é fazer contribuições verdadeiras, relevantes, informativas e etc., e é possível (ou seguro, para usar o termo específico da teoria) pressupor que nosso interlocutor procurará fazer contribuições que possuam essas propriedades, bem como presumir que ele também se apoiará na presunção de reciprocidade dessa presunção.

Por outro lado, caso as utilidades não estejam alinhadas, um agente pode ignorar essas preferências. Mais especificamente, ele pode violar o princípio da coerência, a fim de procurar induzir seu interlocutor ao erro. No exemplo do caso Bronston, citado acima, quando o promotor pergunta ao acusado se ele já teve uma conta na Suíça, ele tem basicamente quatro opções: não responder, mentir, confessar sua culpa ou evitar uma resposta que o comprometa. As três primeiras opções (não responder, mentir ou confessar) claramente possuem utilidades menores que a última, já que a primeira provavelmente despertaria suspeitas sobre ele, e as demais implicam sanções legais. Assim, Bronston opta por tentar ludibriar o promotor, proferindo d), *a companhia teve uma conta lá, por uns seis meses, em Zurich*. Essa resposta não o compromete tanto quanto uma resposta afirmativa direta, e também não acarreta nenhuma penalização legal, possuindo, portanto, uma utilidade estritamente superior às outras opções (*i.e.* ela é capaz de conciliar as vantagens de evitar uma resposta direta e de não assumir a culpa). Nesse momento, o promotor pode ou interpretar a sentença como uma resposta indireta, ou como um comentário sem relação expressa com a pergunta. Bronston, é claro, preferiria que sua contribuição fosse interpretada como um resposta indireta, ao passo que o promotor desejaria saber qual o real estado de coisas (*i.e.* qual a opção pretendida pelo acusado). Se o promotor for capaz de antecipar as jogadas de Bronston, ele deveria ser capaz de antever sua estrutura de utilidades, reconhecendo que sua resposta seria uma resposta ótima caso ele tivesse intenção de enganá-lo, percebendo, portanto, a possibilidade de tentativa de engodo. Seria por essa razão que perceberíamos o procedimento do promotor como falho, já que ele ignora essa possibilidade e interpreta a contribuição de Bronston como uma resposta à pergunta, deixando-o livre das penalidades acarretas por qualquer uma das outras alternativas. Crucialmente, portanto, a tentativa de manipulação por parte do acusado reside na estratégia de dar a entender que uma dada relação de coerência está em jogo (pergunta-resposta indireta), quando, na verdade, esse não é o caso.

1.2.2.1. Comentários

O modelo de Asher & Lascarides parece conter vantagens substanciais quando comparado ao modelo Franke, Jäger & van Rooij, integrando um modelo conversacional sólido ao paradigma da Teoria dos Jogos e sendo capaz de traduzir as máximas griceanas em seus termos (embora, vale frisar, o *status* das máximas seja significativamente inferior). A abordagem parece bastante promissora, e certamente pode render uma discussão interessante sobre a natureza da não-cooperação.

Como demonstram os autores, o quadro teórico por eles proposto não esbarra nos problemas formais apontados, como a necessidade de conhecimento pleno das preferências envolvidas, no caso dos modelos IBR. Resta saber, no entanto, se os demais problemas elencados quando tratamos do modelo Franke, Jäger & van Rooij são evitados pela proposta.

Os problemas então apontados foram dois: o apagamento da fronteira entre semântica e pragmática; e a aparente carência de explicação teórica para a própria existência de implicaturas – uma vez que há sempre o risco de haver mal entendidos, mensagens via implicatura seriam necessariamente penalizadas em relação a suas contrapartes diretas. Os autores demonstram estar cientes de ambos os problemas, e procuram responder a eles em momentos diferentes do artigo (diferentemente de Franke, Jäger & van Rooij, vale ressaltar, que não chegam a mencionar essas questões). Contudo, esses problemas parecem persistir em maior ou menor grau, como procurarei demonstrar.

1.2.2.1.1. Semântica e Pragmática

Relembremos a crítica apresentada por Asher & Lascarides ao modelo Franke, Jäger & van Rooij, no que diz respeito à divisa entre os componentes semântico e pragmático:

[Franke] does not consider aspects of linguistic meaning that have to do with coherence as we do, and so he does not distinguish between the meaning of the signal based only on lexical and compositional semantics and what we have called the message m whose content incorporates elements derived from inferences about coherence. For Franke, $[[s]]_L = [[m]]_M$ and both are fixed and monotonic. (p. 51)

De acordo com os autores, o problema fundamental (e também a razão pelo qual seu

modelo evita o problema) é a ausência de considerações à noção de coerência. Resta saber, assim, se 1) a noção de coerência é suficiente para estabelecer uma distinção entre os dois componentes; 2) se há outro ponto capaz de desempenhar essa tarefa no modelo por eles proposto.

A resposta a 1) me parece ser claramente negativa. A noção de coerência proposta pelos autores implementa uma relação com o discurso anterior e, desse modo, é capaz de capturar, no máximo, uma relação com o contexto linguístico (vale salientar, o co-texto, tão somente – não é possível estabelecer uma relação com o contexto extralinguístico através dela).³⁷ Embora a dependência contextual seja uma das possíveis variáveis para o estabelecimento da fronteira entre as duas áreas, a coerência discursiva claramente fica aquém disso. Mesmo a crítica feita pelos autores parece errar o alvo – vale lembrar que Franke, Jäger & van Rooij empregam em seu arcabouço teórico a noção de relevância, que desempenha um papel similar à coerência discursiva. O problema é que uma afirmação literal também pode ser relevante, assim como uma implicatura pode surgir de uma sentença isolada. Se o chefe de uma empresa entra numa sala gritando “eu vou matar o Pedro!”, seus surpresos ouvintes certamente serão capazes de derivar a implicatura de que o falante está bastante irritado com Pedro (muito embora provavelmente não o bastante para matá-lo de fato).

Há, contudo, uma outra diferença significativa entre as duas abordagens: enquanto Franke, Jäger & van Rooij tratam o que Asher & Lascarides chamam de *sinal* e *mensagem* (o primeiro sendo o conteúdo semântico e o segundo o pragmático) como iguais ou, mais precisamente, como um subconjunto um do outro (p. 21), os outros autores tratam a mensagem como uma *função* do sinal, o que fica claro no trecho abaixo:

Here we specify R [eceiver]’s actions to involve the choice of a meaning representation that resolves s ’s linguistic ambiguities, anaphora and coherence relations to specific values. We call these *messages* and call the set of messages M . R ’s strategies are thus functions from signals in S to messages in M : on observing s , R chooses a message $m \in M$. The messages in M and the signals in S both have exogenous interpretations: $[[.]_L$ is the semantic interpretation of signals given by the compositional and lexical semantics of the language (its value is a set of possible worlds); and $[[.]_m$ is an assignment of possible worlds to elements of M . For any $s \in S$ and for any α of R , $[[s]]_L \supseteq [[\alpha(s)]]_m$. That is, the interpretation $[[\alpha(s)]]_m$ of the message $\alpha(s)$ is always at least as specific as the abstract and underspecified meaning $[[s]]_L$ that’s assigned to s by the linguistic grammar. (p. 21)

37 O termo *co-texto* aqui deve ser entendido em sua acepção ampla, abrangendo inclusive o texto falado.

Contudo, os autores parecem ter em mente mais propriamente o conteúdo semântico com os indexicais resolvidos (mais as questões de coerência) do que propriamente a relação entre as interpretações semânticas e pragmáticas. A estipulação de que a interpretação da mensagem seja ao menos tão específica quanto a interpretação do sinal, por exemplo, parece ser um forte indício disso. O problema, parece-me, é que não é necessário que nenhuma parte da interpretação semântica permaneça na interpretação pragmática, como aponta Dascal (2006, p. 568). Se digo “uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa”, isso significa pragmaticamente algo como “esses são dois casos completamente diferentes”. Nenhuma parte da tautologia literalmente expressa está presente nessa última interpretação. Claramente essa abordagem é insuficiente para estabelecer a ligação entre o sentido semântico e o pragmático.

É fato, no entanto, que na passagem citada os autores não procuram se debruçar especificamente sobre a questão aqui colocada. Essa é, no entanto, a passagem que mais poderia se aproximar de uma resposta. Resta ainda a ligação estabelecida via função entre sinal e mensagem, o que equivale a dizer “há uma relação entre ambas”, embora diga muito pouco sobre a natureza dessa relação. Do ponto de vista do instrumental teórico pode ser o suficiente, mas também está longe de ser capaz de estabelecer uma divisão entre os campos. No caso do modelo griceano, essa relação é mais explícita: essa ligação é a interpretação heurísticamente construída capaz de conciliar a mensagem aparentemente não cooperativa do falante com as máximas conversacionais, que deve corresponder à sua intenção comunicativa.

Esse parece ser um problema geral da aplicação da Teoria dos Jogos à pragmática: a interpretação literal e as possíveis implicaturas derivadas são apenas alternativas a serem selecionadas pelo ouvinte, sem qualquer relação entre si. Dado que o falante disse *a*, posso interpretar sua contribuição como *a'*, *b* ou *w*. É preciso mais do que o Princípio da Melhor Racionalização ou da Maximização das Utilidades para estabelecer esse vínculo, já que os jogadores podem apresentar uma estratégia que eu considere desastrosa ou difícil de entender. Consideremos a seguinte situação: se, durante um interrogatório sobre o desaparecimento de João, Pedro afirma que João *era* um amigo querido (assim entregando seu conhecimento de que João está morto, numa falha clichê das histórias policiais), um detetive atento poderia imediatamente interpretar o episódio como um forte indício de que Pedro assassinou João, mesmo que saiba que ninguém afirmaria intencionalmente algo que implicasse sua culpa numa situação dessas.³⁸

Assim, parece haver interpretações pragmáticas que não estão ligadas ao sentido semântico por uma relação de otimalidade. E não fica claro que outra relação pode suprir esse papel em um

38 É certo que esse caso, assim como o exemplo da frase *Most Israelis voted for peace*, discutido acima, é também um problema para abordagens griceanas, já que gera uma leitura que não faz parte da intenção comunicativa do falante.

modelo calcado na Teoria dos Jogos.

1.2.2.1.2. Por que implicaturas?

A segunda crítica feita ao modelo Franke, Jäger & van Rooij é em relação à noção de ingenuidade do falante e à previsão de que falantes prefeririam usar afirmações diretas, salvo casos em que desejassem enganar seus interlocutores, que ela parece acarretar. Embora o modelo de Asher & Lascarides prescindia dessa noção, a questão parece persistir: sempre há, é certo, uma chance de que afirmações indiretas sejam tomadas em seu valor de face, o que as tornariam intrinsecamente sub-ótimas. Então por que utilizá-las?³⁹

Os autores demonstram estar cientes dessa questão, e procuram respondê-la de três modos diferentes: do ponto de vista técnico, o modelo assume por axiomatização que as contribuições indiretas são *default* (p. 44). Isso permite operacionalizar o modelo, considerando respostas diretas como uma alternativa à resposta indireta (e possibilitando a um ouvinte desconfiado que considere as razões por que o falante optou por não utilizar uma resposta direta, por exemplo). Do ponto de vista teórico, são fornecidas duas justificativas para esse axioma: contribuições indiretas seriam mais preservadoras de face (p. 24-25); e contribuições indiretas seriam intrinsecamente ótimas porque transmitem informação extra (p. 44) – o que também contribuiria para a face positiva (e possivelmente suplantaria o risco de mal entendidos).

Em primeiro lugar, é interessante notar que a própria formulação da questão é um mérito do modelo. Claramente, essa é uma questão que toda teoria pragmática tem de enfrentar, e as condições para que as previsões da Teoria dos Jogos se sustente já estão dadas de saída: é preciso que elas apresentem algum tipo de vantagem que as torne ótimas, em todas as circunstâncias em que ocorrem (não necessariamente a mesma para qualquer situação, é claro). Essa é uma pergunta que não se sugere tão facilmente em um modelo griceano, por exemplo.⁴⁰ Para Grice, dado que o falante disse o que disse, cabe ao ouvinte encontrar a hipótese interpretativa que seja capaz de conciliar o que foi dito com as máximas conversacionais. O por quê de determinada formulação ter sido usada e não outra é uma questão que não chega a se colocar.

Por outro lado, essa mesma observação também sugere que a questão é mais urgente aos

39 Essa observação também é feita por Pinker (2011), que aponta que “*surely the inefficiency and potential for misunderstanding of indirect speech makes it important to show why indirectness is necessary, not why directness is*” (p. 3).

40 Parece haver condições claras também para a Teoria da Relevância – a previsão acarretada pela teoria deve ser a de que a afirmação feita é ótima do ponto de vista do equilíbrio entre efeito cognitivo ótimo e esforço mínimo. Resta saber se essa previsão se confirma.

modelos do paradigma da Teoria dos Jogos. Assumir que as respostas indiretas são a situação *default* apresenta uma série de problemas, na medida em que a diretividade passaria a ser considerada o desvio da norma – o que tipicamente desencadeia algum tipo de implicatura ou, no mínimo, inferência, a respeito das razões desse desvio. Além disso, parece decorrer dos modelos sugeridos a previsão de que haveria uma tendência maior para o uso de formas diretas em situações cooperativas, ao passo que as formas indiretas seriam prevalentes em situações não-cooperativas. Como vimos anteriormente, essa divisão minaria a própria utilidade de se empregar formas indiretas em situações de conflito, já que o próprio uso denunciaria o caráter não cooperativo da contribuição.

A despeito disso, não parece haver nenhuma incompatibilidade do quadro teórico adotado tanto por Franke, Jäger & van Rooij quanto por Asher & Lascarides com outras explicações derivadas de uma eventual teoria da indiretividade. De fato, a afirmação de que o uso de contribuições indiretas estaria intrinsecamente relacionado a considerações de face é comum na literatura (cf. Searle, 1975; Leech, 1983; Brown & Levinson, 1987), e é certamente uma das principais razões para seu uso. Outra razão possível jazeria na possibilidade de uma implicatura ser negada, o que seria particularmente útil em situações de conflito – somada, é claro, às questões de polidez, a fim de garantir que esse não seja o único caso razoável para que se utilize esse tipo de forma. Esse é o argumento apresentado por Pinker et al. (2008), e Lee & Pinker (2010), que providencialmente formulam sua hipótese em termos da Teoria dos Jogos. As conclusões desses trabalhos serão também interessantes para minha própria proposta, e a discutiremos mais adiante (item 3.1). Por hora, deve-se salientar que, no mínimo, as propostas de modelo para a NC vindas da Teoria dos Jogos precisam ser refinadas.

1.2.3. Comentários sobre a Teoria dos Jogos

O quadro teórico da Teoria dos Jogos apresenta um *insight* poderoso para o tratamento do fenômeno da não cooperação. Dada sua própria origem como uma ferramenta para modelar o comportamento racional competitivo, parece natural que sua aplicação seja mais evidente do que modelos que surgiram baseando-se na premissa da colaboração entre os falantes, e talvez a conclusão final da discussão seja a de que, para dar conta da questão, é preciso incluir algum mecanismo similar à *maximização da utilidade* ou algo semelhante às demais teorias pragmáticas. Ou então talvez seja o caso de que haja outras ferramentas que se adequam melhor às outras teorias e são igualmente eficientes – opção esta investigada nesta tese.

Há problemas, é certo, nos modelos propostos, como não poderia deixar de ser, e certamente outros problemas deverão ser apontados à medida em que eles sejam examinados mais sistematicamente. Mas o potencial completo da teoria ainda está por ser desvelado. Mesmo as questões apresentadas aqui não parecem em nada incontornáveis. Como afirmado anteriormente, a questão do uso das implicaturas, por exemplo, não é uma questão exclusiva desse paradigma. Mesmo o problema da fronteira entre semântica e pragmática não parece de todo insolúvel e, de fato, procurarei apresentar brevemente uma contribuição no sentido de resolvê-lo no âmbito da teoria, procurando adaptar um *insight* nascido de uma perspectiva griceana quando tratar da questão da delimitação da fronteira das duas áreas (item 3.2).

A questão do vínculo entre o sentido semântico e as implicaturas derivadas, no entanto, parece-me significativamente mais difícil de resolver, e esse talvez seja um desafio maior à Teoria dos Jogos. Suspeito também que os maiores desafios estejam nos casos cooperativos, com que as demais teorias pragmáticas estão mais acostumadas, e não nos casos agonísticos, que lhes são menos familiares.

A despeito dos problemas apresentados pelos modelos analisados, o panorama da não cooperação por eles estabelecido é bastante interessante, e apresenta alguns *insights* que acredito serem essenciais para a compreensão do tema. A grande contribuição dos trabalhos discutidos é, sem dúvida, o desvencilhamento da noção de cooperação (ao menos em sua versão forte) da noção de racionalidade. Se para um sem número de casos o curso de ação mais racional é se portar griceanamente, fazendo contribuições que sigam as máximas conversacionais e preservem a face, para tantos outros isso não é verdadeiro. Embora seja inviável prescindir completamente de um mínimo de cooperação (fato reconhecido, ao menos em alguma medida, por Asher & Lascarides), também deve ter ficado evidente que uma dada contribuição pode ficar muito distante da cooperação plena. Sobretudo, deve ter ficado claro que abdicar dessa plenitude cooperativa não significa descender ao caos e à ausência de regras. O comportamento agonístico é, ele também, racional, tão regulado por normas quanto os demais fenômenos pragmáticos com que estamos acostumado (quaisquer que sejam as normas, teorias e modelos que escolhamos para representar essas normas – o ponto a ser destacado é que esses casos também são passíveis de teorização no âmbito de uma lógica da conversação). Uma vez em situação de conflito, um agente procurará encontrar a contribuição que lhe pareça mais eficiente e que tenha maior potencial de ajudá-lo a alcançar seus objetivos.

Esse, aliás, é o segundo ponto que se insinua (ainda que timidamente) da discussão levada a cabo pelos autores: qual a contribuição ótima (ou qual a contribuição mais racional, talvez seja apropriado dizer) para uma dada situação comunicativa depende, em grande medida, dos resultados

que o falante pretende atingir. Se a intenção de um dado agente é escapar de uma condenação por crimes financeiros, então claramente o grau de informatividade a que ele estará disposto será consideravelmente mais baixo do que o padrão demandado por um promotor que pretende condená-lo, por exemplo. De modo similar, se tudo que o agente deseja é evitar ter problemas com o namorado por ter se encontrado com o ex, uma resposta perfeitamente clara e relevante se torna muito menos interessante. Essa dependência dos objetivos, contudo, acaba se diluindo na noção de utilidade, que é muito mais assumida pelos autores do que propriamente discutida. A própria relação do tipo de resultados esperados pelo agente e o tipo ou grau de cooperação a que ele está disposto permanece sem ser discutida. Tudo o que sabemos sobre as utilidades é que elas podem ser “qualquer coisa com que o agente se importa”, como vimos, e isso diz muito pouco sobre o tipo de propósito envolvido e seus eventuais reflexos nas estratégias adotadas pelos agentes.

No próximo capítulo, procurarei debater de modo mais aprofundando esses dois conceitos centrais, transportando-os para um paradigma griceano e procurando apresentar um modelo alternativo nele calcado. Discutiremos principalmente a questão dos propósitos dos interlocutores, sobretudo no que diz respeito às distinções entre propósitos comunicativos e propósitos extralinguísticos, e como essas duas categorias podem refletir no tipo de disposição em cooperar que os falantes assumem. Algumas questões levantadas neste capítulo também reaparecerão no capítulo 3, onde procurarei expandir os limites da discussão sobre nosso tema para outras áreas. Retomaremos a questão de *por que implicaturas?* ao tratar do possível caráter motivador da não cooperação para a indiretividade (*i.e.* a possibilidade de que o fato de um falante não estar disposto a ser plenamente cooperativo poder ser a razão por que ele escolhe usar uma formação indireta no lugar de uma direta). Também trataremos algo longamente da questão da relação entre semântica e pragmática – que me parece ser de longe a maior vulnerabilidade dos modelos apresentados –, procurando aplicar as conclusões do capítulo 2 à discussão sobre os limites de cada uma das áreas.

2. Um modelo Griceano para a não-cooperação

Neste capítulo procurarei apresentar um possível modelo de não cooperação que se fundamente no Princípio da Cooperação e nas quatro máximas propostas por Grice (1989). Esse modelo partirá de uma pragmática de intenções comunicativas, calcada sobretudo em Dascal (2006) e sua leitura da obra de Grice. Consideraremos também o trabalho de Feng (2013), que procura esticar a perspectiva intencionalista até o limite.

Procurarei também incluir alguns casos que me parecem interessantes, mas que, até onde seja de meu conhecimento, não são citados em nenhum dos trabalhos sobre o tema. Esses casos devem ajudar a expandir nossa compreensão do fenômeno, apresentando novos desafios às teorias anteriormente apresentadas, bem como ao modelo a ser desenvolvido.

Há uma óbvia e essencial conexão entre a cooperação e a não cooperação, que certamente não passa despercebida pelos trabalhos até aqui mencionados. A maioria deles assume uma divisão entre diferentes tipos ou níveis de cooperação, provavelmente por conta da observação, já feita aqui, de que não é possível abdicar completamente da cooperatividade na comunicação.

Assim, apresentarei, em primeiro lugar os pressupostos mais gerais do modelo, seguido de uma discussão acerca da natureza da cooperação (considerando em especial o trabalho de Attardo, 1997), para então finalmente passar à proposta positiva de tratamento do tema desta tese.

2.1. Pragmática e Intenções comunicativas⁴¹

A noção de intenção do falante ocupa um lugar central na teoria griceana. Para Grice, é apenas através do reconhecimento da intenção comunicativa que o processo de interpretação pode ser levado a cabo com sucesso. Como aponta o autor “A quis dizer algo com x ’ é sensivelmente equivalente a ‘A enunciou x com a intenção de induzir uma crença por meio do reconhecimento desta intenção” (1989 [1957], p. 99). De acordo com Dascal, “a ideia básica dessa definição, já presente em Locke, é que só existe comunicação propriamente dita quando o que *causa* o efeito desejado pelo falante no destinatário é o *reconhecimento* por este da intenção comunicativa do falante” (2006, p.44).

A própria distinção entre significado_n e significado_{nn} é calcada na noção de intenção

⁴¹ Já defendi, em minha dissertação de mestrado, um modelo semelhante, no capítulo intitulado “Equivalência e Significação”, no item “Modelos de Interpretação” (Fujihara, 2010). A exposição que se segue se baseia em parte nesse capítulo, bem como nas fontes lá citadas (Dascal, em especial).

comunicativa. Assim, uma perna enfaixada não significaria_{mn} que eu não posso jogar futebol, a menos que eu a levantasse e apontasse para ela diante de um convite para jogar, nem mesmo a sentença *minha perna está machucada*, a menos que eu a proferisse com a intenção de que isso signifique *não posso jogar* e, desse modo, o significado seria “parasítico da intenção” (Feng, 2013, p. 2-3). Nas palavras do próprio Grice, o significado seria “*ultimately explicated in terms of the notion of intention*” (Grice 1989, p. 91).

De modo mais palpável, a intenção comunicativa seria fundamental no processo interpretativo pragmático, um “processo *inferencial*, pelo qual o ouvinte tenta encontrar a *hipótese explanatória* mais adequada para o ato linguístico desempenhado pelo falante no contexto da elocução” (Dascal, 2006, p. 39, grifo do autor). A análise de Grice, embora o autor demonstre estar ciente da possibilidade de os envolvidos não estarem dispostos a cooperar plenamente, se fundamenta no pressuposto da cooperatividade como princípio de racionalidade instrumental (Dascal, 2006, p. 39). Assim, todo o processo inferencial griceano se fundamentaria no reconhecimento de uma dada contribuição como aparentemente problemática, o que o levaria a procurar uma hipótese interpretativa capaz de conciliar sua interpretação com o Princípio da Cooperação e as Máximas Conversacionais. Esse processo é descrito da seguinte forma por Dascal:

(a) [F]alante diz que *p*; (b) ao fazê-lo está aparentemente violando uma ou mais máximas conversacionais; (c) mas o [O]uvinte não tem motivos para inferir que F não está observando as máximas, ou pelo menos o PC; (d) ele não poderia estar fazendo isso ao dizer que *p*, a não ser que pensasse que *q*; (e) F sabe (e sabe que O sabe que ele sabe) que *q* é requerida; (f) F não faz nada para evitar que O pense que *q*; (g) F quer ou pelo menos está disposto a deixar que O pense que *q*; portanto, (h) O infere que *q*. (2006, p. 39)

Todo esse processo estaria fundamentado no reconhecimento da violação das máximas como intencional e aparente,⁴² como fica claro no passo (g) – a hipótese de que o Falante *deseja* que o Ouvinte infira que *q*. Se, por exemplo, um falante não respeitasse a máxima de modo por possuir alguma deficiência de fala (algum tipo de afasia, digamos), isso claramente não geraria nenhuma

42 Utilizarei o termo *aparente* (no sentido de algo que parece, mas não necessariamente é) para me referir ao que seriam supostas violações das máximas conversacionais ou do PC, mas que, na realidade, não são violações de fato. Deverei usar o termo também para me referir a parte do que Grice considera violações propriamente ditas das máximas no nível do que é dito, mas não no nível do que é implicado (*i.e.* casos em que o falante *explora* uma máxima, inclusos aí os casos de *flouting*) – (Grice, 1989, p. 30; 33). A terminologia acaba por fundir as violações aparentes no nível do que é dito e as violações reais nesse mesmo nível, mas deverá ser útil neste trabalho para diferenciar casos em que as máximas são respeitadas (ao menos no nível do que é implicado) dos casos em que há sua real violação (tanto no nível do que é dito quanto no nível do que é implicado).

implicatura.

Segundo Feng (2013), a dependência da intenção comunicativa seria responsável também pela *cancelabilidade* das implicaturas (ou *corrigibilidade*, nos termos do autor). Tratando do célebre exemplo em que um falante diz “estou sem gasolina” e o interlocutor afirma “há um posto ali na esquina”, Feng argumenta que a implicatura da primeira frase (algo como *desejo saber onde posso reabastecer meu carro*) pode ser desviante, mesmo que plausível – o que ficaria claro se o falante continuasse esclarecendo que na verdade queria uma carona – caso ela não seja aquilo que foi pretendido pelo falante. De acordo com ele, “*this example demonstrates on the one hand that any inferred message unintended by the speaker is not what is implicated, and on the other hand that an implicature is entirely in the speaker’s control since it must be intended*” (2013, p. 7).⁴³

Feng apresenta uma defesa de uma versão mais radical do intencionalismo – para o autor, nas palavras de Fodor & Lepore (2004, p. 82), “*the only metaphysical determinants of utterance content are (i) the linguistic structure of the utterance (the syntax and lexical inventory of the expression type that it’s a token of, and (ii) the communicative intention of the speaker. Nothing else. Ever*”. Feng afirma que tanto o que é dito quanto o que é implicado são inteiramente dependentes da intenção comunicativa, incluindo aí a resolução de indexicais e ambiguidades (p. 5). Para ele, mesmo no famoso exemplo de Searle (1969), em que um soldado americano capturado diz *Kennst du das Land, wo die Zitronen blühen?*,⁴⁴ o prisioneiro não diz nada nem a respeito de sua cidadania, nem a respeito de limões – ele apenas produz uma série de sons, ou segue um determinado *script*. Mesmo se o americano tivesse dito *Ich bin ein Deutscher* (“*eu sou alemão*”), mas não soubesse o significado dessas palavras (e, portanto, não tivesse a intenção de dizê-lo), ele não teria dito nada sobre sua origem. Dado o papel central da intencionalidade na argumentação de Feng, a própria noção de cancelabilidade seria espúria, segundo o próprio autor. Assim,

As what is said is something intended by the speaker, it cannot be cancelled. When

43 Ambos os pontos (a dependência da intenção comunicativa no processo inferencial griceano e a revogabilidade ou cancelabilidade das implicaturas) são também mencionados por Dascal (2006), em uma listagem das características da interpretação pragmática:

d) A possibilidade de *explorar* deliberadamente o fato de as máximas serem presunções a fim de engendrar implicaturas: a violação de uma máxima acaba por ser apenas aparente, a não ser que existam razões para presumir que a suposição de que o falante está obedecendo ao PC seja insustentável diante das circunstâncias; presume-se, portanto, que há uma intenção comunicativa que não pode ser equacionada com o significado da elocução e que é capaz de restaurar a veracidade da suposição de que o interlocutor está obedecendo a máxima que aparentemente violou.

e) A possibilidade de o falante negar a responsabilidade da implicatura contida em sua elocução, negando que não tinha intenção de comunicar o que o ouvinte inferiu – heurística, abdução e revogavelmente – de sua elocução. (DASCAL, 2006, p. 40-41)

44 No exemplo, um soldado americano é capturado por soldados italianos e, a fim de tentar evitar ser preso, enuncia a única frase que conhece em alemão (um verso de *Mignon*, de Goethe), na esperança de que seus captores acreditem que ele é, na verdade, um soldado alemão.

a speaker has said that *p*, 'he has expressed (or at least purported to express) the belief that *p*' (Grice 1989: 42). In other words, saying something is itself an expression of the speaker's corresponding belief. As a consequence, it will be anomalous, if not totally self-contradictory, to say something just in order to cancel it. (p. 7-8)

A dificuldade em cancelar algo que foi dito ou implicado residiria no fato de que, como algo pretendido pelo falante em situações cooperativas e racionais, afirmar que *p* é o mesmo que comunicar que *p* é uma crença verdadeira (p. 8). Assim, o que estaria em jogo nos casos de suposta cancelabilidade seria a *correção* do que foi dito. Como aponta o autor,

to correct is one thing, to cancel is quite another. To correct is to admit that one entertained a belief that *p* which has been recognized as wrong, while to cancel is to deny that one entertained the belief that *p*. To wrongly believe is unintentional, but to deny a belief, right or wrong, is intentional. This adequately explains why cancelling the said content in the same discourse renders the utterance anomalous or self-contradictory while correcting it does not. (p. 8)

O que poderia acontecer quando o que está em jogo é o que é implicado é que um falante procure impedir que determinadas implicaturas surjam. Assim, afirmar

11) Alguns alunos estão entediados com minha aula. De fato, todos eles estão.

não envolveria cancelamento, mas sim a prevenção do surgimento da implicatura. Há uma diferença entre implicaturas reais e putativas, afirma Feng, e, uma vez que elas são uma questão de intenção, apenas as implicaturas pretendidas pelo falante surgem. Ao marcar uma implicatura como não pretendida, o falante a bloquearia completamente (para Feng as implicaturas estão totalmente no controle do falante, vale lembrar) – (p. 9). Mesmo o papel do contexto seria altamente questionável na determinação do significado de uma sentença. O contexto seria, é claro, amplamente utilizado como *pista* para que o ouvinte tente determinar a intenção do falante. Mas o significado, como fruto dessa intenção, teria muito pouco ou nada a ver com o contexto. De acordo com Feng, “*context can constrain what the speaker can succeed in communicating given what she says, but it cannot constrain what she intends to communicate in choosing what to say*” e “*context cannot override speaker's intention in determining what is actually said by an utterance*” (p. 12).

Há, é claro, um certo extremismo no posicionamento de Feng: parece bastante claro que,

houvesse no mundo apenas estruturas linguísticas e intenções comunicativas, isso não seria o suficiente para que pudéssemos nos comunicar com sucesso (ao menos da forma como o fazemos neste mundo). Tanto a afirmação de que apenas a intenção do falante importa na determinação da referência de indexicais, na resolução de expressões ambíguas quanto a de que o contexto não importa na determinação do significado só fazem sentido, em primeiro lugar, se tomarmos puramente a perspectiva do falante. Para Feng, o significado é uma entidade que reside na mente do falante e que deve ser alcançada pelo ouvinte de algum modo. Parece pouco provável, contudo, que o próprio falante deixe de considerar mais do que apenas sua intenção e as estruturas linguísticas. É parte fundamental do funcionamento do modelo griceano a antecipação das inferências do interlocutor.⁴⁵ Não faz sentido, por exemplo, imaginar que o falante não vá considerar saliência contextual quando usa um determinado dêitico, ou que prescindia da informação do conhecimento de mundo compartilhado com o ouvinte. Mesmo o controle do falante sobre as implicaturas parece bastante questionável. É certo que sua autoridade tem um peso significativo na escolha das alternativas interpretativas do ouvinte, mas é certo também que esse peso não é absoluto. Dificilmente um falante conseguiria convencer sua audiência de que, ao enunciar *Pedro é uma porta* ele com isso queria fazer um elogio à solidez de caráter de Pedro, para citar um exemplo.

A essa altura deve estar claro o movimento retórico feito aqui: tendo apresentado Feng como “radical”, a defesa de um modelo intencionalista mais “moderado” deverá ser mais fácil. Isso não significa, é claro, que não haja de fato problemas na exposição feita pelo autor – há várias assunções problemáticas em seu artigo, como deve ter ficado claro.

A intenção comunicativa parece de fato ocupar um lugar privilegiado na lógica da conversação. De modo geral, estamos sempre dispostos a rever nossa interpretação se nosso interlocutor afirmar que não foi isso que ele *quis dizer*, e mesmo quando o sentido do que o falante diz não nos parece claro estamos prontos a perguntar o que foi que ele pretendeu dizer. Chamemos o fenômeno de cancelabilidade ou corrigibilidade, o fato é que o falante sempre (ou quase) pode negar, com grande autoridade, aquilo que foi implicado pelo que foi dito. Como aponta Dascal, procurar reconhecer as intenções comunicativas do falante é inclusive uma questão ética: “se queremos respeitar o indivíduo, não podemos ignorar ou eliminar as suas intenções” (2006, p. 674). Mesmo em situações antagônicas, como são vários dos casos analisados neste trabalho, o reconhecimento (e eventual posterior distorção, talvez seja apropriado dizer) das intenções comunicativas do falante parece estar presente. No exemplo do caso Bronston (cf. p. 36, acima), seu movimento é evidente: sabemos o que ele quis dizer e o que disse, bem como as implicações de seu

45 Vale lembrar os passos inferenciais descritos por Dascal, citados acima: “(e) F sabe (e sabe que O sabe que ele sabe) que *q* é requerida; (f) F não faz nada para evitar que O pense que *q*; (g) F quer ou pelo menos está disposto a deixar que O pense que *q*; portanto, (h) F infere que *q*.”

movimento retórico.

Há problemas, é claro, com essa abordagem – como no caso dos problemas citados da Teoria dos Jogos para lidar com movimentos conversacionais que são claramente não-ótimos, como no caso do célebre erro do interrogatório (em que o interrogado afirma que uma pessoa *era* boa). Esse claramente é um exemplo de situação em que o falante deixa escapar uma implicatura que não tinha intenção (e que nem por isso deixa de ser derivada). Um exemplo semelhante, amplamente citado nas discussões sobre não cooperação, é o caso de sentenças como o exemplo de Ariel (2004), *most Israelis voted for peace*. Curiosamente, todos os exemplos citados (incluído aí o célebre exemplo de Searle do encontro do soldado americano com os italianos) parecem ser situações claramente não cooperativas. Seria o caso de que a posição privilegiada da intenção comunicativa se mantém apenas em situações cooperativas? Qual seria, então, a relação entre a cooperação e essa intenção?

Outro tipo de intenção também ocupa um papel de relevância no modelo griceano: o objetivo ou propósito comunicativo geral da conversa, conforme enunciado na sua formulação do Princípio da Cooperação. Desnecessário dizer, essa questão é central para a discussão acerca da não cooperação e, desse modo, passarei a tratar dela no que se segue.

2.2. Níveis de cooperação e o propósito comunicativo geral da conversa

Vimos acima que Asher & Lascarides (2013) assumem uma distinção entre cooperação retórica, tida como um “fenômeno básico na ausência de cooperação griceana” (p. 3), em que um falante “parece ser griceaneamente cooperativo, mas pode na verdade não sê-lo” (p. 3), e a cooperação griceana propriamente dita (em que as preferências dos interlocutores estão alinhadas). De modo similar, Plüss (2013, p. 64) apresenta uma distinção entre *linguistic cooperation* e *task-related cooperation*. O primeiro tipo diria respeito a “*maintaining the flow of the conversation*”, e o segundo à colaboração na execução da tarefa subjacente (*underlying task*) da atividade linguística corrente (e.g. tentar chegar a um determinado lugar na cidade, em um diálogo em que alguém tenta descobrir se algum ônibus o levaria do ponto *x* ao *y*). Essa contraposição é similar àquela feita por Attardo (1997), entre *cooperação locucionária* e *perlocucionária*, que consideraremos mais detalhadamente abaixo. Consideraremos também a discussão feita em Oswald (2010), que propõe uma divisão quadripartite do conceito.

2.2.1. Cooperação locucionária e perlocucionária

De acordo com Attardo (1997), a formulação do Princípio da Cooperação conforme enunciada por Grice sofre de uma ambiguidade sistemática, oscilando entre a postulação da necessidade de cooperação linguística e extralinguística (p. 753). Considere-se o célebre exemplo de Grice abaixo:

12) A: *I'm out of petrol.*

B: *There is a garage around the corner.*

Conforme Attardo aponta, a resposta de B só faz sentido se considerarmos o objetivo de A no mundo real (abastecer seu carro). Um indício disso, apontado pelo próprio Grice, é a relevância da informação sobre o posto estar aberto, por exemplo. Se tomarmos a frase de A como um mero pedido de informação a respeito de onde se pode achar gasolina, então a resposta de B deveria ser igualmente relevante e cooperativa a despeito do fato de o posto estar aberto ou não. Em ambos os casos, a sentença em B seria, a princípio, cooperativa. No caso de o posto estar fechado, contudo, a sentença seria cooperativa exclusivamente no nível linguístico, ao passo que no caso de estar aberto ela seria cooperativa no nível dos objetivos práticos extralinguísticos do falante (p. 759-760).

Essa diferença nas interpretações leva Attardo a postular dois tipos diferentes de cooperação, a *cooperação locucionária (locutionary cooperation)* e a *cooperação perlocucionária (perlocutionary cooperation)*, ecoando a terminologia de Austin. A cooperação locucionária (CL) seria “*the amount of cooperation, based on the CP, that two speakers must put into the text in order to encode and decode its intended meaning*”, ao passo que a cooperação perlocucionária seria “*the amount of cooperation two speakers must put into the text/situation to achieve the goals that the speaker (and/or the hearer) wanted to achieve with the utterance*” (p. 756). De acordo com o autor, a compreensão de uma determinada sentença envolveria sempre a cooperação locucionária, enquanto que a cooperação perlocucionária (CP) precisaria ser assumida quando os interlocutores perseguem conjuntamente um objetivo fora da esfera comunicativa (p. 756).

Um outro exemplo seria a frase *war is war* (Grice, 1989, p. 33). Tomada literalmente, a sentença seria uma tautologia, fornecendo pouca ou nenhuma informação, o que levaria o ouvinte a interpretá-la como algo como “em uma guerra é necessário agir de modos que seriam inapropriados fora dela”. Contudo, se dita por alguém que escondeu um tesouro durante a Segunda Guerra durante uma tentativa de encontrá-lo, embora fosse compreensível e claramente locucionariamente cooperativa, ajudaria muito pouco a encontrar o tesouro, sendo muito pouco cooperativa do ponto

de vista perlocucionário. A implicatura seria compreendida perfeitamente a despeito disso, o que, para Attardo, significaria que toda sentença deve “passar duas vezes” pelo Princípio da Cooperação – uma passagem locucionária e outra perlocucionária (p. 758).

Embora não seja necessariamente um problema para a teoria griceana, a falha em reconhecer essa distinção seria responsável por algumas análises incorretas e pela perda de algumas generalizações. Attardo chama a atenção para o fato de que Grice demonstra estar ciente, ao menos em parte, dos diferentes tipos de cooperação envolvidos, já que ele afirmava que a cooperação conversacional era um caso especial de comportamento intencional (*purposive behavior*) – (Grice, 1989, p. 29). A despeito disso, as formulações de Grice parecem apresentar uma flutuação considerável em relação ao tipo de cooperação e, mais especificamente, à noção de *propósito* envolvida. Considere-se as definições do PC

Make your conversational contribution such as is required, at the stage at which it occurs, by the accepted purpose or direction of the talk exchange in which you are engaged.

E da máxima da qualidade

Make your contribution as informative as is required (for the current purposes of the exchange)⁴⁶

Não fica claro se o que está em jogo é o propósito comunicativo (*i.e.* o bom andamento da conversa) ou algum propósito extrínseco. Attardo nota que a menção à *direção* da conversa parece indicar que estamos lidando com a primeira alternativa mas, como vimos anteriormente, a análise de exemplos como 12) (*I'm out of petrol*), acima, demandarim considerações de propósitos maiores do que os comunicativos. Nesses termos, *cooperar* adquiriria um significado que iria além da mera consideração às demandas conversacionais, implicando em de fato adotar os objetivos reais do interlocutor e procurando ajudá-lo a alcançá-los, o que seria sensivelmente diferente do PC conforme elaborado por Grice. Isso é mais evidente em casos de atos de fala não assertivos, como aponta o autor. Considere-se o exemplo em 3, abaixo:

13) A: *How long does it take by taxi to Picadilly Circus?*

(a) B: *One minute.*

46 Itálico adicionado por Attardo, em ambos os casos.

(b) B: *You don't need a taxi - it's only two minutes' walk.* (Kempson, 1975, p.163 *apud* Attardo, 1997)

Assumindo que a conversa tenha lugar na *Regent Street*, em Londres, a resposta em (a) não seria pragmaticamente apropriada, como aponta Kempson, já que a distância seria facilmente percorrida a pé, como a resposta em (b) deixa claro. Kempson procura justamente estender a análise griceana da conversação para outros atos de fala, e sua explicação para a inadequação de (a) seria a de que a pergunta de A implicaria que se vai de táxi para o Picadilly Circus e, ao responder *one minute*, B estaria também implicando isso (e, portanto, violando a máxima da qualidade) – (Kempson, 1975, p.163 *apud* Attardo, 1997) .

Contudo, a assunção de que ao responder (a) o falante se compromete com a premissa de que se vai de táxi ao Picadilly Circus seria problemática (Attardo, 1997, p. 762), como demonstra o seguinte exemplo:

14) A: *Is a unicorn a wild beast?*

B: *Sure.*

Claramente, B não estaria se comprometendo, nesse caso, com a existência de unicórnios. Para Attardo, o que acontece é simples: B infere que o propósito de A é chegar ao Picadilly Circus o mais rápido possível e, sendo cooperativo, procura ajudá-lo a alcançar o seu objetivo extralinguístico do modo mais eficiente possível. Como aponta o autor, “*only if we assume that B is going out of his/her way to be helpful to A, well beyond the boundaries of the conversational exchange, can we explain why (11a [13 a]) is inappropriate*” (p. 762). Tendo isso em vista, o autor propõe a formulação de um outro princípio paralelo ao Princípio da Cooperação griceano, o Princípio da Cooperação Perlocucionária:⁴⁷

The Perlocutionary Cooperative Principle (PCP): *Cooperate in whatever goals the speaker may have in initiating a conversational exchange, including any non-linguistic, practical goal. (Or in other words, be a good Samaritan).*

1. *If someone needs or wants something, give it to them.*

2. *If someone is doing something, help out.*

47 Não acredito, contudo, que seja necessário abandonar o PC em favor do PCP. Se o problema do primeiro consiste apenas na falta de clareza no estabelecimento do que se entende por propósito mutuamente aceito ou direção da conversa, então o mero detalhamento desses conceitos deve ser o suficiente. É essa a postura a ser adotada neste trabalho, como veremos adiante (item, 2.3.4.)

3. *Anticipate people's needs, i.e., provide them with what they need, even if they do not know that they need it.* (1997, p. 766)

Para Attardo, o PCP seria mais geral, inclusive, que o PC, tendo precedência sobre ele. A adoção da cooperação perlocucionária permitiria mesmo que o interlocutor ignorasse a demanda conversacional (p. 766). Um exemplo claro seria a análise de determinadas ordens: se uma executiva pede a seu secretário “*Please get me Mr. Smith on the phone*” a resposta “*He's right here in the waiting room*” é perfeitamente aceitável, mesmo implicando literalmente na recusa em atender às ordens dadas pela chefe. Seria perfeitamente aceitável desconsiderar a demanda conversacional, desde que isso ajudasse a completar os objetivos extralinguísticos (p. 765). No entanto, o PCP perderia precedência quando comparado a outros princípios mais gerais, como a auto-preservação e a polidez (p. 767).

Attardo apresenta uma discussão mais detalhada de como os objetivos extra-linguísticos afetariam cada uma das quatro máximas griceanas. O autor apresenta exemplos adicionais para as máximas da relevância e quantidade (cuja relação com os propósitos dos interlocutores já deve estar clara, acredito), além de alguns argumentos e casos advogando em favor da dependência de *maneira e qualidade* do PCP. Os argumentos, contudo, são menos convincentes. Em relação à qualidade, Attardo usa exemplos do relaxamento da precisão em frases como “Nova Iorque fica a duzentas milhas de Boston” (Chomsky, 1977, p. 149), em que as próprias condições de verdade da sentença dependeriam de, por exemplo, se quem faz a afirmação é um cartógrafo em exercício de seu ofício ou um motorista que deseja saber quanta gasolina deve por em seu carro. Em relação à maneira, o autor fornece um exemplo, algo tortuoso, da diferença com que um programador e um usuário consultariam um manual – enquanto

a user needing to perform task X will approach a manual looking for a heading or a chapter called "How to do X", whereas the programmer, interested in creating a new function Y, will patiently read the manual from cover to cover, in order to learn how the program is structured, what kind of variables it accepts, etc. (1997, p. 774)

Desnecessário dizer, os exemplos citados parecem algo duvidosos. Contudo, também não nos parece relevante discutir as filigranas da possível relação dos objetivos extra-linguísticos com cada uma das máximas e, portanto, evitarei alongar-me sobre essa questão.

O artigo de Attardo também chega bastante perto de tratar da questão da não cooperação

(tema de que o autor tratará em outros trabalhos, como veremos), mas não chega a reconhecer a relação do tema com a proposta do PCP. De fato, Attardo considera que não é possível violar o PCP e se mostra algo cético em relação à possibilidade de *flouting* do princípio. De modo similar a algumas afirmações já vistas aqui, o autor considera que a ausência de PCP resultaria na “suspensão do processo inferencial” (1997, p. 769 – como o fazem Asher & Lascarides, 2013, e Franke, Jäger & van Rooij, 2009, em relação à ausência de PC). O autor chega a prometer, inclusive, uma análise da influência do alinhamento de preferências e a não cooperação partindo do paradigma da Teoria dos Jogos mas, até foi possível averiguar, esse trabalho não chegou a ser publicado.⁴⁸ De fato, há uma aproximação visível da análise de Attardo das propostas aqui analisadas pertencentes ao âmbito da Teoria do Jogos. O autor sumariza da seguinte forma as diferenças entre PC e PCP

What is the difference between Grice's CP [Cooperative Principle] and the PCP? As we have seen above, it is mainly a difference in scope: the CP seems to be limited to the goals of the conversation, that is, essentially to linguistic goals, and ultimately, to the optimization of the transfer of information. The PCP, on the other hand, takes a broader look at the entire situation in which the conversational exchange takes place and acknowledges the fact that linguistic behavior may be only a marginal part of the overall interpersonal exchange. More specifically, the PCP acknowledges that what is cooperative *depends on the goals of the participants in the exchange*, and thus cannot be established *a priori*. (1997, p. 770 – grifo meu)

Ao relativizar a cooperatividade em termos dos objetivos específicos de cada participante, Attardo tangencia de modo significativo a noção de utilidade da Teoria dos Jogos – talvez em parte por conta do caráter aberto da noção (lembremo-nos de que as preferências de um jogador podem incluir qualquer coisa com que ele se importe).

Attardo ainda comenta a divisão de Gu (1993) em três níveis de cooperação:

1. *S and H are willing to listen to each other.*
2. *S says X to H and H interprets X.*
3. *S and H exchange information by adopting their respective goals.*
4. *S asks H to perform a non-verbal act and H does it.* (p. 181, *apud* Attardo, 1997)

Os dois primeiros níveis são referidos por Gu como *cooperação pragmática*, ao passo que os dois últimos são chamados de *cooperação retórica*. Para o autor, o primeiro nível seria

⁴⁸ Ao menos não encontramos nada parecido, inclusive na listagem de publicações do autor em seu *curriculum*.

automático e sem custo, enquanto o segundo demandaria maiores custo e envolveria a adoção de objetivos (sendo, portanto, sensível a eles). Oswald (2011) também discute a divisão feita por Gu, bem como a proposta de Attardo, apresentando sua própria partição do conceito em quatro níveis.

2.2.2. Cooperação comunicativa

Oswald parte da discussão de Hurford (2007), que apresenta o que ele chama de *paradoxo cooperativo* (*cooperative paradox*): Hurford nota que em toda troca comunicativa, por mais antagônica que ela possa ser, há sempre a necessidade, *conditio sine qua non*, de uma cooperação mais básica, que permita que os interlocutores interajam de modo bem sucedido. Assim, mesmo uma resposta como “me recuso a responder” ou “só vou falar na presença do meu advogado” seria cooperativa, no sentido de que se pretende que a contribuição seja compreendida, que o falante opta por dizer algo ao invés de permanecer calado, etc. Mesmo os célebres exemplos de *opting out* de Grice exibiriam esse grau de cooperação, incluindo mesmo a geração de implicaturas (o que demonstraria a operação das máximas, inclusive). Se digo “meus lábios estão selados”, a interpretação da sentença como significando “não posso responder a sua pergunta” só é possível através do reconhecimento da sentença como problemática (no sentido griceano, *i.e.* como disparadora de implicaturas) – (Oswald, 2011, p. 16). Mesmo se o falante procura enganar o ouvinte, ele ainda o faria, em certo sentido, de modo cooperativo. Como aponta Hurford,

There is still a crucial sense in which cooperation between speaker and hearer is involved in all truly communicative exchanges. Even in an act of deliberate deception, the deceiving speaker at least cooperates to the extent that he couches his message in a code which the hearer understands; there is momentary cooperation in the very transmission of the message, even if the longer-term goal of the speaker is not helpful to the hearer. Momentarily, during the production and parsing of the deceiving utterance, speaker and hearer are playing the same game together. (Hurford 2007, p. 253, *apud* Oswald, 2011, p. 17)

Essa observação parece ecoar a afirmação de Grice,⁴⁹ segundo a qual

49 Essa também parece ser a questão que orientava algumas das objeções feitas às primeiras formulações deste trabalho quando eu falava na possibilidade de haver não cooperação na comunicação (mais especificamente, na violação do PC, um ponto que discutiremos à frente). Uma parte considerável da audiência se mostrou bastante cética a essa possibilidade, o que parece resultar da confluência dos diferentes níveis de cooperação em um único conceito geral.

Out talk exchanges do not normally consist of a succession of disconnected remarks, and would not be rational if they did. They are characteristically, to some degree at least, cooperative efforts; and each participant recognizes in them, to some extent, a common purpose or set of purposes, or at least a mutually accepted direction. (Grice, 1989, p. 26)

Oswald, seguindo Chilton (1987), se refere a esse nível de cooperação como *funcional*, e a um *PC funcional* – que representaria a disposição dos falantes em se engajar em uma troca verbal (2011, p. 18- 19). Esse seria o nível da *cooperação comunicativa* (CC), um

minimal level of cooperation [that] is some kind of default assumption language users make about the ‘upcoming’ and expected meaningfulness of locutions (or verbal contributions) in the conversation. [...] more than a principle which is postulated to explain how it is that we are able to understand communicative *stimuli*, [CC] denotes one single, rational [...], condition required for comprehension to take place, prior to any cognitive calculation of meaning, namely that communication requires a speaker to make an interpretable utterance and a hearer to interpret it. (Oswald, 2011, p. 21)

Notando que embora Attardo use o conceito austiniano de *locução*, ele acaba fundindo as noções de *locução* e *ilocução* em sua cooperação locucionária, Oswald faz um paralelo da CC com o que seria a cooperação locucionária num sentido mais propriamente austiniano (o nível abstrato do significado, em que a intenção do falante não teria nenhum papel), ao passo que a cooperação locucionária attardiana seria mais propriamente uma cooperação *ilocucionária*, nos termos de Austin. Os demais níveis, referidos por Oswald como *cooperação informacional* (*informative cooperation*) e *cooperação perlocucionária*, basicamente são mapeados nos níveis de cooperação locucionária e perlocucionária de Attardo. Note-se que, nesse sentido, a distinção austiniana entre os níveis locucionário, ilocucionário e perlocucionário é melhor representada pela proposta de divisão de Asher & Lascarides (2013), que assumem que a cooperação básica diz respeito ao nível do significado composicional (p. 17), sendo que os níveis da cooperação ilocucionária e perlocucionária poderiam ser facilmente mapeados nos níveis da cooperação retórica e cooperação griceana, respectivamente (muito embora a apresentação pouco clara desses níveis não permita estabelecer essa correlação de modo muito seguro).

2.2.3. Alguns comentários sobre os níveis de cooperação

Embora seja aparentemente menos interessante do ponto de vista teórico, o nível da cooperação comunicativa (a que doravante referir-me-ei como *cooperação básica*) parece algo negligenciado. De fato, esse parece ser o caso quando Asher & Lascarides afirmam que a cooperação “é um caso especial” (p. 49), ou quando a Teoria da Relevância trata dela como uma assunção contextual como qualquer outra (Wilson & Sperber, 1981; Wilson, 1994). Sem esse nível de disposição fundamental, parece difícil encontrar lugar para que a comunicação ocorra de modo bem sucedido. É certo, contudo, que os autores acima citados muito provavelmente têm em mente a compreensão griceana quando falam de cooperação – o que, no entanto, não torna a ressalva menos importante. A comunicação é um empreendimento colaborativo em sua própria essência – mesmo nas trocas verbais mais antagônicas –, e esse fato não pode ser menosprezado.

Embora apresentada por Attardo como uma distinção clara e categórica, talvez a divisão entre cooperação locucionária e perlocucionária não seja assim tão clara. É certo que os objetos extralinguísticos são um fator relevante na derivação das implicaturas – esse ponto já deve ter ficado claro. Contudo, quanto da compreensão desses objetivos é codificado (em um sentido lato) linguisticamente, e quanto é inferido sem referência direta ao conteúdo linguístico? Parece razoável assumir que o falante deseja que suas intenções (comunicativas ou outras) sejam reconhecidas em situações cooperativas, e que o reconhecimento dessas intenções deve se dar necessariamente através daquilo que é dito (e implicado). Parece igualmente razoável assumir que as intenções extralinguísticas possam ser derivadas do que é dito ou implicado. Mas não parece tão simples traçar o limite entre a expressão linguística de objetivos extralinguísticos e a inferência desses objetivos através do que é dito. Esse parece ser o caso da sentença “estou sem gasolina”, apresentada acima. Parece-me perfeitamente possível interpretar essa sentença como um pedido indireto (algo como *forneça-me informações que me ajudem a resolver meu problema de falta de gasolina*), mais ou menos da mesma forma que a pergunta “você alcança o sal?” pode ser um pedido para que o ouvinte me passe o saleiro. Há casos mais evidentes, é claro, como o exemplo em que a chefe pede ao secretário que ligue para o sr. Smith, em que o que está em jogo claramente é inferência dos objetivos extralinguísticos e o desejo de ajudar a chefe a alcançá-los. Há também uma diferença no grau de engajamento que os agentes estão dispostos a dispender quando se trata de assumir os objetivos extralinguísticos um do outro – uma coisa é estar disposto a indicar o posto de gasolina mais próximo, talvez caminhar até a esquina para apontá-lo, e outra bastante diferente é dirigir 5 km para dar uma carona ao interlocutor. Como os objetivos deste trabalho são linguísticos, contudo, parece seguro o suficiente tratar da adoção dos objetivos extralinguísticos de modo

indistinto, sem referência ao grau de engajamento.

Essas ressalvas feitas, adotarei a divisão proposta por Attardo, com o nível adicional de cooperação comunicativa discutido por Oswald. Seguindo Asher & Lascarides (2013), referir-me-ei a esse nível fundamental de cooperação como *cooperação básica*, entendendo-a como a disposição dos falantes em tomar parte na comunicação de modo eficiente – o que incluiria usar a mesma língua, falar em um tom audível, etc. (note-se, contudo, que além de considerar os aspectos composicionais do significado, incluo também nesse conceito algumas características que extrapolam o nível da proposição). Apesar da correção feita por Oswald à terminologia empregada por Attardo, utilizarei, sem maiores pudores, a distinção proposta entre cooperação locucionária e perlocucionária, podendo também referir-me a esta última como *cooperação extralinguística*.

Assumirei provisoriamente que os princípios em operação nos níveis locucionário e perlocucionário são, respectivamente, o PC griceano e o PCP attardiano. Considerarei, ao longo do que foi discutido neste item, que o PC implica a adoção dos objetivos comunicativos gerais, enquanto que o PCP implicaria a adoção dos objetivos extralinguísticos (ao menos em alguma medida). Tendo limpado o terreno e bonapartianamente dividido o fenômeno da cooperação, estamos agora em posição de abordar a não cooperação propriamente dita.

2.3. Sobre a natureza da não cooperação

O que é, então, não cooperação?

Já estamos munidos de um conjunto razoável de exemplos, além de uma discussão mais refinada no âmbito da Teoria dos Jogos. Nesse paradigma, conforme vimos, a não cooperação é capturada através do não-alinhamento das preferências dos agentes – eles estarão em uma situação não cooperativa se suas estratégias ótimas divergirem, e numa situação cooperativa no caso oposto. Essa é uma definição extremamente dependente da teoria utilizada, e claramente não pode ser utilizada em outro paradigma (ao menos sem adaptações significativas).

Também já estamos de posse de uma compreensão intuitiva do fenômeno: intuitivamente, podemos dizer que uma pessoa deixa de ser cooperativa quando ela é evasiva, omite informações, mente, tenta nos induzir ao erro através de uma argumentação intencionalmente viciosa, etc. Embora situações em que o falante usa de má-fé pareçam pertencer de modo sistemático ao reino da não cooperação como essa breve enumeração demonstra, parece, contudo, possível também haver casos em que as intenções envolvidas são menos dúbias. O que tenho em mente são tanto situações

em que a mentira, omissão, etc., tem em vista propósitos mais nobres (mentir para que uma criança tome seu remédio, ocultar informações que poderiam causar sofrimento, etc.) quanto casos mais triviais, sobre os quais a moral tem muito pouco ou nada a dizer, como é o caso de charadas, adivinhações, ou simplesmente quando um falante deseja criar um efeito de suspense, para citar alguns. Desnecessário dizer, ficaremos longes das implicações morais do tema, focando-nos exclusivamente em seu caráter linguístico.

Essa listagem não é, é claro, uma definição. Antes de proceder a uma tentativa de estabelecer de modo mais rigoroso uma definição para o conceito de não cooperação, procurarei antes tecer alguns comentários acerca de alguns itens dessa lista, de forma a justificar e solidificar sua inclusão nela, para então passar a elencar algumas características comuns aos seus membros e, finalmente, passar a discutir a questão de um modo mais técnico.

Em particular, a inclusão de jogos de adivinhação, charadas, suspense, perguntas em avaliações, etc. talvez encontre alguma estranheza em sua inclusão no conjunto dos fenômenos não cooperativos e, portanto, demanda alguma justificativa. Por outro lado, casos em que o falante se recusa a responder – seja declarando abertamente que não pretende contribuir mais para o curso corrente do diálogo, seja colocando as mãos nos ouvidos e cantarolando ou simplesmente permanecendo em silêncio –, são indiscutivelmente não cooperativos (em termos griceanos, casos de *opting out* – há que se considerar o suposto paradoxo da cooperatividade, mencionado acima, contudo). Os demais casos (mentiras, omissões, etc.), embora demandem um grau maior de cooperação, no sentido de que é necessário que o falante se engaje no esforço comunicativo de modo a garantir que ele seja bem sucedido (*i.e.*, que pressuponham cooperação básica), são claramente não cooperativos. Esses são os casos em que o falante *finje* colaborar plenamente com os rumos do diálogo em curso, procurando manter ocultas suas reais intenções. Os casos a que me referi no início deste parágrafo apresentam algumas características comuns a ambos os grupos: são atos comunicativos cujo caráter não cooperativo é ostensivo, como nos casos de *opting out* citados, mas, ao contrário destes, como no casos em que o falante procura aparentar ser colaborativo, é necessário que o falante se engaje no esforço comunicativo o suficiente para que a conversa transcorra de modo bem sucedido. Há um caráter marcadamente lúdico nesses casos e, como a maioria dos jogos, há dois eixos em que os jogadores podem/devem colaborar: se trata-se de uma disputa entre dois grupos, por exemplo, os jogadores de ambos os grupos devem respeitar as regras do jogo, de modo a assegurar que ele não seja descaracterizado ou se torne impossível de ser levado adiante; por outro lado, as regras do jogo sendo respeitadas, esperamos que os jogadores de um mesmo grupo colaborem entre si, mas não com os adversários.⁵⁰ Essa situação é marcadamente

50 Attardo (2009) argumenta na mesma direção, usando o exemplo de uma corrida, em que os corredores competem

diferente de uma atividade em que todos os participantes unem esforços para alcançar um mesmo resultado, e parece-me que o aspecto essencial responsável por essa diferença é o tipo ou grau de cooperação envolvida.⁵¹

Teríamos, assim, três grupos principais de recusa em cooperar comunicativamente:

- a) casos de *opting out* (implicaturas de relutância em dizer)
- b) casos que envolvam mentira, manipulação e demais tentativas de induzir o ouvinte ao erro;
- c) jogos, charadas, questionários, piadas e similares;

Podemos categorizar esses três tipos de caso em dois eixos: o grau de (não-)cooperação e o seu caráter aberto/velado. Em alguns casos, o falante deixa manifesta sua intenção de não colaborar com o esforço comunicativo em um grau significativo – dizendo, por exemplo *me recuso a colaborar*. Vimos anteriormente que essa ação implica uma espécie de paradoxo, já que o falante usa de recursos cooperativos para indicar que a cooperação está suspensa dali em diante. Por outro lado, o falante pode procurar aparentar ser cooperativo, quando na verdade procura omitir informações ou induzir seu interlocutor ao erro, e para o sucesso desse objetivo o caráter velado da empresa é fundamental.⁵²

Desse modo, os casos em b) seriam casos de não cooperação parcial velada, enquanto que os em c) seriam casos de não cooperação parcial aberta. a) compreenderia os casos de completa não cooperação aberta (aqueles em que o falante declaradamente se recusa a colaborar). O quarto grupo (que se esperaria da interação das duas variáveis binárias) incluiria casos de não cooperação completa e velada. Estariam inclusos nessa categoria casos em que o falante finge não ouvir a contribuição do interlocutor ou interrompe bruscamente a comunicação usando um pretexto qualquer, por exemplo. Contudo, eles parecem ter pouca relevância teórica, e os listo aqui para fins de completude. As quatro categorias estão sumarizadas no quadro abaixo:

entre si, mas devem cooperar no sentido de respeitar as regras da competição (*e.g.* não invadir a pista do adversário ou empurrá-lo).

51 Optarei, por hora, pelo termo *grau*, embora já tenha feito referência ao *tipo* de cooperação envolvida. Discutiremos adiantes como as duas coisas estariam relacionadas.

52 Cf. Galasinski (1996); Oswald (2011); Attardo (2009).

Não cooperação	Aberta	Velada
Total	<i>opting out, unwilling to tell</i> ; recusa declarada em cooperar (dizer <i>meus lábios estão selados; me recuso a cooperar</i>); virar as costas e ir embora	fingir não ouvir uma pergunta; inventar um pretexto para terminar de modo abrupto a conversação
Parcial	jogos, charadas, questionários, piadas	mentiras, manipulação, indução ao erro

tabela 2 – tipos de não cooperação

O termo *não cooperação total*, contudo, necessita de alguma relativização: conforme já apontado em diversos momentos ao longo deste trabalho, quando falamos de não cooperação em situações em que há comunicação, estamos fazendo referência, na verdade, à não cooperação *parcial*, no sentido de que é necessário ao menos cooperação básica para que haja comunicação. A não cooperação total, nesse sentido, pode dizer respeito a dois casos distintos: casos em que não há, de fato, comunicação (virar as costas e ir embora); ou casos em que o falante indica que não haverá mais cooperação na direção presente da conversa daquele momento em diante. Esses últimos não são, portanto, casos estritamente de não cooperação total, ao menos não no mesmo sentido que os primeiros, e podem, inclusive, fazer pleno uso de recursos cooperativos, como veremos no item 2.4.3, adiante.

Em termos griceanos, a forma mais natural de tentar caracterizar a não cooperação seria assumir que um ou mais participantes violam o PC. Em um artigo algo confuso, Attardo se refere a essa abordagem como “ingênua” (*naïve* – 2009, p. 1). Segundo ele, a maioria das (poucas) abordagens sobre o tema assume tacitamente ser essa a definição do conceito.⁵³ Contudo, essa definição não seria equivocada, ela apenas não seria específica o suficiente (*fine-grained*), gerando o risco de causar mais confusão do que benefícios (p. 1). A conclusão, entretanto, é a parte algo confusa do artigo, uma vez que nela o autor afirma que o núcleo do sentido técnico do termo pode ser definido como “*a violation of the CP that does not result in implicature*” (p. 5), o único problema seria o de que não seria possível reconciliá-la com a definição popular (*folk understanding*) de não cooperação.⁵⁴

53 O autor não comenta quais seriam essas abordagens, mas refere o leitor a um trabalho futuro, que as discutiria. Não fui capaz de localizar o artigo mencionado, no entanto.

54 O que claramente não é um problema – certamente a definição de *gravidade* da teoria da relatividade não corresponde ao entendimento popular, mas isso dificilmente pode ser usado como argumento contra ou a favor da adequação explicativa do conceito.

Há, é certo, uma questão importante na caracterização da NC como violação do PC. Relembremos a definição proposta por Grice (1989) do PC:

We might then formulate a rough general principle which participants will be expected (*ceteris paribus*) to observe, namely: Make your conversational contribution such as is required, at the stage at which it occurs, by the accepted purpose or direction of the talk exchange in which you are engaged. One might label this the COOPERATIVE PRINCIPLE. (p. 26)

A questão é a vagueza, já comentada por Attardo, em relação ao *propósito ou direção da troca comunicativa*.⁵⁵ O que estaria em jogo na não cooperação? A não adesão à cooperação básica, locucionária, perlocucionária ou alguma combinação das três? Consideraremos, a seguir, o que significaria a não adesão a cada um desses três níveis em termos do sucesso do esforço comunicativo, da geração de implicaturas e da sua necessidade e/ou suficiência para caracterizar a não cooperação.

2.3.1. Não adesão à cooperação básica

Conforme apontado anteriormente, esse nível parece ser *conditio sine qua non* para que haja comunicação. Não aderir à disposição inicial para as trocas verbais seria, assim, solapar qualquer possibilidade de intercâmbio comunicativo. Esses casos extremos seriam situações em que o falante deliberadamente se recusa a se engajar numa conversa, sendo não cooperativos sem a menor sombra de dúvidas. Alguns exemplos desse tipo de comportamento incluiriam:

- a) declarar abertamente que não deseja dialogar;
- b) tapar os ouvidos e cantarolar em alto e bom som;
- c) simplesmente virar as costas e ir embora;
- d) fingir não falar a mesma língua que o interlocutor;
- e) fingir não ouvir o que o falante diz;

Todos esses casos seriam casos de não cooperação completa: parece claro que não há

⁵⁵ Attardo aponta para essa questão também em seu artigo de 2009, sem, contudo, fazer referência à sua distinção entre cooperação locucionária e perlocucionária. O ponto citado pelo autor é o grau de aceitação comum dos objetivos ou subobjetivos dos falantes (não há distinção entre objetivos comunicativos e extralinguísticos, contudo).

condições de seguir em frente com um diálogo após qualquer uma dessas opções (exceto, talvez, se, por insistência do interlocutor, o agente for levado a reconsiderar sua posição). Os casos a), b) e c) seriam casos de NC aberta – o agente deixa claro que não deseja se engajar no esforço comunicativo. Os demais casos seriam casos de NC velada, e teriam basicamente o mesmo efeito, exceto que seriam mais vantajosos do ponto de vista da preservação da face positiva (caso o interlocutor não perceba a intenção de abortar a comunicação, é claro – do contrário o tiro poderia sair pela culatra e ser ainda mais custoso à face).⁵⁶ Esses casos também possuem algumas semelhanças com as tentativas de induzir o interlocutor ao erro, no sentido de que procuram ocultar suas intenções não cooperativas, mascarando-as a fim de manter ares de cooperatividade (cf. item 2.4.1, adiante).

No que diz respeito à geração de inferências por parte do interlocutor, os casos de NC completa velada claramente não geram nenhuma inferência, exceto se descobertos. Nesse caso, a inferência gerada provavelmente será a de que o interlocutor não é cooperativo, seguida do estabelecimento de hipóteses que expliquem sua opção por não cooperar. Descobrir esse movimento também implicaria, é claro, reconhecê-lo como intencional (como um plano intencional para ocultar a intenção comunicativa), mas não *m-intencional* (*m-intending* – i.e. comunicativamente intencional, o que em termos griceanos significaria que o sujeito produz seu gesto com a intenção de que sua intenção comunicativa seja reconhecida). Essas inferências claramente não são pretendidas pelo falante, sendo, de fato, indesejadas. Já os casos do tipo a), por outro lado, disparam inferências *m-intencionais*, enquanto a situação não é tão clara em relação aos casos do tipo b) e c). É certo que virar as costas ou tapar os ouvidos são gestos ostensivos, que muito provavelmente provocam o reconhecimento de sua intenção. Não é tão simples, no entanto, determinar se se pretende que essa intenção seja reconhecida ou se esses são simplesmente atos que têm por fim encerrar o intercâmbio comunicativo, sendo indiferentes à existência de uma intenção comunicativa ou não.⁵⁷ De modo similar, é igualmente incerto se esses gestos de fato comunicam algo, e a escolha de uma resposta é algo arbitrária. De uma perspectiva intencionalista, haveria duas possibilidades de interpretação para um gesto como esse: ou bem o gesto, a despeito de ser intencional, não é *m-intencional* e, assim, não gera implicaturas e não comunica nenhuma mensagem, ou bem o é e, desse modo, põe em funcionamento o maquinário griceano completo, da mesma forma que a). Se escolhermos a primeira opção, então as inferências geradas não são pragmáticas, nem comunicativas, sendo mais semelhantes às inferências feitas sobre as razões de alguém coçar a

56 Tecerei algumas considerações sobre a relação entre a NC e a teoria da polidez de modo ainda assistemático, adiando para um momento posterior uma discussão mais elaborada do tema.

57 Esse é uma das fragilidades dos modelos intencionalistas. Se entendermos que as implicaturas são intencionalmente transmitidas através do reconhecimento da intenção comunicativa, poderíamos ter virtualmente o mesmo gesto sendo ora um ato comunicativo e disparador de implicaturas, ora algo que fica de fora do âmbito da pragmática.

cabeça, por exemplo. Se escolhermos a segunda opção, então devemos parear esse tipo de caso com os do tipo a). Não enxergo nenhuma razão que possa compelir a uma escolha ou outra e, portanto, evitarei fazê-la, deixando esses casos em aberto. Focarei, contudo, nos casos em a), que apresentam maior clareza em seu funcionamento (e problemas consideráveis, deve-se dizer) e, caso o leitor se sinta inclinado a categorizar os exemplos do tipo b) e c) nessa situação, os comentários feitos poderão ser aplicados também a eles.

Essas situações, em que o falante declara abertamente sua intenção em não participar do esforço comunicativo, são bastante curiosas, apresentando um exemplo do chamado *paradoxo da cooperatividade*, mencionado acima no item (2.2.2). Embora talvez não se trate de um paradoxo de fato, esses casos constituem um exemplo peculiar, uma vez que, ao passo que informam o interlocutor da intenção de não cooperar, o fazem utilizando-se plenamente do instrumental cooperativo, explorando as máximas conversacionais e gerando implicaturas como nos casos tipicamente cooperativos. Em um certo sentido, portanto, sentenças como 15) ou 16), abaixo, seriam cooperativas, na medida em que não constituem violações propriamente ditas das máximas, apenas violações aparentes.

15) Recuso-me a cooperar.

16) Não posso dizer mais nada, meus lábios estão selados.

Em face de uma suposta violação como essas sentenças implicam, um ouvinte poria em prática o raciocínio típico responsável pela geração de implicaturas, procurando uma interpretação que pudesse conciliar sua aparente irrelevância com o contexto de proferimento e a assunção de racionalidade do interlocutor. Assim, a violação no nível do que é dito seria conciliada com as máximas no nível do que é implicado, como em outros casos típicos de *flouting*.

Por outro lado, 15) e 16) parecem estar em desacordo com o PC, já que não respondem do modo esperado à demanda conversacional. Conforme apontado anteriormente (cf. nota 13, p. 13, acima), embora essas sentenças sejam claramente relevantes no contexto em questão, o falante, ao proferi-las, recusa-se a prover o que é requerido por seu interlocutor, claramente recusando de modo unilateral a adoção de seus objetivos comunicativos. Nesse caso, nem o falante informa o que é requerido, nem haveria propósito comum ou mutuamente aceito, um dos pré-requisitos do PC. A interpretação, assim, pode ser facilmente derivada fazendo-se uso do maquinário griceano – o único problema é que isso não deveria ser possível em tais circunstâncias, dada a suposta relação entre o PC e as máximas. Se é a premissa de cooperação entre os falantes que possibilita a geração de implicaturas, então não deveria, a princípio, ser possível gerá-las nesses contextos.

A questão poderia ser resolvida se fosse possível conciliar esses casos com o PC, considerando-os como situações cooperativas. Desse modo, poderíamos entender, ao proferir uma sentença como 16), o sujeito se comporta de modo cooperativo, no sentido de que contribui para o andamento da conversa (ao invés de permanecer em silêncio ou virar as costas, encerrando-a imediatamente, por exemplo), faz uso das máximas, fala de modo relevante, ordenado, verdadeiro, etc. Esse momento capital implode a conversação, causando seu fim – após essa participação, o falante abertamente se retira da comunicação –, ou ao menos de seu curso atual.⁵⁸ Uma possibilidade de saída seria procurar alargar a noção de *o que é requerido* para passar a englobar também contribuições que manifestam a intenção do falante em mudar o curso da conversa ou terminá-la por completo.

De fato, interpretar *o que é requerido* somente como o fornecimento da contribuição esperada pelo interlocutor é obviamente muito restritivo, mesmo se tivermos situações plenamente cooperativas em mente. Isso excluiria, por exemplo, a possibilidade de comentar uma pergunta ao invés de respondê-la, pedir por clarificação, etc. (cf. as relações de coerência comentadas por Asher & Lascarides, 2013). Uma maneira simples de contornar o problema seria assumir que é esperado que um falante possa fazer uso desses recursos e, assim, essas contribuições seriam contabilizadas como *aquilo que é requerido* em um sentido mais amplo.

Podemos reformular essas assunções de um ponto de vista algo mais rigoroso: seguindo Dascal (1977), poderíamos entender um diálogo como um sequência de *demandas conversacionais* e respostas a essas demandas (p. 315-316). Conforme aponta Dascal,

it seems natural to assume that the conversational demand set up by A's utterance at *t* is topically relevant for B at *t+1*, whereas B's perception of the other elements of the context is merely marginally relevant for him. It seems also natural to suppose that what is topically relevant is what primarily commands a subject's conscious reactions. Certainly an utterance *is* a conscious reaction. Therefore, B's utterance can be described (primarily) as a reaction *to the* demand set up by A's utterance. (p. 316, itálico do autor).

O que é *topicamente relevante* se opõe, para Dascal, ao que é *marginamente relevante*. O

58 Grice também reconhecia a dificuldade em se tratar das mudanças de curso de uma conversa: ao tratar da máxima da relevância, ele escreve “*Though the maxim itself is terse, its formulation conceals a number of problems that exercise me a good deal: questions about different kinds and focuses of relevance there may be, how these shift in the course of a talk exchange, how to allow for the fact that subjects of conversation are legitimately changed, and so on. I find the treatment of such questions exceeding difficult, and I hope to revert to them in a later work*” (p. 27). No limite, a questão parece ser justamente a recusa em seguir um determinado rumo da conversa, seja procurando levá-la para outra direção, seja pondo um fim a ela.

primeiro termo diria respeito ao que está no centro da atenção do sujeito, enquanto que o segundo ao que estaria no “horizonte” ou na “periferia” de sua atenção. Dessa forma, uma sentença *S* impõe uma determinada demanda conversacional (na medida em que se torna topicamente relevante), e uma sentença *S+I* tipicamente responde (ou *reage*) a essa demanda. Nesse sentido, um pedido de clarificação ou um comentário é perfeitamente uma resposta (no sentido de uma reação válida) a uma determinada demanda conversacional.

Assim, uma sentença como “me recuso a responder” (dita, talvez, por um suspeito durante um interrogatório) é cooperativa em pelo menos três sentidos: contribui para a manutenção (imediate) da conversação; exibe cooperação básica (utiliza a mesma língua, fala de modo inteligível); e, em um sentido possível, responde à demanda conversacional (e, numa interpretação favorecida, ao PC). Como resultado, a sentença acaba, ao contrário do que poderia inicialmente aparentar, apresentando não só cooperação básica, como também cooperação locucionária (mas não perlocucionária). Essa solução, é claro, é problemática, já que estaríamos deixando de considerar o propósito mutuamente aceito ou direção da conversa (que claramente não existiria), além da intuição de que, se alguém me requisita uma dada informação, por exemplo, e eu me nego a fornecê-la, eu estaria desempenhando uma ação não cooperativa. Voltaremos a considerar a questão após a apresentação da proposta de tratamento (item 2.4.3), embora os problemas ainda persistam.

2.3.2. Não adesão à cooperação locucionária

Como vimos anteriormente, a intenção comunicativa é o *locus* da cooperação locucionária. É nesse nível, portanto, que esperaríamos que o PC e as máximas griceanas operassem de modo pleno, guiando os interlocutores na construção e reconhecimento do significado pretendido pelo falante. Se a cooperação locucionária está sob o domínio do PC, então nada mais natural do que procurar igualá-la à adesão ao princípio. Uma vez que as máximas conversacionais são responsáveis por sua operacionalização, parece justo assumir que deixar de respeitar uma ou mais máximas implicaria em violação do PC. Assim, podemos dizer que um falante deixa de fazer sua contribuição corresponder ao que é requerido se falha propositalmente em ser verdadeiro, relevante, informativo ou ordenado.

Deve ficar claro, contudo, que não me refiro aqui à violação *aparente* das máximas no nível do que é dito, nem das violações aparentes no nível do que é implicado (*flouting*), o procedimento segundo o qual uma suposta violação leva o ouvinte a construir hipóteses interpretativas que procurem conciliar o que foi dito com as máximas, levando assim ao que foi

pretendido pelo falante. Trata-se, antes de mais nada, de considerar suas violações reais (cf. nota 42, p. 47).

Não deve ter passado despercebido ao leitor atento a adição do termo *propositalmente*, acima. Uma vez que estamos lidando com uma atividade proposital como é a comunicação, as violações no sentido relevante também devem ser intencionais, a fim de separar reais casos de não cooperação de meros problemas de performance. Se, por exemplo, um falante deixa de falar de modo claro e ordenado por conta do nervosismo de estar diante de uma audiência, isso certamente não deve contar como uma falta de disposição em cooperar com a audiência.

Por hipótese, se a violação de fato das máximas for o que caracteriza não cooperação no nível locucionário, então a violação de uma única máxima deve ser o bastante para que o ato linguístico seja não cooperativo – se entendermos *o que é requerido* como uma sentença que respeite todas as quatro máximas, então a falha em respeitar uma delas já deve ser condição suficiente. Parece razoável assumir, ainda por hipótese, que, quanto maior o número de máximas violadas,⁵⁹ tanto maior o grau de não cooperação exibido pelo sujeito (até talvez cruzar o limite da fronteira da cooperação básica). Consideraremos, assim, a violação de cada uma das máximas griceanas de modo individual, a fim de verificar se isso implica não cooperatividade.

2.3.2.1. Violando relevância

Começemos com a máxima da relevância (ou *máxima de relação*, nos termos de Grice), uma vez que vários exemplos já foram citados aqui de casos em que o falante deixa de segui-la. O próprio Grice admitia que sua formulação da máxima (“seja relevante”) é bastante vaga e aberta a uma grande quantidade de questionamentos (cf. citação na nota 58, p. 67, repetida aqui para fins de conveniência):

Though the maxim itself is terse, its formulation conceals a number of problems that exercise me a good deal: questions about different kinds and focuses of relevance there may be, how these shift in the course of a talk exchange, how to allow for the fact that subjects of conversation are legitimately changed, and so on. I find the treatment of such questions exceeding difficult, and I hope to revert to them in a later work. (1989, p. 27)

59 Não pretendo, com isso, implicar que a violação de cada uma das máximas tenha o mesmo peso, contrariando a observação feita pelo próprio Grice (1989, p. 27). A afirmação deve ser entendida no sentido de que, se o falante viola quantidade e qualidade, sua contribuição é menos cooperativa do que se ele tivesse violado apenas quantidade, por exemplo.

De fato, a discussão sobre o tema é ampla (cf. Dascal, 1977; Leech, 1983), desembocando inclusive na Teoria da Relevância. Leech liga a noção de relevância ao propósito comunicativo – de acordo com ele, "*an utterance U is relevant to a speech situation if U can be interpreted as contributing to the conversational goal(s) of speaker or hearer*" (1983, p. 94). Contudo, como vimos anteriormente, Franke, Jäger & van Rooij (2009) afirmam que o que é relevante para o falante pode divergir do que é relevante para o ouvinte, caso suas preferências não estejam alinhadas, ou caso seus objetivos (conversacionais ou não) diverjam. Uma vez que a definição de Leech faz menção aos propósitos comunicativos, ela deixa aberta a possibilidade de aplicação da distinção feita por Attardo entre cooperação locucionária e perlocucionária. Assim, poderia haver uma interpretação locucionária da relevância e uma outra perlocucionária. Uma vez que nossos objetivos presentes dizem respeito à CL, apenas a interpretação que diz respeito aos objetivos conversacionais é relevante por ora.

Desse modo, podemos assumir que uma contribuição é relevante se ela ajuda a responder à demanda conversacional (nos termos de Dascal), ou, de modo equivalente, se ajuda a atingir os objetivos da conversação em curso. Nessa interpretação, tanto comentários quanto pedidos de esclarecimento seriam relevantes, já que estariam relacionados à demanda conversacional posta pelo diálogo prévio e também seriam um modo de completar os propósitos mutuamente aceitos (ou talvez possamos dizer que eles estabeleceriam um subobjetivo necessário para que se atinja o objetivo geral).

Consideremos, assim, dois exemplos que violam a máxima da relevância: um que implica não cooperação e outro que seria considerado cooperativo. O primeiro caso seria o exemplo de interrogatórios, como o caso Bronston, citado por Asher & Lascarides (2013). Ao responder “a companhia teve uma conta lá, por uns seis meses, em Zurique”, quando perguntado se tinha tido uma conta na Suíça, Bronston faz uma afirmação que finge ser relevante, mas que na verdade não o é. O objetivo conversacional do promotor claramente era descobrir se o acusado tinha tido uma conta na Suíça, e a resposta claramente não contribui para esse fim – pelo contrário, leva o promotor a se afastar ainda mais desse objetivo. Essa é claramente uma violação da máxima da relevância que procura *parecer* relevante. De fato, toda a utilidade da tentativa de enganar o promotor jaz na possibilidade de que ele vá interpretar a sentença como relevante (*i.e.* como uma resposta à sua pergunta, e não um comentário fora de lugar sobre pessoas ou instituições que já tiveram conta na Suíça). O resultado desse movimento é que a violação da máxima resulta em não cooperação.

O segundo caso é uma variante do exemplo do posto de gasolina, citado por Grice e

discutido por Attardo.⁶⁰ Considere-se o seguinte diálogo

17) A: Onde tem um posto de gasolina aqui perto?

B: Eu tenho um galão de gasolina aqui, pode ficar com ele.

Nesse caso, se considerarmos que o objetivo conversacional é descobrir o posto de gasolina mais próximo, a resposta de B claramente não contribui para esse objetivo. É claro, como discutido por Attardo, ela serve para atingir o objetivo extralingüístico de A (assumindo que este é abastecer o carro), como vimos. Mas, considerando-se a definição de relevância de Leech, ela seria uma violação à máxima da relevância. O resultado, nesse caso, é que o interlocutor ainda permanece cooperativo (bastante, inclusive).

Se essa não for uma particularidade da relevância, então a conclusão a que somos levados é a de que uma violação do PC não é condição suficiente para a não cooperação. Essa conclusão não é nem um pouco surpreendente, tendo em vista a discussão apresentada por Attardo, sendo mais a aplicação direta dela à questão da NC. O mesmo vale para as demais máximas, como veremos. Falta responder, no entanto, a questão de se a violação do PC é condição *necessária* à NC.

2.3.2.2. Violando quantidade

A máxima da quantidade apresenta dois limites, um inferior e um superior:

1. *Make your contribution as informative as is required (for the current purposes of the exchange)*).
2. *Do not make your contribution more informative than is required.*
(Grice, 1989, p. 26).

Assim, seria possível violar a máxima de duas maneiras: fornecendo menos informação do que o requisitado; fornecendo mais informação do que é requisitado. Assim como na formulação de Leech da noção de relevância, a ressalva a respeito dos propósitos correntes da troca também faz sua aparição aqui e, desse modo, as mesmas ressalvas se aplicam, e deixaremos a consideração da leitura extralingüística dos “propósitos correntes” para quando tratarmos de não cooperação perlocucionária.

60 cf. item 2.2.1, acima.

Sonegar informações parece ser muito naturalmente interpretado como um gesto não cooperativo. Se alguém me pergunta onde C vive e eu, sabendo a localização exata, respondo “em algum lugar no sul da França”, eu claramente estou deixando de cooperar. Conforme apontado por Attardo, os requisitos do que conta como “informação suficiente” podem, é claro, depender dos objetivos extralinguísticos. Considere-se o seguinte diálogo, em que, após informar ao taxista que precisa chegar ao aeroporto em menos de duas horas, o passageiro pergunta

18) P: Quanto tempo demora para chegar até o aeroporto?

T: Menos de 2h, não se preocupe.

Mesmo que o taxista saiba exatamente o tempo provável de chegada ao aeroporto (digamos, 1h e 44 min, de acordo com seu GPS), parece-me que sua resposta ainda é cooperativa em vista dos objetivos extralinguísticos do passageiro. Assim, a situação parece basicamente a mesma que a violação da relevância.

Contudo, o caso da violação do limite superior da máxima é um pouco menos claro, como o próprio Grice reconhece (1989, p. 26). Incidentalmente, Dascal apresenta um exemplo de violação de fato da máxima: se, ao ser perguntado a respeito das horas, um sujeito responde “no meu Rolex original, comprado na Suíça graças a herança que recebi de uma tia milionária, são exatamente 18 horas, 57 minutos e 15 segundos” (p. 39), ele claramente fornece uma quantidade desnecessária de informação. Para Dascal, esse é um caso normal de *flouting*, em que o falante pretende comunicar algo m-intencionalmente. Contudo, deve-se notar que, mesmo a inclusão da interpretação de que o falante deseja comunicar algo (*e.g.* significando algo como “sou rico”) ainda não é suficiente para reestabelecer o funcionamento normal das máximas – *i.e.* essa hipótese interpretativa não é capaz de conciliar o que é implicado com a máxima da quantidade. Tudo considerado, o falante continua tendo dito mais do que foi solicitado. Apesar disso, não acredito que seja adequado afirmar que ele tenha sido não-cooperativo.

A questão é mais complexa porque o caso difere ainda de situações de cooperação extralinguística – como quando um falante, ao ser perguntado “qual o posto de gasolina mais próximo?” responde “X. Mas a gasolina lá não é boa. Você pode ir até Y, que é um pouco mais longe, mas é mais confiável, mas eu se fosse você iria até Z – a gasolina lá é mais barata”. Certamente a informação adicional provida pelo dono do relógio no exemplo anterior não ajuda a atingir nenhum objetivo extralinguístico (comum, ao menos).

Parece possível construir algumas situações específicas em que o falante viola o limite superior da quantidade com fins não cooperativos. Esse seria o caso ele se passasse a voluntariar

uma quantidade muito grande de informações detalhadamente desnecessárias, talvez para criar uma distração e atrasar meu interlocutor. Esse parece ser o único caso, contudo, e estaria mais relacionado à duração da minha fala do que propriamente à quantidade de informação veiculada. Não parece provável construir uma situação em que uma frase com a mesma duração de uma concorrente menos informativa possa ser não cooperativa apenas em virtude do excesso de informação passado. Mesmo que esse excesso não contribua para a realização de um objetivo extralinguístico, ele pode ser tolerado e mesmo valorizado, a depender da audiência. Esse seria o caso de pessoas que têm o hábito de comentar curiosidades a respeito dos tópicos conversacionais que vão surgindo, o que pode ser recebido tanto como um comportamento interessante quanto como arrogância. Seja como for, o limite superior da máxima da quantidade parece ser muito mais flexível que sua contraparte inferior.

2.3.2.3. Violando Modo

Se um falante é intencionalmente obscuro, rebuscado ou prolixo, ele incorre em um comportamento não cooperativo. O exemplo típico dessa situação seria o falante que, durante um debate, emprega formulações propositalmente difíceis de compreender – seja por conta de inversões sintáticas pouco usuais, seja por conta do uso de um vocabulário excessivamente técnico ou rebuscado, a fim de demonstrar a inferioridade intelectual do oponente. Uma manobra semelhante ao caso da veiculação de informações desnecessárias a fim de atrasar o ouvinte poderia ser levada a cabo através da violação de modo ou, alternativamente, de uma combinação da violação de modo e relevância, ou modo e quantidade. Essa manobra é conhecida pelos jogadores do RPG do sistema *Storyteller* (e.g. Brucato & Wieck, 1997, p. 253) como *tagarelice* – na situação típica em que essa manobra é empregada, os personagens precisam driblar a vigilância de um guarda ou segurança, e um deles se aproxima falando de modo desordenado e confuso, a fim de distrair o sujeito, enquanto os demais se esgueiram até seu objetivo.

Por outro lado, é difícil imaginar uma situação em que um falante viole intencionalmente modo sem ser não cooperativo. Essa é uma situação particular entre as máximas, já que, como veremos, nem mesmo qualidade parece implicar diretamente não cooperação.

2.3.2.4. Violando Qualidade

Em certo sentido, mesmo a violação da supermáxima da qualidade parece não ser necessariamente não cooperativa. Mesmo no caso das mentiras, que são uma das maneiras mais radicais de se afastar da cooperatividade, podem ser cooperativas do ponto de vista perlocucionário. Esse seria o caso das mentiras leves (*white lies*), quando, por exemplo, um pai mente para que o filho tome um remédio (que na verdade não tem gosto de bala), ou quando dizemos que a comida está boa, mesmo se não estiver, a fim de não ofender nosso anfitrião. Podemos inclusive contar mentiras para ajudar nosso interlocutor a atingir seus objetivos extralinguísticos, se entendermos que ele é teimoso e seu plano inclui subobjetivos que só vão prejudicá-lo.

De modo semelhante, a máxima da qualidade também pode ser violada em sua segunda cláusula – “não afirme aquilo para o que você não tem evidência adequada”. Podemos levar nosso ouvinte a crer que os fundamentos para acreditar em uma dada afirmação são mais sólidos do que de fato são, fazendo uma sentença cuja veracidade é altamente improvável parecer razoável. Como nos exemplos anteriores com mentiras, também esse tipo de movimento pode ser igualmente tanto não cooperativo quanto cooperativo, no sentido delineado acima.

2.3.3. Não adesão à cooperação perlocucionária

Parece claro, tanto dos exemplos acima quanto da própria discussão feita por Attardo, que é possível violar a cooperação locucionária e ser plenamente cooperativo, desde que eu o faça em favor do objetivo final do interlocutor. Assim, a violação da CL não parece ser condição suficiente para que haja não cooperação. Vimos, também de acordo com Attardo, que a cooperação griceana parece pressupor um engajamento maior do que o meramente linguístico – esperamos que nosso interlocutor nos voluntarie informações, nos corrija, antecipe nossas necessidades, etc., mesmo que isso signifique negar aquilo que pedimos. Desse modo, fica claro também que a não cooperação locucionária não é suficiente para que consideremos o comportamento do sujeito como cooperativo. Parece igualmente possível respeitar o PC, fornecendo exatamente aquilo que é requisitado pelo falante, mas não ser cooperativo. No caso da sentença “estou sem gasolina”, por exemplo, parece razoável assumir que o falante não é plenamente cooperativo se responde meramente “a dois quilômetros seguindo por essa rua” sabendo que o posto em questão estaria fechado. Como aponta Attardo, os objetivos extralinguísticos teriam precedência sobre os objetivos comunicativos expressos.

Há, contudo, uma diferença clara entre apontar o posto de gasolina mais próximo (ainda que ele esteja fechado) e recusar-se a responder, responder com um insulto ou indicar uma localização aleatória. Há diferentes *graus* de cooperação envolvidos, e responder à demanda conversacional desconsiderando os objetivos extralinguísticos do interlocutor envolve uma quantidade significativa de cooperação.

No exemplo anterior, o que está em jogo é a adesão à CL, mas não à CP, o que resulta em um grau menor de cooperação do que adesão à CP. Como apontado por Attardo, é possível violar CL e continuar plenamente cooperativo, desde que eu mantenha CP. Assim, parece justo assumir que adesão à CP resulta em cooperação plena, enquanto que adesão à CL, mas não à CP, resulta em um grau intermediário de cooperação. Portanto, poderíamos formular da seguinte forma uma primeira definição de não cooperação:

Não Cooperação: Um falante é não cooperativo se:

- 1) violar a cooperação básica (CB);
- 2) violar a cooperação locucionária (CL) e a cooperação perlocucionária (CP);

Um falante é *parcialmente* não cooperativo se:

- 3) violar CP (mas continuar respeitando CL e CB);

Em que medida, no entanto, é possível respeitar CP, mas não CL? Entendido em termos da formulação de Grice, violar o PC (o princípio regulador da CL) seria o mesmo que não reagir da forma esperada a uma dada demanda conversacional. Por outro lado, entendido em sua relação com as máximas conversacionais, o PC é também um requisito de clareza, veracidade, precisão e relevância. E esses requisitos parecem continuar em operação, mesmo quando o falante deixa de lado as demandas do falante em benefício do seu provável objetivo último. A questão a ser posta é, então, qual a relação do PCP com o PC e as máximas conversacionais?

O PCP, como formulado por Attardo, é um princípio geral da ação cooperativa, de que a comunicação é uma subparte. O autor não chega a formular quais os princípios específicos que seriam responsáveis por operacionalizar o PCP, nem tampouco deixa claro se o princípio deve fazer sozinho o trabalho correspondente ao desempenhado pelas máximas no modelo griceano. A formulação apresenta 3 subcláusulas, como vimos⁶¹, mas seu status também não é claro, além de

61 1) *If someone needs or wants something, give it to them.*

elas não parecerem ser suficientes para operacionalizar a racionalidade da cooperação. Em termos comunicativos, se alguém precisa de determinada informação, as cláusulas não estipulam o modo como essa informação deve ser transmitida (se deve ser precisa e ordenada, por exemplo). Mesmo em termos gerais de ação, se preciso de uma chave de fendas, por exemplo, espera-se que ela me seja cordialmente oferecida, e não arremessada na cabeça.

Não há razões para crer, é claro, que tais princípios não pudessem ser formulados, caso o PCP se mostre um princípio útil para uma teoria geral da ação. Contudo, explorar essas possibilidades nos levaria para longe dos objetivos desta tese. Uma vez que nosso foco é exclusivamente a comunicação, parece mais prudente procurar deixar de lado o que o PCP possa ter de mais geral e focar em suas possíveis contribuições para a pragmática.

2.3.4. Reunificando PC e PCP

Quando comparado ao PC, o PCP apresenta duas distinções fundamentais: a extensão da cooperação para abarcar os objetivos extralinguísticos; e, a subcláusula que estipula a antecipação das necessidades. Em termos comunicativos, as subcláusulas “*if someone needs or wants something, give it to them*” e “*if someone is doing something, help out*” significariam basicamente fornecer o que é requerido pelo falante. Assim, caso seja possível estender o PC para permitir a inclusão de objetivos extralinguísticos e a antecipação das necessidades do interlocutor, poderíamos mantê-lo e caracterizar a não cooperação simplesmente como violação do PC.

Um modo direto de fazer isso é aproveitar a ambiguidade, já conspicuamente notada, na formulação do PC no que diz respeito ao “propósito mutuamente aceito ou direção geral da conversa”, presente também nas máximas da relevância e quantidade. Como nota Attardo, o propósito em questão parece ora fazer referência aos objetivos comunicativos, ora aos extralinguísticos – o que é considerado um problema por ele, mas que talvez não o seja de fato. Não há, quer me parecer, nenhum impedimento teórico em se permitir que o propósito em questão varie entre as esferas comunicativa e extralinguística. Assim, bastaria permitir a inclusão da possibilidade de os interlocutores cooperarem linguisticamente a fim de atingir um objetivo extralinguístico, avaliando aquilo que é relevante e informativo o suficiente em termos desse fim. Esse movimento coloca, é certo, algumas questões: qual a interação entre os dois tipos de propósito? Como se daria a variação entre eles? E como os falantes reconheceriam essa variação?

É seguro assumir que o que está em jogo em uma interação comunicativa são tanto os

2) *If someone is doing something, help out.*

3) *Anticipate people's needs, i.e., provide them with what they need, even if they do not know that they need it.*

objetivos comunicativos quanto objetivos extralinguísticos mais gerais. Mesmo as atividades mais banais, como conversar sobre o tempo enquanto se espera o ônibus, possuem um propósito extralinguístico claro que os motiva (passar o tempo, conhecer novas pessoas, etc.). Nesse sentido, “manter a conversa” será sempre necessariamente um subobjetivo empregado para que se atinja um fim posterior. Se um sujeito opta por colaborar para a aquisição dos propósitos extralinguísticos de alguém, ele pode fazê-lo de várias maneiras possíveis. Se o sujeito em questão deseja resolver seu problema de falta de combustível e eu desejo ajudá-lo eu posso auxiliá-lo a completar um número variado de subobjetivos que contribuam para esse fim: posso informar onde fica o local mais próximo onde ele pode abastecer, posso tirar gasolina do meu próprio carro, oferecer-lhe uma carona até o local, ou indicar alguém que possa ajudá-lo de maneira mais adequada. Posso ainda ir buscar a gasolina enquanto ele espera, posso fornecer dinheiro para que ele tome um táxi até o posto. Se eu dispuser de combustível, posso indicar onde o combustível está, pegá-lo ou eu próprio reabastecer o carro. Todas as ações citadas são modos de ajudar a completar o propósito do sujeito por meio do cumprimento de um ou mais subobjetivos, sendo que parte delas são linguísticas. Alternativamente, posso optar por apenas ajudar com os subobjetivos de natureza comunicativa (*i.e.* aceitar apenas seu propósito comunicativo e não o extralinguístico), limitando-me apenas a responder suas perguntas do modo mais direto possível (para preservar face, evitar um dispêndio desnecessário de energia/tempo, etc.), assim como poderia optar simplesmente por dizer “espere” e completar um conjunto de objetivos práticos (*e.g.* buscar gasolina na minha garagem e colocá-la ao lado do carro). O ponto que desejo fazer é: em qualquer interação real, há uma série de objetivos e subobjetivos interagindo, e posso optar por ajudar com um conjunto variado deles, de que os propósitos comunicativos são uma subparte. Parece razoável assumir, portanto, que tanto os objetivos comunicativos quanto os objetivos extralinguísticos estão simultaneamente disponíveis para um agente cooperativo.

Uma vez que há um conjunto amplo de possibilidades, o que vai determinar a forma da interação será uma *negociação* entre os agentes. É nesse ponto que a ressalva *mutuamente aceito* da formulação de Grice faz sua aparição. Digamos que, ao iniciar uma interação discursiva, o falante deixa explícita sua intenção comunicativa na forma de uma pergunta. A partir daí, um interlocutor pode inferir uma série de possíveis propósitos extralinguísticos, hipotetizando sobre quais deles tornariam a contribuição conversacional relevante, por exemplo. Há uma série de propósitos possivelmente indicados como desejados pelo falante, ou apenas potencialmente desejáveis, à disposição do ouvinte. Este último pode, portanto, aceitar qualquer um ou qualquer conjunto deles, assumindo, com segurança, que ele(s) seria(m) aceito(s) de bom grado pelo falante (que certamente prefere determinadas alternativas, mas que provavelmente estará disposto a aceitar qualquer ajuda).

Se o ouvinte opta por plantar os pés no chão e cruzar os braços, mas cooperar verbalmente, então o propósito mutuamente aceito será o propósito comunicativo (*i.e.* responder às demandas conversacionais do interlocutor). Se, por outro lado, ele decide colaborar perlocucionariamente, então o propósito comunicativo passa a ser um subobjetivo potencial para a realização do objetivo último da interação. Se não há nenhum propósito mutuamente aceito, então não há cooperação, ao passo que a existência de um acordo em nível conversacional garante (no mínimo) cooperação parcial. Finalmente, concordar em colaborar para um fim comum em nível extralinguístico garantiria cooperação plena. Desnecessário dizer, caso o propósito final inclua como subobjetivo propósitos comunicativos mutuamente aceitos, então a interação será igualmente cooperativa.

Portanto, seria possível manter a formulação do PC e das máximas quase que integralmente, requalificando apenas as noções de propósito mutuamente aceito e do que é requerido pela demanda conversacional. Se o que for requerido puder incluir tanto uma reação à demanda conversacional posta quanto uma contribuição qualquer que seja capaz de colaborar para o cumprimento de um objetivo extralinguístico, então a formulação seria capaz de capturar a cooperação comunicativa tanto parcial quanto plena. A caracterização de diferentes níveis de cooperação, por sua vez, poderia ser obtida através da estipulação (*ad hoc*, é certo) de que objetivos extralinguísticos têm precedência sobre os comunicativos. O mesmo seria verdadeiro para as definições das máximas. A noção de relevância, por exemplo, seria avaliada em termos dos objetivos mutuamente aceitos nesses termos. Caso uma determinada contribuição possa ajudar a atingir o fim último, mesmo que ignorando a demanda conversacional imediata posta, então essa contribuição será relevante.

Desse modo, a definição final de não cooperação que adotarei aqui será:

Não Cooperação: um sujeito é não cooperativo se violar o PC.

Não Cooperação Parcial: um sujeito é *parcialmente* cooperativo se aceitar os objetivos comunicativos do interlocutor, mas não seus objetivos extralinguísticos.

O PC e as máximas requalificadas, por sua vez, ficariam da seguinte forma:

Princípio Cooperativo: Faça sua contribuição conversacional tal qual é requerida, no estágio em que ela ocorre, pelo propósito(s) mutuamente aceito(s) da troca comunicativa em que você está engajado. [alteração: adendo de *mutuamente*, para fins de clareza; acréscimo da possibilidade de mais de um propósito]

Quantidade: Faça sua contribuição tão informativa quanto é requerido (para os propósitos mutuamente aceitos do intercâmbio). [alteração: supressão da segunda cláusula; adição de *mutuamente*]

Relevância (maneira): seja relevante.

Relevância: uma sentença *S* é relevante para uma situação discursiva se *S* pode ser interpretada como contribuindo para o(s) objetivo(s) mutuamente aceitos.

[alteração: supressão da especificação dos objetivos como *conversacionais*; substituição de “objetivos do falante ou ouvinte” por “mutuamente aceitos”]

Mantenho a supressão da segunda cláusula da máxima da quantidade, embora o assunto não me pareça de todo claro. De modo geral, as diferenças são basicamente a exclusão da especificação dos propósitos como conversacionais e a explicitação da necessidade de que os objetivos sejam mutuamente aceitos.

Da forma como está definida, cooperação parcial é um subtipo de cooperação, necessitando de uma cláusula independente. Desse modo, um falante parcialmente cooperativo seria também cooperativo, o que representa uma situação indesejada. Uma alternativa seria transformar a noção de adesão aos objetivos em um valor num *continuum*, ao invés de um valor discreto. Assim, os propósitos da interação seriam tratados como um conjunto envolvendo o objetivo final e qualquer número de subobjetivos necessários para sua conclusão. Quanto mais (sub)objetivos forem mutuamente aceitos, mais cooperativa será a situação. Desse modo, um falante disposto a informar não só a localização do posto de gasolina mais próxima, mas também a melhor forma de chegar lá (evitando trânsito ou apontando a linha de ônibus mais adequado, por exemplo) poderia ser considerado mais cooperativo do que alguém que apenas aponte o dedo e diga “para lá”.

Contudo, há também uma diferença significativa de peso nos (sub)objetivos aceitos. Claramente, engajar-se na conclusão do objetivo final tem um peso maior do que se engajar em qualquer subobjetivo isolado. Assim, seria necessário atribuir contextualmente a cada objetivo um peso diferente. Quanto ao valor relativo dos objetivos aceitos, maior seria o grau de cooperação do falante. Se atribuirmos a cada objetivo um valor num intervalo entre 0 e 1, podemos garantir que um falante que se engaje no objetivo último da interação seja sempre plenamente cooperativo atribuindo o peso 1 a esse objetivo e estabelecendo qualquer valor acima de 1 como cooperação

plena.

2.3.5. Uma definição eclética

O que é, então, não cooperação?

A resposta, é claro, divergirá a depender do quadro teórico de onde partimos. Para a Teoria dos Jogos, a noção se traduz muito naturalmente na divergência de preferências dos interlocutores. De minha parte, procurei apresentar uma proposta daquilo que poderia significar ser não cooperativo em termos de uma compreensão particular da teoria de Grice. Poderíamos repetir a pergunta variando o paradigma de referência – nos perguntado, por exemplo, como a noção seria traduzida em termos da Teoria da Relevância.⁶²

Contudo, de modo algo anti-kuhniano, quer me parecer que há algo de comum no modo como a não cooperação é entendida nos diferentes paradigmas apresentados – o que pode inclusive apontar para uma resposta para a pergunta do parágrafo anterior. Em todos os exemplos de não cooperação citados, as contribuições dadas parecem divergir daquilo que entenderíamos como uma contribuição ótima, *i.e.* quando um interlocutor reconhece que dada resposta ou contribuição é a mais adequada para o melhor curso das trocas comunicativas em questão, mas deliberadamente decide optar por outra, menos eficiente. Essa é a situação de alguém que depõe num tribunal e não responde uma pergunta de modo satisfatório, ou que fornece uma resposta vaga quando dispõe de uma informação precisa, etc. Assim, a caracterização da não cooperação é diretamente dependente da caracterização da lógica da conversação por que optamos. A Teoria dos Jogos assume que os agentes individualmente procuram sempre maximizar suas utilidades. Caso as preferências estejam alinhadas, então a cooperação ocorre naturalmente. Se houver incompatibilidade nos resultados ótimos para cada indivíduo, por outro lado, as ações de cada um deixarão de ser ótimas para o outro jogador. Uma vez que cada jogador executa ações diferentes de acordo com suas preferências, uma situação de disputa sempre levará a resultados aquém da otimalidade (cooperativa). Se, por outro lado, por “contribuição ótima” entedemos um princípio de máxima relevância e menor esforço, como na Teoria da Relevância, então um falante será não cooperativo se escolher uma contribuição menos relevante, ou de maior custo de processamento. Finalmente, se nossa opção teórica é um modelo griceano, então isso significará, como vimos, que o falante opta em não se adequar aos requisitos do Princípio da Cooperação, de modo geral, e das máximas conversacionais, de modo

⁶² Embora Oswald (2010) apresente uma discussão sobre manipulação, entendida por ele como um caso particular do fenômeno que aqui nos interessa, a abordagem, dado seu foco mais específico, carece da generalidade necessária para que o trabalho seja considerado um exemplo do tratamento do fenômeno na TR.

específico.

Uma vez que se relaciona tão intrinsecamente à caracterização da lógica da conversação feita por cada teoria, os casos de não cooperação também põe a prova o instrumental desenvolvido por cada paradigma, fornecendo, assim, um parâmetro adicional para o seu julgamento e apresentando-lhes novos desafios, que devem ajudar a fomentar seu enriquecimento e sua compreensão da pragmática de modo geral.

No caso da pragmática griceana, espero estar já evidente que a discussão sobre o tema é capaz de levar a um aprofundamento da nossa compreensão dos mecanismos teóricos do modelo. Há, é certo, inúmeras questões a serem respondidas. Que tipo de raciocínio está envolvido na derivação (ou não) de implicaturas em casos de não cooperação? Esses mecanismos são diferentes dos mecanismos cooperativos? Como um falante reconhece um interlocutor não cooperativo, e como isso afeta o funcionamento dos mecanismos pragmáticos? Na próxima seção, procurarei esboçar algumas respostas para essas questões.

2.4. Uma proposta de sistematização

Tendo definido o que é aqui entendido como não cooperação, estamos em condições de procurar descrever que tipo de raciocínio está envolvido durante interações comunicativas não cooperativas. Como vimos, uma das objeções centrais, feita por virtualmente todos os autores que defendem um paradigma que não seja griceano (inclusos aí os pós-griceanos), é a de que, na ausência de cooperatividade e, portanto, do PC, não seria possível derivar nenhuma implicatura, num espécie de colapso do sistema griceano (Asher & Lascarides, 2013; Franke, Jäger & van Rooij, 2009; Sperber & Wilson, 1995; Carston, 1998). De acordo com esse raciocínio, se a presunção de cooperatividade é o que permite a operação das máximas, uma vez que essa premissa é removida, seriam também removidos os mecanismos que no modelo de Grice são responsáveis por toda e qualquer derivação do que é implicado. Sendo assim, a previsão imediata que derivaria do modelo é a de que em situações não colaborativas as implicaturas não seriam derivadas.

Um argumento bastante óbvio para tentar explicar a geração de implicaturas em situações não cooperativas seria o uso de contrafactuais: mesmo estando plenamente ciente de que o PC não pode ser assumido, um sujeito poderia inferir as implicaturas relevantes imaginando quais seriam elas *se* estivesse numa situação em que o princípio estivesse em funcionamento. Considere-se o seguinte exemplo, de Asher & Lascarides (2013, p. 2), em que Janet tenta tirar do seu pé Justin, seu namorado ciumento, que a interroga a respeito de seu ex-namorado Valentino:

- 19) a. Justin: *Have you been seeing Valentino this past week?*
b. Janet: *Valentino has mononucleosis.*

A situação aqui é clara: a resposta de Janet, seja a situação cooperativa ou não, pretende implicar uma resposta negativa. Contudo, caso Valentino tivesse de fato monucleose, mas Janet o tivesse visto na semana passada, ela ainda assim poderia negar que mentiu. A despeito de sua intenção de ocultar a resposta verdadeira, a implicatura ainda seria derivada, e mesmo que Justin acreditasse que Janet estava sendo evasiva ele ainda seria capaz de gerar a implicatura relevante.

Asher & Lascarides (2013) consideram brevemente a possibilidade de a interpretação ser derivada através de um raciocínio contrafactual, mas a descartam argumentando que

A Gricean might suggest that the difference between an assertion of just any random fact and Janet's actual response in (2[19]) is the *counterfactual claim* that had they been in a cooperative situation, Janet's response would have been an indirect answer, while an assertion of some random fact would not. Nevertheless, it's hard to see what this counterfactual claim does for the interpretation of Janet's response *in the actual context*. In the counterfactual Gricean cooperative context, Justin, we agree, would draw the implicature, using the sort of reasoning we outlined above and the defeasible conclusions of Strong Cooperativity. In the actual context, however, Justin is the jealous type and so suspects that Janet doesn't intend to provide a truthful answer. He doesn't believe that the consequent of Strong Cooperativity holds. Nevertheless, he *still* draws the implicature; that's why Justin will be justified in being angry *in the actual context*, if he finds out Janet has been seeing Valentino. Justin's jealousy and his suspicions make him wary of the indirect answer. However, not believing or being wary of the indirect answer is a matter of *credibility* and *belief* about the information imparted; it's *not* a matter of what information is imparted by the response. Griceans have no way of explaining why this is the case. For them it is irrational to draw the implicature in the actual context, and it would be irrational for Justin to be angry. (p. 8, grifo dos autores)

A recusa dos autores parece-me, contudo, prematura e, talvez, algo retórica. Em particular, a afirmação de que seria irracional, para um griceano, gerar a implicatura em questão, bem como a de que não acreditar ou desconfiar da informação transmitida “é uma questão de credibilidade e crença”, e “não uma questão de que informação é transmitida pela resposta”.

No que diz respeito à primeira objeção, deve ficar claro que o que uma interpretação contrafactual faz nesse caso – se fizer qualquer coisa – é permitir que o ouvinte gere a implicatura *como se o falante fosse cooperativo*. No que diz respeito à segunda objeção, por sua vez, a afirmação parece falsa, já que é justamente em virtude da informação (não) transmitida (ou transmitida de modo parcial/enviesado) que a não cooperação emerge. No caso Bronston, por exemplo, é apenas porque ele *não* veicula uma informação relevante que seu comportamento pode ser considerado como não colaborativo.

A interpretação contrafactual é promissora principalmente para lidar com os casos de manipulação ou, em outras palavras, em casos de não cooperação parcial velada. A seguir, analisaremos esses casos, procurando também considerar algumas questões sobre a detecção de não cooperação.

2.4.1. Não cooperação parcial velada (manipulação)

Em um artigo intitulado *A Web of Deceit: A Neo-Gricean View on Types of Verbal Deception* (2011), Marta Dynel procura caracterizar os diferentes tipos de manipulação em termos de violações de máximas específicas.⁶³ Há uma certa simetria, bastante interessante, na forma como cada violação de máxima resulta em um tipo diferente de estratégia de não cooperação – embora combinações de violações de diferentes máximas não sejam, contudo, tão claras. Assim, violar quantidade daria origem a manipulação sem mentira (*deception without lying*), ao passo que mentiras resultariam da violação de qualidade (p. 147), etc.

Como aponta Oswald (2011), a manipulação (*manipulation*) depende tanto do seu aspecto não cooperativo quanto do seu caráter necessariamente velado, o que o leva a concluir que “*covert perlocutionary non-cooperation is manipulation*” (p. 123). De modo similar, Dynel, citando Castelfranchi & Poggi (1994) e Vincent & Castelfranchi (1981),⁶⁴ aponta que a manipulação (*deception*)⁶⁵ emerge da divergência entre a *intenção comunicativa comunicada* (*communicated communicative intention*) e os superobjetivos ocultos (*concealed supergoals*) – (p. 145).

63 Em uma primeira leitura, talvez algo enviesada, me pareceu claro que Dynel tratava de violações *reais*, e não aparentes – o que agora já não me é tão claro. A autora parece estar de acordo com a afirmação de que mentiras não poderiam ser acomodadas no modelo griceano (p.143), mas que, a despeito disso, “*are commonplace in interpersonal interactions and deserve to be discussed in the light of the Gricean levels of meaning*” (p. 143). Contudo, sua discussão em Dynel (2008), em que a autora procura refutar a perspectiva de Raskin (1985), Attardo (1993) e Attardo & Raskin (1994) de que piadas envolveriam a violação do PC parecem indicar que a autora não está disposta a admitir violações do PC em um sistema griceano.

64 Ambos *apud* Dynel (2011).

65 Oswald se refere a *manipulation*, enquanto Dynel a *deception*. Usarei indistintamente o termo *manipulação* para ambos, por entender que não há diferença teórica significativa entre eles.

Essa parece ser a questão central envolvida na caracterização desse tipo de fenômeno: há um descompasso entre a intenção comunicativa imediata do falante e seus objetivos extralinguísticos profundos. É crucial para o sucesso de qualquer tentativa de manipulação que o falante seja capaz de transmitir a primeira de modo claro, ao passo que mantém a segunda oculta. No caso Bronston, por exemplo, é evidente que o falante deseja transmitir, m-intencionalmente, uma implicatura, mas que pretende manter seus objetivos extralinguísticos (evitar uma resposta mais comprometedora, ao passo que aparenta ter respondido a questão de modo satisfatório) ignorados. Esse é também o caso das mentiras e das omissões de informações, em que o falante procura fingir dizer a verdade e fazer crer que a informação veiculada é a melhor de que ele dispõe, respectivamente, enquanto suas verdadeiras intenções permanecem ocultas.

Há dois resultados possíveis para esse tipo de manobra: ou ela é bem sucedida e o interlocutor interpreta-a normalmente *como se fosse cooperativa*, gerando assim, todas as implicaturas m-pretendidas pelo falante; ou a tentativa é frustrada e o interlocutor percebe seu caráter não cooperativo, recusando adicionar a implicatura pretendida ao fundo conversacional compartilhado e procedendo a um processo inferencial que procure estabelecer as razões por que o sujeito tentou enganá-lo. Em ambos os casos, o ouvinte estará plenamente ciente daquilo que o falante pretendia que fosse entendido por seu interlocutor e, portanto, o intérprete deverá colocar em funcionamento quaisquer mecanismos de interpretação cooperativa que estejam envolvidos numa situação “normal” – o que, no nosso caso, significa por em funcionamento o maquinário griceano de geração de implicaturas. Esse é o caso também nos modelos de Franke, Jäger & van Rooij (2009) e de Asher & Lascarides (2013): a fim de computar as inferências relevantes, o ouvinte deve considerar outras alternativas que o falante poderia ter usado e deixou de usar (*i.e.* o que os autores chamam de *extensão do jogo*). Essas alternativas, incluem, é claro, opções cooperativas (*e.g.* opções mais relevantes ou informativas), e os próprios Asher & Lascarides se referem a esse raciocínio como *contrafactual* (p. 47).⁶⁶

Desse modo, podemos enunciar da seguinte maneira a hipótese contrafactual:

Hipótese Contrafactual: o significado pretendido pelo falante é derivado tanto em casos cooperativos quanto não cooperativos. As implicaturas são calculadas normalmente, fazendo uso dos mesmos mecanismos. Caso uma tentativa de engano seja detectada, a implicatura, contudo, não é adicionada ao fundo

⁶⁶ Essa passagem é uma das razões mais fortes por que considero a crítica dos autores à hipótese contrafactual como mais retórica do que qualquer outra coisa. Independente do modelo adotado, parece claro que, em um caso de tentativa frustrada de engano, tanto a interpretação pretendida pelo falante quanto a interpretação não cooperativa estarão presentes.

conversacional compartilhado.

No contexto de uma proposta de teoria da indiretividade, Pinker et alii (2008) e Lee & Pinker (2010) defendem, de modo similar, que implicaturas em situações de conflito parcial de interesses também não são adicionadas ao *background* comunicativo.⁶⁷ Por hora, gostaria de apontar apenas que, uma vez que se chegou a essas conclusões de modo independente, quer me parecer que (de modo bastante popperiano) elas ajudam a fortalecer o modelo. A título de ilustração, tomemos novamente o exemplo do caso Bronston, repetido aqui por conveniência:

- 10) a) **P(romotor)**: *Do you have any bank accounts in Swiss banks, Mr. Bronston?*
b) **B(ronston)**: *No, sir.*
c) **P**: *Have you ever?*
d) **B**: *The company had an account there for about six months, in Zurich.*

Deve ficar claro que a interpretação m-pretendida por Bronston em d) é a de que a sentença em questão é relevante e, portanto, responde de forma negativa (*i.e. não, nunca tive uma conta na Suíça*). No caso em questão, em que a tentativa de manipulação do interrogado foi bem sucedida, é justamente essa a interpretação derivada, que é então adicionada ao fundo conversacional. Fosse o promotor mais cauteloso, tendo suspeitado de uma possível tentativa de evitar a questão, ele relutaria em adicionar a implicatura relevante ao *background* conversacional, provavelmente pressionando Bronston por uma resposta direta (cf. *Você não respondeu a pergunta*). A despeito disso, a implicatura pretendida por este último claramente seria compreendida pelo primeiro.

A mesma análise pode ser feita para casos de mentiras e omissões. Uma mentira que passe por verdade desencadeará o mesmo raciocínio que uma verdadeira, e o mesmo é verdadeiro caso ela seja descoberta – a interpretação m-pretendida pelo falante ainda será reconhecida como tal, etc. Por sua vez, se pergunto a alguém “onde C mora?” e ele me responde “em algum lugar no sul da França”, ele transmitirá a implicatura de que não sabe exatamente onde C mora, seja isso o caso ou não. Mesmo se eu estiver certo de que meu interlocutor sabe a localização exata onde C vive (digamos, porque D me contou isso e não tenho razões para duvidar dele), serei plenamente capaz de reconhecer a intenção de que a sentença signifique que meu interlocutor não sabe a localização exata de C. Em todos os exemplos, contudo, a implicatura não será adicionada ao fundo conversacional compartilhado. A despeito disso, um outro tipo de inferência entrará em cena,

⁶⁷ Analisaremos brevemente esses trabalhos adiante (item 3.1), quando tratarmos da indiretividade e de considerações de polidez.

nomeadamente, inferências sobre o comportamento verbal do sujeito, suas motivações extralinguísticas e estratégias em curso.

Como vimos, para Franke, Jäger & van Rooij, não há necessidade de traçar uma distinção entre as implicaturas tradicionais e esse tipo de inferência. De acordo com eles,

Whether this inference should be called an “implicature” depends on the definitional stance one takes; if implicatures are part of what the speaker intends or wants to convey, then this isn’t an implicature. We are not concerned with the definitional question: these are inferences, beyond the semantic meaning of a message, that a hearer may draw based on considerations of strategic language use, which places them squarely in the pragmatic camp. (2009, p. 20)

Dynel, por outro lado, assume a primeira opção dada pelos autores no trecho citado, a de que uma implicatura, para ser considerada como tal, deve ser intencional (ou, mais especificamente, m-intencional) – (p. 151). Essa alternativa também parece-me mais interessante, uma vez que misturar os conceitos apenas geraria confusão desnecessária. Embora esse tipo de inferência “baseada em considerações do uso estratégico da linguagem” possam ser interpretadas como da alçada da pragmática (ainda que não fique claro se essa formulação é suficiente para excluir de seu âmbito aquilo que normalmente não consideraríamos como pertencente a esse domínio),⁶⁸ é razoável assumir que há diferenças significativas entre aquilo que o falante procura transmitir intencionalmente e aquilo que inferimos à sua revelia. De fato, como aponta Dynel, fossem as duas coisas a mesma, então não haveria distinção entre, *e.g.* perjúrio intencional e engano não-intencional, no caso de um interrogatório em juízo (p. 151). De modo similar, dificilmente diríamos que Bronston implica que ele está mentindo, muito embora essa seja uma inferência possível a partir do que ele diz. Assim, reservaremos o termo *implicatura* para o conteúdo transmitido m-intencionalmente, deixando o termo mais genérico *inferência* para os casos mais gerais.

De fato, essa distinção já havia aparecido, na medida em que diferenciamos as implicaturas transmitidas dos objetivos extralinguísticos inferidos. Há uma relação bastante próxima entre a inferência dos superobjetivos e a detecção de um comportamento não cooperativo, cuja orientação nem sempre é clara.

Assim, parece não só possível, mas também extremamente simples e direto, dar conta dos casos de manipulação comunicativa, dentro de um paradigma griceano. Esses casos incluiriam

68 Não fica claro, por exemplo, se compreensão mais ampla das implicaturas/inferências é capaz de separar casos de significado natural e não natural. Se um palestrante gagueja, posso inferir que ele está nervoso por estar falando em público, mas dificilmente direi que ele implica isso, ou que essa inferência deve ser explicada por uma teoria pragmática, embora essa também seja uma “inferência além do sentido semântico”.

estratégias de *engano com a verdade* (*deceiving with the truth*) e mentiras apresentados por Franke, Jäger & van Rooij, que são também a maior parte dos casos apresentados por Asher & Lascarides. Faltam ainda os casos de inferências de *relutância em dizer* (*unwilling to tell*) e de inferências indesejadas como no caso da sentença *most Israelis voted for peace*, bem como considerações sobre detecção.

2.4.2. Não cooperação parcial aberta: jogando com a linguagem

Antes de tratar dos casos de relutância em dizer, contudo, consideraremos casos de não cooperação parcial aberta – charadas, questionários, adivinhações, suspense ou humor – que não figuram no inventário de outros trabalhos que tratam da não cooperação. Esses casos têm um caráter marcadamente lúdico, já que, como vimos, o aspecto *velado* é fundamental para tentativas de manipulação, e esses casos deixam clara sua natureza (em maior ou menor grau).

Como nos casos de não cooperação velada, esses casos caracterizam-se pela recusa de um sujeito em fornecer a melhor contribuição conversacional disponível, seja omitindo informações, produzindo sentenças intencionalmente difíceis de serem interpretadas, induzindo o interlocutor ao erro através da suspensão da máxima da relevância, ou mesmo violando qualidade. Ao contrário dos casos de manipulação, contudo, esse fato já está dado de saída, por vezes constituindo uma espécie de desafio aos participantes da interação. Os trechos abaixo seriam exemplos desse tipo de situação:

20) C mora em algum lugar no sul da França, na cidade que dá nome ao jogo de tabuleiro vencedor do prêmio de jogo do ano de 2001.⁶⁹ (dita num jogo de adivinhação);

21) Você deixa Salvador dirigindo um ônibus com 42 passageiros com destino a Recife, em Maceió descem 15 passageiros e sobem 10 passageiros. Qual o nome do motorista?⁷⁰

22) O pai do padre é filho único do meu pai. O que sou do padre?

23) Todo número inteiro é natural. (em um enunciado de exercício que pede para identificar as sentenças incorretas);

A sentença em 20) viola (de fato) a máxima da quantidade, na medida em que o sujeito dispõe de uma informação mais precisa (normalmente escrita num cartão resposta) a respeito do

69 Trata-se do jogo *Carcassonne*, vencedor do prêmio *Spiel des Jahres* de 2001.

70 Retirado de <http://adalberto-blogdoadal.blogspot.com.br/2012/04/resposta-ao-teste-de-logica-e.html>

local onde C vive. Fornecer essa informação, é claro, arruinaria o próprio propósito do jogo. 21) viola relevância, apresentando uma série de informações irrelevantes a fim de despistar o interlocutor. O truque usado consiste basicamente em atrair a atenção do desafiado para essas informações, fazendo-o se concentrar em tentar se lembrar delas, desviando-o assim, da informação relevante. Em 22), a máxima a ser violada é a de modo – é através de uma formulação tortuosa que o desafiante pretende confundir o desafiado. 23) apresenta uma afirmação falsa, procurando verificar se o estudante submetido ao exercício é capaz de reconhecer que ela está incorreta.

De 20) não decorre a geração de uma implicatura de ignorância, nem de tentativa de manipulação, nem nenhuma outra implicatura é derivada. Alguém poderia objetar, é claro, que uma implicatura do tipo *isso é uma charada* ou *encontre a solução para este problema* é derivada. Isso poderia ser verdadeiro numa situação em que um falante começa a enunciar uma sentença como 21) ou 22) *out of the blue*, num contexto não marcado. Contudo, isso claramente não é o caso em 20), já que os participantes já provavelmente teriam deliberado por se engajar no jogo específico em questão, dedicando algum tempo a se familiarizar com as regras, etc. Nesse contexto, implicaturas desse tipo seriam simplesmente redundantes, não acrescentando nenhuma informação adicional. De fato, faz muito pouco sentido acreditar que, a cada nova dica, essa mesma implicatura seja derivada repetidamente. Mesmo no caso de 21) e 22) ditas “fora de contexto”, o que parece estar em jogo é muito mais o reconhecimento do ato de fala relevante do que propriamente a geração de uma implicatura. Nesse sentido, *isso é uma charada* seria tanto uma implicatura quanto *isso é uma promessa* o seria quando alguém afirma “*ok, farei o que você pede – você tem minha palavra*”.⁷¹ Esse é também o caso de uma sentença como 23), já que, tipicamente, ela é acompanhada de um contexto marcado e de um enunciado explícito requisitando que o examinado encontre a resposta falsa.

2.4.2.1. Discursos Lúdicos: Piadas e Charadas

Há uma semelhança grande entre piadas e charadas. No âmbito do primeiro grupo, alguma atenção já tem sido dedicada à observação de que esse tipo de uso linguístico seria parasítico de violações das máximas conversacionais (e.g. Attardo, 1993; Pan, 2012). Alguns exemplos seriam:

24) A: *Excuse me, do you know what time it is?*

B: *Yes.* (violação de quantidade)

⁷¹ Isso não significa, contudo, que *contar uma piada* seja uma atitude proposicional.

25) A: *How many surrealists does it take to screw in a light bulb?*

B: *Fish.* (violação de relevância)

(ambos em Attardo, 1993)

26) Fui me consultar, e o médico me disse:

– Pelo que vejo, seu estado não é nada bom.

Então, falei:

– Oh, doutor, não fala mal do meu Paraná! (violação de modo – c.f. “evite ambiguidade”)

(adaptado de <http://www.osvigaristas.com.br/piadas/curtas/>)

27) Você sabe qual o cúmulo da velocidade? Trancar uma gaveta com a chave dentro.

(violação de qualidade)

(<http://www.clickgratis.com.br/piadas/curtas/>)

O fenômeno dos discursos humorísticos é bastante complexo, e não tenho aqui a pretensão de resolver as muitas questões que o permeiam, já que isso demandaria um trabalho de muito mais fôlego. Há diferentes propostas sobre o tema, como a *Teoria da Menção*, a *Teoria do modo non bona fide de comunicação* e a da *Resolução de Incongruência*⁷², com variadas vantagens e fragilidades. Contudo, desejo fazer algumas observações que talvez ajudem a melhorar o entendimento da questão, partindo da compreensão sobre os fenômenos não cooperativos. Assim como no caso das charadas, a violação das máximas conversacionais parece ser, muitas vezes, o mecanismo responsável pelo efeito de humor – criando um resultado inesperado, absurdo, etc. É certo que isso não esgota as possibilidades humorísticas existentes, já que esse tipo de discurso pertence ao uso criativo da linguagem no sentido mais amplo, podendo ser calcado no ridículo, em semelhanças fonéticas,⁷³ imitações, etc. Mas parece seguro dizer que parte significativa do estoque humorístico se apoia no absurdo gerado pela violação lúdica da cooperação.

72 A Teoria da Menção, proposta por Sperber & Wilson (1981) para lidar com os casos de ironia, tendo sido também aplicada a casos de humor (Yamaguchi, 1988), entende, não haveria violações de fato do PC, já que qualquer possível violação seria *encenada*, e não realizada de fato (Yamaguchi, 1988, p. 327). Attardo (1993) procura refutar essa teoria, advogando em favor da hipótese de que o humor envolveria um modo de comunicação *non bona fide* (Raskin, 1985; Raskin & Attardo, 1994), em que haveria violação *de fato* das máximas conversacionais e do PC. Para os autores, a comunicação “normal” apresentaria um modo *bona fide* de proceder, sendo território das máximas griceanas, ao passo que o modo *non bona fide* seria operacionalizado por um conjunto de máximas próprias. Dynel (2008) procura argumentar no sentido de que as supostas violações na verdade seriam casos de *flouting* e de que o PC seria preservado. A argumentação da autora parece se basear, contudo, na falsa premissa de que racionalidade e adesão ao PC podem ser equiparadas (p. 176 -177, 181-182) e que o fato de que há geração de implicaturas e de que a intenção comunicativa é compreendida são suficientes para assegurar a adesão ao PC (p. 178), assim como confunde as noções de cooperação e PC cooperação (p. 178). Como vimos acima, tanto da discussão de Attardo (1997) quanto da de Franke, Jäger & van Rooij (2009) e Asher & Lascarides (2013), há diversas razões para separar esses conceitos. Desnecessário dizer, assumirei aqui que piadas envolvem violações *de fato* das máximas, e não meramente *flouting*.

73 Um exemplo de piada que lança mão das semelhanças fonéticas entre palavras seria a seguinte piada de pontinho: O que é um pontinho azul no céu? R: Um urublu.

Feita essa ressalva, parece razoável assumir que, assim como no caso das charadas, as piadas usadas como exemplo acima se fundamentam na violação de uma (ou mais) máximas. Como nas charadas, essa violação parece não gerar implicaturas (*i.e.* parece ser uma violação de fato, não um caso de *flouting*) – ao contrário, seu resultado é a geração de um *efeito* (riso, no caso das piadas) ou de um *resultado* (vencer ou não um desafio, no caso dos jogos). Está dado de saída que essas são situações em certo sentido excepcionais, em que o modo de operar racionalmente é ligeiramente alterado. Esses casos devem impor certas dificuldades, afastando-se da cooperação habitual, para resultar num desafio a ser superado, ou então para preparar o terreno para um desfecho inesperado. De fato, se uma piada ou charada forem muito óbvios, provavelmente não serão considerados como bons representantes de seu gênero.

Há uma diferença, contudo, no grau de evidência de sentenças como 20), 22) e 23) e outras como 21) e as piadas nos exemplos 24) a 27). Nos primeiros casos, fica evidente qual a máxima sendo violada, e o desafio é justamente ser capaz de chegar à resolução do problema, a despeito dessas violações. Em contraste, nos demais casos é apenas quando a solução da charada ou a *punchline* da piada é revelada que a máxima violada fica evidente. De fato, em charadas como 21) o que parece estar em questão é justamente uma espécie de truque de mágico, que procura distrair a atenção do interlocutor, fazendo-o interpretar todas as contribuições conversacionais como relevantes (levando-o a pensar que se trata de uma charada do tipo de 23), em que maneira é violada), até o momento em que se chega à sua resolução ou ela é apresentada, revelando que na verdade as sentenças do enunciado do enigma são todas irrelevantes, exceto a primeira e a resolução. A interpretação aqui é basicamente contrafactual, como nos casos de manipulação, em que o falante pretende enganar o ouvinte, exceto que o truque consiste em enganá-lo em relação a qual máxima está sendo violada. Para que a charada funcione, o ouvinte deve interpretar todas as sentenças como relevantes – o que é a intenção do falante, que as m-pretende como relevantes, – mesmo que elas de fato não o sejam. À diferença dos casos de manipulação, contudo, está dado de saída que o falante não está sendo plenamente cooperativo – o desafio consiste justamente em descobrir de que modo ele o está enganando (*i.e.* qual máxima está sendo violada).

A situação das piadas é algo semelhante, na medida em que, assim como no caso de 21) (e, de fato, de todas as outras), fica evidente de saída (caso o interlocutor reconheça que se trata de uma piada) que o falante não será plenamente cooperativo. No entanto, no momento em que a violação de cooperatividade ocorre, ela é evidente (normalmente bastante evidente, já que uma *punchline* costuma ser seguida de uma postura bastante característica, de quem espera uma reação). Caso a piada não seja reconhecida imediatamente como tal (o tipo de piada em que o falante permanece com ares sérios até o fim), a piada, no entanto, só seria reconhecida através da percepção de que

houve a violação de uma ou mais máximas. Como aponta Ahmed

The violation of the maxims is related to the unexpected presence of the second sense (script, isotopy). The speaker producing the text uses the violation of a maxim to mislead the hearer into believing that 'normal' reliable information is being supplied, while in effect the text, or the utterance, is rigged (2007, p. 54)

Não sendo capaz de conciliar o que foi dito com o PC (ao menos de modo plausível), o ouvinte seria levado à conclusão de que o falante não foi PC cooperativo, procurando, a partir de então, encontrar uma razão para seu comportamento, e o humor seria uma das possibilidades. De acordo com Ahmed

The process of getting a joke can be approximately taken as the processing of the text, establishing its sense (first script/isotopy), until an element is encountered (the punchline) that defeats that sense and forces a backtracking to the beginning of the text (or to some other significant point) and a reinterpretation (second script / isotopy) of the processed text. (2007, p. 54)

Desse modo, o humor de sentenças como 24) a 27) consistiria justamente em encontrar maneiras criativas, surpreendentes ou absurdas de violar as máximas conversacionais, criando uma tensão entre o modo de raciocinar tipicamente cooperativo que permeia boa parte da comunicação cotidiana e o modo não cooperativo do humor, para então desfazer essa tensão através do alívio cômico. De modo similar, a qualidade do desafio de charadas como 21) depende igualmente da criatividade e do caráter inesperado da violação das máximas.

Portanto, a não adesão à cooperatividade é sempre evidente em piadas ou charadas, sendo esperada tão logo se reconheça o gênero textual em questão, embora o modo específico de não cooperação – a(s) máxima(s) específica(s) sendo violada(s) – possa permanecer uma incógnita até o desfecho discursivo. Enquanto não reconhece a violação de uma máxima, um sujeito continuaria interpretando normalmente as sentenças, gerando implicaturas como de costume, embora quando reconhece uma contribuição que não se adegue a uma máxima específica (mesmo que *a posteriori*, como no caso da charada em 8) ela suspenda as implicaturas derivadas, retirando-as do fundo conversacional compartilhado.

Esses breves comentários estão longe de constituir uma teoria, embora essa abordagem me pareça bastante promissora. Conforme apontado anteriormente, há diversas teorias concorrentes, e

sopesar suas vantagens e vantagens quando comparadas ao entedimento das piadas e charadas como fenômenos discursivos não cooperativos demandaria um trabalho por si só. Contudo, gostaria de apontar que essa última possui a vantagem de integrar esses casos a um panorama mais amplo, sem acrescentar um instrumental adicional para explicar seu funcionamento, postulando que as piadas e charadas seguem um conjunto de regras conversacionais diferentes da conversação “normal”, à diferença, por exemplo, da teoria do modo *non bona fide*, que substitui as máximas conversacionais por máximas específicas dos gêneros humorísticos. Essa abordagem, parece-me, acarreta claramente uma perda de generalidade, na medida em que é necessário um outro modo de operacionalizar a racionalidade comunicativa dessas situações (e, talvez, uma outra lógica conversacional), o que me parece pouco desejável, sobretudo porque é necessário que as máximas conversacionais ainda estejam operando durante seu processamento, já que nada me impede de usar implicaturas para transmitir as informações relevantes (ou não) para a resolução da piada/charada. Na charada em 21) eu poderia, por exemplo, dizer *em Maceio descem 15 ou 20 passageiro* (disparando a leitura exclusiva de *ou* e confundindo ainda mais meu ouvinte), o que demandaria o pleno uso dos mecanismos da lógica conversacional ordinária.

Além disso, a situação dos jogos parece ser paradigmática dos usos não cooperativos da linguagem: se, por um lado, é preciso que os falantes cooperem de modo suficiente para que as trocas comunicativas ocorram (para que o jogo continue), por outro lado, os participantes se colocam em posturas antagônicas. O propositor da piada/charada está, de saída, de posse de todas as informações necessárias para sua resolução, mas entregá-las de modo plenamente cooperativo implodiria a própria razão de ser desse tipo de discurso, da mesma forma que se todos os participantes de uma partida de futebol comessem a tentar marcar gols do mesmo lado. De forma similar, os objetivos extralinguísticos de cada participante também se opõem: ao passo que o desafiado procura descobrir o defescho da piada ou charada antes que este lhe seja revelado, o propositor tenta justamente dificultar esse objetivo (embora deixando sempre aberta a possibilidade de descobri-lo). Assim, faz sentido, de um ponto de vista intuitivo, incluir esse tipo de fenômeno como não cooperativo, por um lado, e, por outro, se há um ganho de generalidade teórica na possibilidade de explicá-lo utilizando as mesmas ferramentas necessárias para explicar as situações não cooperativas (novamente, quaisquer que sejam elas, a princípio – quer estas sejam as aqui propostas ou não), essa é uma vantagem que não pode ser desconsiderada.

2.4.3 Não cooperação total aberta

Aos casos de não cooperação aberta plena pertencem, basicamente, as situações de *opting out*, como vimos – situações em que o falante “diz, indica ou permite que se torne manifesto que ele não está disposto a cooperar” (Grice, 1989, p. 30). Um interlocutor pode simplesmente fazer um gesto com a mão e virar as costas, ou levantar-se da cadeira e sair do recinto (talvez murmurando uma reclamação ininteligível), etc. – situações em que ele aborta a interação comunicativa de modo completo e peremptório (casos em que ele indica ou torna manifesta a sua intenção de encerrar a conversa), ou ele pode expressar discursivamente essa intenção, afirmando, por exemplo, “*I cannot say more; my lips are sealed*” (Grice, 1989, p. 30).

Os primeiros casos são mais simples: eles envolvem apenas o encerramento do intercâmbio, que pode ser m-intencional ou não – a distinção não parece significativamente relevante. A inferência a ser derivada é unicamente o desejo do sujeito de não continuar engajado na interação, o que é inferido, mas não implicado.⁷⁴ Contudo, caso o sujeito indique seu propósito através de uma sentença, esbarramos, como visto anteriormente, no que Hurford chama de *paradoxo da cooperatividade* – ao deixar claro que não pretende mais cooperar, o falante o faz através do uso pleno das máximas e do PC, podendo, inclusive, implicá-lo conversacionalmente. Esse tipo de sentença é responsável pela geração de implicaturas de relutância em dizer (*unwilling to tell*).

Esse tipo de implicatura representa um problema considerável a modelos griceanos, já que, ao mesmo tempo que gera implicaturas através do reconhecimento da intenção comunicativa, respeita as máximas conversacionais (produzindo uma contribuição clara, relevante, informativa e verdadeira), ela é tanto intuitivamente quanto teoricamente não cooperativa. Isso é verdadeiro se considerarmos a formulação de Grice do PC, uma vez que o falante não fornece a contribuição esperada (*i.e.* requerida), e também não adere a um propósito ou direção da conversa mutuamente aceitos, encerrando o curso atual sem consideração pelas preferências do interlocutor. Além disso, esse tipo de situação seria também não cooperativo tendo em vista os critérios aqui estabelecidos. Considere-se os exemplos de implicatura de relutância em dizer citados anteriormente (e repetidos aqui para fins de conveniência):

5) A: *Where are you going?*

B: *Out.*

⁷⁴ Ainda que o gesto seja m-intencional, parece razoável assumir que não há implicatura derivada, estritamente falando, se considerarmos, como o faço aqui, que as implicaturas emergem do descompasso entre *o que é dito* e a violação aparente de uma ou mais máximas.

- 6) A: *When will you be back?*
B: *When I'm ready.*
- 7) A: *Which of you colleagues support the strike?*
B: *Some of them do.*
- 8) A: *How many clients do you have?*
B: *A number.*
- 9) A: *Where does C live?*
B: *Somewhere in the South of France.*

Em todos os casos acima, é evidente que B não adota nem os objetivos extralinguísticos, nem os propósitos comunicativos de seu interlocutor. Por nossa definição, isso significaria que a contribuição é plenamente *não* cooperativa (o que justifica sua inclusão neste item). A despeito disso, contrariamente à hipótese adotada neste trabalho, as implicaturas são adicionadas ao fundo conversacional compartilhado sem nenhum problema. Conforme apontado anteriormente, Grice também faz uma previsão similar à aqui feita – na ausência do PC, as implicaturas não deveriam existir (cf. nota 13, acima).

Apontei anteriormente a possibilidade de alargar a noção de demanda conversacional para tentar dar conta desses casos. Assim, poderíamos tratar essas contribuições da mesma forma como trataríamos um comentário ou um pedido por esclarecimentos. Essa solução claramente não é satisfatória, uma vez que esses dois últimos poderiam perfeitamente ser acomodados dentro dos objetivos comunicativos ou extralinguísticos do interlocutor (*i.e.* são desvios necessários ao atingimento de objetivos maiores), o que não é verdadeiro dos primeiros casos. Contudo, essa parece ser a melhor alternativa disponível.

Os modelos da Teoria dos Jogos aqui apresentados parecem não ter problema em explicar como o ouvinte chega à interpretação relevante. Conforme vimos anteriormente (item 1.2.1.3), Franke, Jäger & van Rooij demonstram que, nesses casos, o único equilíbrio possível é a interpretação comum de recusa. Contudo, as interpretações de ambos os agentes estariam alinhadas, o que deveria significar que a contribuição é cooperativa. De fato, essa poderia ser a posição dos autores frente a um eventual questionamento, uma vez que não haveria nenhuma incompatibilidade entre essa assunção e os mecanismos propostos pelos autores (como é o caso da presente proposta). No entanto, parece algo contraintuitivo assumir (sem ressalvas, ao menos) que esses casos são tão cooperativos quanto situações “normais”. Vale notar, também, que caso assumíssemos que esses casos são, em algum sentido, cooperativos (como no sentido já mencionado de que informam de modo direto e honesto sua intenção de terminar a conversa, de maneira clara e relevante, por

exemplo), não haveria problema para derivar essas interpretações. Isso entraria em conflito com a formulação do PC, contudo, o que constitui um problema teórico que precisaria ser sanado (sendo, portanto, mais grave do que a situação no paradigma concorrente).

No entanto, esses casos parecem ser problemáticos por qualquer perspectiva por que eles sejam abordados. É certo, contudo, que a Teoria dos Jogos lida com eles de modo muito mais simples e natural, embora não sem problemas. Desse modo, parece justo afirmar que esse é um ponto positivo para os modelos desse paradigma, quando comparados ao modelo aqui proposto. Uma vez que não há, até onde vejo, uma solução capaz de conciliar a contradição entre a não adesão ao PC e a geração das implicaturas através do funcionamento normal das máximas, essa questão permanecerá em aberto aqui.

2.4.4. Não cooperação total velada

Finalmente, os casos em que o falante aborta a comunicação de maneira oculta parecem não oferecer grandes *insights* teóricos. Como vimos, exemplos desse tipo de situação seriam casos em que um interlocutor finge não ter ouvido o outro, encena um ataque de tosse ou outro mal estar qualquer, etc. Assim como as tentativas de manipulação, caso não sejam descobertas essas estratégias não gerarão nenhuma inferência a respeito das motivações do agente. De modo similar, caso o interlocutor perceba a tentativa de ocultar a atitude não cooperativa, ele provavelmente passará a inferir possíveis razões para esse modo de agir. À diferença das tentativas de manipulação, contudo, nenhum conteúdo é intencionalmente implicado caso sejam bem sucedidas – o que parece bastante natural já que, a rigor, não há nenhuma ação comunicativa sendo levada a cabo.

2.4.5. Detectando a não cooperação

Enquanto o reconhecimento de uma atitude não cooperativa não chega a ser uma grande questão nos casos de NC aberta, a situação é bastante mais complexa para os casos velados. Em relação aos primeiros, trata-se, basicamente, da identificação do ato de fala ou gênero textual em questão. Assim, por hipótese, os falantes reconheceriam uma piada, um questionário ou uma charada da mesma forma que reconhecem uma promessa ou um pedido, ou talvez um poema ou um conto. Já em relação aos segundos, perceber uma mentira ou tentativa de manipulação envolveria uma gama muito mais abrangente de recursos e pistas, variando desde mudanças no tom de voz,

linguagem corporal, nervosismo até a credibilidade do falante e condicionantes culturais (cf. Sperber et alii, 2010).

Evidentemente, deverei me abster de procurar aprofundar a questão da detecção da NC no que diz respeito a todas essas variáveis citadas, uma vez que isso nos levaria não só para longe do recorte deste trabalho, mas também para uma área extremamente intrincada, fora dos limites da pragmática e mesmo da linguística, dentro dos quais este trabalho se circunscreve. Apesar disso, há um componente envolvido no jogo das mentiras e enganos que certamente nos diz respeito e interessa: o componente linguístico.

Assim como é certo que um ouvinte pode fazer uso de pistas comportamentais de um interlocutor de intenções ocultas para inferir seus reais propósitos,⁷⁵ também é certo que a plausibilidade de suas afirmações e o grau de segurança com que se pode aceitar o conteúdo por ele implicado desempenham um papel importantíssimo nessa disputa. Seguindo as observações de Franke, Jäger & van Rooij (2009), que devotam um esforço significativo para estabelecer a noção de *credibilidade*, e de Asher & Lascarides (2013), que fazem o mesmo com o conceito de *segurança*, procurarei apresentar algumas breves observações com o intuito de caracterizar o fenômeno da detecção como um processo calcado na premissa da racionalidade de ambos os agentes envolvidos. Desse modo, o indício central para o reconhecimento de uma tentativa de engano seria a avaliação desse curso de ação como *racional* para alguém na posição do agente.⁷⁶

Sem muita surpresa, as noções de credibilidade e segurança são relacionadas em ambos os artigos ao alinhamento das preferências dos agentes. Se as preferências estão alinhadas, então as mensagens tendem a ser críveis/seguras. Contudo, a forma como Franke, Jäger & van Rooij (2009) definem as mensagens envolve a noção de pontos focais, o que, como mencionei anteriormente (item 1.2.1.6) apresenta algumas fragilidades. Por outro lado, Asher & Lascarides relacionam a noção de segurança à possibilidade de uma implicatura ser negada – *i.e.* ao grau de certeza com que se pode assumir que uma implicatura é “*a matter of public record*” (2013, p. 15). Essa parece ser uma leitura precisa da situação: somente através do conteúdo implicado (e, portanto, negável) uma

75 Apesar de, aparentemente, ser bastante difícil detectar um falante desonesto baseando-se apenas em pistas comportamentais, mesmo quando a tentativa de detecção parte de pessoas treinadas e as mentiras de um sujeito pouco competente, como uma criança (Sperber et alii, 2010, p. 21).

76 Sperber et alii (2010) defendem a existência de um módulo de *vigilância epistêmica*, que teria evoluído juntamente com nossas capacidades comunicativas para possibilitar que a linguagem fosse um instrumento eficaz e vantajoso, mesmo com a existência de que nossos interlocutores procurem nos enganar. Os autores fazem uma revisão do panorama da questão em diferentes áreas, considerando questões como a reputação do informante (sua competência e benevolência), tanto de uma perspectiva individual quanto social, e também questões referentes ao conteúdo da contribuição feita, considerando a interação de informações novas com as crenças do indivíduo. Remeto o leitor interessado ao texto para uma discussão sobre esses componentes, notando que os autores deixam de considerar a variável da racionalidade da ação comunicativa, cooperativa ou não, em face dos objetivos específicos dos sujeitos. Esse curso de investigação, contudo, parece favorecer uma aproximação com a ideia de *mind reading* (a atribuição de intenções ao interlocutor – Sperber & Wilson, 2002), e talvez seja um trabalho potencialmente interessante a ser desenvolvido.

tentativa de manipulação pode ocorrer – caso o conteúdo seja afirmado de modo direto, a questão não chega sequer a ser levantada; uma vez que o que está em jogo é o que é implicado, somente faz sentido suspeitar de nosso interlocutor se considerarmos que ele teria razões para proceder de modo duvidoso.⁷⁷ Se o falante usa uma formulação indireta em uma situação em que ele possuiria motivações para ser desonesto (quando poderia usar uma forma direta, evitando qualquer suspeita), então os alertas devem disparar.

Há, contudo, os casos em que o falante deliberadamente faz uso de sentenças que acredita serem falsas e, nessas situações, o que é dito também pode ser usado não cooperativamente. Embora aqui a possibilidade de negação do que foi transmitido não entre em jogo, a inferência das motivações claramente ainda é um fator central. E, nesse sentido, o cálculo dessas motivações em termos de utilidades esperadas parece ser extremamente preciso: um sujeito escolheria ser não cooperativo se tivesse algo a ganhar com seu comportamento, e se essa expectativa de ganho superasse a combinação da possibilidade de ser pego e o grau de perda que isso acarretaria. Desse modo, se acreditarmos que nosso interlocutor teria muito a ganhar mentindo ou trapaceando e/ou tivesse baixas chances de ser pego ou tivesse pouco a perder, então seria bastante razoável supor que ele possa estar agindo de modo não cooperativo. Em outras palavras, faz sentido suspeitar de nosso interlocutor se nos parecer que um comportamento desonesto por parte dele seria *racional*.

Desnecessário dizer, o mecanismo de inferência envolvido nesse processo encontra uma descrição bastante natural no paradigma da Teoria dos Jogos, como fica evidente da breve exposição feita acima. Em um modelo griceano, no entanto, não parece haver uma solução tão direta, embora isso não signifique que não haja uma solução compatível com o modelo. De fato, esse tipo de raciocínio envolve noções familiares aos griceanos, como um mecanismo de reconhecimento de intenções e o tipo de inferência abdutiva que está em jogo na geração de implicaturas. Reconhecer um comportamento como potencialmente não cooperativo significaria, nesse sentido, perceber a existência de uma solução para um problema semelhante à aparente discrepância entre a operação das máximas griceanas e o que foi dito pelo falante. Da mesma forma que a geração de uma implicatura é a inferência capaz de conciliar um caso de violação aparente com a operação do PC através da postulação de uma dada intenção comunicativa, o reconhecimento de uma solução possível que concilie uma dada intenção (extralinguística) com o que foi dito e/ou implicado seria a resposta para compreender o gesto do interlocutor. Essas observações, é claro, não resolvem o problema da detecção de um comportamento não cooperativo. Elas, no entanto, atrelam esse problema a um outro: as inferências abdutivas sobre a intenção do falante. Seja lá qual for a

⁷⁷ Desconsideramos, é claro, pistas comportamentais diversas. Caso nosso interlocutor comece a gaguejar ou demonstrar sinais de nervosismo, poderíamos ser levados a acreditar que ele não está sendo plenamente cooperativo, mesmo sem sermos capazes de inferir suas razões.

teoria adotada para resolver essa questão, ela deverá provavelmente também responder à questão presente.

2.4.6. Sumarizando

Este capítulo procurou apresentar um possível modelo de compreensão dos fenômenos não cooperativos, baseado num paradigma griceano. Inicialmente, procurou-se delinear a opção por uma pragmática de intenções comunicativas, estabelecendo qual o entendimento aqui assumido dos mecanismos griceanos de geração de implicaturas. Conforme assumido aqui, a interpretação é o processo que procura inferir a intenção comunicativa do falante, e a geração de implicaturas é o processo abduutivo responsável por encontrar as interpretações capazes de conciliar a aparente incoerência do que é dito com a expectativa de que o falante respeita o PC e as máximas conversacionais. Da forma como entendido aqui, no modelo griceano, as máximas apenas podem ser violadas no nível do que é dito, mas não no nível do que é implicado (exceção feita aos casos em que as máximas entram em conflito).

Em seguida, procurou-se qualificar a cooperação em termos do PC, analisando as críticas de Attardo (1997) a respeito da falta de clareza em sua definição, que ora parece levar em conta objetivos extralinguísticos, ora os objetivos comunicativos. Como vimos, Attardo distingue entre a cooperação locucionária, estritamente do nível da interação comunicativa, da cooperação perlocucionária, que diz respeito à adoção dos objetivos extralinguísticos do interlocutor. O autor também argumenta no sentido de que, para a geração das implicaturas de modo apropriado, é necessário muito frequentemente ter em mente os últimos, e não os primeiros. Assim, Attardo propõe a existência de um princípio da cooperação perlocucionária, o PCP, que preconiza que os agentes colaborem com quaisquer objetivos que seu interlocutor possua, procurando auxiliá-lo de acordo com suas necessidades, bem como antecipando essas últimas.

Consideramos também as observações feitas por Oswald, que nota ainda um terceiro nível, ainda mais básico, de cooperação, referido por ele como *cooperação funcional*, entendido como a disposição dos falantes em produzir enunciados significativos e interpretá-los como assim sendo, sendo, portanto, uma espécie de expectativa de comunicação efetiva entre os falantes. Esse nível é aqui referido como *cooperação básica*, e engloba a disposição mínima dos falantes em se comunicar – produzir enunciados significativos, usar a mesma língua, falar em um tom audível, etc. Assim, conforme entendida neste trabalho, a cooperação pode assumir três níveis: cooperação

básica, cooperação locucionária e cooperação perlocucionária, sendo que, para que os dois últimos sejam possíveis, é necessário haver o primeiro.

Feita essa primeira limpeza de terreno, passamos a considerar o que poderia significar não ser cooperativo em termos da não adesão a cada um desses níveis. A cooperação básica, como vimos, é condição essencial para que haja comunicação e, sem ela, não é possível haver trocas verbais significativas. Nos casos em que o falante adota os objetivos perlocucionários do interlocutor, temos a cooperação plena (aí inclusos os casos em que a cooperação locucionária é necessária para atingir esses objetivos). Nos casos de cooperação parcial, o falante adota apenas os objetivos comunicativos (locucionários), mas não perlocucionários, do interlocutor. Procurou-se, então, formular uma definição de não cooperação em termos do PC griceano, através de sua unificação com o PCP defendido por Attardo. Para tanto, procedeu-se a uma requalificação dos conceitos de *o que é requerido* e do *propósito mutuamente aceito ou direção da conversa*. Em relação ao primeiro, consideramos as observações de Dascal (1977) sobre demanda conversacional, para incluir também contribuições necessárias para atingir o objetivo mutuamente adotado (*e.g.* pedidos de esclarecimento, comentários, etc.). Em relação ao segundo, procurou-se contemplar a possibilidade de adoção dos objetivos tanto comunicativos quanto extralinguísticos, a fim de refletir as diferenças entre cooperação locucionária e perlocucionária. Assim, com umas poucas requalificações, optou-se por manter o PC como princípio responsável por guiar a comunicação cooperativa.

Vimos também que os casos de *opting out*, aí inclusos as implicaturas de relutância em dizer, apresentam algumas dificuldades, na medida em que parecem fazer uso dos mecanismos cooperativos e gerar implicaturas, mesmo na estrita ausência de adesão ao PC. O problema em questão não é tanto a dificuldade em gerar as implicaturas necessárias (que podem ser geradas facilmente através do reconhecimento da violação aparente das máximas), mas sim o fato de que, na ausência de cooperação, esperaríamos que elas não fossem possíveis. A despeito das tentativas, não foi possível chegar a uma solução plenamente satisfatória, e terminamos por considerar que, ao menos em alguma medida, esses casos são cooperativos, na medida em que respeitam as máximas e informam de modo direto e relevante a intenção do falante em não responder do modo esperado à demanda conversacional.

Dividimos os casos de não cooperação também em um segundo eixo, segundo o seu caráter aberto ou velado. Como vimos, essa característica é responsável por diferenciar determinados tipos de jogos com a linguagem de tentativas de manipulação, mentiras e engano em geral. Ao primeiro grupo pertenceriam casos como charadas e piadas, em que fica claro que o falante não cooperará plenamente, a fim de desafiar o interlocutor à resolução de um problema, ou então de criar a

expectativa da resolução humorística. Ao passo que o caráter aberto da não cooperação faz parte desses jogos (é necessário que um jogador saiba que está participando, do contrário o jogo não pode acontecer), é inerente à natureza das tentativas de engano o caráter oculto da empreitada, que procura manter velados os propósitos extralinguísticos, enquanto procura transmitir uma intenção comunicativa que induz o interlocutor a uma leitura equivocada da situação. Foi apresentada a hipótese de que as contribuições parcialmente cooperativas, sejam elas abertas ou veladas, são interpretadas contrafactualmente, *i.e.* são interpretadas *como se fossem cooperativas*, mesmo que o ouvinte esteja ciente de que elas não o são. Caso uma dada contribuição seja identificada como não cooperativa, contudo, as implicaturas geradas não seriam adicionadas ao fundo conversacional compartilhado.

Finalmente, consideramos brevemente algumas questões acerca da detecção da não cooperação nos casos velados. Vários fatores estão envolvidos nessa discussão, como a credibilidade e reputação do informante, pistas comportamentais, o quanto o conteúdo comunicado está em acordo com as crenças do intérprete, etc. Destacou-se, contudo, um aspecto interessante apresentado pela Teoria dos Jogos, que parece particularmente promissor: o reconhecimento de uma potencial ação não cooperativa como racional e benéfica para o sujeito que a leva a cabo. Assim, seria possível hipotetizar que nosso interlocutor não é cooperativo se identificarmos quaisquer objetivos possíveis para ele, para os quais a contribuição não cooperativa seria benéfica. Os comentários feitos estão muito longe de constituir uma teoria propriamente dita da detecção, mas acredito que apontam alguns pontos interessantes.

A proposta de tratamento, embora ainda apresente algumas fragilidades, possui o mérito de se afastar pouco do modelo griceano, necessitando apenas de um maior detalhamento nos conceitos envolvidos na definição do PC, uma definição de não cooperação e uma hipótese de como proceder na análise de tais casos – o que me parece um conjunto bastante enxuto de ferramentas teóricas adicionais. Vale ressaltar, parece difícil de prescindir de um raciocínio contrafactual de qualquer forma, já que um falante que procura enganar seu ouvinte tentará necessariamente escolher contribuições que possam ser interpretadas como se fossem cooperativas (do contrário, a tentativa de engano fracassa automaticamente). Isso é válido, parece-me, também para a Teoria dos Jogos, e provavelmente para qualquer outro paradigma por que procuremos abordar o fenômeno.

O capítulo apresentou a análise de alguns tipos de sentenças não cooperativas, analisando como seria possível chegar à sua interpretação correta através dos mecanismos propostos. A discussão feita também apontou para algumas áreas em que a noção de não cooperação pode oferecer uma contribuição ao entendimento geral da questão, como é o caso dos discursos humorísticos e da detecção de mentiras e enganos (ainda que de modo breve). O capítulo seguinte

procurará apresentar outras três questões em que é possível apresentar alguns *insights* produtivos partindo da discussão feita sobre a NC: a teoria da indiretividade, que procura explicar por que faz sentido empregar formulação que veiculam a intenção comunicativa do falante através de implicaturas (e não do sentido literal); a discussão da fronteira entre semântica e pragmática, considerando-se especificamente a recente controvérsia acerca das propostas que procuram derivar as implicaturas escalares através de mecanismos gramaticais; e, por último, o caso das controvérsias científicas, como proposto por Dascal (1994).

3. Aplicações: possíveis lugares em que a discussão sobre não cooperação pode ser útil

Se estiver claro até aqui que faz sentido falar em situações em que o falante não é cooperativo (ao menos parcialmente), isso já deve bastar para que a validade de trabalhos que procurem explorar o tema seja aceita: sendo constituído por um conjunto significativo de fenômenos que permeiam o uso da linguagem no dia a dia, cabe às teorias pragmáticas incorporarem mecanismos que permitam explicar tais fenômenos, fazendo ajustes onde for necessário em seu instrumental teórico. Apesar disso, como afirmado na introdução, quer me parecer que a discussão sobre o presente tema é capaz de beneficiar a forma como entendemos a cooperação e, por conseguinte, as situações comunicativas cooperativas de modo geral. Neste capítulo, apresentarei três fenômenos específicos que podem ser exemplos em que a discussão sobre NC pode ajudar a melhorar a forma como eles são compreendidos.

O primeiro deles diz respeito à questão das razões da emergência da indiretividade na linguagem. Essa questão específica foi levantada por Pinker et alii (2008) e Lee & Pinker (2010), e deverei limitar-me em grande parte a resenhar suas observações, procurando traduzi-las para os termos de um paradigma griceano, já que os autores também partem de um quadro teórico da Teoria dos Jogos.

O segundo caso é o da longa discussão sobre a divisão de trabalho entre a semântica e a pragmática. Tomarei o exemplo específico da controvérsia a respeito das implicaturas escalares, inaugurada pela proposta de tratamento semântico de Chierchia (2004) para abordar a questão. Até onde seja do meu conhecimento, não há, até o momento, nenhuma proposta que procure relacionar a variável da (não)cooperação à questão da fronteira epistemológica entre as duas áreas.

Finalmente, procurarei atender ao chamado feito por Dascal (1994), citado na introdução desta tese, quando ele afirma que

Para que possa cumprir sua função instrumental na análise das controvérsias, a pragmática tem que refinar seu aparato teórico. Em primeiro lugar, tem que dar conta do caráter às vezes cooperativo, às vezes competitivo do discurso polêmico, que pode dar lugar a formas especiais de respeitar e violar as normas da cooperatividade e inteligibilidade da comunicação. (p.93)

Procurarei, portanto, apresentar uma breve reflexão que procure demonstrar como a discussão sobre as controvérsias pode se beneficiar do tratamento da NC e, inversamente, como o

caso das controvérsias aponta também para a necessidade de refinamento na discussão sobre a não cooperação.

3.1. Indiretividade, negabilidade e o “falante estratégico”

A pervasividade das implicaturas e a preferência dos falantes por consistentemente usar formulações indiretas são tradicionalmente associados a questões de polidez. Searle (1975) foi um dos primeiros a chamar a atenção para essa relação, tendo enfatizado-a em diversos momentos. A questão da indiretividade recebeu considerável atenção pela perspectiva da polidez (c.f Gordon & Lakoff, 1975; Searle, 1975; Brown & Levinson, 1987). Leech (1983), por exemplo, sugere que, dado o mesmo conteúdo proposicional, é possível “*to increase the degree of politeness by using a more and more indirect kind of illocution. Indirect illocutions tend to be more polite (a) because they increase the degree of optionality, and (b) because the more indirect an illocution is, the more diminished and tentative its force tends to be*” (p. 108). Searle (1975), por sua vez, sugere que “*politeness is the chief motivation for indirectness*” (1975, p. 36).

Pinker et alii (2008) e Lee & Pinker (2010), contudo, procuram abordar a questão por outro viés. Para os autores, a existência ubíqua da indiretividade representa um enigma, já que

Indirect speech is inefficient, vulnerable to being misunderstood, and seemingly unnecessary (because only a naïf could fail to see past the literal meaning). Yet politeness and other forms of indirectness in speech appear to be universal or nearly so. We all play this game and may be offended at those who don't, setting the stage for the hypocrisy and taboo in social life that are ubiquitously decried, yet ubiquitously obeyed. (Pinker et alii, 2008, p. 833)

Segundo eles, a solução para esse quebra-cabeças residiria numa *teoria do falante estratégico (theory of the strategic speaker)*, uma teoria que em vários aspectos lembra os trabalhos de Asher & Lascarides (2013) e Franke, Jäger & van Rooij (2009). Em primeiro lugar, a proposta dos autores também é formulada em termos da Teoria dos Jogos, partindo de *insights* da biologia evolutiva. A assunção de maior interesse para nós é a de que o uso comum da linguagem não é constituído pela cooperação griceana pura, mas sim por um misto de cooperação e antagonismo (Lee & Pinker, 2010, p. 786). Parte do uso indireto da linguagem decorreria desse carácter híbrido da comunicação, e não puramente de considerações de polidez. Considere-se, por exemplo, uma situação em que um sujeito faz um convite para intercuro sexual através de uma proposta indireta,

como *you would like to go up and see my drawings?* (que, na cultura norte-americana, é uma estratégia tão marcada que pode ser considerada facilmente como evidente). Essa oferta é marcadamente diferente de uma tentativa de tornar a proposta mais polida (embora ela própria utilize uma estratégia preservadora de face). Para perceber a dissociação entre polidez e indiretividade, seria apenas necessário “*to acknowledge the ludicrousness of a highly polite (as opposed to indirect) sexual overture to appreciate the difference (e.g. I hate to trouble you, but do you think it might be possible to have sex? I’d really appreciate it)*” – (Pinker, 2011, p. 866). A questão, então, parece não ser necessariamente polidez e, como demonstra o exemplo, as duas coisas nem sempre coincidem.

De acordo com a teoria do falante estratégico, o que estaria em jogo é que o falante procura uma formulação em que ele possa negar de modo plausível o conteúdo inferido de suas sentenças em situações em que ele não tem certeza da natureza cooperativa ou antagônica de seu interlocutor (Lee & Pinker, 2010, p. 785).⁷⁸ Exemplos prototípicos dessa estratégia seriam casos em que um motorista parado por um guarda de trânsito procura suborná-lo (*e.g. melhor cuidar disso aqui mesmo e evitar toda a burocracia*), investidas sexuais entre amigos (*e.g. você não gostaria de subir e ver meus desenhos?*) ou em que um falante sem reservas tenta “furar a fila” de espera subornando o *maître d’at* (todos os exemplos são de Pinker et al., 2008). Em todos os casos, seja pelo risco de sofrer consequências legais, perturbar a ordem estabelecida de um relacionamento ou sofrer um constrangimento social, é do interesse do falante ser capaz de alegar que foi mal interpretado, negando o conteúdo (claramente) transmitido.

A explicação proposta no âmbito da Teoria dos Jogos é bastante direta: caso o valor da multa seja maior do que o valor da propina, e caso as chances de que ele seja preso por sua tentativa de suborno sejam baixas o bastante, o motorista teria razões para tentar subornar o guarda. Dada a possibilidade de o guarda ser honesto, contudo, uma proposta direta é menos interessante. Por outro lado, ao utilizar uma formulação indireta, o falante desonesto poderia fazer uso das vantagens de poder evitar a multa, ao passo que minimizaria os riscos de ser preso. Caso o guarda seja honesto e recuse o dinheiro, o falante ainda poderia negar, com um grau razoável de plausibilidade, que tenha tido a intenção de oferecer propina a ele (em especial porque, nesse caso, caberia ao policial o ônus de provar a tentativa de suborno). Em termos da teoria do falante estratégico, a justificativa para a racionalidade do comportamento do falante jazeria no simples cálculo das utilidades prováveis de cada curso de ação (*i.e.* nas utilidades em caso de sucesso e fracasso da tentativa de suborno e em suas probabilidades respectivas).

⁷⁸ De modo bastante interessante, o que está em jogo na determinação do caráter antagônico ou cooperativo do agente em questão parece ser a adesão ou não aos objetivos (extralinguísticos, no caso) do falante.

O exemplo é bastante similar a outro, a essa altura já bem familiar: o caso Bronston. As razões que levam Bronston a optar pelo curso de ação por que optou parecem ser exatamente as mesmas: uma resposta direta claramente o colocaria em uma situação desfavorável, ao passo que uma resposta direta falsa o sujeitaria a uma eventual condenação por perjúrio; a opção por uma resposta indireta, por outro lado, ao mesmo tempo que traria a possibilidade de evitar os efeitos indesejados da primeira opção, também evitaria (ou reduziria grandemente) os riscos da segunda. Uma recusa em responder a pergunta, por sua vez, seria provavelmente interpretada como forte indício de culpa,⁷⁹ o que também seria bastante indesejado. Assim, comparando as utilidades das três opções (resposta direta, recusa em responder e resposta indireta), Bronston decide pela terceira.

Não parece haver, contudo – a despeito de acabar tendo sido bem sucedida –, uma probabilidade particularmente grande de sucesso na estratégia adotada por Bronston. Esse é um problema notado em casos semelhantes (ou ainda mais pronunciados) por Pinker et alii (2008). Há vários casos – mesmo os citados – em que negar o conteúdo implicado é muito pouco ou nada plausível. Apenas um falante extremamente ingênuo falharia em perceber a insinuação por trás da proposta de ver os desenhos ou de “resolver o problema da multa aqui”. Por que, então, as contribuições indiretas são percebidas como menos desconfortáveis, mesmo nesses casos? (Pinker et alii, 2008, p. 836).

A solução proposta pelos autores derivaria da assunção de que a linguagem é “um meio digital” (p. 836). De acordo com eles,

Discreteness is in the very design of human language. Features, morphemes, words, and phrases are concatenated, not blended, and each one's contribution to the meaning of the whole is qualitative: A sound that is halfway between *to bat* and *to pat* does not refer to an action that is halfway between batting and patting. Moreover, in all languages, real-world continua of space, time, and matter are digitized into discrete categories such as *in* versus *on*, past versus nonpast, and *pebbles* versus *gravel* (...). Propositions with discrete truth values, too, may be conveyed through the choice and arrangement of words. (Pinker et alii 2008, p. 836)

Do caráter digital da linguagem decorreria o corolário (o primeiro de três) de que percebemos a certeza como categoricamente diversa de todo o resto, inclusos aí os casos de alta

⁷⁹ Isso não significa, é claro, que a resposta gere qualquer embasamento legal para presunção de culpa. Por outro lado, mesmo um interrogado estando de pleno direito de se recusar a responder, tipicamente esse comportamento levanta suspeitas pelas razões da recusa (salvo, é claro, casos em que as razões estejam claras pelo contexto, como o caso de um segredo de confissão ou restrições de ética profissional).

probabilidade. A forma adotada pelos autores para implementar esse fato é a já conhecida hipótese dos pontos focais. Assim, os falantes distinguiriam uma afirmação direta, em que há 100% de certeza, de todos os demais casos:⁸⁰

We suggest, then, that overt propositions are perceived as certain and act as focal points, whereas implicatures from indirect speech are perceived as being some measure short of certainty (even 99%). With the lack of a focal point to trigger a change of relationship, the speaker is given “the benefit of the doubt,” and the relationship can remain unchanged. The deniability, then, doesn’t have to be plausible, only possible. (Pinker et al. 2008, p. 837).

O segundo corolário da hipótese da linguagem como meio digital seria o de que as pessoas sempre se comportam como se estivessem agindo diante de uma audiência. Uma característica central do discurso indireto é a de que ele só seria interpretável tendo-se em vista um determinado contexto, ao passo que o discurso direto, afirmam os autores, poderia ser interpretado como sendo mais livre de contexto (p. 837). Desse modo, um falante poderia sempre apelar para uma espécie de *audiência virtual* para quem a negação do implicado poderia ser plausível, mesmo que não o fosse para aquela audiência em particular. O terceiro corolário é a hipótese de que contribuições diretas sempre forneceriam conhecimento comum compartilhado, ao passo que contribuições indiretas gerariam apenas conhecimento *individual* compartilhado.⁸¹ No caso, por exemplo, de uma investida sexual entre amigos, os agentes poderiam manter “a ficção de que nada aconteceu”, ao passo que isso não seria possível com uma afirmação direta.

Não desejo disputar a assunção do caráter digital da linguagem – não por concordar com ela, mas por considerar que pouco benefício adviria de embrenhar-me por essas veredas. Além disso, não me parece claro porque os três “corolários” são assim chamados, já que nenhuma demonstração é apresentada para justificar essa alegação.⁸² Mas acredito que a premissa de que a linguagem é um meio digital é, na verdade, desnecessária para explicar as razões do uso de

80 Essa previsão seria comprovada experimentalmente. Cf. Kahneman & Tversky (1979), *apud* Pinker et alii (2008).

81 “In common knowledge, not only does A know *x* and B know *x*, but A knows that B knows *x*, and B knows that A knows *x*, and A knows that B knows that A knows *x*, ad infinitum” (2008, p 837). Já no *individual shared knowledge* o passo recursivo (A sabe que B sabe...) não seria dado e, assim, não seria gerado conhecimento sobre o que o falante conhece (*idem*).

82 Lee & Pinker (2008) apresentam uma argumentação ligeiramente mais longa a respeito do tema, embora ainda não fique claro porque essas hipóteses são corolários, salvo a distinção entre 100% de certeza e os demais casos. A respeito desse corolário, os autores afirmam que

If, as Fiske proposes, relational models are discrete systems, then in the mutual signaling of which model applies, people must implement a mapping from a continuous domain of contexts to a discrete range of relational models. In other words, whereas the degree of certainty regarding the speaker’s intention varies continuously, the prevailing relational model between two individuals can only be in one state or the other. (p. 15).

indiretividade, mesmo nos casos em que o conteúdo implicado é evidente. A explicação, parece-me, jaz muito mais na existência da possibilidade de que o interlocutor seja, de fato, ingênuo, ou que tenha cometido algum erro de performance e falhado em gerar a implicatura relevante. Desde que essa possibilidade seja maior que zero, por menor que ela possa ser, sempre será possível alegar que a tentativa de suborno na verdade não passou de um mal entendido, ou fingir que a investida foi inocentemente interpretada como um mero convite para ver os desenhos. Embora pareçam improváveis, situações em que o ouvinte falha em reconhecer uma implicatura evidente são pervasivos no uso cotidiano da linguagem, e todos nós colecionamos um conjunto razoável de experiências em que, seja por distração ou qualquer outra razão, falhamos em reconhecer uma intenção comunicativa claramente expressa. A despeito de sua possível baixa probabilidade,⁸³ eles acontecem, e podem perfeitamente acontecer nas situações em questão (um amigo pode falhar em perceber a natureza sexual do convite, mesmo se estivesse interessado, e acabar recusando-o de modo inocente). Embora haja uma relação com o primeiro corolário, não é necessário assumir que apenas percebemos a certeza completa de um lado e qualquer outro grau de probabilidade do outro. E o que parece estar em questão é a existência de uma possibilidade maior que zero de que o interlocutor seja de fato ingênuo ou tenha cometido um mal-entendido – independentemente da forma como ele organiza o *continuum* das probabilidades –, e um princípio que dê o benefício da dúvida (seja legal, seja social). Ou seja, basta, somente, que a implicatura seja negável com qualquer grau de plausibilidade maior que zero.

É também evidente, parece-me, que o grau de plausibilidade da negação do conteúdo implicado desempenha um papel relevante em nossos julgamentos de tais situações. Ficaria muito mais difícil sustentar a tese de que o motorista cometeu um engano honesto se, por exemplo, além de ter sugerido que o problema fosse “resolvido aqui” ele também tivesse sacado um maço de notas e colocado-o no bolso do guarda, ou se o convite para “ver os desenhos” fosse acompanhado por um levantar significativo de sobrancelhas ou uma piscadela.

Em todos os casos citados, o falante faz amplo uso do mecanismo de interpretação contrafactual das situações não cooperativas. Ele deve estar plenamente ciente de que é possível derivar pelo menos duas interpretações através daquilo que é dito, a depender das intenções comunicativas atribuídas a ele, e aposta que seu interlocutor será capaz de derivar ambas, reconhecendo, desse modo, o caráter semi-velado da oferta. Caso ambos partilhem dos mesmos interesses extralinguísticos, então a interpretação indireta mais óbvia é adicionada ao fundo conversacional compartilhado. Caso contrário, o falante pode recuar, negando que tenha pretendido

83 Não desejo fazer aqui nenhuma alegação empírica sobre a frequência desses casos, no entanto. O ponto central é que, mesmo assumindo que esses casos sejam raros, ainda faz sentido levá-los em consideração.

comunicar a implicatura, o que permitiria apenas que a interpretação direta fosse consolidada.

Assim, considerações sobre o uso estratégico da linguagem permitem explicar situações em que a indiretividade parece se dissociar, em alguma medida, da polidez. É certo, contudo, que a questão da polidez é crucial para a compreensão da indiretividade – conforme já apontado anteriormente, se formulações indiretas fossem usadas apenas em situações em que os objetivos dos falantes divergem, o uso desse tipo de estratégia seria imediatamente associado a um uso não cooperativo, o que tornaria sua utilização inócua. Esse tipo de manobra é possível somente mesclada a outros usos. Mesmo nos casos ditos estratégicos parece haver ao menos algum envolvimento de considerações de face. No caso de um cliente tentando pular a fila de espera num restaurante, por exemplo, boa parte do seu esforço para tornar a tentativa de suborno dúbia provavelmente resulta de uma preocupação em não ter sua face positiva ameaçada, caso o *maître d'at* seja inflexível. O modo como o falante procura conduzir a questão, porém, vai além de meras considerações de polidez, já que, como visto acima, um pedido mais polido falha em atingir os objetivos pretendidos. Se o cliente apenas usa uma formulação altamente polida dizendo, por exemplo, *por favor, eu ficaria muito agradecido se você aceitasse esse dinheiro em troca de nos arranjar uma mesa sem ter que esperar na fila* (ou qualquer outra forma que procurasse ser mais polida), ao invés de sugerir o suborno de modo ambíguo, sua face continuaria igualmente exposta. Desse modo, a teoria do falante estratégico, proposta por Pinker et alii (2008) e Lee & Pinker (2010), e a teoria da polidez parecem ser ambas necessárias para a compreensão do uso pervasivo da indiretividade.

3.2. Da fronteira entre a semântica e a pragmática: o caso da controvérsia acerca da proposta de tratamento gramatical das implicaturas escalares.

Em um texto de 2001 (publicado revisado em 2004), Chierchia apresenta uma perspectiva bastante inovadora acerca do tratamento das implicaturas escalares. Seu artigo rapidamente ganhou considerável repercussão, atraindo um grande número de pesquisadores interessados no potencial de suas hipóteses, por um lado, e, por outro, um número igualmente grande de críticos que procuraram refutá-las,⁸⁴ ganhando assim os contornos de uma controvérsia científica. O artigo parte de questões empíricas particulares (a relação entre implicaturas escalares e os contextos que licenciam itens de polaridade negativa) para chegar a conclusões que põe em questão a forma como se entende o processamento modular da linguagem e a divisão de trabalho entre a semântica e a pragmática. A

84 Cf. Spector (2005); Fox (2006); Chierchia, Fox & Spector (2012); Russel (2006); Greenhal (2008); Potts (2013).

proposta sofreu algumas alterações ao longo do tempo, resultando em um trabalho conjunto de Chierchia, Fox e Spektor, publicado primeiramente em 2009 *online* e mais tarde em 2012, em versão física. Começarei apresentando a proposta de 2001 (2004), para então apresentar a versão de 2009 (2012) e algumas críticas à teoria, para então passar a analisar em que a discussão da não cooperação pode auxiliar na compreensão da questão, em especial no que diz respeito às implicações quanto à fronteira entre semântica e pragmática.

3.2.1. Chierchia (2001): Scalar Implicatures, Polarity Phenomena, and the Syntax/Pragmatics Interface

A proposta central do trabalho de Chierchia é abordar “*the issue of what are the relevant factual connections between scalar implicature and negative polarity and what we can learn from this concerning the grammatical mechanisms at the basis of these phenomena*”, dois fenômenos que “*have often been felt to be closely related*” (p. 2).⁸⁵ A generalização proposta no artigo é a de que as implicaturas escalares são suspensas exatamente nos mesmos contextos que licenciam itens de polaridade negativa como *any*, e o autor procura apresentar uma teoria que explique a relação entre as duas coisas.

O passo inicial do texto é apresentar o que a princípio seriam falhas na teoria (neo)griceana para lidar de modo adequado com as implicaturas escalares. O artigo discute a abordagem geral bem estabelecida de que determinados itens lexicais formariam uma escala (*e.g. alguns < a maioria < todos*), e a asserção de uma sentença contendo um item desse tipo implicaria na negação das alternativas mais fortes. Para tornar a discussão mais palpável, Chierchia escolhe discutir o trabalho de Krifka (1995), como representativo dessa abordagem. De acordo com essa proposta, durante o processamento semântico (vericondicional) de uma sentença *S*, manteríamos também atualizado o conjunto de alternativas relevantes de *S*. Ao ser afirmada, uma sentença carregaria consigo as alternativas mais fracas (acarretadas por ela) e negaria as alternativas mais fortes. Nesse modelo, haveria duas etapas: o cômputo recursivo do significado (condições de verdade *mais* o conjunto de alternativas) e a incrementação contextual, em que as implicaturas seriam adicionadas (sendo a segunda etapa necessariamente posterior à primeira) – (*apud* Chierchia, 2001, p.5). O problema, segundo Chierchia, é que essa abordagem seria incapaz de lidar com *implicaturas encaixadas*. Exemplos desse tipo de implicatura seriam os seguintes:

⁸⁵ Chierchia lista como exemplo os seguintes trabalhos: Fauconnier (1975), Horn (1989, pp. 230 ff.), Krifka (1995), Landman (1998), Israel (1998), “*among many others*”.

28) *John believes that some students are waiting for him.*

I: *John believes that some though not all students are waiting for him.*

29) *John knows that some students are waiting for him*

I: *John knows that some though not all students are waiting for him.*

30) *(Right now) Mary is either working at her paper or seeing some of her students*

I: *Mary is either working at her paper or seeing some (though not all) of her student.*

(Chierchia, 2001, p. 6-7)

Em uma abordagem globalista, em que as implicaturas seriam processadas no nível da sentença raiz, não seria possível derivar o significado relevante através de um processo como o descrito por Krifka, por exemplo. Se a asserção de uma sentença com um item escalar implica a negação das alternativas mais fortes, então a interpretação gerada deveria ser a seguinte:

28') *It is not the case that John believes that some though not all students are waiting for him.*

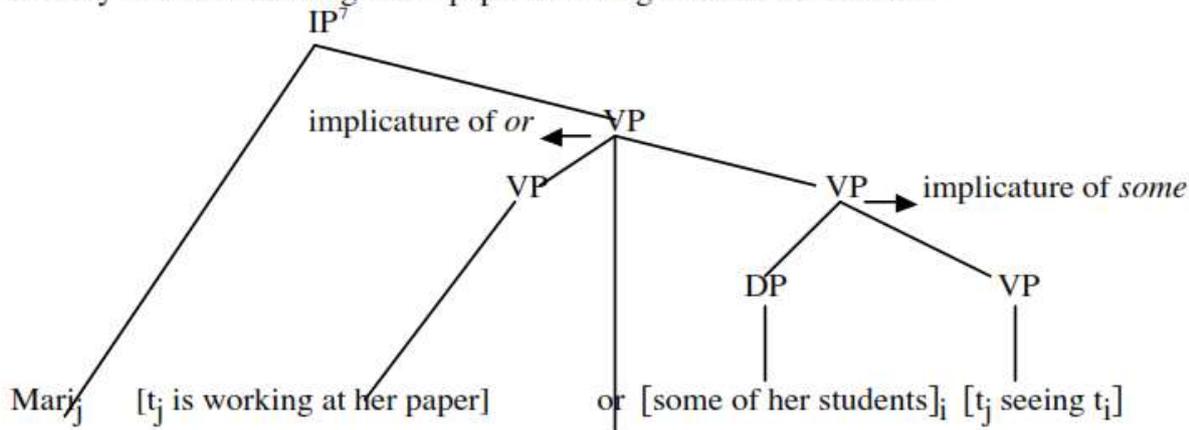
29') *It is not the case that John knows that some though not all students are waiting for him.*

30') *It is not the case that Mary is either working at her paper or seeing some (though not all) of her student.*

Essas são obviamente as implicaturas erradas. De acordo com Chierchia, para lidar com esse tipo de fenômeno seria necessário computá-las localmente num nível inferior (“assim que possível” – no nível do VP, por exemplo) e então projetá-las para os níveis superiores,⁸⁶ conforme representado no diagrama abaixo:

86 Uma proposta semelhante nesse sentido é a de Landman (1998), mencionada no artigo de Chierchia. Há uma diferença, contudo, nas alegações de cada autor. Chierchia alega que isso implicaria que a derivação desse tipo de implicatura faria parte do componente gramatical da linguagem, o que não é assumido por Landman.

a. Mary is either working at her paper or seeing some of her students



Desse modo,

Once introduced, implicatures are projected upwards and filtered out or adjusted, as the case may be, much like what happens with presuppositions. As a matter of fact, the history of the problem of presuppositions offers a good analogy. In that case too, it was thought early on that presuppositions constituted a purely pragmatic phenomenon, not amenable to a grammar driven compositional treatment (see, *e.g.*, Kempson 1975). But eventually it turned out that such a compositional, grammar driven treatment is, in fact, the one that gets us the better understanding of the phenomenon. (Chierchia, 2004, p. 9)

Essa seria uma generalização empírica (p. 5), o que a princípio a tornaria independente da proposta apresentada. Em relação à afirmação de que esses fatos implicariam que as implicaturas escalares são um fenômeno gramatical, Chierchia oscila entre essa asserção mais forte e a de que, ao menos, as implicaturas de modo geral devem ser computadas em paralelo à derivação gramatical:

The point is that, for independent reasons, the claim that implicatures are extragrammatical is probably wrong. Or rather, whether we like to think of them as extragrammatical or not, scalar implicatures are computed in parallel to the syntactic computation and (at appropriate stages) the results of the two computational processes are accessible to each other. (2004, p. 38)

O artigo sugere por diversas vezes a versão mais forte da hipótese, sem, contudo, comprometer-se definitivamente com ela, apresentando sempre relativizações como a da citação

acima. A situação muda, contudo, na versão de Chierchia, Fox & Spector (2012), como veremos.⁸⁷

A observação empírica fundamental da proposta apresentada no que diz respeito à relação entre implicaturas escalares e itens de polaridade negativa é a de que em contextos de monotonicidade decrescente (*downward entailing*), os contextos em que os últimos seriam licenciados, são também contextos em que as primeiras são suspensas (p. 9). Considere-se os exemplos abaixo:

- 31) a. *It's false that Sue harassed some students.*
b. *It's false that Sue harassed some though not all the students.*
c. # *Sue harassed all the students.*

Comparação com *any*: *It's false that Sue harassed any students.*

**Sue harassed any students.*

- 32) a. *Sue didn't meet Hugo or Theo*
b. *It is not the case that Sue met Hugo or Theo but not both.*
c. # *She met both.*

Comparação com *any*: *Sue didn't meet anyone.*

**Sue met anyone.*

(Chierchia, 2004, p. 9 – a comparação com *any* é minha)

Caso as implicaturas fossem adicionadas localmente, como em b., teríamos como resultado uma conclusão semelhante às sentenças em c. (marcadas com # para ilustrar a estranheza da continuação), o que, salvo usos metalinguísticos, claramente é equivocada. Exemplos como esses levam Chierchia a afirmar, seguindo Gazdar (1979), que implicaturas escalares ficam suspensas sob negação e, de modo mais abrangente, seguindo a observação de Horn (1989, p. 233-4), em ambientes de acarretamento para baixo (*downward entailing*). Conforme demonstra a comparação com os contextos que licenciam *any*, esse seria exatamente o mesmo contexto em que aparecem itens de polaridade negativa.

87 Encontramos, contudo, uma afirmação bastante mais forte no artigo de 2001, quando Chierchia afirma que “*contrary to the dominant view (but consistently with our observations), implicatures, like core meaning, are computed compositionally bottom-up, off LF structures*” (p. 21). Não fica claro, contudo, em que medida é defensável afirmar que o “cálculo” das implicaturas é composicional, já que o próprio Chierchia considera que elas estariam sujeitas à cancelabilidade (ou “recalibragem”) – (cf. p. 19-20) e também dependeriam de informações contextuais (cf. p. 11).

Chierchia discute outros contextos em que o licenciamento de *any* e a suspensão das implicaturas escalares coincidiriam (p. 9-12), apontando, contudo, algumas dificuldades com *any* como item de polaridade negativa, que, contudo, aceitariam *any* como *free-choice* (e.g. *it is sufficient to know any romance language*).⁸⁸ Eviratei, contudo, uma exposição mais minuciosa da discussão, uma vez que seus detalhes não nos interessarão diretamente. O ponto que nos interessará mais propriamente é a proposta de tratamento dada, que procura explicar a coincidência dos dois fenômenos.

A proposta de Chierchia faz uso do *insight* fundamental de que as implicaturas escalares negam as alternativas mais fortes, já que, fossem elas verdadeiras, o falante teria preferido fazer uma asserção mais informativa (que acarretaria a mais fraca) ao invés de uma menos informativa. A diferença significativa até aqui é a de que a teoria apresentada propõe um mecanismo que introduzia as implicaturas na derivação (ou em paralelo a ela), tão logo isso seja possível (e não sejam calculadas apenas quando a sentença já tenha sido completamente processada nos níveis sintático e semântico). Isso, contudo, ainda deixa a questão da suspensão das implicaturas e do licenciamento de *any* e outros itens de polaridade negativa sem explicação. A saída proposta é que a interpretação “aumentada” (*strengthened*, nos termos de Chierchia) seja produzida mesmo nos contextos citados acima, em que há suspensão do conteúdo implicado, mas que esse conteúdo seja “recalibrado” ou “filtrado” (p. 19). Desse modo, o artigo propõe um filtro, a Condição de Força (*Strength Condition*), que basicamente exige que o conteúdo implicado seja necessariamente informativamente mais forte do que o conteúdo semântico, barrando interpretações que levem a uma perda de informatividade (p. 20). Assim,

Essentially, there are two modifications of the canonical interpretive rules. First we introduce implicatures at any scope site (including embedded ones). Second, we impose a general condition on application that filters out implicatures whenever they lead to a weakening of information content (by local comparison with plain meanings). The recursion through which we compute strong values is an arguably straightforward modification of the standard one. (Chierchia, 2001, p. 20)

Desse modo, uma vez introduzidos em ambientes de acarretamento para baixo (e.g. em ambientes de negação), a escala seria invertida, tornando as alternativas que antes eram mais informativas mais fracas que seus concorrentes. A forma como Chierchia formaliza esse

88 Itens de escolha livre são itens que expandem o leque de escolhas ou possibilidades que estão em questão (cf. *eu posso ler um livro* vs. *eu posso ler qualquer livro* – em que *qualquer*, na segunda sentença, teria o efeito de expandir o domínio de livros sob consideração). Também é possível falar em *efeitos de escolha livre*, para os casos em que um resultado similar é obtido, mas sua atribuição não pode ser feita a apenas um único item lexical.

procedimento consiste na disjunção dos casos que são DE (*downward entailing*) e os que não o são, através de um mecanismo que ele chama de *Strong Application*, uma forma adaptada da aplicação funcional tradicional.⁸⁹ De acordo com o autor, não há perda de generalidade nessa estratégia de estabelecer dois procedimentos interpretativos – “*having two interpretive procedures does not lead to loss of generality, since one is a predictable variant of the other (somewhat in the same spirit of the way type shifting is used in much work since Partee, 1987)*” – (Chierchia, 2001, p. 20).

Assim, se tomarmos uma sentença como *I believe John saw some students*, tão logo o processamento atingisse o nível do VP *see some students*, a implicatura seria adicionada, sendo projetadas para o nível da sentença em paralelo com o processamento sintático/semântico. A interpretação derivada seria a sentença em seu valor literal, somada à negação das alternativas mais fortes, algo como:

$$a. \llbracket \text{believe} \llbracket \text{that} \llbracket \text{some student}_i \llbracket \text{John saw } t_i \llbracket \llbracket \llbracket = \\ \text{believe}'(\wedge \text{some}'(\text{student}'))(\lambda x \text{ saw}'(j,x)) \llbracket \llbracket \llbracket$$

$$b. \llbracket \text{believe} \llbracket^S \llbracket \text{that} \llbracket \text{some student}_i \llbracket \text{John saw } t_i \llbracket \llbracket \llbracket^S = \\ = \text{believe}'(\text{some}'(\text{student}'))(\lambda x \text{ saw}'(j,x)) \wedge \neg \text{every}'(\text{students})(\lambda x \text{ saw}'(j,x)) \llbracket \llbracket$$

(Chierchia, 2004, p. 19)

Uma vez que a alternativa em b. é de fato mais forte do que a., a sentença passa pelo filtro da Condição de Força. Se por outro lado, tivéssemos uma sentença como *I doubt John saw some students*, por outro lado, a relação de força seria invertida e a implicatura adicionada localmente violaria o filtro. Tratando *doubt* como *not believe* para fins de simplicidade, teríamos

⁸⁹ As particularidades técnicas da proposta não são nosso foco central, conforme já apontado. Para fins de clareza, no entanto, apresento a definição formal de Chierchia para a Aplicação Forte:

Suppose $\alpha = [\beta \ \gamma]$, where β is of type $\langle a,b \rangle$ type and γ of type a . Then:

$$\llbracket [\beta \ \gamma] \llbracket^S = \begin{cases} \llbracket \beta \llbracket^S (\llbracket \gamma \llbracket^S), & \text{if } \llbracket \beta \llbracket \text{ is not DE} \\ \llbracket \beta \llbracket^S (\llbracket \gamma \llbracket) \wedge \neg S(\llbracket \beta \llbracket (\llbracket \gamma \llbracket^{ALT})), & \text{otherwise} \end{cases}$$

Onde o sobrescrito *S* representa o significado “fortalecido” e ALT o conjunto de alternativas escalares relevantes. Essa versão específica (a final) do mecanismo é pensada para incluir a possibilidade de que novas implicaturas sejam recalculadas após alguma outra ter sido filtrada (p. 20-21). Evitaremos os detalhes desse último procedimento, uma vez que eles não nos interessarão diretamente.

a. $\llbracket \text{doubt} \llbracket \text{that } [\text{some student}_i [\text{John saw } t_i]] \rrbracket \rrbracket =$
 $\neg \text{believe}'(\wedge \text{some}'(\text{student}')(\lambda x \text{ saw}'(j,x)))$

b. $\llbracket \text{doubt} \llbracket \text{that } [\text{some student}_i [\text{John saw } t_i]] \rrbracket \rrbracket^S =$
 $= \neg \text{believe}'(\text{some}'(\text{student}')(\lambda x \text{ saw}'(j,x)) \wedge \neg \text{every}'(\text{students})(\lambda x \text{ saw}'(j,x)))$

Como a alternativa com a implicatura (*some, but not all*) falha no teste da Condição de Força, ela seria então descartada. Para resumir, nos termos de Chierchia,

SIs are added in because they lead to strengthening (*i.e.* they constitute a gain in information). But strengthening is a context dependent notion. More specifically, something that leads to a gain of information in a positive context, turns into a loss, once it gets embedded within a negative operator (as the latter reverses the monotonicity of its arguments). That is why canonical SIs associated with certain terms (*e.g.* the strengthening of *some* to *some and not all*) are in general absent from DE contexts. (2004, p. 26)

E quanto aos itens de polaridade negativa? Qual seria sua relação com a proposta esboçada apresentada? A resposta está na hipótese de que *any* funciona como uma espécie de “extensor de domínio”, posição defendida por trabalhos como os de Kadmon & Landman (1993), Krifka (1995) e Lahiri (1998). Tipicamente, quantificadores como *every* (ou *todo*, em português) se referem a um domínio específico: se digo que *todos chegaram atrasados à festa* eu normalmente não me refiro a todos os indivíduos existentes no universo, mas sim a um domínio particular, contextualmente saliente. A ideia fundamental de Chierchia é a de que a extensão de domínio está relacionada diretamente ao valor informacional de uma sentença, estando, portanto, sujeita também à Condição de Força (p. 28). Assim como as implicaturas escalares, também os itens de polaridade negativa estariam sujeitos à inversão de força informacional quando utilizados em contextos negativos. Esses dois fatos combinados estariam por trás das razões do contraste de 33) e 34), abaixo:

33) *There is a student who doesn't know me.*

34) **There is any student who doesn't know me.*

Ao enunciarmos 33), normalmente temos em mente um domínio específico – do contrário, afirmar que há um estudante (no mundo) que não me conhece seria pouco informativo. Como

aponta Chierchia, em contextos positivos, quanto mais restrito o domínio quantificacional de um existencial, mais informativa a sentença será. Estender o domínio em contextos positivos, desse modo, levaria a uma perda informacional, e seria por isso que não o fazemos (como ilustra a agramaticalidade de 34)). Essa seria a razão por que *any* só pode ser usado gramaticalmente em contextos negativos (p. 27).

Nesses contextos, uma vez que a escala informacional é invertida, quanto mais amplo o domínio, mais forte a sentença será. Esse fato seria responsável por explicar, por outro lado, a gramaticalidade de sentenças como 35), abaixo:

35) *There isn't any student that doesn't know me.*

36) *There isn't a student that doesn't know me.*⁹⁰

35), nesse sentido, seria mais informativa e, portanto, mais forte, que 36). A contribuição de *any*, nesse contexto, seria no sentido de expandir o domínio considerado – assim, 35) significaria que não há nenhum estudante que não me conheça, mesmo considerando-se um domínio maior do que o esperado (em contraste com 36), por exemplo).⁹¹ A última parte do artigo (p. 30 em diante) é dedicada a apresentar os detalhes mais técnicos da teoria, demonstrando como construir composicionalmente o aumento pragmático da força da sentença como uma condição de fechamento quantificacional.

Chierchia também discute efeitos de localidade no licenciamento de NPIs, demonstrando que também esses dados reforçariam a tese da introdução local das implicaturas (p. 27), além de discutir também efeitos de intervenção ou minimalidade (*intervention* ou *minimality effects* – p. 28) – uma discussão de que, no entanto, deveremos nos abster, uma vez que não diz respeito propriamente à questão que nos interessa aqui. O que deverá nos interessar é o fato que de a abordagem proposta implica que a *gramaticalidade* da sentença depende de uma condição pragmática, tratada como um mecanismo composicional (p. 30). Isso significaria, a princípio, que as

90 Curiosamente, a relação parece ser inversa se traduzimos as sentenças para o português:

35') Não tem nenhum estudante que não me conheça/(?)não tem qualquer estudante que não me conheça.

36') Não tem um estudante que não me conheça.

Intuitivamente, parece-me que considerariamos 36') como mais enfática, embora a intuição precisasse, é claro, ser testada.

91 Como nota o própria Chierchia, essa abordagem esbarra em alguns problemas. O primeiro deles é que *any* nem sempre expande o domínio, já que ele pode estar bem delimitado na própria sentença (e.g. *There isn't anybody in that class that did well on the exam*). Isso significaria que, embora “*NPIs are good devices to widen a quantificational domain, domain widening can't be their only semantic function, for it doesn't always take place when we use them*” (p. 27) (alternativamente, poderíamos considerar que esse é um contra-argumento à hipótese da expansão de domínio, uma possibilidade que não é levada em conta pelo autor). O segundo seria o modo de implementar composicionalmente essa ideia (i.e. como incluir no significado lexical de *any* sua função de expansão de domínio). Em relação a esses dois problemas, contudo, Chierchia apenas afirma que são problemas específicos do modelo de Kadmon & Landman (1993), sem discuti-los mais propriamente.

implicaturas fazem parte do sistema computacional da linguagem – uma conclusão que ora é afirmada, ora relativizada por Chierchia, como vimos.⁹²

Após um número bastante grande de críticas e contribuições, a proposta de Chierchia (2004) acaba por ser revisada, recebendo diversos refinamentos. Consideraremos brevemente as propostas de Spector (2007) e Fox (2006), que resultarão na “segunda versão” da teoria, Chierchia, Fox & Spector (2012 [2009]). Após isso, discutiremos algumas críticas à proposta (Russel, 2006; Greenhall, 2008; Potts, 2013).

3.2.2. Refinamentos da proposta: Spector (2007), Fox (2006) e Chierchia, Fox & Spector (2012)

Antes de ser incorporada às propostas de Fox (2006) e Chierchia, Fox & Spector (2009), o trabalho de Spector (2007[2005]) foi apresentado como uma crítica ao modelo de derivação gramatical proposto por Chierchia. Spector nota que a proposta gramatical acarreta em um borramento da relação entre os princípios conversacionais racionais e a geração de implicaturas escalares (p. 186). Desse modo, o autor procura defender “*a 'globalist' approach to scalar implicatures, in the sense that it relies on the natural hypothesis that pragmatic processes operate at least at the sentential level*” (p. 186).

O artigo se concentra em exemplos de disjunção múltipla (A ou B ou C), considerando a proposta de Sauerland (2004), que consiste em dois passos fundamentais: expandir o conjunto de alternativas de uma dada sentença e alterar as regras de geração de inferências. Sauerland propõe que as implicaturas sejam computadas em dois passos: um primeiro momento, em que as implicaturas *primárias* seriam calculadas; e um segundo, em que as consequências lógicas do conteúdo seriam plenamente apreciadas e as implicaturas fortalecidas. As primeiras seriam implicaturas do tipo “o falante não possui a crença de que...”. Seguindo a máxima da quantidade, para qualquer sentença S' que acarrete assimetricamente S, a afirmação de S implica que o falante não acredita que S' (*i.e.* sendo S' uma sentença mais informativa, não é o caso que o falante acredite que S', do contrário o teria dito). A diferença aqui é que a afirmação de S não implica a negação de S', mas apenas que o falante não acredita que S' seja o caso (p. 383). Sauerland considera que o conjunto de alternativas escalares de uma sentença como (A ou B) ou C deva ser constituído não só pelas alternativas contendo a conjunção, mas também pelas sentenças isoladas, da seguinte forma:

⁹² Cf. a afirmação da p. 38, citada na p. 112 (“*the claim that implicatures are extragrammatical is probably wrong*”), acima, ou a afirmação à página 35, onde o autor afirma que as implicaturas “*are assigned by the computational system (or by a computational system parallel to and accessible from that of core grammar)*”.

{A, B, C, (A ou B), (A ou C), (B ou C), (A e B), (A e C), (B e C), (A e B) ou C, (A ou B) e C, (A e B) e C, (A ou B) ou C}

Desse conjunto e da regra de inferência primária, segue-se que o falante não acredita que A, nem B, nem C, e também não acredita que A ou B (já que qualquer dessas alternativas acarretaria (A ou B) ou C), escritas $\neg KA$, $\neg KB$, $\neg KC$, $\neg K(A \text{ or } B)$, etc.,⁹³ seguindo a notação da lógica epistêmica. Assim, se o falante não acredita que A ou B, mas acredita que (A ou B) ou C, segue-se que ele não pode saber que C é falso. Se ele acreditasse que C é falso e que (A ou B) ou C é verdadeiro, ele teria que acreditar que A ou B, o que contradiz $\neg K(A \text{ or } B)$. O resultado é que o falante deve estar incerto a respeito da verdade de cada um dos disjuntos. O segundo passo inferencial consistiria em passar da crença de que $\neg Kf$ para $K\neg f$. Essa regra seria formulada da seguinte maneira:

Se $\neg Kf$ é uma implicatura primária e $\neg K\neg f$ não tiver sido derivada como implicatura primária, nem como consequência lógica das implicaturas primárias, então infira o seguinte: $K\neg f$

Assim, chegaríamos à interpretação desejada de (A ou B) ou C derivando primeiro $\neg K(A \text{ e } B)$, $\neg K(A \text{ e } C)$, $\neg K(B \text{ e } C)$ e, então, através da segunda regra inferencial, derivando $K\neg(A \text{ e } B)$, $K\neg(A \text{ e } C)$ e $K\neg(B \text{ e } C)$ – (Sauerland, 2004, p. 384-385).

Spector (2007) nota, contudo, que o modo como Sauerland chega ao conjunto de alternativas desejado é completamente *ad hoc*.⁹⁴ Ele então procura adaptar a forma de estabelecer o conjunto de alternativas através da noção de pergunta-em-discussão (*question under discussion*), e estendendo o uso do operador de exaustificação, proposto por Groenendijk & Stokhof (1984),⁹⁵ para

93 K é o operador epistêmico para certeza (de *know*), sendo que $K\phi$ significaria que o falante tem certeza de que ϕ (cf. Sauerland, 2004, p. 383).

94 Um problema notado pelo próprio Sauerland é o de que, se A e B é uma alternativa escalar a A (e vice-versa), então a conjunção de A com qualquer sentença também o seria (e.g. A e o céu é azul). Assim, afirmar A implicaria que o falante considera que o céu é azul é falso, que claramente é um resultado indesejado. Como saída, o autor introduz dois conectores binários, Cl e Cr , sendo que $A Cl B$ seria equivalente a A , e $A Cr B$ seria equivalente a B , a fim de remover A e B do conjunto de alternativas escalares. Assim, ao invés de incluir A e B no conjunto de alternativas, os itens inclusos seriam $A Cl B$ e $A Cr B$. O próprio Sauerland reconhece que o recurso é meramente um truque formal, já que os conectores não seriam pronunciados em nenhuma língua, mas espera que “*future research will show that the apparent clumsiness here is due to my technical execution, not the idea*”(p. 382). Uma alternativa, que Sauerland não parece considerar e que talvez pudesse ajudar a contornar o problema, seria fazer uso da noção de relevância para determinar as escalas. Nesse caso, afirmar A apenas negaria alternativas mais fortes que tivessem alguma saliência contextual, por exemplo (uma ideia que precisaria ser verificada e amadurecida, é certo).

95 “*The exhaustivity operator (Groenendijk & Stokhof 1984) operates on answers of the form 'GQ P', where GQ stands for a generalized quantifier and P for a predicate. The question under discussion is understood as "for which*

o caso das implicaturas escalares.

No que diz respeito ao primeiro passo, Spector define o conjunto de alternativas de uma dada sentença como o conjunto de *respostas elementares* a uma dada pergunta-em-discussão. Uma resposta elementar a uma pergunta como *Quem veio?* Seria o conjunto de todas as proposições do tipo *x veio*, onde *x* varia em um domínio quantificacional contextualmente dado. Assim, a proposição *Pedro veio* seria uma alternativa a *João veio*, bem como *Pedro e João vieram* – gerando, assim, as alternativas necessárias para implementar a solução de Sauerland sem, contudo, recorrer a qualquer estipulação (p. 188). Essa definição também é o pilar da implementação da solução de Spector através da noção de exaustificação: se o falante afirma que *Pedro veio*, para qualquer indivíduo *c* no domínio quantificacional diferente de Pedro, a afirmação da sentença implica que o falante acredita que *c veio* é falsa, através do raciocínio em duas fases apresentado acima (p. 188).

Para Spector, o mecanismo da exaustificação se segue de um raciocínio essencialmente griceano, que substituiria, inclusive, as regras de derivação de Sauerland:

The Gricean reasoning is based on the idea that α (the proposition given as an answer) must be compared to a certain set of alternative propositions which the speaker could have chosen instead of α . This alternative set, call it S, must contain α itself, and be such that all its members are relevant. The hearer's task when interpreting the speaker's utterance is to address the following question: given that the speaker has preferred α to all the other members of S, what does this entail regarding his information state i_0 ? First, the speaker must believe α to be true (Grice's maxim of quality), i.e. i_0 must entail α . Second, α must be optimal in the sense that there must be no more informative proposition in S entailed by the speaker's beliefs (Grice's maxim of quantity), i.e. there must be no proposition α' such that i_0 entails α' and α' asymmetrically entails α . (Spector, 2007, p. 190)

O artigo prossegue na empreitada de formalizar a definição de exaustificação, bem como tratar de potenciais problemas, mas, em essência, essa é a proposta de Spector. O autor também aponta que, embora não tenha tratado de todos os casos levantados em Chierchia (2004), sua proposta também seria capaz de dar conta de alguns deles (como o caso do *fortalecimento condicional* – *if A, then B* para *B if and only if A*).

O trabalho de Spector (assim como o de Sauerland, em que o primeiro se baseia) é um dos primeiros a aceitar o desafio de Chierchia e procurar demonstrar que os supostos problemas

objects is P true of these objects?" (Spector, 2005, p. 188). O operador de exaustificação, nesse sentido, forneceria o conjunto completo de respostas à pergunta em discussão, e teria uma semântica semelhante ao termo *only* (Groenendijk & Stokhof, 1984, p. 295).

enfrentados por uma perspectiva globalista/griceana podem perfeitamente ser contornados. Como apontamos anteriormente, contudo, Spector muda sua postura, passando a defender uma perspectiva gramaticalista. Fox (2006), por sua vez, defende uma espécie de versão gramaticalista da proposta de Spector (embora tenha sido concebida de modo independente – suas semelhanças provavelmente tendo origem no que ambos emprestam do trabalho de Sauerland). Fox desenvolve sua proposta tendo em vista especificamente o fenômeno da *escolha livre* (*free choice*), considerando que ele deve ser tratado em termos de uma teoria das implicaturas escalares. Como consequência, o autor leva em consideração também os problemas levantadas contra proposições neo-griceanas (incluindo os levantados por Chierchia), para concluir igualmente que o modelo neo-griceano não é capaz de lidar de modo adequado com a derivação de efeitos de escolha livre e, portanto, deveria ser abandonado em favor de um modelo que derive implicaturas escalares pela via gramatical. Um exemplo de escolha livre seria o seguinte:

37) *You are allowed to eat the ice cream or the cake.*

Fox nota que, no sistema de Sauerland, para gerar a implicatura relevante (*um ou outro, mas não ambos*) o processo de derivação em duas etapas deveria gerar uma implicatura de que o falante não sabe qual dos dois disjuntos é verdadeiro, o que claramente contraria a intuição (p. 21-22). Além disso, a proposta seria incapaz de derivar a interpretação *you are allowed to eat the cake AND you are allowed to eat the ice cream*, que fundamentalmente é o que está em jogo. Fox menciona em alguns momentos a proposta de Spector, mas não chega a discuti-la em detalhes. Uma vez que a proposta de Fox se fundamenta basicamente na introdução de um operador de exaustificação, de modo bastante similar à de Spector, a possibilidade de derivar efeitos de escolha livre pragmaticamente através do operador permanece sem ser discutida.⁹⁶ A solução adotada no artigo para gerar efeitos de escolha livre é a aplicação recursiva de um operador de exaustificação, modificado para ter uma semântica mais parecida com a do operador *only*. Essa será a solução adotada na versão de Chierchia, Fox & Spector (2012) da teoria. Basicamente, o operador de exaustificação *O* implicaria a negação de todas as alternativas escalares mais fortes que a sentença enunciada (*i.e.* assimetricamente acarretadas) – (p. 2300). Ou, de modo mais formal:

$$\|O_{ALT}(S)\|_w = 1 \text{ iff } \|S\|_w = 1 \wedge \forall \varphi \in ALT (\varphi(w) = 1 \rightarrow \|S\| \subseteq \varphi)$$

⁹⁶ Essa opção, ao menos na forma como é proposta, esbarraria em algumas dificuldades, já que a solução de Fox envolve a aplicação recursiva do operador, além de ele também considerar a possibilidade de que ele seja introduzido em diferentes escopos, o que seria um problema para uma solução globalista.

Ou seja, a exaustificação de S relativa a um dado conjunto de alternativas ALT é verdadeira sse S for verdadeira e qualquer sentença ϕ verdadeira pertencente a ALT é acarretada por S (*i.e.* qualquer sentença que não for acarretada deve ser falsa). Essa versão do operador será refinada para receber a mesma formulação que o refinamento proposto por Fox (2006).⁹⁷ A semântica do operador seria, *grosso modo*, a mesma de *only*, e a geração de implicaturas escalares dar-se-ia através da inserção de uma versão do operador não realizada foneticamente.

3.2.2.1. *Scalar Implicatures as a Grammatical Phenomenon*

A argumentação do artigo de 2012⁹⁸ é mais forte no que diz respeito às consequências da divisão de trabalho entre semântica e pragmática do que na versão de 2004 do trabalho de Chierchia (embora sejam basicamente as mesmas do trabalho de Fox (2006) – desnecessário dizer, elas são consideravelmente mais fortes do que no trabalho de Spector (2007) já que a proposta apresentada era mais conservadora no que diz respeito a esse ponto). De acordo com os autores,

[na visão griceana] pragmatics takes place at the level of complete utterances and pragmatic enrichments are a root phenomenon (something that happens globally to sentences) rather than a compositional one. But if SIs can be systematically generated in embedded contexts, something in this view has got to go. Minimally, one is forced to conclude that SIs are computed compositionally on a par with other aspects of sentence meaning. But more radical task reallocations are also conceivable. While we may not be able to reach firm conclusions on this score, we think it is important to arrive at a consensus on what are the factual generalizations at stake, how they can be established, and what range of consequences they may have. (Chierchia, Fox & Spector, 2012, p. 2298-2299)

Portanto, assim como Chierchia (2004), o artigo procura estabelecer como “conclusão mínima” a necessidade de um processamento das implicaturas em *tandem* com o processamento gramatical. Os autores, contudo, procuram defender um posicionamento mais radical:

97 A formulação de Fox não é apresentada no artigo de 2012, que apenas remete o leitor ao texto citado. Assim como os autores, também considerarei aqui que os detalhes técnicos da proposta de Fox são menos interessantes para nossos propósitos atuais, remetendo o leitor interessado ao artigo original.

98 O artigo foi publicado em versão *online* com o título de *The grammatical view of scalar implicatures and the relationship between semantics and pragmatics*, em 2009, e republicado em 2012 sob o título *Scalar Implicatures as a Grammatical Phenomenon*. O artigo de 2012 apresenta algumas omissões, sendo ligeiramente mais curto, mas ambos são, salvo melhor juízo, basicamente o mesmo artigo.

The semantics/pragmatics divide can usefully be lined up with compositional vs. post compositional interpretive processes. In the compositional part, basic meanings are assigned to lexical entries, which are then composed bottom up using a restricted range of semantic operations on the basis of how lexical entries are put together into phrases.

[...]

Such [pragmatic] processes are arguably postcompositional, in the sense that they presuppose a grasp of sentence meaning, plus an understanding of the speaker's intentions, etc. We have no doubt that such processes exist (and, thus, that aspects of the Gricean picture are sound and effective). The question is whether SIs are phenomena of the latter postcompositional sort or are UG driven (...). (p. 2298-2299)

O próprio operador O, utilizado basicamente como sinônimo de *only*, é também evidentemente um mecanismo gramatical de lidar com a questão das implicaturas escalares (p. 2303-2305, especificamente, e ao longo do artigo, de modo geral) – como também evidencia, aliás, o próprio título do artigo.⁹⁹

A argumentação para justificar o tratamento via operador segue uma lógica semelhante a de Chierchia (2004) e Fox (2007): há uma série de dados de que uma abordagem (neo)griceana não seria capaz de dar conta, ao passo que a análise proposta apresentaria os resultados desejados. Alguns dos referidos dados já nos são familiares, como é o caso das implicaturas encaixadas e dos itens de polaridade negativa. O artigo também trata dos efeitos de escolha livre e dos interventores, que foram aqui citados, embora não tenham sido discutidos. Além destes, os autores também incluem a *restrição de Hurford (Hurford's constraint)*, *implicaturas obrigatórias* e *encapsulamento*

99 Além disso, as escalas propriamente ditas deveriam ser necessariamente controladas por restrições gramaticais (lexicalmente, à la Horn, por exemplo), dizem os autores. O argumento central feito nesse sentido, contudo, parece não se sustentar. O argumento possui a seguinte forma: para constituir uma alternativa a uma dada sentença, um competidor precisa ser relevante. Seguindo algumas das propostas mais influentes de definição de relevância (Carnap, 1950; Groenendijk & Stokhof, 1984; 1990), a propriedade relevância deve ser fechada sob negação – se uma proposição ϕ é relevante, então também $\neg \phi$ deve sê-lo. Uma vez inserida como alternativa à sentença proferida, sua negação se torna problemática. Uma sentença como *Joe or Bill will show up* teria como alternativa tanto que Joe e Bill virão, quanto a afirmação contrária, de que é falso que Joe e Bill virão. Como essa última sentença não é acarretada pela sentença, ela receberia a interpretação de que o falante não acredita ser esse o caso ($B \neg(\neg \text{show up}(j) \vee \text{show up}(b))$). Essa interpretação não pode receber o passo epistêmico ($\neg B \phi \rightarrow B \neg \phi$), já que entraria em contradição com a implicatura $\neg B(\text{show up}(j) \wedge \text{show up}(b))$, resultando, portanto, na falha de modelos sem restrições lexicais na geração das implicaturas em questão (a descrição feita por Chierchia, Fox & Spector utiliza o operador epistêmico B, para *believe*, ao invés do operador K).

Contudo, embora a assunção de que a propriedade relevância é fechada sob negação pareça razoável, talvez ela de fato não se sustente. As condições de relevância de uma sentença como *o professor veio hoje* são claramente diferentes das condições de relevância de sua negação. Dita a respeito de um professor que nunca falta, a sentença claramente não é relevante (salvo em algum contexto específico), embora sua negação seja (de modo inversamente proporcional) relevante, e vice e versa no caso de um professor conhecido por faltar quase sempre.

como parte do conjunto de fenômenos que favoreceria uma abordagem gramatical.

Deverei me abster de discutir os casos de escolha livre e dos interventores, a fim de não alongar demais nossa discussão. Sobre as implicaturas encaixadas, há um espaço razoável dedicado aos contextos de acarretamento para baixo (*downward entailing*), de maneira similar ao artigo de Chierchia (2004). Cito abaixo alguns exemplos utilizados pelos autores:

38) *Joe didn't see Mary or Sue; he saw both.*

39) *It is not just that you can write a reply. You must.*

40) *I don't expect that some students will do well, I expect that all students will.*

(p. 2305)

Como notam Chierchia, Fox & Spector, uma parte considerável de seus exemplos (incluindo todos os acima) parecem constituir casos de *negação metalinguística* – i.e. a objeção que segue cada um dos exemplos não seria uma objeção à veracidade ou não da sentença, mas sim da escolha de palavras pouco exatas, por assim dizer. No entanto, alguns exemplos não apresentariam negação metalinguística:

41) *If you take salad or dessert, you pay \$ 20; but if you take both there is a surcharge.*

42) *If most of the students do well, I am happy; if all of them do well, I am even happier*

43) *If you can fire Joe, it is your call; but if you must, then there is no choice.*

44) *Every professor who fails most of the students will receive no raise; every professor who fails all of the students will be fired.*

(p. 2306-2307)

Alguns dos exemplos, contudo (em especial 42) e 43), acima), ainda mantém um aspecto de negação metalinguística. Também não me parece claro em que medida não é a intrusão de nosso conhecimento de mundo que bloqueia a geração de implicaturas como em 41), já que teríamos a expectativa de que quanto maior o consumo, maior o preço pago.

3.2.2.1.1 Hurford's constraint

Hurford (1974 *apud* Chierchia, Fox & Spector, 2012, p. 2309) nota que as seguintes sentenças são infelizes:

- 45) # *Mary saw a dog or an animal.*
 46) # *Mary saw an animal or a dog.*
 47) # *Every girl who saw an animal or a dog talked to Jack.*

O que parece estar em jogo é que a disjunção entre um termo mais geral e um termo mais específico (acarretado pelo primeiro) gera a infelicidade da sentença. Essa observação levou-o a formular a seguinte generalização:

Hurford's constraint (HC): A sentence that contains a disjunctive phrase of the form *S or S'* is infelicitous if *S* entails *S'* or *S'* entails *S*.

(Hurford, 1974 *apud* Chierchia, Fox & Spector, 2012, p. 2309)

Contudo, Chierchia, Fox & Spector apresentam o seguinte contraexemplo:

- 48) *Mary solved the first problem or the second problem or all of the problems.*

Em sua interpretação inclusiva, 48) claramente violaria HC (p. 2309), já que *all of the problems* acarretaria os dois primeiros disjuntos – embora seja perfeitamente feliz, contrariando, portanto, a restrição. Como forma de contornar o problema, Gazdar (1979 *apud* Chierchia, Fox & Spector, 2012) acrescenta uma ressalva à generalização de Hurford:

Gazdar's generalization: A sentence containing a disjunctive phrase *S or S'* is infelicitous if *S* entails *S'* or if *S'* entails *S*, unless *S'* contradicts the conjunction of *S* and the implicatures of *S*.

Essa generalização poderia ser interpretada como um mecanismo de cancelamento de implicatura, no sentido de que o segundo disjuncto é utilizado para cancelar a implicatura do primeiro (p. 2310). Para os autores, no entanto, a generalização de Hurford estaria correta, e a felicidade de casos como 48) se deve à presença do operador *O* no primeiro disjuncto, o que geraria a seguinte interpretação:

- 48') *O(Mary solved the first problem or the second problem) or Mary solved all of the*

problems.

Em que a interpretação da primeira parte do disjuncto envolveria a interpretação exaustificada de *o primeiro ou o segundo* (i.e. *apenas* o primeiro ou o segundo, e mais nenhum outro). Nesse sentido *todos os problemas* não acarretaria *apenas o primeiro ou o segundo e mais nenhum*, respeitando, portanto, a restrição de Hurford. Essa abordagem teria a vantagem de, ao contrário de HC, prever qual o tipo de interpretação deve ser gerado. Uma vez que essa seria a única interpretação possível, esse seria um ponto a favor da teoria. Essa sentença seria falsa se, digamos, Mary tivesse resolvido os dois primeiros problemas e um terceiro, mas não todos.

3.2.2.1.2. Implicaturas obrigatórias

Como apontam Chierchia, Fox & Spector, o caráter opcional das implicaturas escalares se segue de duas assunções contingentes: a de que o falante possui uma opinião sobre alternativas mais fortes e a de que elas são contextualmente relevantes (p. 2317).¹⁰⁰ No caso da proposta gramaticalista apresentada, uma forma de capturar a opcionalidade seria em termos da não obrigatoriedade da presença do operador *O*, sendo, na verdade, uma questão de ambiguidade entre uma interpretação com ou sem ele. Contudo, há uma alternativa, defendida no artigo: a de que a ativação das alternativas escalares seria opcional, mas que, uma vez ativadas, a geração de implicaturas seria obrigatória. Sob essa implementação, a existência de implicaturas não-opcionais, defendida pelos autores, resultaria num argumento robusto em favor da perspectiva advogada.¹⁰¹

O argumento se baseia num exemplo da morfologia de plural. Considere-se as seguintes sentenças:

49) #*John read (some) books; (in fact) he (might have) read exactly one book.*

50) *I don't think that John read (some) books.*

Seguindo a proposta de Spector (2007b, *apud* Chierchia, Fox & Spector, 2012), os autores consideram que o significado da morfologia de plural deve partir de uma semântica de *pelo menos um* para ser pragmaticamente enriquecido para a leitura plural. Assumindo também que a

¹⁰⁰E a de que os falantes são cooperativos, eu acrescentaria.

¹⁰¹Não fica completamente claro, contudo, em que medida a ativação das escalas seria contextualmente dependente (e opcional e heurística, talvez fosse apropriado dizer), o que enfraqueceria bastante a alegação. No entanto, como veremos, os exemplos dados apontam para a obrigatoriedade da ativação de escalas, condicionada pelo sistema gramatical (morfológico, no caso).

morfologia plural torna obrigatória a inserção de um operador *O* em uma posição sintática que comande *pl*, teríamos a seguinte previsão: em contextos não-encaixados, *O* só poderia ser inserido imediatamente acima do morfema plural, gerando uma leitura de *pelo menos dois*; por outro lado, no escopo de um operador DE (*downward entailing*), haveria mais opções – em particular, o operador poderia ser posicionado no nível mais alto, acima do operador DE, não gerando nenhuma implicatura. Isso acarretaria na previsão de que a leitura *pelo menos dois* poderia desaparecer em ambientes de acarretamento para baixo, mas seria obrigatória em ambientes de acarretamento para cima (p. 2317-2318). Um exemplo desse efeito seria a obrigatoriedade da leitura em sentenças como 51), abaixo:

51) *Jack may have read one book; but I don't think he has read books.*

De acordo com os autores, essa obrigatoriedade não poderia ser formulada em termos neo-griceanos, nem seria compatível com suas assunções teóricas.¹⁰²

3.2.2.1.3. Encapsulamento

O artigo apresenta os exemplos de casos de estranheza como argumento de que o módulo que gera implicaturas escalares seria “cego” ao conhecimento de mundo. Considere-se os seguintes exemplos de efeitos de estranheza :

52) *John has an even number of children. #More specifically, he has 3 (children).*

53) A: *Do you know how many children John has?*

B: *Yes, he has 4 children. #In fact, he has 5.*

54) *Every student, including Jack, solved either none of the problems or all of the problems. #Jack solved some of the problems.*

Embora a primeira sentença de cada um dos exemplos seja compatível semanticamente com suas respectivas continuações (assumindo uma leitura de *pelos menos x* para numerais para os dois primeiros casos), esses exemplos geram uma sensação de contradição. Mais especificamente, a informação em 52) seria, a princípio, exatamente a mesma de 52'), abaixo:

¹⁰²Note-se, contudo, que, incidentalmente ou não, o exemplo dado pode ser interpretado como um caso de negação metalinguística.

52') *John has 4 (children).*

A despeito disso, 52) gera um forte sentimento de contradição. De acordo com os autores, os modelos griceanos disponíveis também seriam incapazes de dar conta da aparente contraditoriedade de 52), contudo. Por outro lado, a proposta gramaticalista explicaria de maneira bastante direta a estranheza gerada se considerarmos que há uma implicatura obrigatória sendo gerada nesse caso. Uma vez que não é possível se livrar dela, a continuação em ambos os casos contradiria o que é dito na primeira sentença. Se a implicatura não fosse obrigatória, 53), por exemplo, deveria apenas resultar no cancelamento da implicatura de *exatamente 4*. Dentro da perspectiva advogada, essas sentenças ativariam as escalas relevantes, disparando o processamento “cego” das implicaturas, a despeito da informação contextual ser incompatível com a sua geração.

Os autores prosseguem, apresentando restrições para a aplicação do operador *O*, que favoreceriam interpretações mais fortes (*i.e.* no caso de ambiguidades potenciais, o operador seria aplicado sempre que gerasse uma interpretação mais forte do que a opção sem o operador). Eles demonstram estar cientes das possíveis objeções em relação ao custo de processamento de uma tal proposta (já que isso envolveria considerar interpretações diferentes para cada local possível onde *O* pudesse ser inserido), procurando contornar as dificuldades decorrentes (p. 2326-2327). Finalmente, os autores concluem o artigo com os comentários abaixo, que reproduzem toda a seção de conclusão dos autores:

In this paper we tried to show that SIs can occur in all sorts of embedded context. If this attempt has been successful, we think it calls for a reassessment of the semantics/pragmatics interface. In order to establish our point, we have adopted the view that implicatures arise through a silent exhaustification operator, akin to *only*, which acts on scalar alternatives. While this has not been a crucial ingredient of what we've done (one can imagine alternative ways of stating the point about embedding), we think that the idea – while leaving many open issues – has significant benefits: in many cases (involving Hurford's Constraint, iterated applications of *O*, etc.) it makes just the right predictions and no viable alternative seems to be in sight.

The grammatical view of SIs retains the most beautiful feature of the Gricean insight: the sensitivity of SIs to embeddings within polarity affecting contexts. And, through the link to alternative sensitive operators, creates a powerful bridge to a host of like phenomena occurring in very diverse corners of grammars (from the analysis of plurals, through free choice, to intervention and the like). Within the

limits of the present paper, these remain largely promissory notes. But we hope that we were able to lay out the strategy that needs to be pursued in a fairly clear manner. Finally, we hope that it will be possible to begin to reap the benefits of the entrance of SIs (and of, possibly, implicatures of other sorts) into the computational system of grammar. (p. 2327-2328)

3.2.3. Avaliação crítica da proposta gramatical

A dimensão da controvérsia acerca da proposta gramaticalista é bastante ampla, e não pretendo clamar conhecimento de toda ela. Além dos artigos de Sauerland (2004), Spector (2007) e Russel (2006) já citados, Potts (2013) – outro trabalho que aborda a controvérsia – lista uma série de artigos que procuraram escrutinar a questão: Geurts & Pouscoulous (2009) apresentam evidência experimental de que implicaturas encaixadas raramente estão disponíveis, mesmo em situações que as favoreceriam; Ippolito (2010) oferece argumentos adicionais aos primeiros; Clifton & Dube (2010) afirmam que os métodos de Geurts & Pouscoulous (2009) enviesam os dados contra implicaturas encaixadas; Sauerland (2010) assume que o fenômeno das implicaturas encaixadas é real, mas que a proposta de Chierchia, Fox & Spector (2012) não prediz uma preferência por elas; Chemla & Spector (2011) apresentam evidência favorável à visão gramatical, considerada por Potts como “assustadora” (*daunting*) para os defensores da perspectiva griceana (p. 27).¹⁰³

Greenhall (2008) procura demonstrar que a relação entre a geração de implicaturas escalares e o licenciamento de itens de polaridade negativa não é tão estreita quanto argumenta Chierchia (2004). No caso das modalidades de permissão, que, de acordo com Chierchia, seriam contextos em que tanto *any* seria licenciado quanto em que as implicaturas seriam suspensas, seria possível, por um lado, derivar o cancelamento das implicaturas através de um raciocínio puramente griceano e, por outro, as implicaturas ressurgiriam se as assunções contextuais relevantes fossem abandonadas. Considere-se os exemplos abaixo:

- 55) *John may bring anyone to the party.*
(**John brought anyone to the party.*)
- 56) *John is permitted to smoke or drink.*
#=> *John is not permitted to smoke and drink.*

¹⁰³Essa lista é apresentada por Potts (p. 27 *op. Cit.*) e também em um *hand-out* de 2012, que sumariza os resultados e métodos de cada artigo (disponível em <http://stanford.edu/class/linguist236/implicature/materials/ling236-handout-04-23-embedded-experiments.pdf>)

57) *John may smoke or drink.*

#=> *John may not smoke and drink.*

(p. 377)

Como argumenta Greenhall, embora 56) e 57) sejam

typically interpreted without the indicated implicatures, there is a pragmatic explanation for the lack of implicature. Whilst the speaker of (5b[56]) or (5c[57]) has not told the hearer explicitly whether or not John is allowed to smoke and drink, in most scenarios, it is assumed that if he can do either then he can do both.
(p. 377)

De fato, argumenta o autor, em situações em que essa assunção seria abandonada, as implicaturas escalares voltariam a estar presentes, como demonstra 58), abaixo (dita por um pai a uma filha, antes de uma festa de aniversário):

58) *You may eat some of the biscuits.*

=> *You may not eat all of the biscuits.*

(p. 238)

Greenhall também aponta que a proposta de Chierchia faz previsões incorretas em exemplos como 59), abaixo:

59) *Everyone was a linguist or a philosopher.*

a. *Not everyone was a linguist and a philosopher.*

b. *Not everyone was a linguist.*

c. *Not everyone was a philosopher.*

De acordo com ele, o modelo de Chierchia prevê a implicatura em a., mas é incapaz de gerar as implicaturas em b. e c. Numa abordagem pragmática, as implicaturas seriam naturalmente derivadas contanto que *everyone was a linguist* e *everyone was a philosopher* fossem alternativas relevantes (como argumenta Sauerland, 2004, em exemplos semelhantes).

É o trabalho de Benjamin Russel (2006), contudo, que coloca de modo absolutamente preciso os termos em que a questão deve ser avaliada. Em primeiro lugar, Russel ressalta o papel

central da cooperação no modelo griceano:

The key to the reasoning [...] to Gricean pragmatics generally, is cooperation: it is cooperative to be informative, so scalar implicatures are the product of the distinctly extralinguistic behavior of agents working together towards a common goal. The idea that such inferences may be attributed to cooperation rather than grammar has been crucial for the development of modern semantic theory. Because the literal meaning of linguistic expressions need not provide a complete description of the understood message of utterances, the theory of grammar only needs to assume a bare-bones model-theoretic semantics that delivers literal meanings which may then be used by cooperative agents to convey more nuanced information. (2006, p. 1)

E é partindo dessa observação que Russel estabelece os termos da controvérsia:

Chierchia (2004) has proposed a particularly radical departure from the Gricean theory: scalar implicatures, he argues, are not the product of rational behavior between cooperative conversants [...], but rather are computed automatically in the grammar by means of special semantic composition rules and lexical scales. The main argument that has been made against a global, Gricean framework and in favor of a local, grammatical computation mechanism is an empirical one: that a Gricean theory does not generate the set of observed scalar implicatures. Because the Gricean theory follows, without significant further stipulations, from the uncontroversial assumption that speakers cooperate, nobody argues on a theoretical basis that a stipulated mechanism for grammatical implicature computation is superior to Gricean computation. (2006, p. 3)

De um ponto de vista teórico, portanto, a perspectiva gramaticalista parte de uma posição de desvantagem: uma vez que ela necessita exatamente do mesmo conjunto de máximas (ou ao menos de um conjunto extremamente semelhante – ou, para colocar em outros termos, necessita virtualmente dos mesmos mecanismos pragmáticos de qualquer teoria), sua única aposta é ser capaz de oferecer uma cobertura empírica superior aos paradigmas globalistas. Como vimos, a teoria não pode prescindir nem mesmo da máxima da quantidade, uma vez que ela é necessária para gerar as implicaturas de ignorância. Potts (embora assuma uma postura mais conciliadora do que a de Russel) faz um argumento relacionado, embora significativamente diferente: mesmo se considerarmos o mecanismo gramatical proposto, ainda assim a proposta gramaticalista não é tão

gramaticalista quanto se pretende – ao fim e ao cabo, mesmo se o responsável pela geração das implicaturas escalares for um operador gramatical como *O*, ainda assim seria necessária uma teoria pragmática para guiar o processo de escolha entre as diversas interpretações potenciais. Como aponta Potts,

Similarly, because the language permits silent, embedded *O* operators in many positions, the speaker's signal always underdetermines her intended message; a given surface form *U* might be consistent with logical forms that convey implicatures and those that don't. The speaker must therefore rely on the listener to select the right one. (...) From this perspective, implicature calculation amounts to reasoning about which logical form was intended. (2013, p. 19-20)

Desse modo, ao fim e ao cabo, a interpretação na perspectiva gramaticalista também necessitaria de um raciocínio griceano (ou similar) que apenas substituiria a comparação entre sentenças pela comparação entre diferentes formas lógicas, dadas pela ambiguidade da posição ou ausência do operador.

Não é à toa, portanto, que a discussão até aqui tenha se colocado essencialmente em termos empíricos. Assim, tanto Potts quanto Russel procurarão ou apresentar formas de chegar aos mesmos resultados que a abordagem gramaticalista, ou procurarão questionar as generalizações empíricas assumidas.¹⁰⁴

Potts argumenta que a cancelabilidade não é uma consequência necessária da proposta de Grice (embora a típica vagueza das definições griceanas torne difícil afirmá-lo categoricamente – uma vagueza que, afirma Potts, “pode ser enlouquecedora” – p. 3), e que a não cancelabilidade pode ser gerada através de outros meios, inclusive partindo apenas da dinâmica contextual e interacional.¹⁰⁵ Aqui parece-me também que os dados não são tão sólidos quanto Chierchia, Fox & Spector gostariam, já que a argumentação se baseia fundamentalmente na assunção de que a exigência de que a morfologia de plural implique mais de um indivíduo deva ser pragmática, o que

104Trataremos brevemente das propostas positivas de Russel, que se enquadram num paradigma fortemente griceano.

Potts, por outro lado, defende uma abordagem calcada na Teoria dos Jogos para derivar as implicaturas escalares em disputa. Evitarei, contudo, expor a proposta (embora ela seja elaborada em termos que a essa altura já nos são familiares), uma vez que não é do interesse central deste capítulo julgar a adequação de outras propostas possíveis. Vale ressaltar, contudo, que as críticas gramaticalistas concentram-se demasiadamente nas propostas (neo-)griceanas, o que limita o alcance de suas alegações, que se pretendem dirigidas a abordagens globalistas de modo geral.

Além disso, é interessante ressaltar também que o artigo de Potts assume um tom bastante conciliador, afirmando que as duas posições do debate são antes complementares do que opostas (p. 1, 32), ainda que, como nota o próprio autor, boa parte do texto seja constituído de contraexemplos ao modelo Chierchia, Fox & Spector.

105O autor remete aos trabalhos de Eckardt (2007) e Lauer (2013) para as propostas relevantes.

está longe de ser ponto pacífico.¹⁰⁶ Restam ainda nesse âmbito, contudo, os exemplos discutidos sob o termo *encapsulamento* – também um argumento que se fundamenta na não cancelabilidade –, acima (item 3.2.2.1.3), de que trataremos adiante.

O argumento mais interessante de Potts, contudo, diz respeito ao caso da Restrição de Hurford. De acordo com ele, a generalização simplesmente não existe (p. 25).¹⁰⁷ Embora os exemplos citados por Chierchia, Fox & Spector tenham um apelo aparente, Potts afirma que construções do tipo restrito por Hurford são amplamente encontradas no dia a dia e que, portanto, HC não encontra sustentação empírica. Exemplos de sentenças perfeitamente felizes, mas que violam HC seriam os seguintes:

60) *Stop discrimination of an **applicant or person** due to their tattoos.*

61) *Promptly report any **accident or occurrence**.*

62) *The anchor will lie on the bottom and the **canoe or boat** will be held by the stream's current.*

63) *I believe that music can **change or affect** your emotions.*

64) *“As an **actor or performer**, you are always worried about what the next job's going to be,” Hensley says.*

65) *Many state arbitration statutes contemplate motions to **correct or modify** being made to the tribunal directly.*

66) *James Clifford (1992, 1997) is the writer most associated with making the connection between culture and **travel or movement**.*

67) *Being a **captain or officer** is a privilege, and with that privilege comes great responsibility.*

(2013, p. 25)

Potts aponta que o uso desse tipo de disjunção parece envolver vários fatores que se centram no desejo do falante de destacar um subtipo (p. 25). O autor também afirma ter levado a cabo um breve levantamento de dados, em que encontrou 161 casos de violações de HC,¹⁰⁸ o que demonstraria que tais casos não são exatamente raros. Apesar disso, parece claro que os exemplos citados são perfeitamente felizes.

106 Ver Farkas & Stewart (2010), para uma proposta interessante que procura manter a exigência semântica de que o plural se refira ao domínio das somas, e não dos indivíduos (seguindo uma implementação do plural em termos de reticulados, como a de Link, 1983).

107 “I conclude that HC [Hurford's Constraint] does not exist and hence cannot furnish an argument for embedded implicatures” (p. 25).

108 Os resultados estão disponíveis aqui:

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1KIsKwcdLwttes6kBkTWhghBG9fMu7owfo5pfdD7uA8g/edit#gid=0>

Russel (2006), por sua vez, procede a uma refutação bastante completa e sistemática dos dados e argumentos de Chierchia (2004), demonstrando ser possível derivar griceamente virtualmente todos os resultados derivados por ele. No caso das implicaturas encaixadas, por exemplo, Russel argumenta que é possível derivar as implicaturas relevantes de modo bastante direto (p. 3). Considere-se 68), abaixo:

- 68) *George believes some of his advisors are crooks.*
a. => George believes not all of his advisors are crooks.
b. => It is not the case that George believes all his advisors are crooks.

Como vimos, Chierchia (2004) argumenta que abordagens globalistas são apenas capazes de derivar implicaturas do tipo de b., mas não de a. Como já é familiar da argumentação de Spector (2007) e de Sauerland (2004), é possível derivar implicaturas como em a. assumindo que o falante possui uma opinião sobre a questão. Assim, se assumirmos que George tem uma opinião formada a respeito de seus assessores, a. se seguiria naturalmente de b. (passo epistêmico). De fato, em situações em que essa assunção fosse abandonada, nenhuma implicatura seria derivada, como atesta 69), abaixo:

- 69) *George has not yet formed an opinion about all of his advisors, but, at this point, he believes some of them are crooks.*

(p. 4)

Russel nota que elementos escalares encaixados sob verbos factivos apresentam um situação um pouco mais complexa, mas que, no fim das contas, uma teoria griceana apresenta as previsões corretas, ao passo que a proposta de Chierchia resulta em incorreções. Considere-se 70), abaixo:

- 70) *George knows some of his advisors are crooks.*

Essa sentença é acarretada pela alternativa *George knows all of his advisors are crooks.* Inserindo localmente a implicatura (ou o operador *O*, na versão de 2012 da teoria), a previsão é a de que primeiro a interpretação gerada seria *some of his advisors are crooks and not all of his advisors are crooks.* O predicado *know* por sua vez, contribuiria com o significado estabelecendo uma relação de crença com George e se tornaria conteúdo pressuposto, “*to be projected through the*

semantic composition by whatever means ordinary presuppositions project” (p. 4). Assim, a sentença em 70) teria como asserção *George believes some of his advisors are crooks* e teria como pressuposição *some of George's advisors are crooks and not all are*. Contudo, em contextos em que a “implicatura da pressuposição” não é satisfeita e, ainda assim, há geração de implicaturas escalares, apresentariam “um problema sério para essa análise” (p. 4), como dá testemunho 71), abaixo:

71) *The public has long been aware that every last one of George's advisors is a crook. And now (even) George knows that some of his advisors are crooks.*

Nesse caso, de acordo com o sistema de Chierchia, ou bem o significado escalar é reforçado e a implicatura é encontrada tanto no conteúdo asserido quanto no pressuposto, ou bem o não o é, e não é encontrado em nenhum deles. Isso parece ser verdadeiro também da versão com o operador *O*: inserir o operador no escopo de *know* teria o efeito de produzir a interpretação *George knows some but not all of his advisors are crooks*, que é forte demais. Inserir-lo em outros locais também não parece ajudar – *George (only) knows some of his advisors are crooks* geraria uma implicatura de que George não sabe de mais nada, o que certamente não está em questão. A ausência do operador, por outro lado, falharia em gerar o conteúdo asserido por completo.¹⁰⁹

Russel também argumenta exaustivamente contra a teoria dos interventores de Chierchia (a que os autores referem na proposta de 2012), procurando demonstrar que a proposta gera previsões que não se sustentam (p. 12-15). Finalmente, o autor também chama a atenção para o papel central de uma teoria da competição (entre alternativas) na questão das implicaturas escalares (p. 11): como é possível observar em sua proposta, bem como nas de Sauerland (2004) e Spector (2007), o tipo de implicatura passível de ser gerada em um modelo griceano depende fortemente do tipo de alternativas a serem consideradas.

3.2.4. (Não)Cooperação e implicaturas escalares

A despeito de o debate exposto centrar-se quase que completamente no aspecto empírico da questão, acredito que outra abordagem é não só possível, como também teoricamente produtiva.

¹⁰⁹Russel se esquivava da responsabilidade de apresentar um mecanismo que gere tais inferências, argumentando que elas seriam produzidas por um mecanismo diferente do responsável por gerar implicaturas escalares (p. 5). O autor apresenta, contudo, um esboço de explicação (p. 5-7) – que não parece de todo convincente, contudo, e, portanto, não abordaremos aqui. Contudo, as dificuldades apontadas por Russel parecem particularmente difíceis de serem superadas pela abordagem gramaticalista (ao menos sem estipulações adicionais).

Desse modo, procurarei me afastar um pouco da discussão dos dados (embora ela vá ser necessária eventualmente) para considerar outros aspectos da controvérsia.

Primeiramente, cumpre notar que a proposta gramaticalista adota uma proposta de divisão de trabalho entre semântica e pragmática que acaba se enquadrando no que se convencionou chamar de metáfora da “lata de lixo da pragmática” (Dascal, 2006, p. 30, Pires de Oliveira & Basso, 2007, p. 3).¹¹⁰ O exemplo clássico dessa abordagem é a afirmação de Gazdar de que “Pragmática = Significado menos Condições de Verdade” (1979, p. 2). Nessa perspectiva, pertence ao domínio da semântica tudo aquilo que pode ser por ela explicado, enquanto que à pragmática cabe o excedente – aquilo de que não se pode dar conta em termos semânticos. Em outras palavras, esse entendimento parte apenas de um *critério negativo* para delimitar os fenômenos pragmáticos, não possuindo nenhum critério positivo (Dascal, 2006, p. 6). Há uma clara desvantagem nesse procedimento: uma vez que a capacidade explicativa de uma teoria muda ao longo do tempo, a fronteira entre as duas áreas seria, ela também, variável e contingente – o que não parece uma maneira muito sistemática de abordar a questão.¹¹¹

Diversos são os trabalhos que se debruçam sobre o problema do estabelecimento dos limites entre as duas áreas, e este trabalho não tem qualquer pretensão de exaurir a extensa bibliografia sobre o tema. Remeto o leitor interessado às interessantes propostas de Dascal (2006), Recanati (2004), Ilari (2000) e Pires de Oliveira & Basso (2007), para citar algumas. Esses últimos apresentam uma discussão bastante interessante, procurando estabelecer a fronteira através de critérios descritivos, em oposição a um certo prescritivismo que tende a pairar sobre esse terreno.¹¹² De acordo com os autores, seria mais interessante pensar essa divisão em termos do tipo de explicações e conceitos que cada área mobiliza (p. 2). Em sua proposta, a distinção entre o semântico e o pragmático reside na natureza do tipo de fenômeno explicado: por um lado, a semântica deve se ocupar de fenômenos calculáveis (no sentido de que esse cálculo seria o resultado de deduções lógicas “duras”, um cálculo “que sempre vale” e não pode ser cancelado ou apagado – p. 3); por outro lado, à pragmática pertenceriam os casos que envolvem uma interpretação heurística, uma *aposta* em uma dada intencionalidade do falante (intencionalidade essa *atribuída*, e não *recuperada*, o que seria uma das causas do caráter falível da interpretação

110A metáfora teria sido apresentada primeiramente por Bar-Hillel (1971), que a usava para criticar as abordagens residuais, segundo as quais pertenceria ao domínio da pragmática tudo que é irregular e, portanto, não poderia ser explicado em termos semânticos ou sintáticos. Contudo, uma vez que houvesse explicações disponíveis dentro dessas duas últimas áreas, os fenômenos antes considerados pragmáticos poderiam ser “resgatados” da “lata de lixo” da pragmática (Basso & Pires de Oliveira, 2007, p. 3-4).

111Para uma crítica mais completa a esse tipo de modelo *residual*, remeto o leitor ao trabalho de Dascal (2006), bem como aos trabalhos de Ilari (2000) e Pires de Oliveira & Basso (2007).

112Pires de Oliveira & Basso criticam também a metáfora da “torta semiótica” (Levinson, 2000), que entende a divisão como convencional e arbitrária, portanto aberta a qualquer recorte, a depender “do gosto do freguês” (2007, p. 4).

pragmática – p. 25), bem como os que apresentam dependência contextual, além de serem passíveis de serem cancelados (sendo, portanto, não monotônicos). Embora individualmente esses três critérios não sejam capazes de singularizar os fenômenos pragmáticos, tomados em conjunto eles poderiam delimitar de modo adequado o tipo de objeto estudado pela área.

Já argumentei, em outro lugar (Fujihara, 2010), que há uma harmonia bastante atrativa no modo como os autores apresentam sua proposta. Os três fatores parecem intimamente entrelaçados: da dependência contextual, por exemplo, resultaria o caráter *aberto* da interpretação pragmática, já que não há limite para a quantidade de informação contextual relevante para um dado enunciado; o contexto também incluiria, necessariamente, a intencionalidade do falante, resultando, eventualmente, no caráter heurístico e falível que decorre do processo de atribuição de intenções, e daí a cancelabilidade ou seu caráter não-monotônico.

De modo curioso, Pires de Oliveira & Basso citam o caso das implicaturas escalares como um exemplo de compreensão residual da pragmática: uma vez que se possa explicar suas regularidades em termos das ferramentas semânticas, elas poderiam então ser “recuperadas” da lata de lixo da pragmática. Os autores observam, contudo, que, mesmo considerando as implicaturas escalares como previsíveis, diversos teóricos ainda assim não considerariam o fenômeno como pragmático. Curiosamente também, Chierchia (2004) figura como um desses teóricos.

Conforme apontado acima, as afirmações de Chierchia (2004) em relação à divisão de trabalho entre semântica e pragmática são, de fato, menos fortes. Contudo, parece haver um sentido em que Chierchia sugere que as implicaturas escalares deixem o âmbito da pragmática. Relembremos as citações apresentadas aqui (p. 111), repetidas abaixo para fins de conveniência:

it was thought early on that presuppositions constituted a purely pragmatic phenomenon, not amenable to a grammar driven compositional treatment (see, e.g., Kempson 1975). But eventually it turned out that such a compositional, grammar driven treatment is, in fact, the one that gets us the better understanding of the phenomenon. (Chierchia, 2004, p. 9)

The point is that, for independent reasons, the claim that implicatures are extragrammatical is probably wrong. Or rather, whether we like to think of them as extragrammatical or not, scalar implicatures are computed in parallel to the syntactic computation and (at appropriate stages) the results of the two computational processes are accessible to each other. (p. 38)

A primeira citação parece opor o processamento pragmático e o gramatical, tratando-os

como coisas distintas, ao passo que a segunda afirma que as implicaturas provavelmente não são extragramaticais. Note-se também que Chierchia sugere que as implicaturas escalares recebam um tratamento composicional, o que dificultaria seu entendimento como pragmático, inclusive nos termos de Pires de Oliveira & Basso.¹¹³

A posição gramaticalista, contudo, parece ser mais categórica em Chierchia, Fox & Spector (2012), e fica mais difícil interpretar o operador *O* como pragmático. Fox (2006) afirma explicitamente que “*SIs [scalar implicatures] are derived in the syntactic/semantic component via an exhaustive operator (...). Once a semantic representation is chosen, Ignorance Inferences are computed by the pragmatic system, based on the non-stipulative maxim of quantity*” (p. 22). Sempre a isso as diversas vezes em que os autores clamam que sua proposta implicaria rever a divisão de trabalho entre semântica e pragmática, e parece restar pouco espaço para dúvidas quanto às implicações da proposta.

A despeito de serem tratadas como um fenômeno semântico, contudo, as implicaturas escalares apresentam várias das características típicas da interpretação pragmática presentes na proposta de Pires de Oliveira & Basso. Mesmo na proposta gramaticalista, esse tipo de implicatura apresenta dependência contextual, envolve raciocínios inferenciais acerca da intenção comunicativa do falante, é heurística e falível – no limite, ao menos tanto quanto qualquer interpretação de uma sentença ambígua o é, como nota Potts. A única das características tipicamente consideradas como pragmáticas que não estaria presente nas implicaturas escalares seria a cancelabilidade, se acreditarmos em Chierchia, Fox & Spector (2012). Contudo, acredito que também a existência de implicaturas obrigatórias deva ser questionada, e argumentarei nesse sentido em seguida.

A exposição da proposta de Pires de Oliveira & Basso (2007), bem como os comentários acerca de outras sugestões de critérios para estabelecer o limite entre semântica e pragmática, certamente são breves demais para fazer justiça à longa e elaborada discussão apresentada por esses autores. Isso decorre parte de limitações de tempo e espaço, mas principalmente do fato de que o objetivo desta exposição é antes apontar uma determinada linha de argumentação possível do que persegui-la e, principalmente, introduzir os termos em que gostaria de fazer minha contribuição à discussão: no que se segue, pretendo considerar a questão da divisão de trabalho entre as duas áreas partindo da consideração do tipo de conceitos e explicações por elas mobilizados. Também não tenho pretensões de fazer jus à longa e extensa bibliografia acerca do tema, nem de responder às muitas objeções possíveis à perspectiva aqui adotada em relação à possibilidade e produtividade de se debruçar sobre essa questão. Uma objeção possível, por exemplo, seria a de Borges Neto (2012),

¹¹³Outras questões também complicam a visão de que Chierchia estaria sugerindo que as implicaturas escalares, embora pragmáticas, sejam gramaticais – isso significaria que há um módulo gramatical para a pragmática? Ou que *parte* dos fenômenos pragmáticos é computado num módulo gramatical e parte fora?

que alerta para o risco de naturalizar a distinção entre as áreas (p. 2), ou seja, tratar distinções e noções resultantes de determinadas escolhas teóricas como propriedades do objeto analisado em si. Como aponta o autor, os fenômenos em sua essência não são nem pragmáticos, nem semânticos – eles *podem ser abordados* através de uma perspectiva particular de qualquer uma das áreas. A inclusão de um dado objeto em uma ou outra área dependeria, em grande parte, de opções subjetivas dos pesquisadores, ligados, principalmente, aos objetivos de cada cientista.

Procurar discutir a questão da fronteira entre as áreas envolve, é claro, assumir que esse esforço não é ocioso nem estéril. Nem a divisão me parece de todo arbitrária: se, por um lado, os fenômenos não são inerentemente semânticos ou pragmáticos, por outro, como o próprio Borges Neto nota, nem toda classificação ou organização é compatível com o objeto (p. 2). Borges Neto usa a metáfora da organização de livros para ilustrar a questão: embora seja possível organizá-los de diversas maneiras possíveis (por autor, tema, cor, tamanho, etc.), alguns critérios de organização são claramente impossíveis (não é possível organizá-los pelo tamanho dos sapatos, ou pela preferência gastronômica, por exemplo). Assim, embora alguns fenômenos possam ser alocados no campo da semântica ou no campo da pragmática a depender das preferências teóricas de cada pesquisador, outros claramente seriam incompatíveis com essas áreas. Parece seguro afirmar, por exemplo, que a assimilação de ponto de articulação em uma dada palavra não deve ser explicada pela semântica.

Longe de pretender resolver a questão, gostaria antes de notar que não é necessário assumir a naturalização da divisão para considerar que esse esforço seja teoricamente produtivo. Mesmo que consideremos a relativa arbitrariedade do limite entre as áreas, nossa opção por uma forma particular de entender, por exemplo, qual a tarefa da pragmática, de que ela deve se ocupar, quais os fenômenos que pertencem à sua alçada e quais suas propriedades específicas, a própria relação entre todas essas variáveis possibilita determinadas abordagens e inviabiliza outras. Assim, dado um determinado entendimento do que seja a tarefa da pragmática, certos fenômenos podem ser incluídos no conjunto de objetos a serem estudados, enquanto que outros claramente não o podem. Essas escolhas claramente não são inócuas, e tem implicações profundas na forma como procuramos compreender o objeto observacional e em que tipo de explicação pode ser aceita. Se assumo que a tarefa da pragmática é explicar os processos por que os falantes inferem uma dada intenção comunicativa a partir de uma dada estrutura linguística, por exemplo, então posso fazer referência a objetos como propósitos comunicativos, presunções de racionalidade, expectativas dos interlocutores, etc. Se minha concepção de semântica não inclui a intencionalidade do falante como objeto, então minhas explicações não podem fazer referência a esses mesmos conceitos, e fenômenos que sejam produto dessa intencionalidade não devem pertencer ao âmbito da área. Não há nada inerente ao objeto que me obrigue a entender a pragmática dessa forma. Contudo, uma vez

feita a opção por uma determinada compreensão, certas questões e opções teóricas se tornam incompatíveis com esse entendimento.

Tendo esclarecido alguns dos pressupostos que orientam a presente discussão (ainda que esteja longe de tê-los justificado de modo pleno), passo a apresentar o argumento que pretendo desenvolver.

O raciocínio que desejo defender é o seguinte: se Grice estiver, ao menos em alguma medida, certo, então a interpretação pragmática se fundamenta na premissa da cooperação entre os falantes. Dessa premissa e da assunção da racionalidade dos interlocutores derivaria um determinado conjunto de regras inferenciais, que seriam capturadas pelas máximas conversacionais – seja na forma como foram elaboradas por Grice ou em qualquer outra. As implicaturas conversacionais dependeriam, desse modo, como produto desse sistema inferencial, dessa premissa fundamental de cooperatividade. De fato, se as observações deste trabalho estiverem corretas, em contextos em que os falantes se afastam da cooperação plena, as implicaturas falham em ser adicionadas ao fundo conversacional compartilhado.

A previsão que deriva imediatamente dessas observações é a de que as implicaturas, sendo fenômenos pragmáticos, devam ser sensíveis à disposição dos falantes em cooperar ou não. Essa previsão é claramente incompatível, contudo, com a existência de implicaturas obrigatórias, já que a ausência de um grau significativo de cooperatividade deveria impedir o seu surgimento. Portanto, no que se segue, procurarei verificar em que medida a variação na cooperatividade dos falantes afeta os exemplos apresentados pela perspectiva gramatical. Como apenas os fenômenos pragmáticos devem ser sensíveis à variável da cooperação, ao passo que fenômenos semânticos devem ser cegos a ela, a influência dessa variável deve servir como forte indício de que os fenômenos em jogo pertencem ao campo da pragmática, e não da semântica.

Idealmente, essa hipótese poderia ser formulada da seguinte forma:

Hipótese: Se um dado fenômeno F é observado no proferimento de uma sentença S, enunciada em um dado contexto cooperativo C, mas não é observado no proferimento da mesma sentença em um ambiente não cooperativo C' (mantendo-se todas as demais variáveis iguais), então esse fenômeno é pragmático.

Ou, alternativamente,

Hipótese': Se um dado fenômeno é sensível à disposição dos falantes em

cooperar ou não, então esse fenômeno é pragmático.

Há dificuldades significativas, é certo, em manter um tal grau de controle sobre as muitas variáveis envolvidas. Contudo, assumamos, por ora, que isso fosse possível, a fim de apreciar as consequências dessa hipótese.

Recapitemos os argumentos da perspectiva gramaticalista: 1) implicaturas encaixadas; 2) licenciamento de itens de polaridade negativa; 3) restrição de Hurford; 4) implicaturas obrigatórias/encapsulamento; 5) escolha livre; 6) efeitos de intervenção.

Consideremos primeiramente o caso das implicaturas encaixadas. Em uma situação não cooperativa, como um julgamento, por exemplo, parece claro que de 72), abaixo, não se deve inferir a.):

72) Meu cliente sabe que alguns dos seus funcionários estão envolvidos no esquema de corrupção.

a. => O cliente acredita que alguns, mas não todos, os seus funcionários estão envolvidos.

Parece claro que é um erro considerar a implicatura em a. como não problemática, já que o falante poderia simplesmente estar procedendo a uma tentativa de induzir a audiência ao erro (engando com a verdade, no caso). De fato, não parece haver nenhuma diferença significativa acarretada pelo fato de a implicatura estar encaixada em um verbo epistêmico. O mesmo é válido se encaixássemos o exemplo 7), repetido abaixo para fins de conveniência:

7) A: *Which of you colleagues support the strike?*

B: *Some of them do.*

B': *I believe/know some of them do.*

Em relação aos itens de polaridade negativa, não parece haver nenhum efeito significativo da cooperatividade em seu licenciamento. Mesmo num contexto em que o falante procura sonegar informações ao seu interlocutor, uma sentença como 55), abaixo, continua sendo agramatical:

55) **John brought anyone to the party.*

Contudo, esse resultado é esperado dentro de uma perspectiva que considere que o

processamento das implicaturas está fora da gramática da língua, sobretudo em uma abordagem globalista. Se o nível pragmático ocorre após o processamento sintático/semântico, não faz sentido supor que o primeiro seja capaz de interferir na gramaticalidade ou não de uma sentença. De fato, parece haver razões para considerar que a questão não envolve a geração de implicaturas: como vimos, Greenhall (2008) demonstra que a relação entre implicaturas escalares e licenciamento de itens de polaridade negativa como defendida por Chierchia (2004 – e reproduzida em Chierchia, Fox & Spector, 2012) não se sustenta; Russel (2006), por sua vez, aponta que, fosse o licenciamento de *any* condicionado por fatores pragmáticos como informatividade, então o uso de uma sentença como 55), acima, deveria meramente implicar que o falante não está em posição de fazer a mesma asserção com um termo escalar mais forte (gerando, portanto, a implicatura escalar costumeira de que alternativas mais fortes são falsas). Desse modo, 55) deveria implicar que o falante acredita ser falso que *John brought everyone to the party* (sem extensão de domínio). Mas não é isso que acontece. A previsão decorrente, então, é a de que o licenciamento de itens como *any* deva se dar em termos sintático-semânticos, e não em termos pragmáticos.

A restrição de Hurford, por sua vez, é refutada por Potts (2013), como vimos, e, portanto, não terei nada a acrescentar sobre ela. Evitarei tratar também dos efeitos de intervenção, em primeiro lugar pela falta de propriedade do autor deste trabalho para tratar da questão e, em segundo lugar, porque isso implicaria um gasto de tempo e espaço que me parece desnecessário. Os resultados acerca das implicaturas obrigatórias e do encapsulamento, contudo, parecem-me particularmente interessantes. Consideremos os exemplos citados por Chierchia, Fox & Spector (novamente, repetidos abaixo para fins de conveniência):

52) *John has an even number of children. More specifically, he has 3 (children).*

53) A: *Do you know how many children John has?*

B: *Yes, he has 4 children. #In fact, he has 5.*

54) *Every student, including Jack, solved either none of the problems or all of the problems. #Jack solved some of the problems.*

De acordo com os autores, a estranheza desses exemplos significaria que há uma implicatura sendo computada no item escalar relevante (numerais, em 52) e 53), *some*, em 54)). A falha na continuação em cada um dos exemplos em cancelar as implicaturas derivadas apontaria para sua obrigatoriedade e para sua “cegueira” contextual (*i.e.* a propriedade de *encapsulamento*). Contudo, a previsão de que a geração de implicaturas nesses casos (e a conseqüente estranheza das respectivas continuações) seria obrigatória parece-me também equivocada. Se considerarmos,

novamente, contextos não cooperativos como, por exemplo, o caso das charadas, as continuações parecem perfeitamente felizes:

52) John has an even number of children. More specifically, he has 3, but not 5. How many children does John have?¹¹⁴

54) The test was comprised of 30 problems. Every student, including Jack, solved either none of the problems or all of the problems. Jack solved some of the problems. How many problems did Jack solve?

53), por sua vez, não necessita de um contexto não cooperativo para ser feliz. Considere-se a seguinte situação: há um plano do governo que auxilia famílias que tenham 4 filhos ou mais. Nesse caso, a resposta de B à pergunta de, digamos, um funcionário público responsável por avaliar se John é elegível para o programa ou não parece fazer todo o sentido. Nesse caso, B anteciparia a pergunta saliente por trás da pergunta de A), fornecendo a resposta que ele acredita ser a que A) na verdade deseja.^{115 116}

Além disso, como aponta Potts (2013, p. 31) é um erro equiparar uma resposta como 52) a uma resposta direta (*i.e. John has 4 children*) porque as duas alternativas não são equivalentes do ponto de vista do custo de cada uma (vale lembrar, Potts advoga um modelo de pragmática baseado na Teoria dos Jogos).¹¹⁷ Uma afirmação como 52) teria um custo muito maior de processamento e seria significativamente mais marcada, o que não teria relação nenhuma com quantidade ou diferentes alternativas escalares. De uma perspectiva griceana, acredito que a assimetria envolvida entre as alternativas deva ser explicada em termos da máxima de maneira: a afirmação em 52) é estranha exatamente pela mesma razão que é estranho responder à pergunta *Quantos anos filhos você tem?* Com 73), abaixo:

114 Como alguns informantes notaram em um consulta informal *online*, “*more specifically*” deteriora bastante a aceitabilidade da sentença. A expressão gera a expectativa de uma informação que seja, obviamente, específica, e a que se segue certamente não o é (embora possa levar, somada à informação da sentença anterior, à informação específica). Sem a expressão, a interpretação é perfeitamente feliz em um contexto de, digamos, um site de problemas lógicos.

Com a versão com “mais especificamente”, uma vez que a consulta foi realizada com as sentenças em português, alguns informantes expressaram a intuição de que João teria dois filhos e uma filha, com intrusão da marcação de gênero, o que acrescenta uma complicação adicional ao julgamento em português.

115 Para essa interpretação ser possível seria necessário uma entonação particular para a sentença.

116 Um ponto similar foi apresentado por Raj Singh, durante seu minicurso no EVELIN de 2012. A despeito de discordar da perspectiva gramaticalista adotada por Singh, este capítulo deve suas primeiras reflexões ao curso por ele ministrado e, juntamente com as reflexões acerca da teoria das controvérsias derivadas das aulas do professor José Borges Neto, foram os motivadores primeiros dessa tese, e por isso deve ficar aqui meu agradecimento a ambos (embora, como cumpre sempre dizer, eventuais problemas sejam inteira responsabilidade deste autor).

117 Potts, contudo, assume a existência de implicaturas obrigatórias. Nesse caso, a obrigatoriedade das implicaturas derivaria do maior custo de processamento de 52), gerando o efeito de não-cancelabilidade (2013, p. 31).

73) (exatamente/apenas) x^2-2x+1 , onde x é igual a 3.

74) 4.

A informação em 74) é acarretada por 73) e, no sentido empregado por Chierchia, Fox & Spector, é igualmente informativa. Contudo, claramente, a estranheza de 73) nada tem a ver com quantidade ou escalas, e a inserção de um operador O não a tornaria menos esquisita, como podemos observar. De fato, a sentença é estranha mesmo se afirmarmos explicitamente o conteúdo que seria gerado pela aplicação do operador à sentença em 74: 4, *mas não (mais que) 5*.

Um exemplo similar seria 75), abaixo:

75) P: Alguns meses tem 31 dias. Quantos meses tem 28?

R: Todos¹¹⁸

75) também explora a implicatura de exatidão gerada na pergunta para iludir o desafiado.

Parece claro da discussão acima que a variável da cooperatividade apresenta uma relevância bastante robusta para a geração ou não de implicaturas escalares nos exemplos apresentados. Particularmente, o caso das implicaturas ditas obrigatórias parece-me emblemático, já que a previsão de uma teoria griceana é que elas se sustentariam apenas a partir da premissa da cooperatividade dos falantes. Uma vez suspensa essas premissas, mesmo nos exemplos em que elas são supostamente obrigatórias, elas desaparecem.

Quanto aos exemplos de escolha livre, parece difícil encontrar situações em que o falante garante uma permissão, mas não é cooperativo. Talvez um contexto possível fosse um caso em que um irmão transmite uma permissão falsa a outro, a fim de complicá-lo. Mas a forma como esse engodo seria posto em prática seria basicamente através de uma mentira. Outros exemplos possíveis incluiriam testes de lógica, mas aí os julgamentos estariam bastante enviesados, já que demandariam conhecimento sobre as interpretações possíveis de *ou* (à diferença de testes como o de 75), acima, que poderia ser resolvido por pessoas sem treinamento formal em lógica). Não vejo, portanto, uma forma de conseguir os julgamentos relevantes.

Há na hipótese enunciada, é claro, um problema que me parece bastante difícil de ser contornado, se não de todo incontornável, a saber, a dificuldade em se manipular o contexto de tal forma que apenas a disposição em cooperar dos falantes seja alterada. Tipicamente, essa mudança implica uma série de alterações no tipo de expectativas sobre as razões que um dado agente teria

118 Exemplo tirado de <http://adalberto-blogdoadal.blogspot.com.br/2012/04/resposta-ao-teste-de-logica-e.html>

para se recusar em cooperar, o que implicaria numa alteração bastante substancial do contexto mais amplo. Nesse sentido, é difícil separar de modo claro o critério da dependência da cooperatividade do da dependência contextual geral. De fato, em uma compreensão que reduza o papel da cooperação nas interações comunicativas, como no entendimento de alguns teóricos da relevância (como Sperber & Wilson, 1981), o *status* da cooperação é exatamente esse: o de apenas uma dentre muitas variáveis contextuais. Nessa perspectiva, a hipótese enunciada seria reduzida à mera alegação de que fenômenos pragmáticos são dependentes de contexto.

Por outro lado, se a perspectiva griceana estiver correta e a presunção de cooperatividade for de fato o motor central da lógica conversacional, então esperaríamos, à diferença de outras variáveis contextuais, que podem ser ora relevantes, ora irrelevantes, a disposição em cooperar deve sempre impactar o modo como a interpretação é feita. Há também um aspecto positivo na relação entre contexto e cooperatividade, no sentido de que a proposta parece integrar ambos os fatores, apontando para o estabelecimento de um mesmo limite. Isso seria também verdade em relação à dependência da intenção comunicativa do falante: as razões para se recusar em cooperar, que parecem tão indissocialmente entrelaçadas da nossa forma de entender comportamentos não cooperativos, implicariam, por sua vez, em determinados propósitos extralinguísticos, o que, como vimos, impactaria nos objetivos comunicativos, etc.¹¹⁹

As implicaturas escalares exibem, portanto, todas as características tipicamente atribuídas aos fenômenos pragmáticos, tanto em propostas mais tradicionais, como a de Levinson (2000), como nas de Pires de Oliveira & Basso (2007), assim como no critério aqui proposto. Há também, como vimos, inúmeros argumentos que problematizam a proposta gramaticalista do ponto de vista empírico, seja apresentando explicações para os fenômenos que seus defensores alegam ser inexplicáveis num paradigma griceano, seja apresentando contra-argumentos às generalizações empíricas observadas. O problema central da proposta, contudo, me parece ser teórico: como apontado por Russel, a defesa do modelo gramaticalista se fundamenta essencialmente na alegação de que ela seria capaz de dar conta de fenômenos que não poderiam ser capturados em outras teorias. Esse é exatamente o problema de se adotar uma perspectiva residualista de divisão de trabalho entre semântica e pragmática. Como aquilo de que ambas as áreas podem dar conta é variável e contingente, nosso critério assentar-se-ia sobre areia movediça, prevendo que um mesmo fenômeno ora seja semântico, ora pragmático. Serve de agravante nesse caso em específico a vantagem da generalidade da teoria griceana (ou outra teoria similar), necessária para a explicação

¹¹⁹Essa observação se encaixa bem com a defesa de Dascal do programa de investigação da pragmática de intenções comunicativas, na medida em que o autor afirma que a interpretação de um ato comunicativo (que deve ser necessariamente intencional para que seja digno desse nome) permanece incompleta até que o intérprete alcance o sentido pretendido pelo falante (Dascal, 2006, p. 219)

de todos os outros tipos de implicaturas – a menos que a perspectiva gramatical seja capaz de fornecer uma alternativa para a geração de todo o espectro de implicaturas conversacionais, o que não me parece muito provável. A despeito disso, contudo, é necessário ressaltar que a discussão motivada pela proposta mostrou-se e ainda se mostra extremamente produtiva, dando um novo fôlego a uma discussão antiga. Sua contribuição, levantando problemas, propondo soluções e observando generalizações empíricas de vários tipos, é evidente e inquestionável – esteja ela correta ou não.

Espero também ter apresentado um argumento razoável para a defesa de que a discussão acerca da não cooperação pode ter desdobramentos bastante produtivos nessa área, embora, é claro, o debate pareça estar ainda longe de chegar a uma conclusão. Passo, então, a apresentar o último exemplo de contribuição potencial da pragmática não cooperativa: o caso (da teoria) das controvérsias científicas.

3.3. Controvérsias Científicas: não cooperação, o uso estratégico da linguagem e racionalidade.

Como aponta Dascal (1994), as controvérsias ocupam um lugar central no desenvolvimento das teorias científicas. Para o autor, “as controvérsias são indispensáveis para a formação, evolução e avaliação das teorias (científicas) porque é nelas que se exerce a crítica 'séria', ou seja, aquela que permite engendrar, melhorar e controlar seja a 'boa estruturação', seja o 'conteúdo empírico' das teorias científicas” (p. 77). Sendo assim,

a rigorosa pesquisa das controvérsias é um meio indispensável para constituir uma descrição adequada da história e da *práxis* da ciência. Isso porque as controvérsias são o “contexto dialógico” natural em que se elaboram as teorias e se constitui progressivamente seu sentido. Além disso, a pesquisa das controvérsias permitiria determinar empiricamente, por um lado, a natureza precisa de “crises” e “rupturas” que supostamente introduzem um elemento de irracionalidade na evolução da ciência e, por outro, em que consiste a “continuidade” que supostamente se requer como requisito para a “mudança” e “inovação” conceituais. (1994, p. 77)

Dascal define as controvérsias como um fenômeno pertencente ao grupo dos discursos polêmicos e que se localizaria entre as *discussões* e as *disputas*. As primeiras são definidas da

seguinte forma:

Uma DISCUSSÃO é uma polêmica cujo objeto é um tema ou problema bem circunscrito. Ao desenvolver-se, os contendentes tendem a reconhecer que a raiz do problema é um erro relativo a algum conceito ou procedimento importante num campo bem definido (mesmo que diverjam a respeito da natureza do erro em questão e de quem o comete). Discussões permitem soluções, que consistem em corrigir o erro graças à aplicação de procedimentos aceitos no campo (como prova, cálculo, repetição de experimentos, etc.). (1994, p. 79)

As segundas, por sua vez, são definidas como

uma polêmica que também parece ter por objetivo uma divergência bem definida. Porém, em nenhum momento aceitam os contendentes sua definição como baseada em algum erro. Se revela melhor como derivada de uma diferença de atitudes, sentimentos, ou preferências. Não há procedimentos mutuamente aceitos para decidi-las, ou seja, não tem “soluções”. No fundo, podem ser dissoltas. Porém, em geral, as divergências subjacentes a elas tendem a recorrer em disputas sobre outros tópicos específicos. Alguns contendentes vêm na posição de seus oponentes sintomas de uma enfermidade frente a qual a única atitude apropriada é a terapêutica. (1994, p. 79)

Uma controvérsia, por sua vez, pode

começar com um problema específico, porém rapidamente se expande a outros problemas e revela divergências profundas. Estas envolvem tanto atitudes e preferências opostas como desacordos sobre métodos vigentes para solucionar os problemas. Por essa razão, não se percebe a oposição como simplesmente uma questão de erros, nem existem procedimentos aceitos para decidi-las, o que causa o prolongamento das controvérsias e às vezes sua recorrência. Contudo, não se reduzem a meros conflitos insolúveis de preferências. Os contendentes acumulam argumentos que crêem aumentar o peso de suas posições frente às objeções do adversário, tendendo assim, se não a decidir a questão, pelo menos a inclinar a “balança da razão” a seu favor. As controvérsias não se “solucionam” nem se “dissolvem”, senão que se resolvem. A resolução pode consistir no reconhecimento (por parte dos contendentes ou de sua comunidade de referência) de que se

acumulou suficiente peso em favor de uma das posições, ou no aparecimento de posições modificadas (graças à controvérsia) aceitáveis para os contendentes, ou simplesmente no esclarecimento recíproco da natureza das divergências em jogo. (1994, p. 79)

Esses três tipos de polêmica seriam “tipos ideais”, que frequentemente apareceriam misturados nas interações entre os cientistas. A despeito do seu caráter misto, seria possível, de modo geral, identificar o “tipo dominante” envolvido em um dado debate (p. 80).

Assim, as controvérsias exerceriam um papel fundamental no processo de evolução das teorias. Elas seriam o *locus* da “crítica séria” popperiana, em que as teorias são postas à prova. Dado o seu caráter agonístico, envolvendo a ativa participação de indivíduos dinâmicos, seriam também abertas e imprevisíveis. Esse último elemento, por sua vez, seria responsável por transformar a controvérsia num jogo *estratégico*, que teria o potencial de provocar alterações significativas na forma como as teorias são entendidas. Nas palavras de Dascal,

É essencial na controvérsia a possibilidade e o uso do direito de contestação ao oponente por parte de cada um dos contendentes. Isso porque um oponente vivo, real e ativo (ou seja, nem morto, nem imaginário, nem silencioso) é imprevisível em suas reações. Mesmo que possamos antecipar aproximadamente a reação de nosso oponente, e até de manobrá-lo de forma a agir de uma certa forma, o jogo da controvérsia é essencialmente um “jogo estratégico”, ou seja, um jogo em que nossa capacidade de previsão da jogada do adversário é limitada. Esse fato é responsável, em grande parte, pela capacidade que tem a controvérsia de chamar a atenção para confusões e propiciar esclarecimentos, de forçar mudanças conceituais, metodológicas e teóricas e, finalmente, de levar a inovações. (1994, p. 78)

Além disso, esse papel transformador não seria desempenhado apenas em períodos de ciências extraordinária, na acepção kuhniana, mas constituiria a situação “normal” da dinâmica científica (p. 78). Seria também nelas que se manifestam “a racionalidade ou irracionalidade do empreendimento científico” (p. 78).

A despeito de sua posição estratégica para a compreensão da história e da dinâmica da evolução das teorias científicas, contudo, os modelos propostos (*e.g.* os modelos positivistas, bem como os de Kuhn, 1962, e Lakatos, 1989[1978]) para explicar o desenvolvimento científico

disponíveis não seriam capazes de acomodar as controvérsias. Esse fato decorreria da inabilidade desses modelos de superar o “impasse” identificado por Dascal: de acordo com ele, após o (relativamente consensual) fracasso da filosofia da ciência positivista tanto no plano normativo quanto no descritivo, nas teorias subsequentes ambos os componentes estariam “inextricavelmente misturados” (Kuhn, 1970, p. 233); o impasse se instauraria a partir do fato de que “as combinações propostas até agora tendem a subordinar excessivamente um desses componentes ao outro, sem realmente harmonizá-los” (Dascal, 1994, p. 75). Ainda de acordo com Dascal, o problema estaria na aceitação não problematizada dessa oposição entre o normativo e o descritivo. Segundo ele,

se as teorias vigentes têm-se mostrado incapazes de harmonizar uma racionalidade normativa com a descrição dos fatos da práxis científica é porque não souberam fazê-las se aproximar uma da outra. Tanto o descritivismo como o normativismo têm aceito sem questionar a oposição e conseqüente separação entre uma racionalidade de caráter regulativo ou formal e uma descritividade que, apesar de às vezes se declarar reconstrutivista, visa captar os fatos, por assim dizer, em seu estado bruto, ou seja, anterior a qualquer normatividade. Essa mútua alienação é o que impede de encontrar um ponto de contato entre ambas. (p. 76)

A solução para esse impasse seria, argumenta o autor, sobrepor essa divisão, aproximando, por lado, a racionalidade regulativa da práxis, tornando-a “constitutiva de conteúdos, sensível ao contexto de sua aplicação, mesmo que isso acarrete o perigo de sua 'contaminação' pela contingência e conseqüente renúncia a pretensões universalistas” e, por outro, “reconhecer que a práxis científica, enquanto atividade humana guiada por razões, não pode ser descrita em termos inteiramente alheios ao papel constitutivo dessas razões” (p. 76). Dessa incapacidade de conciliar os aspectos normativo e descritivo nasceria também a incapacidade dessas teorias de lidar com as controvérsias científicas: ou bem a questão é clara, bem definida e racional (e, portanto, passível de ser entendida através das regulações impostas) – como as discussões –, ou bem ela é aberta e anárquica – como as disputas. Não haveria espaço para o meio termo das controvérsias (p. 90-91). Como aponta Dascal,

Se a polarização reductiva do conjunto das polêmicas deriva de uma oposição radical entre o “fechado” (regido por normas rigorosas) e o “aberto” (onde se suspendem todas as regras), o que precisa ser demonstrado é a possibilidade de uma interação dinâmica e dialética entre abertura e fechamento, que conecte (e não desconecte) os aspectos de estabilidade relativa (“fechamento”) e de instabilidade

(“abertura”) na evolução da ciência.

Em suma, o que é preciso fazer é nada mais nada menos que resistir ao dilema que vê na admissão da contingência das normas o primeiro passo de um “slipery slope” que leva inevitavelmente à irracionalidade, e portanto vê na defesa de seu caráter necessário a única possibilidade de salvação. A possibilidade da existência de controvérsias científicas com as características aqui analisadas depende da demonstração de que esse é um falso dilema. (p. 91)

Para o autor, a ferramenta capaz de servir de ponte entre os aspectos normativos e descritivos, por um lado, e racionais e contingenciais, por outro, é a pragmática. Sua racionalidade *soft* e suas regras essencialmente falíveis e heurísticas seriam características essenciais para que se aborde as controvérsias de modo satisfatório (p. 91-94).

3.3.1. Controvérsias como fenômenos não cooperativos: não-caridade e racionalidade.

Já aponte, no início desta tese, que Dascal conclama a um “refinamento” do aparato teórico da pragmática, a fim de dar conta “do caráter às vezes cooperativo, às vezes competitivo do discurso polêmico” (1994, p. 93). Parece-me que as controvérsias científicas se enquadram exatamente no tipo de fenômeno parcialmente cooperativo que temos estudado até aqui, na medida em que os participantes se opõem, procurando derrotar o oponente, enquanto o fazem respeitando determinadas regras subjacentes à prática científica – mais ou menos como na metáfora do jogo (para que os oponentes possam se enfrentar, é preciso que cooperem no nível do respeito às regras da disputa). Contudo, uma vez dado o primeiro passo de reconhecer os discursos polêmicos como pertencentes ao âmbito da não cooperatividade, algumas questões surgem, dentre as quais gostaria de destacar duas: 1) o tratamento proposto é suficiente para lidar com elas? e 2), quais as contribuições que um tratamento como o proposto aqui pode oferecer ao seu entendimento?

3.3.1.1. Não cooperação como não caridade

Começemos com a primeira questão. Parece que o quadro proposto é capaz de acomodar de maneira razoável os movimentos retóricos dos contendores engajados em uma controvérsia. Por um lado, há a expectativa de que eles sigam as máximas conversacionais griceanas (ou qualquer que seja o conjunto de normas cooperativas de sua preferência), expondo seus argumentos de modo

claro, inambíguo, verdadeiro, etc – em grande parte porque, idealmente, todos os envolvidos estariam, ao fim e ao cabo, interessados num mesmo propósito, a saber, o progresso do conhecimento. Por outro lado, contudo, é evidente a qualquer um que esteja minimamente familiarizado com os embates científicos que a adesão estrita às máximas conversacionais está longe de ser a regra. Do descompasso entre o discurso sobre o que deve ser a prática e a efetiva prática dos discursos científicos nasce a divisão entre abordagens prescritivas e descritivas: há aquilo que idealmente todo pesquisador deveria seguir, e há aquilo que os pesquisadores seguem de fato. Num sentido particular (o das normas internas à participação das controvérsias), as máximas griceanas parecem desempenhar um papel central da abordagem normativa.¹²⁰ Essas regras de um comportamento ideal se mostram sobretudo nas críticas feitas ao oponente, numa espécie de “teoria implícita da controvérsia”, nos termos de Fritz (2008). Como aponta o autor,

For centuries people have complained about their opponents in controversies who tend to make chaos of rational argumentation by evading arguments, by writing incomprehensibly, by intentionally misunderstanding their opponent, by insulting him, and by committing all kinds of fallacies. (A similar list of infringements of principles was drawn up by Leibniz, cf. Leibniz, “Art of controversies”, Ch. 27.) These complaints presuppose ideal forms of controversy and the validity of relevant principles which should guide the actions of the participants. They form an important part of what one could call the implicit theory of controversy that people apply in their practice. (2008, p. 110).

Não pretendo, com isso, afirmar que as máximas griceanas exaurem o conjunto das prescrições normativas, o que seria uma evidente falsidade. Contudo, parece que a adesão às máximas é certamente *parte* do que se costuma precever como comportamento desejável em um debate científico. Fritz (2008) sumariza os princípios tipicamente prescritos em controvérsias do começo da modernidade da seguinte forma:

1. Statements should be truthful.
2. Claims should be given adequate backing. (One should not make *nudae assertiones*, “naked assertions”).
3. The critic carries the burden of proof (*principle of onus probandi*).
4. Claims should be refuted completely point by point (*principles of completeness and*

120 Outro sentido (que deverá ser mencionado mais à frente) é o dado, por exemplo, por Popper (1980[1957]), que prescreve o conteúdo desejável de teorias científicas e as condições para seu abandono.

thoroughness).

5. One should state the main question (the *status controversiae*) clearly and correctly.
6. One should relate one's arguments to the main question.
7. One should avoid irrelevant topics.
8. One should avoid unnecessary repetition of arguments.
9. One should be brief (*the principle of brevity, amabilis brevitatis*).
10. One should write clearly and comprehensibly (*the principle of perspicuity*).
11. One should not use meaningless jargon (e.g. scholastic terminology).
12. One should avoid formal fallacies (e.g. *a particulari ad universale*).
13. If considered necessary, one should set out the arguments "in form" (i.e. in the explicit form of a syllogism).
14. One should not rely (exclusively) on arguments from authority.
15. One should avoid personal attacks (*ad hominem*).
16. One may (or: one should not) retort in kind (*retorsio*).
17. One should give a reasonable interpretation to the utterances of the opponent (*principle of charity*).
18. One should take the perspective of the other party (la place d'autrui, cf. Leibniz, "Art of Controversies", p. 164f)
19. One should not make fun of the opponent and take his arguments seriously (*principle of seriousness*).
20. One should not use rhetorical devices like irony or sarcasm.
21. One should be polite towards the opponent (*politeness principles*).
22. One should approach the opponent in a spirit of Christian meekness. (cf. Matthew 5, 5)
23. One should be tolerant towards one's opponents.

(Fritz, 2008, p. 111-112)

Não desejo analisar longamente essa lista. Ao invés disso, gostaria de ressaltar que ela parece ser constituída de um misto de regras conversacionais que poderiam ser equiparadas às máximas (mais princípios de polidez) e regras específicas relativas ao gênero textual particular (mais precisamente, à forma como o gênero textual era entendido na época). Princípios como 19) e 20) (não fazer graça com o oponente e não usar ironia ou sarcasmo) são claramente princípios de preservação da face positiva. De fato, 21) apresenta de modo claro a exigência de polidez. Princípios como 1) e 12) parecem estar diretamente relacionados à máxima da qualidade, ao passo

que os em 5) a 11) dizem respeito às máximas de relevância, quantidade e maneira. Não por acaso acredito, todos esses princípios poderiam perfeitamente fazer parte de uma lista atual de princípios prescritos para participantes de uma controvérsia.¹²¹

As falhas em seguir tais princípios conversacionais são, é claro, sempre cometidos pelo oponente, nunca pelo falante. Tipicamente, ambos os participantes acusarão o oponente de cometer algum desvio de conduta, defendendo que eles próprios nunca os cometem. Discursivamente, portanto, os falantes costumam se apresentar como plenamente cooperativos, seguidores das máximas griceanas e demais princípios relevantes. Essa situação é bastante semelhante aos casos de tentativa de manipulação do interlocutor, discutidos anteriormente, em que um falante procura fingir ser cooperativo com o propósito de induzir o interlocutor ao erro.¹²² A compreensão desse tipo de movimento discursivo em debates científicos vai ao encontro de abordagens recentes que procuram reformular a noção de *falácia*, afastando-se da compreensão puramente lógica de que uma *falácia* é meramente um argumento inválido, para uma compreensão pragmática, que entende que, para fazer sentido enquanto um movimento estratégico que vale a pena ser usado, as falácias precisam se apoiar em noções pragmáticas como relevância e informatividade (*i.e.* devem ao menos *aparentar* possuírem essas características). Nas palavras de Walton (2007),

Recent research on informal fallacies has moved more and more to seeing the fallacies not just as invalid arguments, using non-contextual models like deductive models to model the fault. The current approach is to take the context of dialog into account. Fallacies are seen as tricky tactics that one party in dialog can use to unfairly get the best of the other party. Fallacies modeled in the new pragmatic analysis as moves in a dialog that interfere with the realization of a goal of collaborative dialog, or even block the dialog from moving forward appropriately towards its collective goal (Walton, 1995). But this pragmatic notion of fallacy involves more than just improper moves that violates the rules for dialog. Fallacies are arguments, or moves in argumentation, that are improper in dialog, but that *have some appearance of looking to be appropriate*, at least in some sort of dialog. In a word, *fallacies are deceptive moves*, or deceptive sequences of moves in a

121 Fritz conclui que os princípios comunicativos são historicamente variáveis, citando como exemplo os princípios da brevidade (preconizados época, mas raramente seguido) e da refutação ponto-a-ponto. Embora haja uma variação considerável em boa parte deles, contudo, acredito que princípios envolvendo as máximas conversacionais e polidez admitiriam, por hipótese, uma variação muito menor, se alguma. Deverei, contudo, me abster de procurar argumentar nesse sentido numa perspectiva histórica, já que isso nos levaria para muito longe dos objetivos deste trabalho.

122 Dando um voto de confiança aos colegas pesquisadores, acredito que as intenções práticas envolvidas, contudo, sejam bastante diferentes: ao passo que nos casos típicos de manipulação o falante procura conscientemente iludir o ouvinte, não me parece ser necessariamente o caso nas disputas acadêmicas. No entanto, o caráter consciente ou inconsciente dos objetivos não deve, a princípio, possuir maior relevância.

dialog. (...) Fallacies often seem to be legitimate and reasonable moves in argumentation because there has been a deceptive shift from one type of conversation to another. Such deceptions can be effective argumentation tactics because at least one party to the conversation has expectations about the type of dialog that the argument is supposed to be part of. These expectations can be exploited by the other party to make a move in his argument seem reasonable and appropriate when really it is not. (2007, p. 164 – *itálicos meus*)

Assim, as falácias em discussões científicas parecem poder ser caracterizadas como o tipo de tentativa de manipulação descrito no capítulo 2. Nesse tipo de manobra, um participante procura parecer aderir às normas comunicativas cooperativas, ao passo que, na verdade, se afasta ligeiramente delas. Uma vez reconhecida tal tentativa de manipulação, o interlocutor seria capaz de reconhecer, contrafactualmente, as duas interpretações envolvidas (a pretendida pelo falante e a não cooperativa). Contudo, esse tipo de movimento é apenas parte do arsenal de um participante de uma controvérsia. Um movimento bastante típico desse tipo de disputa é procurar distorcer as palavras do oponente, procurando interpretá-las de uma forma menos favorável a ele e mais favorável para si – o que normalmente envolve a criação de “espantalhos teóricos”.

Embora a formulação do PC e das máximas adote unicamente a perspectiva do falante – todas as formulações dizem respeito a “fazer sua contribuição” de uma determinada maneira, sem considerar a contraparte interpretativa envolvida – há sempre a consideração da expectativa de adesão às máximas por parte do interlocutor na descrição do processo inferencial griceano.¹²³ Grice assume explicitamente em sua explicação do PC que é necessário que o ouvinte considere que o princípio está sendo seguido pelo falante – do contrário, não seria possível derivar as implicaturas geradas através da violação aparente das máximas. Embora isso não seja incorporado de modo mais claro nas definições do PC e das máximas, seria necessário assumir que o que o falante diz é cooperativo, verdadeiro, relevante, etc., *i.e.* seria necessário uma contraparte cooperativa do ouvinte. Em outras palavras, para dar conta do tipo de movimento usado nas controvérsias científicas (e que, de fato, também pode fazer parte de qualquer interação linguística antagonística) é necessário incluir (alguma versão do) Princípio de Caridade¹²⁴ (Davidson, 1974; Quine, 1960),

123 Cf. Grice, 1989, p. 30 – “*any one who cares about the goals that are central to conversation/communication (e.g., giving and receiving information, influencing and being influenced by others) must be expected to have an interest, given suitable circumstances, in participation in talk exchanges that will be profitable only on the assumption that they are conducted in general accordance with the CP and the maxims*”, e também o final da p. 30 e a p. 31, por exemplo.

124 Para Davidson (1974), o princípio da caridade (também chamado *princípio da acomodação racional*) significa que “*We make maximum sense of the words and thoughts of others when we interpret in a way that optimises agreement*” (p. 197).

bem como a possibilidade de violá-lo ou ao menos distorcê-lo.¹²⁵ Em termos griceanos, uma possibilidade de adaptação do Princípio da Caridade poderia ser algo como:

Princípio da Caridade Griceana/Cooperação do Ouvinte: assuma que a contribuição do falante segue o PC e as máximas conversacionais.

Em termos da definição do PC discutida neste trabalho, violar caridade poderia significar duas coisas: 1) o ouvinte acredita que o falante não faz sua contribuição tal qual é requerida; 2) o falante diverge do(s) objetivo(s) mutuamente aceito(s). Essas seriam as formas “honestas” de encarar uma suposta violação do PC – embuído de um espírito crítico, um controversista procura apontar falhas discursivas (*e.g.* falta de clareza ou pertinência de um argumento à discussão) reais do oponente. Uma forma menos nobre de não caridade, por outro lado, seria a tentativa deliberada de forçar uma interpretação daquilo que oponente diz (plausível, em algum grau), mas que claramente foge à intenção do contendor. Seria o equivalente da interpretação contrafactual sugerida no capítulo 2, em que, mesmo reconhecendo a intenção comunicativa do interlocutor como atendendo aos requisitos conversacionais pertinentes, o ouvinte forja uma segunda interpretação, segundo a qual a contribuição feita não estaria em acordo com tais princípios. Apesar de reconhecer ambas como possíveis, embora reconheça também que uma delas é inequivocamente a pretendida, o ouvinte acusa o falante de pretender a interpretação marginal. Esse movimento tipicamente força o contendor a reformular suas afirmações, procurando eliminar potenciais ambiguidades, refinando-as de modo a deixá-las cada vez mais claras (um dos efeitos positivos das controvérsias normalmente citados). Por outro lado, caso a falta esteja realmente na formulação do falante, diante da pressão por uma formulação mais precisa e na provável impossibilidade de apresentar uma versão mais refinada, a falha na argumentação do propositor provavelmente se tornaria evidente, levando-o a reformular suas hipóteses ou sua argumentação.^{126 127}

125 O próprio Dascal afirma que a não-caridade é uma das características marcantes dos discursos polêmicos:

In a controversy, the ability and willingness of one's opponent to understand properly what one say 'so clearly' is constantly called into question, just as his ability and willingness to acknowledge one's definition of the *status questionis* and to be relevant to it. And such alleged inability or unwillingness is taken as a sign of devious intentions. Rather than following the Principle of Charity, that recommends one to assign to the other the best of intentions and the best possible understanding, participants in a controversy tend to do exactly the opposite. (2004, p. 288).

126 Mas não necessariamente abandoná-las, como quer Popper (1980). Cf. Lakatos (1989[1978]).

127 Dentro do paradigma da Teoria dos Jogos, esse é outro ponto que parece exigir um raciocínio contrafactual, uma vez que seria necessário gerar ambas as interpretações (a pretendida pelo falante e a distorcida pelo ouvinte). Em especial, gerar a interpretação distorcida pode ser potencialmente problemático para os modelos aqui analisados, já

3.3.1.2. Não cooperação, procedimento científico e racionalidade

A questão da racionalidade do procedimento científico figura em alguns dos trabalhos mais influentes da área. Em seu *A Estrutura das Revoluções Científicas*, Kuhn (1962), por exemplo, procura justificar o procedimento dos cientistas da seguinte forma: “*scientists behave in the followings ways; those modes of behavior have the following essential functions; in the absence of an alternate mode that would serve similar functions, scientists should behave essentially as they do if their concern is to improve scientific knowledge*” (1970, p. 237, itálico do autor). Dascal analisa da seguinte forma esse argumento:

- a) Os cientistas atuam de certa maneira.
- b) Essa maneira de atuar cumpre certas funções essenciais.
- c) Não há outra maneira de atuar que cumpra as mesmas funções.
- d) Os cientistas desejam melhorar o conhecimento científico.

ergo

- e) os cientistas devem atuar como atuam.

(1994, p. 75)

O autor também nota que o ponto crucial do raciocínio de Kuhn é a premissa c), que afirma que não há outra forma de atuar que possa cumprir as mesmas funções. Para Dascal, contudo, essa assunção é problemática: como afirma o próprio Kuhn, as revoluções científicas implicam frequentemente uma mudança nas “maneiras de atuar” cientificamente. Como consequência, cientistas em um período de ciência normal seriam “cegos” a novas maneiras de atuar de revoluções subsequentes. Desse modo, ou bem a premissa é trivialmente verdadeira (de um ponto de vista intraparadigmático) ou bem é falsa (de um ponto de vista transparadigmático) – (Dascal, 1994, p. 76).

A despeito desses problemas, o empreendimento de justificar a racionalidade do procedimento científico não me parece infrutífero. No que diz respeito particularmente às controvérsias, faz pouco sentido caracterizar os diversos recursos empregados pelos contendores

que implicaria interpretar a ação do falante como não ótima – o que contrariaria tanto o Princípio da Melhor Racionalização quanto o princípio da Maximização da Utilidade. É certo que, nesse movimento, o intérprete procura maximizar suas utilidades, mas o faz assumindo uma interpretação em que o interlocutor não é maximamente racional.

como “irracionais” ou “caóticos”, como querem, por exemplo, os analistas das contrrovérsias do início da modernidade¹²⁸ (e como parece ser também o entendimento dos próprios participantes das contrrovérsias, naquilo que Fritz, 2008, chama de *teoria implícita*). No que se segue, argumentarei brevemente no sentido de que, da mesma forma que os demais fenômenos da família dos discursos agonísticos, também as contrrovérsias são guiadas por uma racionalidade específica e perfeitamente razoável. Nesse sentido, procurarei responder à pergunta 2) (sobre as possíveis contribuições do entendimento das contrrovérsias como discursos parcialmente cooperativos) tentando apontar em que sentido a reflexão aqui desenvolvida pode ajudar na compreensão da racionalidade do procedimento científico.

O ponto central é o de que tal racionalidade deve ser explicada em referência aos seus propósitos específicos. Tipicamente, assume-se de maneira tácita que o objetivo de todo pesquisador é contribuir para o aumento da quantidade de conhecimento disponível. Contudo, como nota Feyerabend (1975), nem sempre os objetivos envolvidos em uma dada pesquisa são tão nobres, podendo incluir desde a aquisição de renome quanto a manutenção do financiamento recebido. Dascal também nota que o ego é um fator de relevância nas contrrovérsias. O autor escreve

o compromisso de ganhar a briga pode entrar em conflito – e quase que necessariamente, entra – com as obrigações de compreender e de se fazer compreendido, ditadas tanto pelo ‘amor à verdade’ quanto pelos princípios de cooperação e caridade. Se o seu adversário tem um argumento razoavelmente bom, que você tem de derrotar para ganhar o jogo, porque não apresentá-lo como menos bom do que ele na verdade é, ou seja, porque não representá-lo de maneira incorreta? (2006, p.310)

Uma vez estabelecidos quaisquer objetivos externos que coloquem vencer a contrrovérsia como tendo prioridade sobre o objetivo de fazer o conhecimento progredir, usar dos meios disponíveis mais eficientes para atingi-los passa a ser uma linha de ação perfeitamente racional. Da mesma forma como a cooperação é o curso de ação mais lógico somente até o ponto em que os interlocutores adotam os objetivos comunicativos um do outro (ou até o ponto em que seus objetivos estão alinhados) e que a partir do momento que seus objetivos entram em conflito a manipulação, a mentira e demais formas de interação não cooperativa passam a ser cursos racionalmente justificáveis, também numa contrrovérsia a caridade e a cooperação apenas são racionais até o momento em que servem ao propósito escolhido pelo agente. De uma perspectiva

128 Cf., por exemplo, a contrrovérsia entre Arnauld e Malebranche, analisada em Dascal (2006), ou Zemplén (2008), sobre a correspondência entre Lucas e Newton, e Regner (2008), sobre a contrrovérsia entre Darwin e Mivart.

popperiana, o objetivo de vencer a disputa pode entrar em conflito com o propósito geral da ciência – daí as recomendações do autor de abandonar uma teoria, caso ela falhe em “testes sérios”, bem como suas críticas às suas sucessivas reformulações e explicações *ad hoc*, a fim de salvaguardar suas hipóteses, que acabariam por “distorcer” a si própria (Popper, 1980, p. 5).

Como aponta Dascal, no entanto, essas regras prescritas por Popper são “regras que ninguém segue” (1994, p. 74), e que, portanto, pouco poderiam ajudar a compreender o funcionamento da evolução científica. A explicação para tal fato pode ser encontrada nas noções de *tenacidade* e *heurística negativa*, como propostas por Lakatos (1989), noções estas que também parecem possibilitar conciliar os objetivos locais imediatos (vencer a controvérsia) e os objetivos gerais da ciência. Para Lakatos, o objeto central da história da ciência não seriam as teorias, nem mesmo os paradigmas (como para Kuhn), mas sim os *programas de pesquisa*. De acordo com o autor, um programa de pesquisa é constituído por um *núcleo duro* (*hard core*), que deve permanecer “imune” à falseabilidade, uma *heurística positiva*, constituída por um conjunto de procedimentos e métodos de descoberta, responsável por ampliar e refinar a cobertura empírica do programa, e uma *heurística negativa*, responsável por proteger o núcleo duro de refutação (1989, p. 46-49). Assim, através de um cinturão de proteção formado por hipóteses auxiliares, a heurística negativa impediria que as refutações “transmitissem falsidade ao núcleo duro enquanto o conteúdo empírico corroborado do cinturão protetor de hipóteses auxiliares aumenta” (p. 49). A resistência dos programas de pesquisa em face a tentativas de refutação Lakatos dá o nome de *tenacidade*. “*Scientists have thick skins. They do not abandon a theory merely because facts contradict it. They normally either invent some rescue hypothesis to explain what they then call a mere anomaly or, if they cannot explain the anomaly, they ignore it, and direct their attention to other problems*”, escreve Lakatos (p. 4). Essa atitude, de acordo com o autor, não apenas é saudável, como também é essencial para o progresso científico. Para Lakatos, os cientistas *devem* se comportar dessa maneira – do contrário, correm o risco de interromper prematuramente o desenvolvimento de teorias interessantes, abandonando-as frente a evidências contrárias que poderiam futuramente ser sobrepujadas. Em suas próprias palavras,

In this view scientists (and as I have shown, mathematicians too) are not irrational when they tend to ignore counterexamples or as they prefer to call them, “recalcitrant” or “residual” instances, and follow the sequence of problems as prescribed by the positive heuristic of their programme, and elaborate – and apply – their theories regardless. Contrary to Popper's falsificationist morality, scientists frequently and rationally claim 'that the experimental results are not reliable, or that

the discrepancies which are asserted to exist between the experimental results and the theory are only apparent and that they will disappear with the advance of our understanding. When doing so, they may not be “adopting the very reverse of that critical attitude which. . . is the proper one for the scientist”. Indeed, Popper is right in stressing that “the dogmatic attitude of sticking to a theory as long as possible” is of considerable significance. Without it we could never find out what is in a theory – we should give the theory up before we had a real opportunity of finding out its strength; and in consequence no theory would ever be able to play its role of bringing order into the world, of preparing us for future events, of drawing our attention to events we should otherwise never observe”. (1989[1978], p. 89-90).

Assim, a disposição, por parte dos cientistas, de empregar recursos não cooperativos contribui para um duplo propósito: por um lado, serve o objetivo de vencer a disputa e levar adiante quaisquer objetivos mundanos que o pesquisador possua (progredir em sua carreira, ganhar reconhecimento, etc); por outro, empregar esses expedientes para ocultar fragilidades de um programa de investigação contribuiria para sua sobrevivência, protegendo-o durante seus estágios iniciais, de modo que ele possa amadurecer e desenvolver plenamente suas potencialidades.¹²⁹

3.3.2. Perspectivas futuras

Este item procurou apresentar um esboço de dois pontos em que a pesquisa sobre não cooperação pode beneficiar o estudo das controvérsias científicas. Ainda que ambas as linhas argumentativas aqui utilizadas sejam bastante incipientes, certamente carecendo de refinamentos, espero que tenha sido possível sustentar a ideia de que, qualquer que seja o modelo pragmático utilizado para tratar do fenômeno das controvérsias, esse modelo deverá necessariamente ser um modelo capaz de lidar com o caráter parcialmente cooperativo e parcialmente competitivo que é típico da comunicação estratégica e não cooperativa (no sentido defendido nesta tese).

Parece-me claro, contudo, que falta ainda uma teoria capaz de ligar a análise local de controvérsias específicas, os movimentos retóricos envolvidos e seus frutos, ao quadro mais amplo

129 É provável que o alinhamento dos objetivos internos e externos não seja meramente fortuito. Dado o caráter teleológico da ciência, é provável que a forma como os recursos são distribuídos pelas instituições promotoras de pesquisa seja orientado pelos resultados. Desse modo, os procedimentos que apresentem melhores resultados tenderiam a ser favorecidos. Se Lakatos estiver certo, pouco importariam quais são as estratégias utilizados pelos pesquisadores, desde que isso contribua para a sobrevivência do programa, já que essa seria a melhor forma de fazê-lo florescer e desenvolver suas potencialidades. E, nesse sentido, parece justo afirmar que *anything goes*, no melhor estilo feyerabendiano.

das teorias do desenvolvimento científico e da história da ciência.¹³⁰ Qual a contribuição dessa análise local para nossa compreensão da dinâmica das teorias, paradigmas e programas de pesquisa, seu surgimento, desenvolvimento e eventual desaparecimento? Que tipo de previsão é possível fazer partindo dos movimentos ou resultados de cada controvérsia? Ainda falta demilitar mais precisamente o lugar de uma teoria das controvérsias no panorama mais geral das teorias sobre o desenvolvimento da ciência. Esse é um problema mais amplo, que transcende as limitações específicas deste trabalho, e não é meu objetivo procurar respondê-lo aqui. Mas me parece claro que ainda há muitas questões a serem respondidas nesse âmbito e, portanto, há muito potencial ainda a ser explorado no que diz respeito à questão das controvérsias.

A breve análise da conjunção de objetivos e da racionalidade que pode estar por trás dos movimentos aparentemente irracionais envolvidos nas disputas acadêmicas, contudo, tem talvez como mérito por em contato os componentes descritivo e normativo, exatamente como Dascal afirma ser possível através da análise das controvérsias. A normatividade envolvida é certamente uma normatividade fraca, ao longo das linhas do raciocínio de Kuhn, de que os cientistas devem proceder como procedem, se quiserem fazer a ciência progredir. Essa parece ser uma consequência natural de se entender os cientistas como agentes racionais, que procuram agir da forma que julgam mais eficiente para alcançar seus propósitos. Se o objetivo final é o aumento do conhecimento disponível, faz sentido que as instituições se organizem de tal forma a premiar os melhores resultados. Assim sendo, se tanto os objetivos internos quanto os objetivos externos se alinham no propósito de vencer a controvérsia, não há outro procedimento mais lógico do que procurar ser bem sucedido nessa tentativa, utilizando-se de quaisquer métodos eficazes para tal. Assumindo a premissa da racionalidade dos participantes e a de que o sucesso é medido pelos resultados, a conclusão é a de que a descrição dos procedimentos e a sua prescrição devem, em grande medida, coincidir (do contrário, ou bem a ação dos agentes não seria racional, ou bem o que é prescrito não o seria).

Embora a argumentação apresentada certamente ainda careça de maior aprofundamento, essa aproximação do descritivo e do normativo parece indicar uma linha de investigação potencialmente interessante, bem como o aprofundamento da relação entre a racionalidade específica dos fenômenos linguísticos não cooperativos e sua influência nas controvérsias científicas e, com sorte, este item terá sido bem sucedido em argumentar nesse sentido.

¹³⁰Vale notar, o próprio Dascal é conhecido por recusar sistematicamente a alcunha de *teoria* para suas investigações sobre controvérsias.

4. Conclusão

Iniciamos este trabalho com a revisão de algumas propostas que se debruçam sobre a questão da não cooperação, em especial trabalhos que o fazem através de uma perspectiva da Teoria dos Jogos. Há poucos trabalhos sobre o tema, e os existentes são bastante recentes, o que indica que ainda há um longo caminho a ser percorrido no intuito de esclarecer melhor nossa compreensão do fenômeno. Conforme argumentado no início desta tese, a pervasividade das situações em que a cooperação fica aquém da plenitude é grande o bastante para que o tema mereça a atenção das diversas teorias pragmáticas atuais, o que ainda permanece um *desideratum*. Além disso, procurou-se também argumentar no sentido de demonstrar que a discussão sobre a não cooperação pode fornecer contribuições significativas também para nosso entedimento dos fenômenos cooperativos e dos mecanismos envolvidos na interpretação pragmática de modo geral. Apesar do caráter recente das abordagens analisadas, a discussão levada a cabo por esses textos é bastante esclarecedora, contribuindo sobretudo no sentido de estabelecer um vínculo claro entre as estratégias não cooperativas e a racionalidade, preenchendo, assim, o que me parece ser uma lacuna do modelo griceano (que se mantém silente sobre esses aspectos),¹³¹ uma falha de que os modelos pós-griceanos de modo geral podem ser herdeiros.

A proposta de tratamento aqui defendida procurou partir desse *insight* fundamental para apresentar uma compreensão possível do fenômeno, calcada na pragmática griceana. Procurou-se estabelecer as bases que sustentam essa proposta através, em primeiro lugar, da discussão da pragmática cooperativa, partindo de uma compreensão particular do que seja a tarefa da pragmática e do funcionamento do modelo griceano. Procurou-se analisar sobretudo a relação entre a cooperação e os propósitos dos sujeitos engajados em um intercâmbio comunicativo, qual a natureza desses propósitos e seus eventuais efeitos para a interpretação e a geração de implicaturas. Nesse sentido, a tentativa de desenvolver o *insight* fundamental dos modelos da Teoria dos Jogos foi orientada pela ideia de que o tipo de ação considerado racional depende fortemente dos objetivos específicos de cada agente. Revisitamos também o conjunto de fenômenos considerados como pertinentes à discussão sobre não cooperação, procurando expandir o leque de situações consideradas, para então proceder a uma divisão do terreno, tentando alocar os casos não

131 Não se trata aqui de cobrar do texto fundador de Grice uma cobertura empírica ampla o bastante para dar conta da não cooperação – o trabalho de Grice, pioneiro em diversos sentidos, lança as bases para boa parte do que se faz até hoje no campo da pragmática. No entanto, sendo um texto fundador, é natural que haja áreas que ele deixa de fora de sua consideração e não faria sentido esperar que todas as questões da alçada da pragmática estivessem resolvidas nele. Contudo, como vimos, talvez não seja preciso se afastar muito do instrumental delineado por Grice para ser capaz de estender o tratamento por ele proposto a situações não cooperativas.

cooperativos numa distribuição em dois eixos: o do grau de cooperação e o de seu caráter aberto/velado.

A partir desse loteamento, passou-se a proceder a uma tentativa de capturar o que esses casos têm em comum, procurando defini-los em termos da violação do Princípio da Cooperação griceano, devidamente requalificá-lo (com pequenas clarificações) a partir da discussão feita acerca dos diferentes tipos de cooperação (básica, locucionária e perlocucionária). A previsão feita, seguindo a interpretação das próprias previsões de Grice, foi a de que, num certo sentido, na ausência de adesão ao PC, não é possível haver a presença de implicaturas – o que, nos termos aqui defendidos, significaria que as implicaturas não são adicionadas com sucesso ao fundo conversacional compartilhado (*i.e.*, são rejeitadas pelo interlocutor, ou simplesmente não são geradas). A hipótese central defendida neste trabalho, a hipótese de que os falantes interpretam contribuições não cooperativas contrafactualmente (ou seja, *como se fossem cooperativas*), mesmo que estejam cientes de sua natureza, foi utilizada para explicar como seria possível que as implicaturas m-pretendidas pelo falante possam ser reconhecidas, ainda que para serem rejeitadas. Desse modo, procurou-se manter as assunções adicionais necessárias para lidar com a questão em um nível mínimo, desviando-se o menos possível do quadro teórico griceano. Alguns casos permanecem problemáticos, contudo – o que certamente não significa que não seja possível dar conta deles no futuro. A tentativa aqui levada a cabo – propor um modelo griceano para lidar com a não cooperação – é a primeira tentativa seriamente comprometida nesse sentido (ao menos de que seja de meu conhecimento)¹³² e, desse modo, certamente carece ainda de amadurecimento. Mas espero ter sido bem sucedido ao menos em demonstrar que há opções viáveis de tratamento e que, ao contrário do que eventualmente preconizado, a ausência de disposição de um falante em cooperar nos termos do PC não acarreta o colapso do sistema griceano.

Finalmente, desde a última parte do capítulo dois e ao longo de todo o capítulo três, procurei (talvez para além do que recomendaria a prudência) expandir a discussão, relacionando a questão da não cooperação a uma série de outros problemas (alguns dos quais extremamente complexos), variando desde o tratamento de tipos específicos de discurso (como discursos humorísticos e charadas) até questões epistemológicas (como a longa discussão sobre a demarcação das áreas da semântica e da pragmática, bem como o caso das controvérsias científicas), passando pela questão das razões de ser da indiretividade. Tendo espalhado-a por um espaço tão amplo, acaba sendo inevitável uma certa diluição da discussão, que, muito justamente, deve ter deixado a sensação de que falta aprofundamento em cada um desses temas. Cada um deles, parece-me,

¹³²Com *seriamente comprometida* desejo excluir algumas tentativas de emular o que seria um modelo griceano de não cooperação apenas para refutá-lo em seguida, como é o caso, por exemplo, de Oswald (2010).

poderia muito facilmente ser objeto de uma tese em si. Outros, como a questão da fronteira entre a semântica e a pragmática, parecem pertencer ao roll dos problemas que não se resolvem, perpetuando-se ao longo do tempo (o que certamente não significa que sejam exercícios desprovidos de interesse). Desnecessário dizer, para dar conta de modo adequado de cada um desses problemas, teria sido necessário um grau de aprofundamento e uma propriedade muito maiores do que os que aqui são apresentados, além de um trabalho muito mais extenso e de fôlego. Esse seria talvez o trabalho que eu desejaria ter feito, mas, infelizmente, a realidade tem o péssimo hábito de ficar aquém do mundo das ideias.

Contudo, se por um lado esta tese certamente é falha nas soluções que apresenta (quando as apresenta – o que não é verdadeiro para uma parte significativa das questões que levanta), ela me parece possuir o mérito de levantar um conjunto considerável de questionamentos. Para uma parte considerável dos temas abordados (exceção feita à questão da indiretividade), não há (novamente, até onde seja de meu conhecimento) nenhum trabalho que tenha tentado relacionar a discussão sobre não cooperação ao humor, às charadas, ao problema da demarcação entre semântica e pragmática, de modo geral, e à questão das implicaturas escalares, de modo específico. Mesmo no que diz respeito às controvérsias científicas, a despeito da convocação feita por Dascal para a reformulação do instrumental da pragmática para lidar com o tema, também desconheço qualquer trabalho que tenha de fato tentado relacionar um modelo de tratamento da não cooperação à questão das controvérsias (ainda que o que tenha sido feito aqui tenha sido bastante incipiente). Talvez, ao fim e ao cabo, nenhuma dessas ideias acabe se provando verdadeira, e talvez os fenômenos listados nada tenham a ver com a não cooperação. Mas dizem que os erros também são contribuições relevantes para o desenvolvimento científico e, nesse sentido, talvez seja possível encontrar aqui alguma contribuição que tenha de fato algum valor, para além do mero exercício da pesquisa científica.

Referências Bibliográficas

- AHMED, M. F. *On The Relationship Between Grice's Maxims And Humorous Discourse*. In *Adab Al-Rafidayn* vol. (45). 2007. p. 49-66.
- ARIEL, M. (2004). *Most*. *Language*, 80(4):658–706.
- ASHER, N. Implicatures and discourse structure. *Lingua* 132. 2013. p. 13–28.
- ASHER, N.; LASCARIDES, A. *Strategic Conversation*. In *Semantics & Pragmatics* Volume 6. 2013. p. 1–62.
- ATTARDO, S. Violation of conversational maxims and cooperation: The case of jokes. In *Journal of Pragmatics* 19. Elsevier, 1993. p. 537-558
- _____. *Locutionary and perlocutionary cooperation: The perlocutionary cooperative principle*. In *Journal of Pragmatics* 27. Elsevier, 1997. p. 753-779.
- ATTARDO, S. & RASKIN, V. Non-literalness and non-bona-fide in language. An approach to formal and computational treatments of humor. *Pragmatics and Cognition*, 2:1. 1994, p. 31-69.
- BATTIGALLI, P. *Strategic rationality orderings and the best rationalization principle*. *Games and Economic Behavior*, 13. 1996. p. 178–200.
- BEN-PORATH, E. & DEKEL, E. *Signaling future actions and the potential for sacrifice*. *Journal of Economic Theory*, 57. 1992. p. 36–51.
- BENZ, A. *Utility and relevance of answers*. In BENZ, A.; JÄGER, G.; van ROOIJ, R. (eds.). *Game Theory and Pragmatics*. Palgrave, 2006. p. 195–219.
- BENZ, A. & van ROOIJ, R. *Optimal assertions and what they implicate*. *Topoi*, 26. 2007. p. 63–78.

- BORGES NETO, J. *De que trata a pragmática?* 2012. Disponível em http://people.ufpr.br/~borges/publicacoes/para_download/pragmatica.pdf
- BROWN, P. & LEVINSON, S. C. *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- BRUCATO, P. & WIECK, S. *Mago: A Ascensão*. São Paulo: Devir, 1997.
- CAMERER, C. F.; HO, T.-H.; CHONG, J.-K. *A cognitive hierarchy model of games*. *The Quarterly Journal of Economics*, 119(3). 2004. p. 861–898.
- CARNAP, R. *Logical Foundations of Probability*. Chicago: University of Chicago Press, 1950
- CARSTON, R. *Informativeness, relevance and scalar implicature*. In Carston, R. and Uchida, S. (ed.). *Relevance Theory: Applications and Implications*. Amsterdã: John Benjamins, 1998. p. 179–236.
- CASTELFRANCHI, C. & POGGI, I. *Lying as pretending to give information*. In Parret, H. (ed.). *Pretending to Communicate*. Berlin : Mouton de Gruyter, 1994. P. 276 - 291 .
- CHEMLA, E. & SPECTOR, B. *Experimental evidence for embedded scalar implicatures*. *Journal of Semantics* 28(3). 2011. p. 359–400.
- CHIERCHIA, G. *Scalar Implicatures, Polarity Phenomena, and the Syntax/Pragmatics Interface*. In BELLETTI, A. (ed.) *Structures and Beyond: The Cartography of Syntactic Structures*, Volume 3. Nova Iorque: Oxford University Press, 2004.
- CHIERCHIA, G.; FOX, D.; SPECTOR, B. *The Grammatical View of Scalar Implicatures and the Relationship between Pragmatics and Semantics*. In MAIENBORN, C.; von HEUSINGER, K. ; PORTNER, P. (eds.) *Semantics: An International Handbook of Natural Language Meaning*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2012. p. 297-2331.
- Chilton, P. 1987. “Co-operation and Non-co-operation: Ethical and Political Aspects of Pragmatics”. *Language and Communication* 7 (3): 221-239.

CHOMSKY, N. *Dialogues avec Mitsou Ronat*. Paris: Flammarion, 1977.

CLIFTON, C. Jr. & DUBE, C. *Embedded implicatures observed: A comment on Geurts and Pouscoulous (2009)*. *Semantics and Pragmatics* 3(7). 2010. p. 1–13.

DASCAL, M. *Conversational Relevance*. In *Journal of Pragmatics* 1. 1977. p. 309-328.

_____. **Interpretação e Compreensão**. (tradução de Marcia Heloísa Lima da Rocha). São Leopoldo: Editora Unisinos, 2006. 729 p.

_____. Epistemologia, Pragmática e Controvérsias. In **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência** 12: 73-98, 1994.

_____. *Types of polemics and types of polemical moves*. In S. Cmejrkova, J. Hoffmannova, O. Mullerova, and J. Svetla, *Dialogue Analysis VI* (= Proceedings of the 6th Conference, Prague 1996), vol. 1. Tübingen: Max Niemeyer, 15-33, 1998.

DAVIDSON, D. *On the Very Idea of a Conceptual Scheme*. *Proceedings and Addresses of the American Philosophical Association*, 47. 1974. p. 5-20.

de SAUSSURE, L. *Manipulation and Cognitive Pragmatics: Preliminary Hypotheses*. In de SAUSSURE, L; SCHULTZ, P. (Eds.). *Manipulation and Ideologies in the Twentieth Century: Discourse, Language, Mind*. Amsterdam-Philadelphia: John Benjamins, 2005. P. 113-146.

DYNEL, M. *There is method in the humorous speaker's Madness: humour and grice's model*. In *Lodz Papers on Pragmatics* 4.1 (special issue on humor). 2008. p. 159-185.

_____. *A Web of Deceit: a Neo-Gricean View on Types of Verbal Deception* . In *International review of pragmatics* 3. Leiden: Ed. Brill, 2011. p. 139-167.

ECKARDT, Regine. *Licensing 'or'*. In SAUERLAND, U. & STATEVA, P. (eds.). *Presupposition and implicature in compositional semantics*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2007.

FARKAS, D. F. & SWART, H. E. *The semantics and pragmatics of plurals*. ***Semantics & Pragmatics***, vol. 3. 2010.

FAUCONNIER, G. *Pragmatic scales and Logical Structure*. *Linguistic Inquiry*, 6. 1975.

FENG, G. *Speaker's Meaning and Non-cancellability*. In ***Pragmatics & Cognition***, vol. 21:1. John Benjamins Publishing Company: 2013. p. 117-138.

FEYERABEND, P. ***Against Method***. 1975.

FODOR, J. and LEPORE, E. *Out of context*. ***Proceedings and Addresses of the American Philosophical Association*** 78. 2004. p. 77 – 94.

FOX, D. *Free Choice and the theory of Scalar Implicatures*. 2006.

FRANKE, M.; JÄGER, S. T. de; van ROOIJ, R. *Relevance in Cooperation and Conflict*. 2009.

FRANKE, M. *Meaning and inference in case of conflict*. In BALOGH, K. (ed.) ***Proceedings of the 13th ESSLLI Student Session***. 2008. p. 65–74.

FRITZ, G. *Communication principles for controversies: A historical perspective*. In EEMEREN, F. H. van & GARSSSEN, B. (orgs.) ***Controversy and Confrontation***. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2008.

FUJIHARA, Á. K. *Equivalência tradutória e significação*. Dissertação de mestrado. UFPR, 2010.

GALASINSKI, D. *Pretending to Cooperate. How Speakers Hide Evasive Actions*. In ***Argumentation*** 10. Kluwer Academic Publishers, 1996. p. 375-388.

GAZDAR, G. ***Pragmatics: Implicature, Presupposition and Logical Form***. New York: Academic Press, 1979.

GEURTS, B. & POUSSCOULOUS, N. Embedded implicatures?!? *Semantics and Pragmatics* 2(4). 2009. p. 1–34.

GOODWIN, J. *The non cooperative pragmatics of arguing*. In NEMETH, (org.). *Pragmatics in 2000: Selected papers from the 7th International Pragmatics Conference, Vol. 2*. International Pragmatics Association, 2001. pp.263-277

GORDON, D. & LAKOFF, G. *Conversational Postulates*. In MORGAN & COLE (eds.). *Speech Acts*. Academic Press. 1975.

GRICE, H. P. *Studies in the Ways of Words*. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

GROENENDIJK, J. & STOKHOF, M. *Studies in the Semantics of Questions and the Pragmatics of Answers*. Tese de doutorado. Universiteit van Amsterdam, 1984.

_____. *Partitioning Logical Space*. 1990

GU, Y. *Pragmatics and Rhetoric: a collaborative approach to conversation*. In PARRET, H. (ed.). *Pretending to communicate*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1993. 172-195.

HAMBLIN, C. *Imperatives*. Blackwells, 1987.

HO, T.-H.; CAMERER, C.; WEIGELT, K. *Iterated dominance and iterated best response in experimental “p-beauty contests”*. *The American Economic Review*, 88(4). 1998. p. 947–969.

HORN, L. *A Natural History of Negation*. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

HURFORD, J. 2007. *The origins of meaning*. Oxford: Oxford University Press.

HURFORD, J. R. *Exclusive or Inclusive Disjunction*. *Foundation of Language* 11. 1974. p. 409-411.

ILARI, R. Semântica e pragmática: duas formas de descrever e explicar os fenômenos da significação. *Revista de Estudos da Linguagem*, vol. 9, número 1. Belo Horizonte: UFMG, 2000

[1997]. pp. 109-162.

IPPOLITO, M. *Embedded implicatures? Remarks on the debate between globalist and localist theories*. *Semantics and Pragmatics* 3(5). 2010. p. 1–15.

ISRAEL, M. *The Rethoric of Grammar: Scalar Reasoning and Polarity Sensitivity*. Tese de doutorado. University o California, San Diego. 1998.

KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. *Prospect theory: An analysis of decisions under risk*. *Econometrica* 47. 1979. p. 313–327.

JÄGER, G. *Game dynamics connects semantics and pragmatics*. In PIETARINEN, A.-V. (ed.). *Game Theory and Linguistic Meaning*. Elsevier, 2007. p. 89–102.

_____. *Game theory in semantics and pragmatics*. Manuscrito. University of Bielefeld: 2008.

JASZCZOLT. K. M. *Post-Gricean pragmatics*. In: L. Cummings (ed.), *The Routledge Pragmatics Encyclopedia*. London: Routledge, 2010. 362-364.

KADMON, N. & LANDMAN, F. *Any*. In: *Linguistics and Philosophy* 16.4. 1993. p. 353-422.

KEMPSON, R. *Presupposition and the delimitation of semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.

KRIFKA, M. *The Semantics and Pragmatics of Polarity Items*. *Linguistic Analysis* 25. 1995. p. 209-257.

KUHN, S. *Prisioner's Dilemma*. In *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. 2014. Disponível em <http://plato.stanford.edu/entries/prisoner-dilemma/>

KUHN, T. *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: The University of Chicago Press, 1962.

_____. Reflections on my critics. In LAKATOS, I. & MUSGRAVE, A. (orgs.) *Criticism and the*

Growth of Knowledge. Cambridge: Cambridge University Press, 1970. p. 231-278.

LAHIRI, U. *Focus and Negative Polarity in Hindi*. *Natural Language Semantics*, 6. 1998. p. 57-125.

LAKATOS, I. *The methodology of scientific research programmes*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978

LANDMAN, F. *Plurals and Maximalization*. *Events and Grammar*. 1998. p. 237–272.

LAUER, S. *Towards a dynamic pragmatics*. Tese de doutorado. Stanford University. 2013.

LEE, J. J.; PINKER, S. *Rationales for indirect speech: The theory of the strategic speaker*. In *Psychological Review* 117(3). 2010. p. 785-807.

LEECH, G. *Principles of Pragmatics*. London: Longman, 1983.

LEVINSON, S. *Presumptive Meanings*. Cambridge: MIT Press, 2000.

LEWIS, D. K. *Convention*. Cambridge: Harvard University Press, 1969.

LINK, G. *The Logical Analysis of Plurals and Mass Terms: A Lattice-Theoretic Approach*. In PORTNER, P. & PARTEE, B. H. (eds.). *Formal Semantics - the Essential Readings*. Blackwell, 1983. p. 127-147.

MAILLAT, D. & OSWALD, S. *Constraining context: a pragmatic account of cognitive manipulation*. In HART, C. (ed.). *Critical discourse studies in context and cognition*. Amsterdã: John Benjamins, 2011. p. 65-80.

_____. *Defining Manipulative Discourse: The Pragmatics of Cognitive Illusions*. In *International Review of Pragmatics 1*. Leiden: Koninklijke Brill NV, 2009. p. 348–370.

MILGROM, P. & ROBERTS, J. *Relying on the information of interested parties*. *RAND Journal of Economics*, 17(1). 1986. p. 8–32.

NEALE, S. *Paul Grice and the Philosophy of Language: Review of Paul Grice Studies in the Ways of Words*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1992.

NEUMANN, J. van & MORGENSTERN, O. *Theory of Games and Economic Behavior*. Princeton: Princeton University Press, 1944.

OSBORNE, M. J. *Introduction to Game Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

OSWALD, S. *Pragmatics of Uncooperative and Manipulative Communication*. Tese de doutorado. Universidade de Neuchâtel, 2010.

PAN, W. *Linguistic Basis of Humor In Uses of Grice's Cooperative Principle*. In *International Journal of Applied Linguistics & English Literature* - vol. 1 no. 6. 2012. p. 20-25.

PINKER, S.; NOWAK, M. A.; LEE, J. J. *The logic of indirect speech*. In *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America* - vol. 105, nº 3. 2008. p. 833-838.

PINKER, S. *Indirect Speech, Politeness, Deniability, and Relationship Negotiation: Comment on Marina Terkourafi's "The Puzzle of Indirect Speech"*. In *Journal of Pragmatics* 43, no. 11. 2011, p. 2866–2868.

PLÜSS, B. *A Computational Model Of Non-Cooperation In Natural Language Dialogue*. Tese de doutorado. *The Open University*, 2013.

POPPER, K. R. *Conjecturas e Refutações*. Brasília: Editora da UnB, 1980.

POTTS, C. *Conversational Implicatura: interacting with grammar*. 2013.

QUINE, W. van O. *Word and Object*. New edition, with a foreword by Patricia Churchland, Cambridge, Mass.: MIT Press, 2015[1960].

RASKIN, V. *Semantic Mechanisms of Humor*. Dordrecht: Reidel, 1985.

RECANATI, F. *Pragmatics and Semantics*. In HORN, L. R. & WARD, G. (eds.). *The Handbook of Pragmatics*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

REGNER, A. C. *Charles Darwin versus George Mivart: The role of polemics in science*. In EEMEREN, F. H. van & GARSSEN, B. (orgs.) *Controversy and Confrontation*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2008.

ROSS, D. *Game Theory*. In *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. 2014. Disponível em <http://plato.stanford.edu/entries/game-theory/>

RUBINSTEIN, A.; TVERSKY, A.; HELLER, D. *Naïve strategies in competitive games*. In ALBERS, W.; GÜTH, W.; HAMMERSTEIN, P.; MOLDOVANU, B.; van DAMME, E. (eds.). *Understanding Strategic Interaction – Essays in Honor of Reinhard Selten*. Berlin: Springer Verlag, 1996. p. 394–102.

RUSSELL, B. *Against Grammatical Computation of Scalar Implicatures*. *Journal of Semantics* 23. 2006. p. 361 - 382.

SARANGI, S. K.; SLEMBROUCK, S. *Non-cooperation in communication: A reassessment of Gricean pragmatics*. In *Journal of Pragmatics* 17. Elsevier: 1992. p. 117-154.

SAUERLAND, U. *Scalar Implicatures in Complex Sentences*. *Linguistics and Philosophy* 27(3). 2004. p. 367–391.

_____. *Embedded implicatures and experimental constraints: A reply to Geurts & Pouscoulous and Chemla*. *Semantics and Pragmatics* 3(2). 2010. p. 1–13.

SCHULZ, K. *Minimal models in semantics and pragmatics: free choice, exhaustivity, and conditionals*. Tese de doutorado. University of Amsterdam, 2007.

SEARLE, J. *What is a Speech Act?* In BLACK, M. (ed.). *Philosophy in America*. London: Allen and Unwin, 1965. p. 221-239

_____. *Indirect speech acts*. In: PETER, C. & JERRY, M. (Eds.). *Syntax and Semantics. Vol. III:*

Speech Acts. New York: Academic Press, 1975. p. 59–82.

SPECTOR, B. *Scalar Implicatures: Exhaustivity and Gricean Reasoning*. In ALONI, M.; BUTLER, A.; DEKKER, P. (eds.). *Questions in Dynamic Semantics*. Elsevier, 2007. p. 225-249.

_____. *Aspects of the Pragmatics of Plural Morphology*. In SAUERLAND, U. & STATEVA, P. *Presupposition and Implicature in Compositional Semantics*. Palgrave-Macmillan, 2007. p. 243-281. (Spector, 2007b)

SPERBER, D. & WILSON, D. *Irony and the use-mention distinction*. In COLE, P. (ed.). *Radical Pragmatics*. New York/ London: Academic Press, 1981. p. 295-318.

_____. *Relevance. Communication and cognition*. Oxford: Blackwell, 1995.

_____. *Pragmatics, modularity and mind-reading*. *Mind & Language* 17. 2002. p. 3-23

SPERBER, D.; CLÉMENT, F.; HEINTZ, C.; MASCARO, O.; MERCIER, H.; ORIGGI, G.; WILSON, D. *Epistemic vigilance*. *Mind and Language*, 25 (4). 2010. p. 359-393.

SOLAN, L. & TIERSMA, P. *Speaking of crime: the language of criminal justice*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 2005.

STALNAKER, R. *Assertion*. In Portner, P. & Partee, B. H. (orgs.). *Formal Semantics: The Essential Readings*. Oxford: Blackwell Publishing, 2002. p. 147-161.

_____. *Saying and meaning, cheap talk and credibility*. In BENZ, A.; JÄGER, G.; van ROOIJ, R. (eds.). *Game Theory and Pragmatics*. Palgrave MacMillan, 2006. p. 195–219.

VINCENT, J. & CASTELFRANCHI, C. *On the art of lying: how to lie while saying the truth*. In Parret, H.; M. SBISA, M.; VERSCHUEREN, J. (eds.) *Possibilities and Limitations of Pragmatics. Proceedings of the Conference on Pragmatics, Urbino, July 8-14*. Amsterdam : John Benjamins, 1981. p. 749 - 777 .

WALTON, D. *Dialog Theory for Critical Argumentation*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2007.

WILSON, D. & SPERBER, D. *On Grice's theory of conversation*. In Werth, P. (ed). ***Conversation and discourse***. London: Croom Helm, 1981. p. 155-198.

WILSON, D. *Relevance and understanding*. In BROWN, G.; MALMKJAER, K.; POLLITT, A.; WILLIAMS, J. (eds.). ***Language and understanding***. Oxford: Oxford University Press, 1994. p. 35-58.

_____. *Metarepresentation in Linguistic Communication*. In SPERBER, D. & WILSON, D. (eds.). ***Meaning and Relevance***. Cambridge: Cambridge University Press, 2012[2000]. p. 230-258.

YAMAGUCHI, H. *How to pull string with words: deceptive violations in the garden-path joke*. ***Journal of Pragmatics*** 12. 1988. p. 323-337.

ZEMPLÉN, G. A. *Scientific controversies and the pragma-dialectical model: Analysing a case study from the 1670s, the published part of the Newton-Lucas correspondence*. In EEMEREN, F. H. van & GARSSSEN, B. (orgs.). ***Controversy and Confrontation***. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2008.